

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho

Letícia Amédée Péret de Resende

REDES DE MOVIMENTOS FEMINISTAS, O ESTADO DE MINAS GERAIS E A  
DEMOCRACIA:

Uma discussão sob a perspectiva da teoria política feminista do Sul global

Belo Horizonte

2019

Letícia Amédée Péret de Resende

REDES DE MOVIMENTOS FEMINISTAS, O ESTADO DE MINAS GERAIS E A  
DEMOCRACIA:

Uma discussão sob a perspectiva da teoria política feminista do Sul global

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro, como requisito para obtenção do título de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Orientadora: Letícia Godinho de Souza

Belo Horizonte

2019

R433r Resende, Leticia Amédée Péret de.  
Redes de movimentos feministas, o estado de Minas Gerais e a democracia [manuscrito] : Uma discussão sob a perspectiva da teoria política feminista do Sul global / Leticia Amédée Péret de Resende. – 2019.  
[10], 183 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração Pública) – Fundação João Pinheiro, Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2019.

Orientadora: Leticia Godinho de Souza

Bibliografia: f. 189-193

1. Feminismo – Minas Gerais. 2. Mulher – Participação política – Minas Gerais. 3. Cidadania – Minas Gerais. 4. Movimento social – Minas Gerais. 5. Política social – Minas Gerais. I. Souza, Leticia Godinho de. II. Título.

CDU 396(815.1)

**Letícia Amédée Péret de Resende**

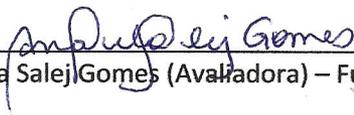
**REDES DE MOVIMENTOS FEMINISTAS, O ESTADO DE MINAS GERAIS E A DEMOCRACIA: Uma discussão sob a perspectiva da teoria política feminista do Sul global**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Administração Pública da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, da Fundação João Pinheiro, como requisito parcial de obtenção do título de bacharel em Administração Pública

**Aprovada na Banca Examinadora**



Prof<sup>ª</sup>. Letícia Godinho de Souza (Orientadora) – Fundação João Pinheiro



Prof<sup>ª</sup>. Ana Paula Salej Gomes (Avaliadora) – Fundação João Pinheiro



Prof<sup>ª</sup>. Flávia de Paula Duque Brasil (Avaliadora) – Fundação João Pinheiro

Belo Horizonte, 26 de novembro de 2019

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, de maneira geral, a todas as pessoas que contribuíram, direta ou indiretamente, para o desenvolvimento e a conclusão desta monografia. Esta produção acadêmica só foi possível graças a vocês.

Agradeço especialmente à minha orientadora profa. Leticia Godinho de Souza, pela parceria ao longo de todo o processo de desenvolvimento deste trabalho, pelo incentivo, por ser inspiração e por me munir da confiança necessária para a produção acadêmica. Agradeço também às profas. Flávia Brasil, Rosânia Rodrigues, Cláudia Nicácio e Ana Paula Salej, e ao prof. Bruno Lazzarotti, ao lado dos quais estive próxima em dados momentos ao longo da minha trajetória no curso e com os quais muito aprendi, seja em projetos de extensão ou grupos de pesquisa. Agradeço às demais professoras e demais professores pelos ensinamentos.

Agradeço aos meus pais, Jacqueline e José Henrique, por me proporcionarem as condições necessárias para o ingresso no curso de Administração Pública e sua conclusão. Agradeço pelo apoio constante e por todo o amor.

Agradeço a meus colegas de curso e amigos, por tornarem esse processo mais leve com os papos descontraídos, ombros para descanso e com as cervejas compartilhadas entre os momentos de tensão.

Agradeço a minhas companheiras e meus companheiros de militância, em especial às companheiras da Marcha Mundial das Mulheres, pelo compartilhamento de sonhos e lutas e pelos aprendizados diários. Nesse sentido, agradeço especialmente à Maria Clara Mendonça, grande amiga e companheira nas lutas, por, sendo a inspiração que é, manter aceso em mim, mesmo em períodos nebulosos, o fogo da crença na liberdade.

Agradeço às mulheres que vêm, ao longo dos anos, estudando a situação da mulher na sociedade e as lutas feministas pela contribuição no registro da história e no debate sobre um novo mundo possível. Esses estudos foram essenciais para minha formação de consciência política feminista e para a elaboração deste trabalho.

Agradeço a todas as mulheres de luta, que resistiram e seguem resistindo às violências dessa sociedade patriarcal, racista e de classes, e que lutaram e lutam por uma outra realidade possível. Os exemplos dessas mulheres inspiram e

encorajam. Sem suas lutas, o espaço do ensino superior não me acolheria como acolheu e eu não estaria hoje concluindo um curso de graduação.

## RESUMO

Teóricas feministas críticas a perspectivas generificadas que partem do Norte global têm apontado para a necessidade de construção de uma nova prática feminista e de uma transformação da produção acadêmica do campo. Entende-se que tratar da trajetória do feminismo a partir de um discurso generificado constitui um caminho equivocado e excludente, que não contempla os diferentes contextos de vida das mulheres e as especificidades impostas pela vivência nos diferentes territórios e que, por conseguinte, prejudica a capacidade de análise e síntese das transformações políticas passadas e das possibilidades futuras. Nesse sentido, Mohanty (1984; 2003) aponta para a necessidade de análises materialistas pelo feminismo, que considerem tanto a micropolítica do contexto, como a macropolítica das estruturas econômicas e políticas transnacionais. Nesse ponto, deve-se então considerar as especificidades vindas dos entrecruzamentos de preconceitos de raça, classe, gênero, sexualidade e geração, deve-se negar a visão que universaliza as experiências das mulheres e buscar as “diferenças compartilhadas” para a construção de uma solidariedade feminista transnacional e anticapitalista. Entendendo que os feminismos latinoamericanos têm suas próprias vicissitudes e idiosincrasias históricas, Matos (2010) argumenta sobre uma “quarta onda” do feminismo em curso na região e, mais especificamente, no Brasil, que corresponderia às considerações de Mohanty (1984; 2003). Isto posto, este trabalho pretende discutir a organização, a atuação e o entendimento político dos movimentos feministas atuantes no Estado de Minas Gerais à luz de perspectivas analíticas do Sul global e das teorias dos movimentos sociais. Entendendo que tornam-se centrais a construção de vínculos entre diferentes movimentos e a atuação capilarizada em diferentes escalas territoriais, este trabalho se propõe também a compreender, a partir da percepção de atrizes ligadas aos movimentos e de atrizes ligadas à burocracia estatal, como a pasta de políticas para as mulheres do Estado de Minas Gerais e os espaços de participação social por ela facilitados têm incidido sobre as redes nas quais se inserem os movimentos feministas atuantes no Estado. Por discutir espaços formais e institucionalizados de participação, procura também compreender o entendimento das entrevistadas sobre o papel e a atuação da Organização das Nações Unidas nesse sentido. Além disso, discute a atuação do Estado e o momento mais recente do feminismo à luz de teorias que relacionam o associativismo ao aprofundamento da democracia.

**Palavras-chave:** movimentos feministas; feminismo decolonial; interação Estado-sociedade; democracia; redes sociais.

## ABSTRACT

Feminist theoreticians that criticize generalized perspectives from the global North pointed to the need to construct a new feminist practice and to transform the academic production of the field. Dealing with the trajectory of feminism from a generalized discourse is a way that does not contemplate the different contexts of women's lives and, therefore, undermines the ability to analyse and synthesize past political transformations and future possibilities. In this sense, Mohanty (1984; 2003) points to the need for materialist analyses by feminism, which should consider both the micropolitics of context and the macropolitics of transnational economic and political structures. At this point, one must consider the specificities that come from the intersection of race, class, gender, sexuality and generation prejudices on women's lives, and seek the "shared differences" for the construction of a transnational and anti-capitalist feminist solidarity. Given that Latin American feminisms have their own historical vicissitudes and idiosyncrasies, Matos (2010) argues about a "fourth wave" of ongoing feminism in the region, which would correspond to Mohanty's considerations. Understanding that both the construction of bonds between different movements and the capillary action at different territorial scales become central in this new moment, stronger social networks should be seen. This being said, this research aims to discuss the organization, the practice and the political understanding of the feminist movements acting in the State of Minas Gerais considering the feminist perspectives from the global South and the social movements theories. Also, this paper proposes to comprehend how the Minas Gerais State section for women's policy and how the United Nations have influenced the networks in which are inserted the feminist movements. For this objectives, interviews with actresses linked to movements and actresses linked to state bureaucracy were made. In addition, it discusses these themes in the light of theories that relate associativism to the deepening of democracy.

**Keywords:** feminist movements; decolonial feminism; State-society relations; democracy; social networks.

## SUMÁRIO

|            |                                                                                                                                  |            |
|------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| <b>1</b>   | <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                          | <b>10</b>  |
| <b>2</b>   | <b>TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, ASSOCIATIVISMO E TEORIA DEMOCRÁTICA .....</b>                                                  | <b>15</b>  |
| <b>3</b>   | <b>A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO FEMINISTA E A TEORIA POLÍTICA FEMINISTA.....</b>                                                    | <b>31</b>  |
| <b>3.1</b> | <b>A perspectiva de Fraser.....</b>                                                                                              | <b>31</b>  |
| <b>3.2</b> | <b>Críticas à teorização construída a partir do Norte global.....</b>                                                            | <b>38</b>  |
| <b>3.3</b> | <b>A perspectiva latinoamericana e o movimento feminista no Brasil.....</b>                                                      | <b>43</b>  |
| <b>4</b>   | <b>A ESTRUTURA ESTATAL E AS POLÍTICAS PARA AS MULHERES.....</b>                                                                  | <b>66</b>  |
| <b>4.1</b> | <b>O Governo Federal e as políticas para as mulheres .....</b>                                                                   | <b>66</b>  |
| <b>4.2</b> | <b>O Governo de Minas Gerais e as políticas para as mulheres.....</b>                                                            | <b>69</b>  |
| <b>5</b>   | <b>METODOLOGIA .....</b>                                                                                                         | <b>72</b>  |
| <b>6</b>   | <b>SOBRE OS MOVIMENTOS .....</b>                                                                                                 | <b>76</b>  |
| <b>6.1</b> | <b>Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da FETAEMG e o movimento sindical rural.....</b>                           | <b>76</b>  |
| <b>6.2</b> | <b>Movimento de Mulheres Olga Benário .....</b>                                                                                  | <b>86</b>  |
| <b>6.3</b> | <b>Movimento Graal .....</b>                                                                                                     | <b>93</b>  |
| <b>6.4</b> | <b>Marcha Mundial das Mulheres .....</b>                                                                                         | <b>100</b> |
| <b>6.5</b> | <b>Rede de Mulheres Negras de Minas Gerais, Rede AFRO LGBT e Rede Les e Bi.....</b>                                              | <b>111</b> |
| <b>7</b>   | <b>SOBRE O ESTADO, A ONU E AS REDES.....</b>                                                                                     | <b>125</b> |
| <b>7.1</b> | <b>A pasta de políticas para as mulheres de Minas Gerais, os espaços de participação social e o ativismo institucional .....</b> | <b>125</b> |
| <b>7.2</b> | <b>A ONU e a luta pelos direitos das mulheres .....</b>                                                                          | <b>154</b> |
| <b>7.3</b> | <b>As redes de movimentos sociais, a influência dos contextos político e econômico e perspectivas.....</b>                       | <b>161</b> |
| <b>8</b>   | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                                | <b>182</b> |
|            | <b>REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                          | <b>189</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A história da estruturação e do estabelecimento do capitalismo ao redor do globo é marcada por uma violenta opressão sobre as mulheres. Da mesma forma, essa história é marcada pela luta cotidiana de milhares de mulheres, que fizeram de sua existência símbolo de resistência, se rebelando contra as opressões e as condições de desigualdade que lhes eram impostas (FEDERICI, 2019 [2012]).

As opressões e, como resposta, as resistências, se deram e se dão, todos os dias, nos diversos cantos do mundo, e envolvem mulheres extremamente diversas. O contexto dentro do qual as mulheres estão inseridas influencia a forma como o sistema patriarcal incide sobre suas vidas, assim como influencia o modo pelo qual elas constroem suas lutas (HOOKS, 2015; MATOS, 2010; MOHANTY, 1984; 2003).

Nesse sentido, teóricas feministas críticas a perspectivas generificadas que partem do Norte global têm apontado para a necessidade de construção de uma nova prática feminista e de uma transformação da produção acadêmica do campo. Entende-se que tratar da trajetória do feminismo a partir de um discurso generificado constitui um caminho equivocado e excludente, que não contempla os diferentes contextos de vida das mulheres e as especificidades impostas pela vivência nos diferentes territórios e que, por conseguinte, prejudica a capacidade de análise e síntese das transformações políticas passadas e das possibilidades futuras (MOHANTY, 1984; 2003).

Inserida nesse debate, Mohanty (1984; 2003), teórica feminista indiana, aponta para a necessidade de análises materialistas pelo feminismo, que considerem tanto a micropolítica do contexto, como a macropolítica das estruturas econômicas e políticas transnacionais. Nesse ponto, deve-se então considerar as especificidades vindas dos entrecruzamentos de preconceitos de raça, classe, gênero, sexualidade e geração, deve-se negar a visão que universaliza as experiências das mulheres e buscar as “diferenças compartilhadas” para a construção de uma solidariedade feminista transnacional e anticapitalista.

Entendendo que os feminismos latinoamericanos têm suas próprias vicissitudes e idiosincrasias históricas, Matos (2010) argumenta sobre uma “quarta onda” do feminismo em curso na região e, mais especificamente, no Brasil. Ao teorizar sobre essa “quarta onda”, Matos (2010) retoma as considerações de

Mohanty (1984; 2003) e as incorpora em seu debate, caminhando para uma construção que responderia, em alguma medida, àquelas considerações.

hooks (2015), teórica do feminismo negro e também crítica à perspectiva hegemônica, diz de uma tendência, dentro do debate feminista, à universalização da compreensão das necessidades das mulheres tomando como ponto de referência as necessidades das mulheres brancas das classes média e alta. A autora aponta, então, para a invisibilização das vivências das demais mulheres e para um desvio em relação ao debate de classe e raça.

Isso posto, este trabalho pretende discutir a organização e a prática dos movimentos feministas atuantes no estado de Minas Gerais à luz de uma visão crítica quanto às perspectivas hegemônicas que partem do Norte Global. Busca, inclusive, responder se esses movimentos têm se organizado e atuado no sentido desse novo momento do feminismo proposto por Matos (2010).

Supõe-se que atores que atuam de alguma forma na luta pelo reconhecimento e efetivação dos direitos das mulheres, sejam eles governamentais ou não, acabam estabelecendo, em seu cotidiano, diversos tipos de ligações entre si. Seja para a troca de informações, estabelecimento de rede de contatos ou articulação política conjunta, interações devem acontecer e podem levar à estruturação de uma rede de organizações. Tendo em vista as perspectivas críticas estudadas, tem-se que para compreender, incorporar e construir um feminismo que, de fato, abarque a diversidade das mulheres e suas vivências e que possa então transformar a realidade, torna-se central a interação entre movimentos que representam mulheres diversas e que atuam a partir de contextos diversos. Deve ocupar uma posição importante para a prática feminista, então, a construção de vínculos com diferentes movimentos e a formação de redes sociais.

Nesse sentido, a partir de percepções de representantes tanto da burocracia estatal quanto de movimentos feministas, coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas, este trabalho se propõe também a identificar os vínculos mantidos pelos movimentos feministas mineiros e as redes das quais fazem parte. Além disso, este trabalho discute como a pasta de políticas para as mulheres do Estado de Minas Gerais tem incidido, ao longo dos anos, sobre as redes nas quais se inserem esses movimentos. Pergunta-se, então, sobre o papel das antigas Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais (CEPAM/MG) e Subsecretaria de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais

(SPM/MG), e sobre a atual Coordenadoria de Políticas para as Mulheres. Essa discussão parte do entendimento de que os espaços de participação social facilitados pela pasta nos diversos períodos temporais, ao colocarem em um mesmo espaço representantes de organizações diversas, têm algum potencial para construir e fortalecer vínculos entre os atores, o que não indica, necessariamente, que esse potencial tenha sido, de fato, realizado.

Também, partindo de uma revisão bibliográfica de teorias de movimentos sociais, associativismo e teorias participativas da democracia, entende-se ser possível defender que processos de aprofundamento do associativismo social e demais formas de organização da sociedade civil promovem o adensamento da democracia, na medida em que geram participação e formação cidadã; bem como possibilitam o surgimento de novas modalidades de encontro entre Estado e sociedade civil; novas possibilidades de gestão que incluem, entre outras, políticas públicas participativas e compartilhadas. Nesse sentido, a análise da organização e da atuação dos movimentos feministas em Minas Gerais, com especial atenção para os vínculos que mantêm e para as redes sociais que integram, será realizada tendo em vista a possibilidade de se adensar a democracia a partir da expansão e do fortalecimento das interações entre as organizações da sociedade civil, bem como das interações Estado-sociedade, e sua relevância na construção de sociedades democráticas (FUNG, 2003; PATEMAN, 1992 [1970]).

Este trabalho se justifica por sua contribuição para o trabalho das gestoras e dos gestores públicos que lidam, cotidianamente, com as políticas públicas para as mulheres e que, conseqüentemente, precisam compreender como interagem as diversas organizações que tratam do assunto, entre si e com a administração pública. As entrevistas com representantes de movimentos feministas e com mulheres que estiveram ou estão como representantes da pasta, realizadas na presente pesquisa, possibilitaram que fossem observadas, por exemplo, quais as trocas envolvidas tanto entre os próprios movimentos quanto entre os movimentos e o Estado, assim como permitiram que fossem discutidas a atuação do Estado na pauta dos direitos da mulher e a presença de pessoas vinculadas a movimentos sociais na burocracia pública.

As perguntas conduzidas nas entrevistas relativas aos diversos momentos da pasta no Estado de Minas Gerais possibilitaram também que fossem tecidas observações quanto à abertura para participação social na Coordenadoria

Especial de Políticas para as Mulheres (CEPAM), na Subsecretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), na Coordenadoria de Políticas para as Mulheres e nos espaços por elas facilitados. Assim, tendo em vista as funções da participação na construção de sociedades democráticas, este trabalho se justifica também por sua contribuição na discussão quanto às possibilidades de aprofundamento da democracia no Brasil (PATEMAN, 1970) e quanto à construção de um modelo de administração pública mais democrático. Além disso, incita novos trabalhos acadêmicos que estudem as relações entre os atores do Estado e dos movimentos sociais, um campo de estudos recente e em construção (ABERS; VON BÜLOW, 2011).

Para Carlos (2009), as três teorias clássicas dos movimentos sociais - Teoria da Mobilização de Recursos, Teoria do Processo Político e Teoria dos Novos Movimentos Sociais - negligenciaram ou deram pouca atenção a elementos importantes no estudo da ação coletiva. Segundo a autora, faltou que fosse formada uma visão mais abrangente desse fenômeno social, que pudesse elucidar de modo integrado tanto os nexos internos à ação coletiva quanto a relação dos participantes com atores político-institucionais. O estudo elaborado neste trabalho volta seu olhar justamente para os nexos entre a ação coletiva e os atores político-institucionais, quando se propõe a discutir a capacidade dos espaços de participação social facilitados pelo Estado para criar e fortalecer vínculos entre os movimentos sociais, de incidir sobre suas redes.

Para além disso, a gestão que assumiu o governo do Estado em 2019, em seu projeto de reforma administrativa, extinguiu a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres, colocando a pauta sob a gestão da então criada Coordenadoria de Políticas para as Mulheres. Assim, este trabalho também se justifica enquanto registro da experiência anterior e por sua potencial contribuição no debate em torno da existência da SPM-MG enquanto estrutura sob a qual as políticas públicas para as mulheres se organizam, principalmente se considerada a reduzida quantidade de estudos acadêmicos em torno do trabalho por ela realizado, produzidos até o presente momento.

Para conduzir o proposto, após esta introdução, este trabalho apresenta a já mencionada revisão bibliográfica de teorias de movimentos sociais, associativismo e teorias participativas da democracia. Em seguida, traz uma revisão da trajetória do movimento feminista a partir de algumas perspectivas da teoria política feminista, iniciando esse apanhado com a discussão teórica feita por Fraser (2007; 2009) e

dando prosseguimento com debates formulados por autoras críticas à análise que parte do Norte global. Nesse momento, então, faz-se uma retomada da trajetória do movimento feminista no Brasil, mais especificamente. Após isso, contextualiza-se a inserção das pautas ligadas aos direitos das mulheres nas agendas do governo federal e do governo estadual de Minas Gerais. Apresenta-se, então, a metodologia utilizada para a realização das análises propostas e tece-se a análise ao longo de dois capítulos. O trabalho se encerra com as considerações finais.

## 2 TEORIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, ASSOCIATIVISMO E TEORIA DEMOCRÁTICA

Dos anos 1930 aos anos 1960, autores da sociologia confluíram para as chamadas teorias da desmobilização política, correlacionando estruturas da personalidade do indivíduo com as estruturas da sociedade para explicar as causas da apatia política. Segundo essas teorias, o individualismo exacerbado percebido no capitalismo teria levado a indivíduos autocentrados e distantes da política. Combinando isso ao caráter cômodo da dominação no capitalismo, a mobilização coletiva viria apenas a partir da eclosão de uma irracionalidade, ou por uma explosão reativa de frustrações individuais, que as instituições não seriam capazes de administrar. De toda forma, a explicação para levantes de massas tinha em sua base estruturas psicossociais, voltadas para a emoção coletiva (ALONSO, 2009).

Na década de 1960, entretanto, as teorias da desmobilização social foram postas em xeque. Eram notáveis novos levantes sociais tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Chamava a atenção nessas mobilizações, contudo, certas peculiaridades. Não eram similares aos movimentos operários, não se tratavam de movimentos de classe nem visavam revoluções políticas. Tampouco eram movimentações irracionais de um conjunto de indivíduos. Se tratavam de ações coordenadas. Eram movimentos que tinham como pauta a qualidade de vida e a afirmação da diversidade de formas de vivê-la (ALONSO, 2009). Segundo Alonso (2009), Inglehart (1971) as qualificava enquanto demandas “pós-materiais”. Se encaixam aí os movimentos de lutas por igualdade racial, pacifismo, ambientalismo e, de especial relevância para este trabalho, os movimentos de luta por igualdade de gênero.

Frente a isso, novas teorias explicativas para os movimentos sociais foram sendo formuladas e, na década de 1970, três vertentes teóricas explicativas dos movimentos sociais foram apresentadas: a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR); a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS).

Opondo-se fortemente às teorias de viés culturalista, a **Teoria da Mobilização de Recursos** se apresentou com sua perspectiva racionalista e influiu a importância dada para a estratégia da ação coletiva. Segundo a TMR, a decisão de agir de dado indivíduo viria de um cálculo racional de custos e benefícios, e a ação coletiva se viabilizaria na presença de recursos materiais (financeiros e

infraestrutura) e humanos (ativistas e apoiadores) e de organização, isto é, da coordenação entre indivíduos até então isolados em suas ações (ALONSO, 2009).

Ainda na ótica da TMR, tem-se que os movimentos sociais seriam duradouros a depender da concorrência a que estivessem submetidos, sendo apresentados quase similarmente a firmas. Os diversos movimentos atuando em torno de um mesmo tema cooperariam entre si em alguns momentos e, em outros, competiriam por recursos (ALONSO, 2009).

Estudar os movimentos sociais sob esse ponto de vista coloca a análise de redes como possível método para se distinguir os vínculos existentes entre os atores. Quando a TMR atribui a longevidade dos movimentos à capacidade de vencerem a concorrência, a análise de redes pode ser ferramenta para compreender quais aqueles mais à frente na “disputa”, quais os que estão mais bem posicionados em termos de mobilização de recursos, o quanto há de cooperação e o quanto há de competição entre movimentos que interagem entre si por atuarem em torno de uma mesma pauta.

Os movimentos analisados no presente trabalho atuam em torno dos direitos das mulheres, havendo inquestionável fundamentação ideológica em sua atuação. Quando a explicação da TMR privilegia a racionalidade e a organização, e nega especial relevância ao fator cultural presente em dada sociedade, à influência das ideologias e dos valores na mobilização das ações coletivas (ALONSO, 2009), se distancia dos movimentos de mulheres que crescem e se intensificam no bojo do fortalecimento da compreensão quanto às desigualdades de gênero que se apresentam na sociedade. Analisar o movimento feminista sob a ótica da TMR é não atribuir papel central para transformações macroestruturais da sociedade e não os situar dentro de processos históricos de longo alcance, mas explicá-los sob uma lógica conjuntural.

A **Teoria do Processo Político** e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais, por sua vez, trouxeram em suas explicações as perspectivas macro-históricas, além de combinarem política e cultura.

A TPP incorporou na análise a importância do contexto macropolítico para a formação e o direcionamento da ação coletiva. A ideia de “estruturas de oportunidades políticas” (EOPs) dá a tônica do fator político nessa teoria. As EOPs se referem a contextos favoráveis a mobilizações, ou a determinados tipos de ações coletivas. Mudanças nas dimensões formais e informais do ambiente político

alteraram os canais para expressão de reivindicações a serem feitas por grupos sociais externos às instituições políticas (TARROW, 1998 apud ALONSO, 2009), influenciando as dinâmicas de ação coletiva. Em EOPs favoráveis à escuta de novas demandas, grupos insatisfeitos se organizam para pautarem suas reivindicações em arenas públicas. As estruturas de incentivos e/ou constrangimentos políticos, na ótica da TPP, delimitam as possibilidades de escolha dos agentes entre o curso de ação a seguir. Posteriormente, em 1997, Kurzman adiciona a essa ideia o argumento de que uma estrutura de oportunidades nunca é a mesma para todos, pois os agentes a percebem e interpretam de maneiras diferentes (ALONSO, 2009).

Sobre a forma de ação dos movimentos, Tilly trata do conceito de repertório e o define como “um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha” (TILLY, 1995, p. 26, apud ALONSO, 2009, p. 58). Ou seja, pode-se compreender aqui, a partir também do entendimento do conceito de estruturas de oportunidades políticas, que dada certa estrutura de conflito, os agentes, em meio ao processo de luta, atribuiriam sentido às formas de ação convencionalizadas, escolhendo aquelas mais adequadas, naquele momento, à expressão de suas demandas (ALONSO, 2009). Podem estar no repertório protestos, ações diretas, atuação dentro de instituições do Estado, em espaços de Conselhos e Conferências, etc.

McAdam, Tarrow e Tilly (2009) contribuem para essa discussão argumentando que a ação a ser realizada por movimentos sociais é uma escolha estratégica feita pelos atores dentre uma variedade de outras formas de comportamento disponíveis, inclusa a atuação no interior de partidos políticos, a depender da situação, das capacidades e restrições que se apresentam em determinado momento. À medida em que o contexto se desenvolve, os mesmos grupos que agem na forma de protestos diretos podem ser encontrados em grupos de pressão institucionais e em partidos políticos. Esses teóricos afirmam a possibilidade de esses vários tipos de atividades serem combinados dentro do repertório dos mesmos grupos, além de que os movimentos podem tanto cooperar com os partidos e grupos de interesse, quanto competir com eles por apoio ou tentar ocupar o mesmo espaço político. Ou seja, para eles não há descontinuidade fundamental entre movimentos sociais e política institucional.

Ressalta-se, entretanto, que esses autores analisam os movimentos sociais como uma forma específica de política do confronto – no sentido de que os movimentos sociais envolvem a elaboração coletiva de reivindicações que, caso atendidas, conflitariam com os interesses de outros grupos ou setores sociais (McADAM; TARROW; TILLY, 2001; McADAM; TARROW; TILLY, 2009).

Aproximando o debate das EOPs e dos repertórios de ação coletiva ao que se apresenta neste trabalho, pode-se pensar que novos espaços ou arenas públicas facilitados por gestões estaduais têm o potencial de alterar a estrutura de oportunidades políticas e o repertório de ação dos movimentos de mulheres atuantes no Estado. Da mesma forma, a presença de aliados potenciais - militantes vindos de movimentos sociais - compondo corpo burocrático do órgão.

Além disso, entendendo que “Estado” e “sociedade” não são estruturas monolíticas, e que os indivíduos que ocupam o Estado e os que falam em nome da sociedade em um determinado momento podem variar em momento posterior observado, a TPP não opõe movimentos sociais e Estado, mas “detentores do poder”, aqueles que em dado instante controlam ou acessam o governo, e “desafiantes”, aquelas que buscam influenciar o governo e acessar recursos. São posições variáveis, ou seja, os sujeitos migram entre elas.

Quanto a essa migração de posições, Abers, Serafim e Tatagiba (2014, p. 326, 331, 350), em pesquisa sobre a Era Lula, afirmam que ativistas que assumiram cargos na burocracia federal frequentemente transformaram agências governamentais em espaços de militância nos quais continuaram a defender bandeiras desenvolvidas previamente no âmbito da sociedade civil. Atuando sob um senso de urgência, eles tentaram trazer avanços às lutas sociais construídas e legitimadas nas décadas anteriores no âmbito das redes de movimentos sociais atuam no Brasil. Ou seja, no caso brasileiro, não só os movimentos negociam frequentemente com o Estado, mas também, em determinados momentos, investiram pesadamente em ações por dentro das instituições do Estado, tanto através de novas arenas participativas como assumindo estrategicamente posições na burocracia.

De modo geral, a TPP apresenta, então, um arcabouço conceitual que permite analisar como ocorrem mudanças nos repertórios de ação política dos atores frente a mudanças na estrutura de oportunidades políticas. Nesse sentido, permite-se compreender como tipos de regimes políticos (democracias,

autoritarismos) afetam os repertórios de ação coletiva dos movimentos sociais e vice-versa. Períodos de transição política, por exemplo, podem ser especialmente favoráveis para o surgimento de novos atores, o estabelecimento de novas alianças e a criação de amplas frentes de coalizão (BEZERRA, 2014).

Essa perspectiva teórica contribui para a análise histórica que se apresenta em parte deste trabalho. Nota-se no movimento feminista brasileiro alterações no repertório de ação ao longo dos anos, mais especificamente se forem comparados os períodos da reabertura democrática na década de 1980 e a primeira década do século XXI. Ressaltam-se as mudanças no repertório e na estratégia de ação do movimento quanto ao seu posicionamento frente ao Estado, que variou de uma forte oposição até a busca direta pela participação em arenas públicas (BEZERRA, 2014).

A **Teoria dos Novos Movimentos Sociais**, por sua vez, mantendo o enquadramento macro-histórico e a associação entre mudança social e formas de conflitos, produz uma interpretação efetivamente cultural para os movimentos sociais. No geral, os teóricos dessa corrente acreditam ter havido, ao longo do século XX, uma mudança macroestrutural alterando a natureza do capitalismo, tendo se configurado, após os anos 1960, o que Touraine chama de “sociedade pós-industrial”. Nesta sociedade, segundo Alonso (2009, p. 60):

Os conflitos do trabalho teriam se diluído, processados pelas instituições democráticas, como expansão de direitos, e pelas instituições capitalistas, como aumento de salários. A dominação teria se tornado eminentemente cultural, feita por meio do controle da informação por uma tecnocracia. Técnica e cultura passariam a interpenetrar-se, as distinções entre mundo público e privado teriam se nublado, fazendo com que os conflitos, antes restritos ao plano econômico, avançassem para a vida privada (família, educação, sexo) e ganhassem dimensões simbólicas [...].

Nesse sentido, os novos sujeitos dos movimentos sociais não mais se caracterizam por pertencerem a determinado ramo de trabalho, ou a determinada classe, mas a grupos marginais em relação aos padrões socioculturais estabelecidos na sociedade. Se definem não mais por um trabalho comum, mas por formas de vida. São movimentos expressivos, simbólicos, identitários, são exemplos o feminismo, o pacifismo, o ambientalismo, o movimento estudantil. Não se organizam para combater o Estado, e sua luta não se restringe a sua inclusão no sistema de organização política ou a obtenção de benefícios materiais, mas se organizam de forma a pressionar a sociedade civil em torno de uma mudança

cultural, envolve a construção de novas identidades, culturas, linguagens e hábitos. Ou seja, com uma nova “imagem de sociedade”, visam alterar as orientações valorativas até então vigentes (ALONSO, 2009; CARLOS, 2009).

Apesar de algumas variações entre as visões de Habermas, Melucci e Touraine, de modo geral os novos movimentos sociais seriam, então,

[...] formas particularistas de resistência, reativas aos rumos do desenvolvimento socioeconômico e em busca da reapropriação de tempo, espaço e relações cotidianas. Contestações “pós-materialistas”, com motivações de ordem simbólica e voltadas para a construção ou o reconhecimento de identidades coletivas (ALONSO, 2009, p. 64).

Melucci (1988) teoriza sobre a formação do ator coletivo, elaborando uma explicação construcionista. Sob sua perspectiva, à medida em que os atores interagem, produzem e negociam permanentemente significados e, nesse processo de comunicação, compreendem o que têm em comum, dando sentido ao “estar junto” e decidindo quanto a suas ações. Assim, vão definindo e redefinindo suas identidades coletivas e percebem, no curso da ação, as possibilidades e os limites que se apresentam no contexto em que atuam.

Na TPP, a sensação de pertencimento a dada categoria é colocada como componente que leva à solidariedade entre os agentes individuais, esta necessária para a produção do ator coletivo. Em sua origem e por um certo período, a teoria não incorporava a ideia de “identidades coletivas” apresentada pela TNMS, que envolve, inclusive, processos contínuos de redefinição. Entretanto, diante de críticas quanto a um excessivo estruturalismo e uma insuficiente abordagem cultural, autores da TPP adotaram esse conceito (TILLY; TARROW; McADAM, 2001 apud ALONSO, 2009).

Em termos de estímulo ao engajamento dos agentes, a TMR e a TPP, mencionadas anteriormente, argumentam que relações ou organizações já existentes facilitam esse engajamento. A TNMS corrobora com essa ideia, porém, enquanto os primeiros falam em “estruturas de mobilização”, a TNMS recorre à noção de “redes de relacionamento”, onde se construiriam motivações para a ação coletiva (Melucci, 1988). Nesse sentido, é possível dizer que a existência de redes de movimentos que atuam em torno da pauta dos direitos das mulheres facilita o engajamento de novos agentes, ainda não associados a alguma ação coletiva, e, indo mais além, dizer que as relações que se estabelecem nessas redes reforçam a

ação coletiva dos movimentos, podendo estimular, inclusive, o florescimento de novas mobilizações.

A TNMS ganhou notoriedade no Brasil e foi largamente aplicada na América Latina. Touraine, entretanto, reconhece particularidades do caso latinoamericano que devem ser consideradas para não se incorrer em erros de análise. Aqui as demandas econômicas seguem relevantes, tem-se que as mudanças estruturais que aconteceram na Europa não se deram da mesma forma na América Latina. Touraine, visando ainda englobar os movimentos latinoamericanos dentre os “novos”, argumenta que haveria na região uma combinação *sui generis* de demandas materiais e pós-materiais (TOURAINÉ, 1989b apud ALONSO, 2009).

Ao longo dos anos 1990, os debates relativos às sociologias relacionais desviaram o foco das elaborações das teorias dos movimentos sociais em direção, não mais a uma explicação para o surgimento da ação coletiva e o que a estrutura, mas às teias de interdependência social que dão forma às mobilizações e as influenciam. Os movimentos passaram a ser vistos mais como fluxos contínuos de interações sociais e menos como organizações burocratizadas, de formato próximo ao institucional (ALONSO, 2009). A sociologia relacional encontra espaço de estudo no campo da ação coletiva ao perceber uma lacuna nas pesquisas quanto às interações entre atores, organizações, movimentos e instituições. Reconhecia-se a existência de uma grande variedade de redes sociais presentes na estruturação da ação coletiva, porém as mesmas eram quase sempre ignoradas pelos estudiosos de movimentos sociais (DIANI, 2006 apud CARLOS 2009).

Diani (2003) oferece ricos debates nessa seara, e usa a noção de redes sociais para compreender e descrever os movimentos. Para Diani (1992, p. 1) movimentos sociais são redes “de interações informais, entre uma pluralidade de indivíduos, grupos ou associações, engajados em um conflito político ou cultural, baseado em uma identidade coletiva compartilhada”. O autor sistematiza o conceito de **Rede de Movimento Social (RMS)**, que visa analisar o movimento em sua abrangência, complexidade e heterogeneidade (CARLOS, 2009).

A compreensão de movimento enquanto rede oferece avanços frente a outras teorias que caracterizavam o movimento, grosso modo, de forma estática. O conceito de movimento social até então mais utilizado vinha da TMR, que o trata enquanto uma organização ou, nomeadamente, uma Organização de Movimento

Social (OMS). Os teóricos dessa corrente tratam os movimentos enquanto entidades burocráticas ordenadas, não espontâneas e formalmente conduzidas. Além disso, ainda que considerem que as táticas utilizadas na mobilização de recursos são influenciadas pela competição ou cooperação inter-organizacional, o principal foco da TMR é nas organizações de movimentos, antes que na relação entre eles (CARLOS, 2009).

Conceber os movimentos sociais enquanto redes oferece uma alternativa à ideia de OMS. Ainda que a organização formal do movimento possa ser importante, não é seu elemento chave. Carlos (2009) argumenta sobre as vantagens de se estudar os movimentos enquanto redes:

A noção de movimento como rede permite seu estudo como um todo, onde grupos e organizações com vários níveis de formalização e ligados em modelos de interação, intercambiam entre os diferentes espaços e níveis de centralidade e produzem relações de cooperação ou antagonismo; na rede de movimento as relações podem consistir em laços diretos ou indiretos, as relações podem ser simples ou múltiplas, e a fronteira da rede representa sua própria estrutura que é contingente, fluida e dinâmica.

À emergência de novas redes de movimentos sociais de interdependência entre militantes e/ou organizações, corresponde a produção de identidades, que os conecta em torno de um sentimento de compromisso compartilhado frente a determinados objetivos. A presença de sentimentos de identidade e solidariedade coletiva fortalece os atores que os compartilham tornando mais fácil enfrentar riscos e incertezas ligadas à ação coletiva. Essas redes oferecem uma grade de oportunidades para os que nela se relacionam, possibilitado, entre outras coisas, troca de informações e suporte mútuo (DELLA PORTA; DIANI, 2006).

Assim, a análise de redes sociais tem muito o que contribuir nesse campo de estudos ao se basear na premissa de que as relações que atores coletivos, organizações ou movimentos estabelecem entre si, ou com instituições, estruturam sua vida social. O estudo de movimentos sociais a partir de suas redes possibilita, assim, reconstituir o denso e complexo tecido relacional que estrutura as relações entre atores sociais no interior de grupos e organizações específicas ao movimento, e as relações dos movimentos com atores político-institucionais (CARLOS, 2009).

Esse tipo de análise ganha relevância, também, quando o conceito de identidade coletiva abordado possibilita tanto uma visão dinâmica da ação coletiva, quanto o entendimento da influência do campo social na formação dessa identidade

coletiva. O campo social é visto, então, enquanto *locus* de interface, conflito e troca daquele ator com demais atores coletivos ou, até mesmo, com atores político-institucionais. Desse modo, reconhecendo a dimensão relacional da ação coletiva e a importância das redes de relações sociais que se constituem interna e externamente ao movimento social, fica margem para que se estude os movimentos a partir de suas redes sociais, abordagem que se aproxima àquela de Diani (1992; 2003).

A presença de uma identidade coletiva que vai além de eventos esporádicos e reúne as diferentes manifestações e práticas dos atores, agrupando os diferentes contextos e especialidades envolvidas é o principal delimitador da rede de um dado movimento social, dos atores que nela interagem (CARLOS, 2009). Nesse sentido,

o movimento social (ou sua rede) é uma estrutura informal de organizações, grupos e indivíduos ligados por identidades coletivas ou reconhecimento mútuo, cuja ação pode ocorrer ao longo de um *continuun* temporal e perpassar períodos de protesto específico e de articulação com canais da política institucional (CARLOS, 2009).

Assim, a noção de RMS abarca uma diversidade de repertórios de atuação dos atores, assim como permite compreender o movimento como um *continuun* atividade e identidade, que se reformula no tempo. Ao contrário de algumas concepções anteriores que enxergavam o movimento como fenômenos essencialmente extrainstitucionais<sup>1</sup>, a concepção de RMS investe na ideia de uma conectividade entre os atores, sejam eles agentes sociais ou político-institucionais. Tem-se na perspectiva da RMS uma visão não dicotômica entre ação extrainstitucional e intrainstitucional, sendo as fronteiras entre essas duas formas de atuação nem sempre precisas e impermeáveis. Os movimentos podem, simultaneamente, atuar tanto em ações de protesto, extrainstitucionais, quanto em fóruns e canais da política institucional. Eles desenvolvem relações complexas e diversificadas com o sistema político e, na relação com o Estado, em vez de constituírem modelos puros, coerentes e estáveis, muitos dos movimentos sociais combinam dimensões multifacetadas da ação coletiva, frente às múltiplas

---

<sup>1</sup> Nota-se contraposição na TNMS, por exemplo, para a qual toda forma de relação com o Estado leva a uma cooptação e perda de autonomia dos atores sociais (CARLOS, 2009). O movimento feminista foi usado por teóricos da TNMS como exemplo modelo, porém deve-se ressaltar que, nas últimas décadas, o movimento tem ampliado sua atuação intra-institucional.

possibilidades de interação. Nestes espaços diversos de atuação desenvolvem e reelaboram suas identidades coletivas todo o tempo, continuamente (CARLOS, 2009; CARLOS, 2015, p. 22).

De modo complementar, Carlos, Dowbor e Albuquerque (2017), afirmam que o entendimento da atividade dos movimentos sociais não pode ser reduzido ao da política de confronto proposta pelos teóricos da TPP. Não necessariamente o conjunto de atividades nas quais os movimentos se engajam implicam em conflito com os detentores de poder, podendo em alguns momentos cooperarem com o Estado, colaborar na elaboração e na implementação de políticas públicas, assim como combinarem uma pluralidade de formas de relação com o Estado, articulando ação institucionalizada e não institucionalizada a depender da circunstância.

Estudos realizados acerca do processo de interação entre o movimento feminista e instituições deixam claro que muitos dos movimentos de mulheres constituem relações e formam alianças com partidos políticos, poder judiciário e agências do estado, refutando a tese que distingue o movimento como estratégia extrainstitucional, e alargando a visão sobre sua atuação, que não se restringe ao confronto (MISCHE, 2008 apud OLIVEIRA, 2017).

Deve-se entender, então, as esferas societária e institucional como campos em interação, continuamente coconstituídos e de fronteiras fluidas e imprecisas (CARLOS, 2015).

Ao longo da última década muito foi produzido em termos de estudos quanto aos resultados dos movimentos sociais. Se chegou a um certo consenso de que as consequências de determinada ação coletiva não devem ser reduzidas a termos como “sucesso” e “fracasso”, que não compreendem a complexidade e a amplitude dos desdobramentos das ações coletivas na sociedade (BOSI; UBA, 2009).

As atividades de movimentos sociais, sejam elas de longa ou curta duração, podem levar a resultados no domínio político, cultural e biográfico, podendo ser os resultados intencionais ou não. Os resultados políticos, mais amplamente estudados, referem-se às mudanças nas políticas públicas, legislação, política partidária, instituições ou regimes políticos. O domínio biográfico, enquanto isso, trata das trajetórias e estilos de vida dos ativistas, que podem ser modificados a partir de sua mobilização e participação no movimento. Já o domínio cultural, por sua vez, se refere aos impactos dos movimentos sobre os valores e visões de

mundo da sociedade, inclusa aqui a possibilidade da produção de novas práticas culturais (BOSI; UBA, 2009).

Por outro lado, estudos sobre as **conexões entre associativismo e democracia** têm sido conduzidos (COHEN; ROGERS, 1995, PUTNAM, 2000), e tem-se chegado a novas reflexões sobre as contribuições do associativismo para uma governança mais democrática (FUNG, 2003). Tais contribuições podem ser entendidas, da mesma forma, como resultados não pretendidos da ação de movimentos sociais, uma forma de associativismo.

Fung (2003) distingue seis formas de contribuição das associações para a democracia: (1) a liberdade de associação pode ser vista como um valor por si só, componente intrínseco da democracia; (2) a nível psicológico e individual, o associativismo promove a socialização cívica e a educação política dos cidadãos, partindo da ideia de que as associações afetam os valores, hábitos e comportamentos dos atores; (3) associações contribuem acompanhando e verificando o trabalho do poder público, resistindo a poderes ilegítimos ou permitindo a indivíduos que atuem em arenas políticas; (4) facilitam a representação de interesses dos indivíduos ao criarem novos canais de pressão e expressão dos interesses dos indivíduos e canalizarem demandas antes dispersas; (5) são espaços de negociação e deliberação entre os cidadãos quanto a opiniões, demandas e críticas do coletivo, fortalecendo a chamada esfera pública e dando mais centralidade ao debate, em contraponto à tomada de decisões verticalizadas, por força do status ou do dinheiro; (6) alguns tipos de associações criam caminhos para participação direta da população na regulação e/ou produção de políticas públicas.

As formas organizativas e os objetivos das associações são alguns dos fatores que determinam a qual nível elas contribuirão para a democracia. Da mesma forma, dizer quais as contribuições que poderão se dar em cada caso varia segundo a visão de democracia sobre a qual se trabalha<sup>2</sup> (FUNG, 2003). Para este trabalho, quando o debate das contribuições do associativismo for abordado, focar-se-á especificamente nos movimentos sociais enquanto tipo associativo.

---

<sup>2</sup> FUNG (2003) discute as contribuições do associativismo para a democracia a partir das visões de democracia liberal, representativa e participativa. Por se apoiar nas reflexões propostas por este autor para tratar da relação entre associativismo e democracia, este trabalho não discute o caso da democracia deliberativa.

Na visão liberal da democracia deve-se, sobretudo, respeitar um amplo leque de direitos individuais dos cidadãos. Assim, nessa perspectiva, as associações resultam naturalmente do exercício desses direitos - direito de se associar -, à medida em que os indivíduos buscam realizar seus desejos e alcançar seus objetivos privados e coletivos. Ou seja, sob essa visão, a democracia é quem mais contribui para as associações, e não o contrário. Os democratas liberais não veem necessidade de se preocupar com perguntas quanto à forma das associações e seu modo organizativo, já que a liberdade de associação já é em si um valor para a democracia. Além disso, algumas das contribuições elencadas acima podem, inclusive, serem vistas de forma negativa por esses teóricos, visto que têm a potencialidade de estender o papel do Estado. Movimentos de mulheres podem exigir, por exemplo, que o Estado amplie sua proteção a mulheres vítimas de violência, ou que implemente políticas públicas de geração de renda para mulheres pobres. O aumento da participação direta da população amplia seu poder coercitivo sobre as medidas a serem tomadas pelo Estado, podendo forçá-lo a atuar mais fortemente em áreas que os liberais consideram como espaços restritos às escolhas individuais (FUNG, 2003).

Os liberais podem se simpatizar com as contribuições quanto à maior fiscalização das ações do governo, já que cidadãos passarão a checar se o Estado está expandindo sua atuação para searas nas quais não caberia a ele atuar. O cultivo de valores cívicos, como tolerância, também pode ser favorável nesse aspecto. Fung (2003) sustenta que em uma sociedade com esses valores mais enraizados o Estado pode se mostrar menos disposto a infringir os direitos individuais dos cidadãos.

Para os democratas representativos, as contribuições que o associativismo oferece podem revitalizar este regime. São aqui especialmente relevantes o fortalecimento da disposição cívica dos cidadãos e o reforço da educação política; a maior facilidade para que se represente os interesses da população – o que qualifica a representação, qualificando, por consequência, a democracia; e a facilitação da esfera pública, ambiente de deliberação aberta e conjunta, de comunicação e negociação (FUNG, 2003).

Para os teóricos da democracia participativa de modo geral, pode-se dizer que a contribuição do associativismo que mais ganha ênfase é a relativa à socialização cívica e a educação política.

Fung (2003) apresenta duas das diferentes visões que a literatura traz quanto a influência das associações nos comportamentos, hábitos e valores dos indivíduos. Uma delas foca nas atitudes e na disposição dos cidadãos para se envolver em assuntos públicos. Nessa perspectiva, se associar ou participar em espaços associativos imprimiria nos indivíduos virtudes cívicas, como a atenção ao bem público, hábitos de cooperação, tolerância e a disposição para participar na vida pública. A segunda perspectiva abordada por Fung foca nas habilidades cívicas a serem desenvolvidas pela participação, ou, nos termos do autor, pela associação. Pode-se dizer que, segundo essa visão, os movimentos seriam espaços onde seus membros aprenderiam habilidades úteis para a atuação política, como organizar reuniões e falar publicamente.

Para entender o porquê da centralidade dessa contribuição para a visão participativa da democracia deve-se compreender o que essa teoria propõe.

Os teóricos da democracia participativa propõem formas alternativas de organização política e de compreensão da participação frente à situação que se tem hoje, na qual a participação é integralmente enquadrada pelo sistema político, sendo validada como participação política somente aquela que se dirige a esse sistema. Nele, ainda que se possa questionar como o controle de diferentes recursos ou as clivagens de classe, gênero e raça afetam as possibilidades de participação, há pouco espaço para colocar em questão o processo geral de tomada de decisões políticas (MIGUEL, 2017).

Pateman (1992 [1970]), em sua obra “Participação e Teoria Democrática”, elabora um influente entendimento de democracia participativa trazendo, dialógicamente, autores “clássicos” da teoria, como Jean-Jacques Rousseau e John Stuart Mill. A compreensão que Pateman elabora prevê a expansão dos procedimentos democráticos para além do Estado, tratando os espaços de vivência cotidiana como *locus* de educação política. Trata-se de uma democratização da vida cotidiana. Assim, quando se fala em democracia participativa, indica-se algo muito mais amplo do que um conjunto de arranjos institucionais.

Nesse modelo, a experiência da participação, inclusive em áreas alternativas ao ambiente político institucional, assume papel central e se torna extremamente valorosa. A partir disso, é possível dizer que as associações, ao proverem aos indivíduos possibilidades de participação, contribuem por si só para a qualificação da democracia.

Uma maior participação dos indivíduos nos processos de tomada de decisão - especial importância é dada para a democratização dos ambientes de trabalho, espaços hoje de intensa alienação - faz com que ganhem maior controle sobre o curso de suas vidas e sobre a estrutura do meio em que vivem, e tanto sua sensação de liberdade quanto sua liberdade efetiva aumentam (PATEMAN, 1992 [1970]).

Outra função da participação para a teoria da democracia participativa, e talvez a mais valiosa, é a educativa. Aqui se considera educação no sentido amplo do termo. Quando o indivíduo se envolve apenas em suas questões privadas, não desenvolve capacidades para empreender ações públicas responsáveis. Ao passo de que quando se envolve em assuntos públicos é “forçado” a ampliar seus horizontes, e aprende a avaliar melhor a conexão entre as esferas públicas e privadas. Além disso, entendendo que, para participar e contribuir efetivamente nos processos de tomada de decisão os indivíduos precisam estar bem informados, a participação levaria não só a um maior controle das pessoas sobre suas próprias vidas, mas a uma ampliação em sua educação política (PATEMAN, 1992 [1970]).

É possível traçar um paralelo entre a função educativa da participação defendida pelos democratas participativos, e a contribuição do associativismo no sentido da promoção de uma socialização cívica e educação política. Fung (2003) é um democrata participativo e trabalha essa contribuição. Para os democratas participativos, as pessoas devem participar ao máximo nas diversas esferas de suas vidas, de modo que o “treinamento social” possa acontecer nessas variadas áreas. Assim, tanto suas qualidades psicológicas e atitudes, quanto suas habilidades democráticas teriam espaço para se desenvolverem (PATEMAN, 1992 [1970]). É justamente a esse “treinamento” que Fung se refere quando diz que as associações contribuem para a democracia ao influenciarem as atitudes, os valores e os hábitos dos seus membros.

Mais bem informados e conectados com a vida pública, os indivíduos estariam também mais bem preparados para fiscalizar as ações de seus representantes e demandar políticas que os atendem. A chamada *accountability* seria, então, aprimorada com o “treinamento social” oferecido pela participação na base.

Relaciona-se com essa contribuição da experiência da participação para a democracia, as contribuições do associativismo relativas à ampliação e à

qualificação da fiscalização dos governantes, também indicadas por Fung (2003). Ele argumenta que associações oferecem resistência à dominação e a autoridades ilegítimas, sendo especialmente importantes em períodos antidemocráticos ou nos quais a democracia se encontra fragilizada. Em períodos democraticamente estáveis elas contribuem também fiscalizando a ação das instituições e dos representantes, de modo a coibir atitudes corruptas ou influências de certos grupos de poder.

Ressalta-se que, na teoria participativa da democracia, a representação e a participação não são necessariamente excludentes, e que a compreensão de como os níveis micro e macro se articulam e se influenciam é essencial para dar sentido a esse modelo. J. S. Mill dá especial atenção ao nível local, argumentando que, para que o indivíduo participe efetivamente do governo nacional, precisa aprender a se autogovernar e precisa desenvolver as qualidades necessárias participando a nível local (MIGUEL, 2017; PATEMAN, 1920 [1970]).

Conclui-se, partindo das teorias e inter-relações apresentadas, que o associativismo pode ser facilmente atrelado à qualificação da democracia. Trazendo olhares para os movimentos sociais, ou para as redes de movimentos sociais, enquanto espaços de associativismo baseados na intensa participação dos cidadãos, pode-se dizer que são por si só valorosos. Além disso, exercem um papel importante na fiscalização do andamento das instituições e, sobretudo, na promoção de uma educação cívica e política a seus membros.

Os indivíduos e suas instituições não podem, então, ser considerados de maneira isolada. Está na base na teoria da democracia participativa a asserção defendida por seus autores do vínculo existente entre os indivíduos, suas habilidades, qualidades e características psicológicas, de um lado, e os tipos de instituições, de outro. A ação social e política responsável, comprometida com a coletividade para além dos desejos individuais dos cidadãos, depende, em larga medida, de como funcionam as instituições dentro das quais eles atuam (PATEMAN, 1920 [1970]).

Nesse ponto, a discussão se aproxima a argumentos de autores da sociologia relacional, quando enfocam nas interações entre os atores, movimentos e instituições. Essas visões convergem com a ideia de que políticas promovidas pelo governo têm capacidade de incidir sobre os movimentos sociais, sua atuação e suas redes. Trazendo o olhar para este trabalho, pode-se sugerir a capacidade da pasta

de políticas para as mulheres do Estado de Minas Gerais de incidir sobre as redes de movimentos que atuam em torno dos direitos das mulheres no estado.

### 3 A TRAJETÓRIA DO MOVIMENTO FEMINISTA E A TEORIA POLÍTICA FEMINISTA

Antes que se realize a análise das redes de movimentos feministas que atuam no Estado de Minas Gerais e se discuta a relação desses movimentos com o Estado, é importante que se compreenda a trajetória do movimento feminista e o modo como se deu a construção da relação do Estado brasileiro com o movimento. A atuação dos movimentos hoje não deve ser compreendida enquanto isolada no tempo, mas como inserida em um processo histórico de mobilização e ação de milhares de mulheres ao redor do mundo. Deve-se, assim, compreender o que os antecedeu, como tem sido enxergado o momento atual do feminismo e como a academia tem analisado o movimento ao longo dos anos.

#### 3.1 A perspectiva de Fraser

Ao longo da história do mundo, sempre houve mulheres que fizeram de sua existência símbolo de resistência, se rebelando, de forma mais ou menos organizada, contra as opressões e as condições de desigualdade que lhes eram impostas. Entretanto, foi na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX que as lutas e manifestações esparsas, observadas até então, deram lugar a formas de resistência mais organizadas e orgânicas em torno, mais especificamente, do direito político das mulheres de votarem e serem votadas. O apelido “movimento sufragista” não apenas se espalhou pela Europa e pelos Estados Unidos, como pôde ser observado também no Brasil (PINTO, 2003).

Nancy Fraser, teórica norte-americana de grande renome e que se debruça sobre a teoria política feminista, compreende ser a história do feminismo composta por duas ondas. A **primeira onda**, um pouco mais consensuada entre os teóricos do campo, referente ao período dos movimentos sufragistas por direitos políticos, que teria se delineado de fins do século XIX a meados do século XX, e a segunda, que teria irrompido no início da década de 1970, nos Estados de Bem-estar Social da OCDE e nos “Estados desenvolvimentistas”, ex-colônias do período pós-guerra (FRASER, 2009).

A teórica entende a **segunda onda** do feminismo como composta por **três fases**: a era pós-guerra da “sociedade capitalista organizada pelo Estado”, a época do Estado neoliberal e uma nova era pós-neoliberal.

A segunda onda teria surgido no cenário de um capitalismo organizado pelo Estado, entendendo por “capitalismo organizado pelo Estado” uma formação social na qual os estados exerceram um papel ativo em conduzir as suas economias nacionais. Nas nações de capitalismo avançado da Europa Ocidental e América do Norte, se trata do chamado Estado de Bem-Estar Social. Ali, esse “capitalismo organizado pelo Estado” vai se ocupar do uso ferramentas keynesianas para suavizar os ciclos de crescimento e a queda do capitalismo e guiar o desenvolvimento econômico nacional no sentido do emprego quase pleno para os homens. Fraser sustenta que uma variante do capitalismo organizado pelo Estado poderia também ser encontrada em ex-colônias empobrecidas, os “Estados desenvolvimentistas” recém independentes que vinham desenvolvendo políticas de substituição de importação e nacionalização de indústrias-chave (FRASER, 2007; 2009).

As nações da Europa Ocidental e América do Norte vinham dando conta de incorporar movimentos de trabalhadores, tinham construído um abrangente Estado de bem-estar social e institucionalizado alguma solidariedade entre as classes dentro de seus territórios. Como era de se esperar, entretanto, esse acordo de classe repousava sobre uma série de exclusões de gênero, raça e etnia, além da exploração neocolonial. Tais problemas permaneceram latentes no imaginário construído pela social democracia e, enfatizando a redistribuição entre as classes, criou-se um cinturão de prósperas sociedades de consumo de massa no Atlântico Norte, que camuflava conflitos sociais (FRASER, 2007).

Na década de 1960, a relativa calma do Estado de Bem-Estar Social se desfez, diante de uma explosão internacional de movimentos contra a segregação racial e a Guerra do Vietnã. Com isso, questionamentos vieram à tona quanto aos valores e padrões comportamentais naturalizados pela social democracia: repressão sexual, sexismo e heteronormatividade; materialismo, cultura corporativa e a “ética do sucesso”; consumismo, burocracia e “controle social”. Diante disso, novos atores sociais foram formando novos movimentos sociais, e a segunda onda do feminismo ocupa um lugar importante nesse cenário ao desafiar as exclusões de gênero presentes no sistema<sup>3</sup> (FRASER, 2007).

---

<sup>3</sup> Vale ressaltar que foi no contexto do surgimento desses novos movimentos que foram desenvolvidas as teorias dos movimentos sociais já apresentadas no capítulo 2 deste trabalho (ALONSO, 2009).

As feministas desse período, entendido como a **primeira fase** da segunda onda, ao lado de outros movimentos emancipatórios, visavam transformar o imaginário político economicista da época, então centrado apenas na questão da distribuição entre classes. Elas romperam com esse imaginário monista de justiça e abriram a discussão para uma visão de justiça tridimensional, abrangendo economia, cultura e política. Visavam ampliar a compreensão sobre as diversas formas de dominação masculina, e politizaram o “pessoal”, expandindo as fronteiras de contestação pública para além da redistribuição socioeconômica e colocando em debate os temas do trabalho doméstico, a sexualidade e a reprodução (FRASER, 2007; 2009).

Ainda que houvessem algumas discordâncias entre as feministas da época, liberais, socialistas, antiimperialistas e feministas negras, a maior parte delas - exceção para as feministas liberais - entendia ser a subordinação das mulheres sistêmica e fundamentada nas estruturas da sociedade, de forma que devia-se transformar radicalmente as estruturas profundas da totalidade social. Esse compromisso com a transformação sistêmica denotava a natureza emancipatória do movimento percebida em sua origem (FRASER, 2009).

Nessa primeira fase da segunda onda do feminismo as mulheres também denunciavam o androcentrismo presente no capitalismo organizado pelo Estado, aquele fundamentado em uma divisão sexista do trabalho que sistematicamente desvalorizava atividades executadas por mulheres (FRASER, 2009).

A cultura política desse capitalismo entendia ser o cidadão de tipo ideal aquele trabalhador masculino pertencente à maioria étnica – chefe e homem de família, e sustentava a ideia de que o salário deste trabalhador deveria ser o principal, se não o exclusivo, sustento econômico de sua família, enquanto quaisquer salários ganhos pela sua esposa deveriam ser meramente suplementares. Esta construção quanto aos papéis de cada um no sustento da família, chamada por Fraser de “salário família” institucionalizava compreensões androcêntricas de família e trabalho e naturalizava injustiças de gênero. Diante disso, as feministas desse período condenavam e lutavam contra essa construção (FRASER, 2009).

Os partidos e demais movimentos de esquerda eram também espaços de disputa para as feministas socialistas, as feministas antiimperialistas e as feministas negras, que precisavam lutar não apenas contra o sexismo de seus companheiros

de militância, como também para que as questões de gênero fossem tratadas como prioridade (FRASER, 2009).

Também, os movimentos feministas da época além de criticarem o paternalismo do Estado, rejeitavam a prática organizacional daquele capitalismo, ligada a um *ethos* burocrático-gerencial. Acrescentando análise de gênero e desenvolvendo um contra-*ethos* horizontal de conexão fraternal, elas criaram uma nova prática organizacional de aumento da conscientização. Se intitularam como um movimento contracultural democratizante – anti-hierárquico, participativo e popular. A maioria das feministas da época, vale dizer, não rejeitava de todo as instituições estatais, mas vislumbrava um Estado democrático e participativo e buscava infundir nessas instituições valores feministas (FRASER, 2009).

Outra característica do Estado de Bem-Estar Social que teria sido criticada pelas feministas na primeira fase da segunda onda do feminismo foi a visão vestfaliana. Sob essa visão, entende-se que comprometer-se com a justiça se aplicam apenas a concidadãos. Assim, reivindicações de justiça são canalizadas nas arenas políticas internas de Estados territoriais e o alcance da justiça é truncado, marginalizando as injustiças transfronteiriças.

As feministas tinham uma relação ambivalente com o vestfalianismo. Ao mesmo tempo em que eram sensíveis às injustiças transfronteiriças - destacam-se aqui as feministas das nações ex-colônias, que entrelaçavam a discussão de gênero com a discussão sobre o imperialismo -, na prática, as reivindicações, as movimentações e as ações políticas seguiam direcionadas a seus Estados nacionais, ainda que criticassem isso a nível teórico. Vale apontar, entretanto, para o fato de que a tecnologia para formação de redes transnacionais em tempo real ainda não estava disponível, sendo isso um dificultador para a prática antivestfaliana (FRASER, 2009).

Em síntese, para Fraser, a segunda onda do feminismo, em sua primeira fase, buscou superar a visão monista de justiça que focava apenas na dimensão econômica e distributiva, ampliando-a no sentido de levar em conta também dimensões culturais e políticas; substituir o androcentrismo presente na difundida cultura do “salário família” pela visão de família com dois assalariados, ao mesmo tempo em que se valorizasse a provisão de cuidados e se acabasse com a divisão sexista de trabalho; democratizar o poder estatal, com maior participação cidadã,

*accountability* e expressão de justiça de gênero nas instituições estatais (FRASER, 2009).

A segunda onda veio, assim, aderindo a um projeto político transformador, crítico à concepção restrita da injustiça e à sociedade capitalista. Para correntes mais avançadas do movimento,

o feminismo surgiu como parte de um projeto emancipatório mais amplo, no qual as lutas contra injustiças de gênero estavam necessariamente ligadas a lutas contra o racismo, o imperialismo, a homofobia e a dominação de classes, todas as quais exigiam uma transformação das estruturas profundas da sociedade capitalista (FRASER, 2009, p. 22).

Contudo, a ascensão de governos conservadores na América do Norte e na Europa Ocidental, assim como a posterior queda do comunismo no leste europeu, trouxeram à tona o neoliberalismo. A social democracia passou a ter sua legitimidade questionada e a se posicionar na defensiva. Diante disso, o feminismo, que vinha tendo o Estado de Bem-Estar Social como ponto de partida para transformações, buscando expandir as noções de justiça e o *ethos* igualitário da classe para o gênero, viu suas reivindicações perderem espaço. Assim, “gravitaram para novas gramáticas de reivindicações políticas, mais próximas do *Zeitgeist* pós-socialista” (FRASER, 2007, p.296).

A ascensão do neoliberalismo alterou o terreno sobre o qual o feminismo deveria operar, e Fraser sustenta que, como efeito dessa mudança drástica, os ideais feministas foram ressignificados, e as aspirações emancipatórias notadas na primeira fase, se tornaram aqui mais ambíguas (FRASER, 2009).

A **segunda fase** da segunda onda do feminismo assumiu uma dinâmica voltada a reivindicações por reconhecimento. Sem vislumbrar a possibilidade de obtenção de progresso contra as injustiças da política econômica, preferiram se voltar para males advindos de padrões antropocêntricos estabelecidos na sociedade. Assim, o imaginário feminista se alterou bruscamente: enquanto na primeira fase, as feministas buscavam ampliar a concepção de justiça visando equidade social em termos econômicos, culturais e políticos, nesta fase direcionavam o foco da luta para mudanças culturais de forma apartada das demais dimensões de injustiças. Nota-se que o foco excessivo na dimensão econômica da injustiça, criticado na primeira fase, aqui dá lugar a um foco excessivo na dimensão

cultural, e não a um paradigma mais amplo que conjuga, de fato, tanto redistribuição quanto reconhecimento (FRASER, 2007; 2009).

A priorização do reconhecimento e a subestimação da crítica da economia política se deu em um péssimo momento: o neoliberalismo vinha, justamente, buscando apagar na sociedade os valores relativos ao igualitarismo social, e era necessária atenção redobrada dos movimentos quanto a políticas de redistribuição. Além disso, com o tempo, a crítica cultural não apenas foi se descolando da crítica econômica, mas das posições anticapitalistas (FRASER, 2007; 2009).

Boltanski e Chiapello (2005) argumentam que capitalismo se refaz periodicamente em momentos de ruptura histórica recuperando as críticas dirigidas a ele, ressignificando-as para legitimar uma nova forma de capitalismo. Nesse sentido, Fraser sustenta a ideia de que essa nova forma de organização do capitalismo substituiu, por conveniência e para intensificar sua exploração, o ideal do “salário família”, tanto criticado pelas feministas, por um ideal de dois assalariados. Segundo ela, quando as mulheres passaram a ser trabalhadoras indispensáveis e encheram os mercados de trabalho mundiais, escondeu-se sob a narrativa do avanço feminino e da justiça de gênero níveis salariais decrescidos, diminuição da segurança no emprego, padrões de vida em declínio, um aumento abrupto no número de horas trabalhadas em troca de salários por família e uma exacerbação do turno dobrado, por exemplo (FRASER, 2009).

Da mesma forma, nessa segunda fase da segunda onda do feminismo, o neoliberalismo teria aproximado a crítica feita pelos movimentos de mulheres quanto ao paternalismo burocrático do Estado, da crítica ao Estado protecionista, feita pelos governos conservadores para justificar uma diminuição na atuação estatal. Nas pós-colônias, o que se observa é que, diante de Estados cada vez mais encolhidos, ONGs se proliferaram preenchendo lacunas. De modo positivo, forneceram ajuda à parcela da população desassistida pelo Estado diante de situações urgentes. Entretanto, são também observadas críticas no sentido de que as ONGs seriam tecnocratas e sua atuação se distanciaria da contestação e despolitizaria os grupos locais (ALVAREZ, 1999; FRASER, 2009).

Além disso, tem-se que, nessa segunda fase, em um novo contexto de globalização e dispondo de novas tecnologias de comunicação, os movimentos feministas interagiram mais amplamente com organizações internacionais e

movimentos sociais de outras regiões, de modo a estabelecer redes e operacionalizar melhor a ação transnacional. As feministas foram capazes de mobilizar intuições pós-vestfalianas que antes haviam permanecido impraticáveis (FRASER, 2009).

Ao mesmo tempo, essa virada transnacional trouxe algumas dificuldades para o movimento feminista. Frente a impedimentos de atuação na política interna de seus países, muitas vezes direcionaram suas energias para a atuação em espaços internacionais nos quais notou-se, em alguns momentos, subjugação das questões relacionadas à pobreza e o reforço das ideias de reconhecimento sobre as de redistribuição. Além disso, segundo Fraser, esses espaços reforçam o distanciamento entre atuação profissional e grupos locais, e dão voz privilegiada a falantes da língua inglesa (FRASER, 2009).

De modo geral, pode-se dizer, então, que a segunda fase da segunda onda feminista conviveu com a resignificação de suas lutas pelo neoliberalismo. De forma central, teve como tendência subordinar lutas sociais às lutas culturais, a política de redistribuição à política do reconhecimento. Fraser entende que essa não foi a intenção original dos proponentes da virada cultural, que pressupunham, ao contrário, que a política feminista de identidade e diferença criaria uma sinergia com as lutas pela igualdade social. Não foi o que aconteceu. A teórica aponta para movimentos similares de ascensão da política de identidade em outras pautas progressistas, não sendo especificidade do movimento feminista (FRASER, 2007).

Fraser argumenta, então, que a **terceira fase** do feminismo vem sendo construída. A crise financeira global de 2008 teria trazido a possibilidade de uma nova grande transformação no capitalismo. A nova forma da sociedade estaria agora, então, em disputa. Nesse sentido, as feministas teriam papel importante em buscar garantir o compromisso com a justiça de gênero neste outro modelo, seja ele qual for se delinear. Segundo Fraser, as áreas da política feminista que operam nos espaços transnacionais, sensibilizadas pelo avanço do neoliberalismo, vêm construindo uma nova e promissora síntese entre as dimensões econômica, política e cultural da injustiça, além de vir atuando de forma a mudar a escala da política feminista. São conscientes de que limitar a luta ao quadro do Estado territorial não permite as transformações necessárias, entendendo que esse quadro limita o alcance da justiça às instituições dentro do próprio Estado e sistematicamente

obscurece fontes de injustiça que atravessam fronteiras e que compõem as relações sociais transnacionais (FRASER, 2007; 2009).

Quanto às ressignificações das pautas feministas operadas pelo neoliberalismo na segunda fase, a teórica argumenta ser a terceira fase o momento de ir contra essas ressignificações que teriam servido para alimentar o neoliberalismo. O momento é de retomar a perspectiva multidimensional de justiça e a crítica ao capitalismo, de romper com a ligação espúria entre o “salário família” e o capitalismo flexível, de reivindicar a democracia participativa no sentido do fortalecimento do poder público e de militar por uma nova ordem política pós-vestfaliana (FRASER, 2009).

### **3.2 Críticas à teorização construída a partir do Norte global**

Observa-se que, com os anos, tanto as reivindicações quanto as formas de luta e de organização dos movimentos de mulheres ao redor do mundo vão se transformando. A partir do subtópico anterior, compreende-se que Fraser constrói um rico arcabouço teórico em torno da trajetória do feminismo. Deve-se mencionar, entretanto, que sua construção, se trazida para análise do Sul global, mais especificamente para a análise do caso latinoamericano e, de especial relevância para este trabalho, do caso brasileiro, é falha.

Para bem compreender a história desses movimentos e para bem analisá-los, deve-se ter em mente que as especificidades políticas, sociais e econômicas de cada território influenciam as dinâmicas dos movimentos sociais que ali se apresentam. Nesse sentido, os feminismos latinoamericanos tem suas próprias vicissitudes e idiossincrasias históricas, e não foram (ou são) absorvidos (pelo menos não por inteiro) pelo neoliberalismo. Pelo contrário, muito das forças do Sul global se fortaleceu por meio das lutas e reações contra o avanço do neoliberalismo na região. Além disso, é preciso ressaltar que o momento político pelo qual atravessou o Brasil e muitos outros países da América Latina em meados do séc. XX foi muito diferente daquele vivido por países do Norte global: governos ditatoriais, lutas por redemocratização e redação de novos textos constitucionais marcaram a segunda metade do séc. XX na região (MATOS, 2010).

Assim, entende-se que tratar da trajetória do feminismo a partir de um discurso generificado constitui um caminho equivocado e excludente, que não contempla as especificidades territoriais e que, por conseguinte, prejudica a

capacidade de análise e síntese das transformações políticas passadas e das possibilidades futuras. Nesse sentido, Marlise Matos (2010) em seu texto “Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global?” se propõe a desmascarar o discurso generificado proposto pelo neoliberalismo, e mostrar aos feminismos do Norte o rumo equivocado o qual eles têm seguido: apontar que o recrutamento pelo neoliberalismo não é regra. E assim, pode-se pensar sobre qual feminismo se quer construir e qual caminho pode levar efetivamente à transformação da sociedade almejada. Para isso, Mattos, em certo momento, apresenta sua perspectiva de ondas do feminismo para o caso do Brasil e da América Latina. Tratar-se-á dessas suas contribuições teóricas no subtópico seguinte, quando será abordada a trajetória histórica do movimento feminista no Brasil.

No sentido de contribuir para novas perspectivas de construção feminista, que fujam daquelas apresentadas a partir de visões focadas na dinâmica do Norte global, apresentar-se-á as considerações de Mohanty (1984; 2003), teórica feminista indiana, como já dito, que busca, justamente, apontar problemáticas advindas desse olhar marcado pela ocidentalidade.

Mohanty (1984) identifica em textos de teóricas feministas ocidentais o que ela chama de “produção da mulher do ‘Terceiro Mundo’ como um sujeito monolítico” e aponta suas consequências políticas (MOHANTY, 1984, p. 333). Ela argumenta que esses textos, de modo geral, tratam das mulheres do “Terceiro Mundo” assumindo-as enquanto um grupo coeso e de identidade homogênea, mesmo que dentro de culturas diferentes. Essa produção se dá a partir da construção de uma representação distorcida, estável, anistórica e reducionista a respeito das mulheres e dos feminismos do Terceiro Mundo (MATOS, 2010).

A legislação desses países, sua economia, a religiosidade de seu povo e suas estruturas familiares são julgadas a partir dos padrões ocidentais, e a universalidade do etnocentrismo atua definindo essas estruturas enquanto “subdesenvolvidas” ou “em desenvolvimento” (tanto ignorando em alguma medida a direcionalidade das relações de poder Primeiro-Terceiro Mundo, quanto considerando que o Primeiro Mundo seja um estágio avançado o qual o Terceiro Mundo deve alcançar futuramente). Quando isso é feito e as mulheres dessas regiões são colocadas dentro dessas estruturas, é produzida implicitamente a imagem da “mulher média do Terceiro Mundo”, e a partir daí a posição dessa mulher

no quadro de análise é colocada em lugar diferente do local ocupado pelas “mulheres do Primeiro Mundo”. A transformação da “mulher oprimida” (fica implícito que se trata da mulher ocidental) na “mulher do Terceiro Mundo oprimida”, atribui a ela uma posição específica na análise carregada de uma atitude paternalista direcionada a ela pelas demais (MOHANTY, 1984).

Quando os temas mencionados no parágrafo acima são analisados sob a visão do “subdesenvolvimento”, as mulheres dessas regiões são rapidamente identificadas enquanto um grupo com as seguintes características: tradicionais e conservadoras, ignorantes, essencialmente voltadas para a vida familiar e doméstica, não-escolarizadas, dependentes e vitimizadas pelo sistema sócio-econômico, e algumas vezes revolucionárias (sob a perspectiva de que “o país delas está caótico, em guerra, e não há outra saída possível, deve-se lutar!”) (MOHANTY, 1984).

Essa forma de enxergar as mulheres desses países, ao homogeneizar e sistematizar as experiências dos diferentes grupos que ali vivem, apaga das considerações modos marginais de existência e resistência nesses espaços, o que, inclusive, enfraquece todo o movimento, negando-o aprendizados e visões abrangentes dos contextos globais (MOHANTY, 1984).

Nesse sentido, Mohanty aponta para uma “colonização” e “apropriação” feita pelos feminismos ocidentais, em prol de uma visão reducionista, da pluralidade de experiências de diferentes mulheres que, ainda que possam viver na mesma região, são de diferentes raças, classes, religiões, culturas, etc (MOHANTY, 1984).

Contribui para esse ponto da análise mencionar que, usualmente, trata-se de conceitos como reprodução, divisão sexual do trabalho, patriarcado e família, em estudos sobre a vivência das mulheres dessas regiões, desconsiderando as especificações culturais e históricas daqueles locais e assumindo uma aplicabilidade universal. Deve-se, entretanto, impescindir de análise contextual. Como aponta Mohanty (1984, p. 348):

Se tais conceitos são assumidos como universalmente aplicáveis, a resultante homogeneização das especificidades de classe, raça, religião, cultura e história das vidas das mulheres no Terceiro Mundo pode criar um falso senso de opressões, interesses e dificuldades comuns entre as mulheres ao redor do globo. Para além da irmandade, ainda há racismo, colonialismo e imperialismo!

Com essas críticas, Mohanty (1984; 2003) pretende apontar para a necessidade de análises materialistas pelo feminismo, que considerem tanto a micropolítica do contexto, as subjetividades e dificuldades do cotidiano, como a macropolítica das estruturas econômicas e políticas transnacionais. As feministas não podem deixar nem a micro, nem a macropolítica de lado, não podem prescindir de uma nem de outra. Mohanty argumenta sobre ligação causal entre as condições das experiências de cada indivíduo, marcadas pelos contextos e localizações, e suas habilidades em analisar traços da sociedade capitalista. Assim, perspectivas particulares de mulheres de diversas origens e realidades enriquecem a compreensão sobre o poder global do capitalismo e sobre os modos pelos quais ele incide na vida das diferentes mulheres e as explora.

Nesse sentido, a proposta de Mohanty é que o feminismo acadêmico se aproxime das realidades globais atravessadas pelo gênero, raça e classe, de modo a não repetir a visão centrada em vivências específicas do Norte global, e colabore na construção coletiva, junto às mulheres de todo o mundo, de um projeto feminista localizado e contextualizado em sua forma anticapitalista, antiimperialista, que valorize as formas cotidianas de resistência coletiva das mulheres ao redor do globo (MATOS, 2010; MOHANTY, 1984).

A autora reforça a necessidade de uma prática feminista transnacional, construída a partir de organizações políticas anticapitalistas baseadas, desta vez, na solidariedade feminista não colonizadora e que se estenda para além das fronteiras. As “diferenças compartilhadas” entre as distintas perspectivas de feminismo que se apresentam no Primeiro e no Terceiro Mundo embasariam uma profunda solidariedade feminista, solidariedade essa que precisa ser buscada diante de relações de poder desiguais entre mulheres (MOHANTY, 1984; 2003).

Mohanty, então, ao criticar a visão universalista do Norte global e argumentar pela importância da análise contextual, combinando micropolítica e macropolítica, dá destaque para a importância de se perceber e de se estudar as diferenças e as especificidades da vida das mulheres de distintas origens e culturas. Entretanto, não busca, com isso, sobrepor as diferenças às similaridades, ou o local ao sistêmico, mas objetiva identificar, nas diferenças, possíveis conexões e traços de compartilhamento que tornem possível a construção conjunta de uma prática feminista baseada na solidariedade transnacional (MATOS, 2010; MOHANTY, 1984).

A teórica argumenta que é apenas por meio da análise das diferentes especificidades contextuais que a teoria e a prática feministas adquirem significado e que é com base nessas análises que estratégias políticas efetivas podem ser geradas (MOHANTY, 1984).

Nesse sentido, vale trazer a contribuição de Tarrow (2005) sobre o ativismo transnacional. Ele argumenta que a troca de experiências entre ativistas, pode-se pensar nos espaços de articulação internacional, por exemplo, são um processo de difusão de repertórios e de tradução de repertórios estrangeiros para a realidade local. Nesse sentido, seriam processos de influência do local pelo global. Seriam esses processos os que possibilitariam a ativistas um marco interpretativo global. Nesse ponto, é possível pensar esse marco interpretativo global do qual Tarrow (2005) trata relacionando-o com a proposição de Mohanty (1984; 2003) de se conjugar a compreensão da micropolítica e da macropolítica.

Os apontamentos de Mohanty (1984; 2003) quanto à necessidade de análises que considerem tanto a micropolítica como a macropolítica se aproximam, em alguma medida, a elaborações do feminismo negro.

hooks (2015), aponta que o pensamento feminista contemporâneo, muito inspirado pelas ideias de Betty Friedan, disseminadas por sua obra “A Mística Feminina”, tem tendência a universalizar a compreensão das necessidades das mulheres tomando como ponto de referência as necessidades das mulheres brancas e de classe média e alta. A autora argumenta que quando Friedan parte da perspectiva da mulher branca, dona de casa, casada, de classe média e alta, e não pauta a vivência de outras mulheres, ela como que universaliza o entendimento da vivência das mulheres em torno dessa mulher específica e, enquanto pensadora referência para o movimento, pauta o debate dessa forma. Quando o faz, ela desvia do debate o classismo e o racismo, e a forma como esses preconceitos operam, se articulam e se entrecruzam na vida das mulheres sob o sistema capitalista.

Além disso, ela argumenta que a afirmação de que “todas as mulheres são oprimidas” sugere que todas as mulheres compartilham a mesma sina e mascara o fato de que fatores como classe, raça, religião e preferência sexual, por exemplo, criam uma diversidade de experiências “que determina até que ponto o sexismo será uma força opressiva na vida de cada mulher” (HOOKS, 2015, p. 197). Ela sustenta: “o sexismo, como sistema de dominação, é institucionalizado, mas

nunca determinou de forma absoluta o destino de todas as mulheres nesta sociedade” (HOOKS, 2015, p. 197).

Assim, retomando a contribuição de Mohanty (1984; 2003), pode-se novamente afirmar que se faz essencial que as análises feministas considerem, para além da macropolítica das estruturas econômicas e políticas transnacionais, também a micropolítica do contexto, observando as especificidades da vivência cotidiana de cada mulher e as dificuldades impostas. Nesse ponto, deve-se então considerar as especificidades vindas dos entrecruzamentos de preconceitos de raça, classe e gênero, negar a visão que universaliza as experiências das mulheres, e buscar as “diferenças compartilhadas” para a construção da solidariedade feminista transnacional e anticapitalista.

Citando hooks (2015, p. 208): “A formação de uma teoria e uma práxis feministas libertadoras é de responsabilidade coletiva, uma responsabilidade que deve ser compartilhada”.

### **3.3 A perspectiva latinoamericana e o movimento feminista no Brasil**

Neste subtópico, pretende-se detalhar a trajetória do movimento de mulheres no Brasil de modo a contemplar as idiosincrasias e vicissitudes que as especificidades sociais e políticas brasileiras e latinoamericanas ensejam. A partir daí, abordar-se-à perspectiva de Matos (2010) quanto a uma possível quarta onda do feminismo brasileiro e latinoamericano, e pensar-se-á, mais uma vez, sobre o feminismo que se quer construir.

Assim como se espalhou pela Europa e pelos Estados Unidos, o “movimento sufragista” teve sua expressão no Brasil e marcou o que Pinto entende enquanto a primeira onda do feminismo brasileiro. No país, a **primeira onda** do feminismo se caracterizou pelas lutas das mulheres em torno dos direitos políticos, lutavam pela participação eleitoral, pelo direito de votarem e serem votadas. Naquele período, entretanto, foram percebidas também organizações do feminismo em torno de outros temas, ainda que tenha sido as lutas pelo direito ao voto as com grande centralidade e repercussão (PINTO, 2003).

Já no século XIX apareceram no cenário brasileiro mulheres lutando, individualmente, por seus direitos políticos. Entretanto foram nas primeiras décadas do séc. XX que se percebeu maior organicidade e organização nessas lutas. Pinto (2003) menciona o processo de urbanização, acompanhado do surgimento de

camadas médias e operárias, enquanto um dos responsáveis pela criação de um “caldo de cultura para o aparecimento de novas formas de organização da sociedade” (PINTO, 2003, p. 17). O feminismo daquele período, entretanto, mesmo que apresentando certo grau de organização, estava associado a personalidades. A figura de Bertha Lutz se sobressai enquanto expoente liderança, principalmente durante a década de 1920 (PINTO, 2003).

Bertha Lutz, todavia, não era a única figura forte. É possível identificar três vertentes do feminismo atuando na época, e cada contava com suas personalidades de referência. A primeira vertente, mais forte e organizada, é, justamente, a liderada por Bertha Lutz, e pautava, com centralidade, a incorporação da mulher enquanto portadora de direitos políticos. Lutz pertencia tanto à elite econômica quanto à elite intelectual, e entrou em contato com as sufragistas em Paris, quando estudante de Biologia na renomada Sorbonne. Ela tinha também certo espaço para trânsito na elite política da época, o que facilitava em alguma medida sua atuação militante e a de suas companheiras. Bertha representava o Brasil em Conferências e Conselhos fora do país, de modo que estava sempre próxima à efervescência do feminismo do hemisfério norte. Em 1922, organizou o I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro, ocasião na qual nasceu a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF), a mais importante e conhecida organização, daquele período, que lutava pela defesa dos direitos das mulheres na região. A Federação, entretanto, era composta por um grupo bastante homogêneo de mulheres: eram mulheres cultas e de classes dominantes. Suas ações, deve-se dizer, eram pragmáticas e voltadas para reivindicações frente aos detentores de poder (PINTO, 2003).

Essa vertente assumiu proporções nacionais e alcançou reconhecimento institucional, porém tinha limites em seu discurso: não tratava da posição ocupada pela mulher enquanto decorrente de relações de gênero desiguais, não ligava em seu discurso a posição ocupada pela mulher com a posição ocupada pelo homem. Assim, não pautava uma transformação nas relações de gênero, mas a inclusão das mulheres enquanto cidadãs de direitos políticos, sem que fosse alterada a posição ocupada pelo homem na sociedade. Ela agia, então, nos limites da pressão intraclasse, não inserindo no debate questões que poderiam colocar em xeque as bases da organização das relações patriarcais. Diante disso, essa vertente seria a “face bem comportada do feminismo”, e com esse “bom comportamento” conseguia

certa respeitabilidade entre a conservadora classe política brasileira (PINTO, 2003, p. 15).

Ainda tratando da luta pelo voto, deve-se mencionar a criação, em 1910, do Partido Republicano Feminino. O Partido foi fundado por um grupo de mulheres inconformadas com a não-aprovação do voto feminino pela Constituinte que deu origem a Constituição de 1891. Sua atuação chama a atenção pelo fato de se dar necessariamente fora da ordem estabelecida: se trata de um partido político composto por pessoas que não possuem direitos políticos. As mulheres, então, se colocam em uma arena na qual sua atuação é considerada ilegítima e deixam claro, ao não criar uma associação ou um clube, mas sim um partido político, que têm a intenção de representar outras mulheres na arena político-institucional. Em seu estatuto iam além do direito ao voto e pautavam emancipação e independência. Suas fundadoras eram a professora Leolinda Daltro e a poetisa Gilka Machado, e chamou a atenção uma marcha por elas realizada que colocou nas ruas do Rio de Janeiro 90 mulheres em uma época na qual a rua era interditada para mulheres, que só poderiam transitar em caso de estrita necessidade e acompanhadas (PINTO, 2003).

Segundo Pinto (2003), o Partido Republicano Feminino desapareceu nos últimos anos da década de 1910, período próximo ao retorno de Bertha Lutz de Paris e de início da organização do que viria a ser a FBPF. Porém, deve-se lembrar que a FBPF não é entendida enquanto uma continuação do Partido, havendo evidências que indicam ser o Partido e a Federação estratégias distintas levadas a cabo por mulheres de trajetórias também distintas. Destaca-se que o feminismo de Bertha e da Federação não buscava ir contra os poderes estabelecidos, mas buscar apoio deles para alcançar os direitos políticos desejados. Enquanto isso, o feminismo do Partido Republicano Feminino ia, por sua própria composição e por suas reivindicações, contra a ordem, e usava de repertório de enfrentamento expresso em passeatas e disputas judiciais, por exemplo.

Além disso, ainda se tratando da luta pelo voto, militantes isoladas tentavam, sucessivamente, se alistar enquanto eleitoras ou candidatas (PINTO, 2003).

A segunda vertente está ligada às diversas manifestações da imprensa feminista alternativa da época. Formada por mulheres cultas, pautava um campo mais vasto de demandas: para além do debate em torno dos direitos políticos,

tratavam da importância da educação da mulher e apontavam para a dominação dos homens e seus interesses em manter a mulher de fora do mundo público. As mulheres que usavam o jornalismo como meio de militância buscavam formar um movimento de opinião a favor das ideias de libertação. As mulheres dessa vertente vinham de famílias com alto nível cultural e receberam, não raro, educação bastante sólida (PINTO, 2003).

Vale ressaltar que a primeira mulher a fundar, no Brasil, um jornal com o objetivo de divulgar a “causa das mulheres”, foi possivelmente Francisca Senhorinha Motta Diniz. Em 1873 ela fundou, em Minas Gerais, “O Sexo Feminino” (PINTO, 2003).

A terceira vertente diz respeito àquela manifesta no movimento anarquista e, posteriormente, no Partido Comunista. As mulheres que a compunham eram trabalhadoras e intelectuais, militantes de esquerda, e defendiam a liberação das mulheres com um discurso mais radical, criticando diretamente a opressão masculina (ao contrário das sufragistas da primeira vertente), articulando a questão feminista aos ideários anarquistas e comunistas e apontando, muitas vezes, para a centralidade da questão da exploração do trabalho (PINTO, 2003).

As mulheres dessa vertente já percebiam a questão de gênero enquanto um aspecto organizador de elementos estruturantes das desigualdades presentes nas relações de trabalho, e Maria Lacerda de Moura, sua grande expoente, criticou frontalmente as sufragistas, alegando que a luta pela emancipação das mulheres deve ser muito mais vasta que a luta por direitos políticos. Segundo Pinto (2003), esta era a vertente menos comportada do feminismo da época.

Nota-se, então, que nas primeiras décadas da República, houve no Brasil um conjunto de manifestações pelos direitos das mulheres que se organizaram em torno de distintos repertórios de atuação e distintas ideologias. No centro do debate feminista do período, apesar de divergências e expressões alternativas, estava a luta pelos direitos políticos. Segundo Pinto (2003, p. 38), “esta foi a porta de entrada das mulheres na arena de luta por seus direitos, não só no Brasil mas em todo o mundo ocidental”.

O golpe de 1937 teria, entretanto, suprimido a semente organizativa que vinha apontando para o florescimento de movimentos coletivos no seio da sociedade civil brasileira. Foi durante a década de 1970 que o movimento feminista reapareceu com mais força, e suas características estavam intimamente ligadas ao cenário

político do país. Enquanto a segunda onda do feminismo eclode nos EUA e na Europa em um contexto de efervescência política e cultural que colocava em xeque valores conservadores da sociedade, ela eclode no Brasil em um período de ditadura militar, com o campo de atuação política totalmente limitado, em um regime marcado por repressões, cassação de direitos políticos, censura, prisões arbitrárias e desaparecimentos. Aqui pode-se retomar os apontamentos de Mohanty (1984; 2003) no sentido de se dever analisar os movimentos de mulheres ao redor do mundo levando em conta, além da macropolítica, as especificidades contextuais de cada território. Condições sociopolíticas diferentes no Brasil em relação às percebidas nos EUA e na Europa levaram os movimentos feministas daqui a traçarem trajetórias próprias, a desenvolverem características específicas e a enfrentarem dificuldades também específicas (PINTO, 2003).

Foi, então, no ambiente limitado do regime militar que irromperam em maior medida as lutas feministas no Brasil, consolidando a chamada **segunda onda**. O feminismo brasileiro se desenvolveu tendo que administrar as tensões entre a visão que enxergava o feminismo como pauta isolada da luta de classes e das demais lutas políticas, e a visão de que as lutas do feminismo tinham profunda ligação com as lutas de classe e pelo fim da ditadura militar. Ao mesmo tempo, teve que enfrentar resistência de companheiros homens, dentro dos próprios movimentos progressistas, que não apenas não enxergavam a luta feminista como central, mas a entendiam enquanto ameaça à unidade (PINTO, 2003).

Em um momento de vazio político, com a derrota da esquerda em diversas frentes e a intensificação da repressão no período Médici, surgiram, em 1972, grupos de reflexão inspirados em experiências do feminismo do Norte global. Eram grupos informais e, de modo geral, com caráter privado, nos quais discutia-se uma diversidade de temas ligados à vida das mulheres. Despontaram em São Paulo e no Rio de Janeiro e, ao final dos anos setenta, em cidades do Nordeste ao Sul do Brasil, passando pelo Centro-Oeste (MACHADO, 2016; PINTO, 2003).

Além disso, como muitas das mulheres que atuavam pelos direitos das mulheres militavam também pelo fim do regime militar ou eram companheiras de militantes de esquerda, eram muitas as exiladas em países como a França, os Estados Unidos e o Chile - nesse caso, no período de tempo em que Allende governou o país. Nesse sentido, havia um fluxo de troca de ideias e proposições entre as feministas brasileiras e as feministas desses países. A mais importante

organização de mulheres brasileiras no exílio foi o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, com duração de 1975 a 1979, e diferente dos pequenos grupos de reflexão que existiam no Brasil, que se organizavam nas casas das mulheres, a intenção do Círculo de Paris era a criação de amplos espaços públicos de reflexão. Claramente, a diferença na atuação desses grupos de mulheres brasileiras no Brasil e na França se dava muito por conta dos distintos cenários políticos observados nos dois países (PINTO, 2003).

O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris veio de um racha entre as mulheres exiladas sobre a autonomia da luta das mulheres. Desse racha foi elaborado o documento intitulado "por uma tendência feminina revolucionária", que daria então origem ao Círculo de Mulheres. Ou seja, nessa organização observava-se, ao mesmo tempo, uma postura política de esquerda identificada com a luta de classes e um trabalho interno de grupo de reflexão feminista (PINTO, 2003).

Ainda neste período, destaca-se o ano de 1975 enquanto um marco na história do feminismo brasileiro. Até então o movimento e suas pautas vinham, em alguma medida, restritos a alguns grupos específicos. Com a declaração da ONU no sentido de fazer do ano de 1975 o Ano Internacional da Mulher e o primeiro ano da década da mulher, e a I Conferência Internacional da Mulher, sediada no México, os debates em torno dos direitos das mulheres passaram a ocupar um novo espaço frente aos governos e houve maior possibilidade de se enfrentar as dificuldades políticas para organizar um evento formal em torno do tema. Aconteceu então, naquele ano, no Rio de Janeiro, uma semana de debates sob o título "O papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira", com o patrocínio do Centro de Informações da ONU. As questões principais tratadas no evento foram a condição da mulher brasileira, as questões relativas ao trabalho, à saúde física e mental, à discriminação racial e à homossexualidade feminina. Além disso, foi criado durante o evento o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (MACHADO, 2016; PINTO, 2010).

Destaca-se o fato de que o evento foi organizado por dois grupos informais de mulheres cariocas. Isso ganha relevância quando aponta para um deslocamento da atuação das mulheres que antes vinha sendo nos espaços privados da casa - nos grupos de reflexão - para a organização de eventos públicos e de maior escala (PINTO, 2003).

Também mulheres, acadêmicas de meia-idade, de um grupo de reflexão que se reunia em São Paulo se lançaram a iniciativas maiores, e se organizaram, a partir de 1975, em torno das reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A presença desse grupo nas reuniões da SBPC e as sucessivas reuniões do grupo que se articularam em torno do evento apontam para um tipo de feminismo especificamente acadêmico, e para uma atuação feminista no sentido da pesquisa científica sobre a condição das mulheres no Brasil (PINTO, 2003).

Deve-se mencionar também que, em 1975, Terezinha Zerbini lançou o Movimento Feminino pela Anistia, que cresceu por todo o país e teve papel muito relevante na luta pela anistia, que veio a ocorrer em 1979 (PINTO, 2010).

No final da década de 1970 pode-se observar também movimentações específicas das mulheres de organizações operárias, principalmente dos sindicatos. Em 1977 e 1978 aconteceram, respectivamente, o I e o II Encontro da Mulher que Trabalha, ambos realizados em sindicatos. Em 1978, o I Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema, em São Paulo. Esses encontros que passaram a acontecer mostram que as mulheres estavam começando a expor suas especificidades como trabalhadoras em relação aos seus companheiros homens (PINTO, 2003).

Em 1979, foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW). Segundo Guimarães e Pedroza (2015), a CEDAW tem especial importância por ter sido o primeiro tratado internacional tratando especificamente dos direitos das mulheres e que se fundamentou nas Convenções Internacionais de Direitos Humanos para reafirmar a obrigação dos Estados em garantir a homens e mulheres igualdade de gozo de todos os direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos.

De 1975 a 1979, ano no qual o Brasil dá passos importantes no sentido da redemocratização, com a promulgação da Lei da Anistia e com a aprovação da reforma partidária, o movimento feminista esteve bastante associado à luta pelo fim do regime militar (PINTO, 2003).

De modo geral, pode-se então dizer que a década de 1970 marcou uma mudança de escala no feminismo brasileiro e deu algum lugar, no debate público, às questões vinculadas à situação da mulher. Ainda que fragmentado e frágil em alguns

pontos, o movimento feminista de fato passou a existir no Brasil de modo mais consolidado e presente o suficiente para incomodar não apenas os governos conservadores, mas também os companheiros homens da esquerda que não aceitam a centralidade da luta feminista.

A reabertura democrática e, em torno dela, as disputas quanto à democracia a ser projetada e à nova Carta Constitucional marcaram a década de 1980 no Brasil. Este período e período seguinte, da década de 1990, seriam o terceiro momento do feminismo brasileiro, ou a **terceira onda**, caracterizada pela forte participação das mulheres em torno do processo de redemocratização, pela construção do que Pinto chama de “feminismo difuso”, pelo fortalecimento dos processos de institucionalização e das discussões sobre as diferenças dentre as mulheres (MATOS, 2010; PINTO, 2003).

A década de 1980 marcou uma mudança nos rumos do feminismo brasileiro. Dada a relativa abertura do Estado, que vinha se dando gradualmente, o movimento feminista passa a combinar a mobilização e o confronto político que vinha sendo feito, com uma maior disputa por espaços institucionais. A dita institucionalização do tema nunca foi consensual dentro do movimento, não apenas no Brasil como também nos demais países, havendo um medo da perda de autonomia dos movimentos em relação aos partidos governistas, além de uma crítica no sentido de que o movimento, pretendendo radicalidade, não deveria então realizar coalizões com a ordem vigente (BEZERRA, 2014; PINTO, 2003).

O cenário que se colocava na década de 1980 no Brasil, entretanto, tinha suas particularidades. Era um momento de abertura política e havia, no seio da sociedade, uma expectativa quanto ao que seria construído a partir dali, como se estruturaria a institucionalidade pós regime militar. Como dito mais acima, a democracia que vinha sendo reconstruída estava em disputa, e se apostava em sua possibilidade de contemplar as demandas da sociedade que vinham sendo represadas até então (PINTO, 2003).

O caminho da institucionalização foi escolhido por diversos movimentos, e lutas pela criação de espaços no plano institucional voltados para a discussão e demanda das mulheres passaram a integrar, agora com maior destaque, o repertório de atuação de muitas feministas organizadas.

Segundo Pinto (2003), a criação dos conselhos estaduais e do Conselho Nacional da Condição da Mulher, passa, em grande parte, pela atuação de mulheres

do PMDB, partido que ganhou as eleições para governador em diversos estados. As feministas pautam a criação e a participação em colegiados legitimados pelos poderes públicos e conquistam, após alguns embates, a criação de Conselhos da Condição Feminina ou dos Direitos das Mulheres, órgãos de consulta e proposição, mas não de execução. Vale dizer que o Conselho da Condição Feminina de São Paulo foi o primeiro a ser criado, em 1983, e o primeiro a propor a criação da primeira delegacia especializada de atendimento às mulheres, em 1985. Quanto a Minas Gerais, o decreto que cria o Conselho Estadual da Mulher data também de 1983 (MACHADO, 2016).

Em 1985, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), como resultado de uma mobilização iniciada em 1983 em torno da Campanha pelas Diretas-Já, que levou à organização de grupos diversos de mulheres em torno do Movimento de Mulheres pelas Diretas-Já.

Um grande desafio colocado para os movimentos feministas, desde aquela época, ao disputarem a institucionalidade, é que ainda que sejam fortes o suficiente para romperem a impermeabilidade estatal e se fizerem presentes dentro da institucionalidade, não são fortes o bastante para ocuparem amplamente espaços em instâncias centrais do Estado nas quais ocorrem as tomadas de decisão (PINTO, 2003).

É importante destacar também a atuação das feministas frente à elaboração da nova Carta Constitucional. O Conselho Nacional de Direitos das Mulheres liderou o chamado “lobby do batom” que apresentou aos constituintes a “Carta das Mulheres”. A Carta foi promovida pelo CNDM mas foi elaborada por um conjunto amplo de mulheres e é extremamente abrangente, sendo um dos mais importantes documentos produzidos pelas feministas brasileiras (MACHADO, 2016; PINTO, 2003).

A agenda proposta na Carta remete à singularidade do movimento feminista brasileiro. Em um primeiro momento ela pauta a democracia e as questões sociais, indo muito além de questões específicas da vida das mulheres, defendendo a justiça social, a criação do Sistema Único de Saúde, o ensino público e gratuito em todos os níveis, a autonomia sindical, a reforma agrária, a reforma tributária e a negociação da dívida externa, entre outras coisas. É em um segundo momento que a Carta detalha demandas referentes especificamente aos direitos das mulheres, abordando questões relativas ao trabalho, à saúde, ao direito de propriedade, entre

outros. A Carta ainda defende a integridade física e psíquica da mulher como argumentação para o combate à violência e redefine o conceito e a classificação penal do estupro (PINTO, 2003).

Na Constituinte, a movimentação feminista fez algum efeito e, entre outros avanços, se estabeleceu a igualdade entre homens e mulheres em direitos e obrigações e se proibiu a diferença de salários com base no sexo. Vale dizer que apesar de muitas conquistas, principalmente nas áreas cível e trabalhista, a temática do aborto não encontrou espaço para avanços na Constituinte, chama a atenção neste ponto a atuação de setores religiosos. A presença de militantes do movimento feminista durante os trabalhos constituintes, fazendo pressão, propondo agendas e resistindo a propostas conservadoras configura uma forma alternativa de participação política, que não passa pela representação propriamente dita (MACHADO, 2016; PINTO, 2003).

No campo acadêmico, observa-se nesta década também a criação, por intelectuais feministas, de núcleos de pesquisa sobre as mulheres e sobre as relações de gênero. Também, no final dos anos 1980 criam-se as primeiras organizações não governamentais (ongs) voltadas especificamente para acompanhamento de políticas públicas para as mulheres, para capacitação, *advocacy* e atendimento a mulheres marginalizadas pelo Estado. Vale dizer que essas eram incipientes no final dos anos 1980, mas que vieram com toda a força na década seguinte, passando a ser a principal tendência de organização dos movimentos feministas nos anos 1990 (MACHADO, 2016).

Além disso, desde o início da década de 1980 foi possível notar a presença das feministas brasileiras em espaços internacionais de troca de experiências e construção conjunta. Dentre esses espaços se destacava um de grande importância para a articulação regional: os “Encuentros Feministas Latino Americano y Del Caribe”. O primeiro desses encontros aconteceu em 1981, na Colômbia. Estes encontros, com o aprofundamento de debates, identificação de pautas prioritárias e estratégias para atuação em âmbito local, serviram para forjar, continuamente, uma identidade política feminista para a região, afirmando suas diferenças e particularidades em relação à variante do feminismo do Norte global. Com o passar dos encontros, laços de solidariedade foram sendo construídos e pontos estratégicos cada vez mais debatidos e acordados, aproximando o movimento feminista latinoamericano e caribenho à ideia de rede. Esses laços e

vínculos abriram caminho para que emergissem redes, abarcando toda a região, baseadas em identidades compartilhadas ou demandas comuns (BEZERRA, 2014; MACHADO, 2016).

Além dos “Encuentros Feministas Latino Americano y Del Caribe” tem-se, ainda no âmbito latinoamericano, a criação, em 1984, de uma rede voltada para as lutas em torno da questão da saúde das mulheres: a “Red de Salud de las Mujeres Latinoamericanas y Del Caribe” (RSMLAC). A rede foi criada durante o Primeiro Encontro Regional de Saúde das Mulheres, sediado em Tenza, na Colômbia (MACHADO, 2016).

Ainda tratando de espaços que recebem feministas de diversos países, porém agora para além das latinoamericanas e caribenhas, foram realizadas no período de 1975 a 1985 três Conferências Mundiais sobre a Mulher (México, 1975; Copenhague, 1980; Nairobi, 1985). A quarta conferência aconteceu 10 anos depois, em 1995, em Pequim, na China (MACHADO, 2016).

Se os debates e os documentos formulados nesses espaços pressionam, em alguma medida, os Estados no sentido da eliminação de discriminações e violências contra as mulheres, as respostas dos países latinoamericanos, inclusive a resposta do Estado Brasileiro, dependem fundamentalmente das mobilizações feministas que se dão na região e das condições políticas locais - com destaque para a importância do fim dos regimes políticos ditatoriais (MACHADO, 2016).

A análise do feminismo brasileiro atuante nas décadas de 1970 e 1980 aponta para um conjunto variado de atrizes: de mulheres de movimentos populares com demandas gerais, passando por aquelas de movimentos estudantis e sindicais e por aquelas ligadas a partidos políticos, até intelectuais de classe média e alta. Um grupo tão variado de atrizes atuando em um mesmo período pode ser explicado, em certa medida, pela transversalidade da pauta e pelo momento político da época, de elevado confronto (BEZERRA, 2014).

Diante de um conjunto tão variado de atrizes e de disputas dentro do próprio feminismo quanto aos caminhos que a luta deveria seguir, e diante das diferentes interseções com outros movimentos e organizações, o repertório do movimento feminista no período se mostrou amplo e composto por diferentes estratégias que se mesclaram ao longo do tempo: grandes mobilizações, associações locais, educação popular, pressão parlamentar, participação em governos e estabelecimento de políticas públicas experimentais (BEZERRA, 2014).

Vale lembrar que ao tratar de repertório de atuação, retoma-se o conceito de Tilly (1995) apresentado por Alonso (2009). Observar a atuação do movimento feminista ao longo dos anos atesta o argumento de McAdam, Tarrow e Tilly (2009), no sentido de que não há descontinuidade fundamental entre a política institucional e os movimentos sociais, no sentido de que a ação a ser realizada pelos movimentos sociais é uma escolha estratégica contextual e que pode, em um dado momento, se dar na forma de protestos diretos e, em outro momento, pode o mesmo grupo estar atuando por meio da pressão institucional. Novamente, atesta o argumento desses autores no sentido de que podem os movimentos atuarem de modos diversos frente à institucionalidade: em alguns momentos cooperando, em outros competindo e se opondo. Quando feministas elaboraram e propuseram a “Carta das Mulheres”, estavam atuando de modo a fazer pressão na Constituinte. Quando conquistaram os Conselhos Estaduais, reivindicando novos espaços de participação, e quando atuavam nesses espaços sob as condições colocadas, e estavam em alguma medida cooperando com as normas daquela institucionalidade.

Além disso, retoma-se a ideia de mudanças na estrutura de oportunidades políticas, da Teoria do Processo Político, para melhor compreender o deslocamento da ação dos movimentos feministas. No período de grande repressão do regime militar, com enormes constrangimentos a qualquer forma de manifestação política contrária à ordem vigente, percebia-se dificuldades das feministas em pressionar o Estado pública e frontalmente, ao passo de que à medida em que foi se dando a abertura política e o regime foi enfraquecendo, a atuação do movimento foi caminhando para uma direção mais próxima da institucionalidade, tanto pressionando o Estado e reivindicando mais diretamente, quanto buscando atuar em suas arenas de participação.

Eram identificáveis no país na década de 1980 também grupos autônomos organizados em torno de pautas específicas, dá-se maior destaque para duas delas: a saúde e a violência. No campo da saúde a década foi marcante em dois sentidos: pela criação de grupos que buscavam formas alternativas de atendimento à mulher, e pela criação, em 1983, pelo Ministério da Saúde, do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher. Surge no início da década o SOS Corpo, organização que se tornará referência na saúde da mulher, e surgem também coletivos em todo o país. Esses grupos, assim como os que vão surgir em torno da questão da violência contra a mulher, ao mesmo tempo em que eram

grupos de discussões que elaboravam documentos e buscavam acompanhar o trabalho do Estado nesse sentido e demandar políticas públicas, também faziam uma espécie de assistência social qualificada à mulheres de camadas populares. Vale dizer também que aconteceu, em 1986, a Conferência Nacional de Saúde e Direitos da Mulher (PINTO, 2003).

Surgiram também, no país, várias organizações de apoio à mulher em situação de violência, tendo sido a primeira delas a SOS Mulher, fundada em 1981 no Rio de Janeiro. Segundo Pinto (2003), as feministas que estavam nessas organizações, entretanto, entraram em crise nos primeiros anos de atendimento. Isso porque, no cotidiano, lidavam com mulheres de realidades extremamente distintas daquelas das quais vinham, e que lidavam com o serviço prestado pela organização de forma diferente daquela imaginada pelas feministas. As mulheres de camadas populares, pertencentes a contextos com especificidades e necessidades diferentes das mulheres de classe média, não tinham, muitas vezes, a intenção de se tornarem militantes feministas, o que elas queriam era não ser mais agredidas. As feministas da organização não compreendiam a ação das mulheres atendidas. Além disso, não se identificavam com as mulheres do grupo atendido, agora “as outras”, composto de modo geral por mulheres que não tinham boas condições econômicas (PINTO, 2003).

O encontro dessas duas realidades, segundo Pinto (2003), fez com que se estruturasse um novo tipo de militância feminista, não mais identificada com seu público alvo, e assumindo uma forma de atuação profissionalizada. É o que a autora chama de “feminismo de prestação de serviço”. Esse tipo de atuação floresceu na década de 1980 e dominou boa parte do movimento na década de 1990, quando se nota fortíssima presença do feminismo profissionalizado das organizações não governamentais (ongs).

O movimento feminista dos anos noventa, então, ainda que - importante pontuar - mantivesse a mobilização de mulheres de setores populares, sindicalistas, e das mulheres que atuavam nos partidos políticos, se organizou, em grande parte, em torno das ongs. Foi por intermédio delas que o feminismo no Brasil, nesta época, se expressou mais fortemente. Para analisar essa forma de atuação feminista deve-se ter em mente seu modelo institucional. Organizações privadas sem fins lucrativos, são financiadas majoritariamente por organizações internacionais ou pelo próprio Estado, em uma lógica de terceirização de responsabilidades. Nesse sentido, sua

atuação fica em alguma medida restrita e pautada pelos interesses de seus financiadores. Outro ponto importante a ser mencionado é a institucionalização dessas organizações, que por mais que tenham sido compostas, inicialmente, por militantes feministas de movimentos sociais organizados, a própria dinâmica de funcionamento e manutenção das ongs transformam a militância e dão caráter institucional para aquela atuação (PINTO, 2003).

Nesse ponto, entretanto, vale trazer a contribuição de Alvarez (1999) quanto à importância de se atentar às diferentes formas de atuação das ongs e às especificidades das ongs feministas frente às demais.

Aquelas que operam no campo feminista tem especificidades que devem ser captadas por estudos que tratam do processo de onguização da década de 1990 e da virada do milênio. Para Alvarez (1999), as ongs feministas se distinguem das demais ongs por dois motivos fundamentais: o primeiro deles diz respeito ao fato de que a maioria das ongs feministas não entendem seu trabalho como uma mera assistência a outros indivíduos, mas pretendem alterar relações de poder de gênero que circunscrevem também, em alguma medida, as vidas das mulheres que atuam nessas organizações; o segundo motivo se refere à compreensão das mulheres que atuam nesses espaços de que sua atuação se insere em um contexto maior no qual inúmeras outras organizações e movimentos sociais também lutam.

Alvarez (1998) também aponta para a urgente necessidade de se olhar criticamente para a tendência dos Estados e das organizações intergovernamentais de enxergarem as ongs como provedoras de serviços sociais e substitutas da sociedade civil, entendendo as enormes consequências políticas que isso traz consigo.

Quanto às diferentes formas de atuação das ongs, vale dizer que Alvarez (1998) sugere haver considerável espaço de manobra para a ação dentro do setor chamado “institucional” do campo feminista. Aqui, é possível relacionar as considerações da autora à ideia de um repertório de atuação de leque amplo, com diversas possibilidades. Ela diz ser possível lançar mão de uma grande variedade de práticas feministas dentro de qualquer espaço de atuação, inclusive em espaços institucionais sob condições políticas e estruturais adversas.

Nesse sentido, Pinto (2003) aborda algumas das principais formas de atuação das ongs observadas na época da década de 1990 e virada do milênio, afirmando, importante mencionar, que o conjunto de ongs com formações, objetivos

e recursos tão distintos remete a uma característica desta época do feminismo: a segmentação das lutas.

Uma forma de atuação marcante das ongs feministas é aquela em contato direto com o campo da política. Vinha se destacando como exemplo o CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), com atuação de contato direto com o Poder Legislativo, articulando, junto ao Congresso Nacional, pautas das mulheres. Notava-se nitidamente uma posição da ong de intermediária entre o campo político e a sociedade organizada. O CFEMEA também atuava e atua junto à sociedade civil, com publicações que discutem legislações que afetam a vida das mulheres, por exemplo. Em um breve passeio por seu site online, vê-se que figura, hoje, entre suas estratégias de atuação também o impulsionamento da dimensão política do autocuidado e do cuidado entre ativistas, por exemplo (PINTO, 2003).

Sobre um outro exemplo de atuação de organizações tem-se a Articulação da Mulher Brasileira (AMB), que atua articulando e organizando movimentos de base. A AMB foi criada para articular os grupos de mulheres em um momento de preparação para a Conferência Mundial Sobre a Mulher de 1995, que aconteceu em Pequim. Posteriormente se manteve para fiscalizar como vinham atuando as organizações e o governo frente às recomendações da Conferência. Ela reuniu, em 1999, em Natal, integrantes de mais de 800 grupos de mulheres definindo prioridades de atuação e elaborando uma plataforma feminista para as eleições de 2000. Nota-se, nessa forma de atuação, a constituição de espaços públicos alternativos com discussão e formação de opinião (PINTO, 2003).

É também notável a atuação de organizações não governamentais que se ocupam das questões relativas à saúde da mulher. Chama a atenção aqui a atuação da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, a RedeSaúde, fundada em 1991 e com importante papel na realização de demandas e no acompanhamento das políticas públicas ligadas à saúde da mulher. Pinto (2003) observa sua atuação tanto em relação ao Estado quanto junto à sociedade organizada, relação essa de parceria - menciona articulações da RedeSaúde com a Central Única dos Trabalhadores, por exemplo.

A atuação da RedeSaúde remete a uma forma de ação também muito importante de ser mencionada: a atuação em conselhos e outras instâncias institucionais. Esse tipo de intervenção, segundo Pinto (2003), deve ser tratado em sua complexidade. Formaliza uma representação informal e esses grupos passam a

ser interlocutores do Estado, muitas vezes designados pelo próprio Estado. Essa presença pode colocar o problema da não deliberação da própria sociedade civil na escolha da representação nesses espaços.

Ongs feministas também podem ter participação política ao elaborar e apresentar ao Estado documento com demandas de políticas públicas a serem desenvolvidas. Há também um outro tipo de atuação das ongs feministas, dessa vez não mais junto ao Estado, mas com as mulheres diretamente. Aqui, vale dizer das ongs que atuam organizando as mulheres e buscando que elas tenham maior poder e espaço para atuar na esfera pública. Tem-se como exemplo a Geledés, organização que busca combater o racismo, o sexismo e valorizar e promover as mulheres negras em particular. Nesse sentido, ongs promoveriam, então, novos espaços públicos de conscientização, debate e construção de opinião, além de estimular o espírito reivindicatório e organizativo (PINTO, 2003).

Pode-se dizer, assim, que a década se caracteriza pela produção de formas de atuação das organizações não governamentais capazes de melhorar o diálogo com o Estado e pela ampliação e construção de novos espaços públicos de discussão. Tem-se, então, uma atuação mais voltada para um caminho próximo ao Estado e de articulação envolvendo, em alguma medida, demandas por políticas públicas, do que uma atuação das feministas em uma perspectiva de militância anti sistêmica e de transformação radical da totalidade social estabelecida.

Se a década de 1990 não foi um período de marcada expansão da atuação das feministas em movimentos sociais, foi um período de incorporação das demandas feministas nos discursos públicos. Percebe-se uma alteração nos discursos quanto ao que é ou não legítimo a se dizer, não são toleradas, da forma como eram antes, falas sexistas e discriminatórias. As campanhas eleitorais da década de 1990 exemplificam essa observação. Nelas, o tema dos direitos das mulheres apareceu no discurso de candidatos de diversas correntes políticas. Passou a haver na sociedade, fruto de anos de luta da militância organizada, algum entendimento de que a pauta dos direitos das mulheres é relevante e deve ser abordada. Ou seja, percebe-se que há, nos termos usados por Pinto (2003) um feminismo difuso na sociedade. Esse feminismo difuso não apresenta um conjunto sistematizado de demandas e posturas em relação às pautas urgentes em torno da vida das mulheres. Por não ter uma “doutrina” sistematizada, se manifesta em indivíduos diversos, de posições políticas variadas e mesmo naqueles que não se

dizem feministas. É fragmentado, e aparece em diferentes arenas e contextos da sociedade civil e política. Percebe-se esse feminismo na presença do tema em diversas campanhas eleitorais, e percebe-se esse feminismo quando um indivíduo constrange outro que proferiu falas sexistas.

De modo geral, então, deve-se perceber nesse período dois movimentos: há, tendo em vista esse feminismo difuso, uma dissociação do pensamento feminista e os movimentos organizados; e se vê, com o aparecimento de um grande número de ongs feministas, uma profissionalização do movimento. Conforme sugere Pinto (2003), enquanto o pensamento feminista se generaliza, o movimento, por meio das ongs, passa por um processo de especialização.

Todavia, principalmente levando em conta que este trabalho trata de redes de movimentos sociais, é importante trazer os apontamentos de Machado (2016) sobre os anos noventa e o início dos anos 2000. Segundo ela, esse período foi caracterizado pela formação de redes, por articulação e pluralidade. Ela argumenta que o objetivo das organizações de maior efetividades de suas ações e maior capacidade de pressão frente ao Estado brasileiro e às Conferências Internacionais teriam sido formadas redes articulando organizações. A congregação de organizações distintas em redes, segundo ela, se dava muito por conta de uma confluência nos temas e nas demandas abordadas, mas mantinha, ainda assim, a autonomia de cada organização na realização de suas atividades.

Ela usa como exemplo nesse sentido a formação da Articulação das Mulheres Brasileiras, já mencionada anteriormente, criada nos anos anteriores à IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, preparando grupos de mulheres brasileiras para atuação naquela arena internacional. Também para exemplificar, ela menciona a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, criada em 1991, e quanto ao início dos anos 2000, a criação da Articulação de ONGs das Mulheres Negras, o Fórum Nacional de Mulheres Negras e a Liga Brasileira de Lésbicas. Ela diz também da consolidação da Marcha Mundial das Mulheres no Brasil (MMM), entretanto sobre esta organização tratar-se-á mais à frente, entendendo que sua visão e forma de atuação têm especificidades que devem ser especialmente consideradas no momento atual do feminismo (MACHADO, 2016).

Deve-se perceber, entretanto, que alguns dos exemplos usados pela autora se referem a movimentos sociais que atuam de maneira muito distinta da

forma como atuam as organizações não governamentais voltadas para pautas específicas.

Ainda tratando das novas articulações que teriam se dado no período, ou do reforço de articulações que vinham se dando, Machado (2016) diz das arenas internacionais que favoreceram trocas e a construção de redes entre a movimentação feminista brasileira e a latinoamericana e internacional. Por exemplo, antes da II Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (realizada em 1993), os feminismos de diversos países interagiram durante o período de preparação para o evento, assim como durante a preparação para a Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher, que veio a acontecer em 1994. A realização desta Convenção, inclusive, tendo sido em Belém do Pará, no Brasil, fomentou ainda mais a articulação do feminismo brasileiro com feminismos de outras regiões da América.

Ainda que as Conferências Internacionais - que vinham acontecendo desde anos anteriores - tenham possibilitado o encontro e, assim, a articulação de movimentos feministas de diferentes regiões do globo, e tenham chegado a resoluções importantes para a incorporação do tema dos direitos das mulheres nas agendas governamentais e para o direcionamento da atuação do Estado na elaboração de políticas públicas, há críticas que devem ser abordadas. Federici (2000), em seu texto "Rumo a Pequim: Como a ONU colonizou o movimento feminista", trata da abordagem da ONU quanto aos direitos das mulheres e, sobre as Conferências realizadas por esta organização nas décadas de 1980 e 1990, argumenta que esses eventos, em alguma medida, provocaram uma divisão no movimento ao não darem espaço para seus componentes radicais e redesenharem a agenda feminista em torno das intenções da organização. Ela argumenta também sobre uma desigualdade de poder e recursos entre as mulheres nesses espaços, de modo que a condução dos debates era dominada pelas feministas institucionais dos Estados Unidos. Além disso, sustenta que esses espaços influenciaram no sentido da burocratização do movimento.

Ela reconhece que os encontros organizados pela ONU favoreceram o internacionalismo do movimento e possibilitaram que mulheres entrassem em contato com histórias e temáticas de mulheres de outras regiões. Federici reconhece que as mulheres, nesses espaços, puderam expandir seus horizontes sobre o

feminismo e a política internacional e criar novos laços e construir redes de articulação externas à esfera da ONU (FEDERICI, 2000).

A autora afirma, porém, que o movimento feminista não deve à ONU sua consciência internacional adquirida, entendendo ser essa uma movimentação que encontrava outros exemplos naquele momento histórico - como os zapatistas, e os antiglobalistas - e tendo em vista que a ONU, em outros momentos, levou a cabo políticas que vão contra o bom internacionalismo (FEDERICI, 2000).

Federici (2000) defende que a intervenção das Nações Unidas na pauta teria limitado o potencial revolucionário do movimento, assegurando que suas agendas fossem adaptadas aos objetivos do capital internacional e de determinadas instituições que o sustentam. Sua abordagem aponta para contradições temporais na atuação da organização, que corroboraram com a tese de que sua intenção era a de domesticar o movimento de mulheres, neutralizar sua radicalidade e o incorporar ao programa político neoliberal, de modo que parasse de ser uma ameaça ao avanço do capitalismo e se transformasse em um feminismo “bem vestido” e palatável. Uma dessas contradições seria, por exemplo, nos mesmos anos que a ONU declara formarem a Década da Mulher - 1976 a 1985 -, agências ligadas à organização, como o Banco Mundial e o FMI, estabelecerem ajustes estruturais, aos quais a ONU não se opunha ou criticava, que afundaram países do Terceiro Mundo na pobreza, afetando diretamente a vida de milhões de mulheres (FEDERICI, 2000).

Vale neste ponto, também, retomar a crítica de Fraser (2009) aos espaços de articulação internacionais. Para essa autora, as questões econômicas e materiais da vida das mulheres ficavam, muitas vezes, de lado, enquanto questões relativas à identidade e ao reconhecimento recebiam maior destaque. Ela elabora crítica também no sentido de que esses espaços teriam reforçado o distanciamento entre as mulheres com atuação profissional - atuantes nas arenas internacionais - e aquelas ligadas aos grupos locais.

De todo modo, tem-se que, de modo geral, os últimos anos do século XX e a virada para o século XXI, constituíram um período no qual, ao mesmo tempo em que se percebeu um feminismo difuso na sociedade, dissociando o pensamento feminista dos movimentos organizados, e se viu uma profissionalização do movimento, teve-se um reforço na articulação entre as mulheres de diferentes regiões, com o compartilhamento de experiências e a construção de redes, e entre aquelas da mesma localidade, que juntavam esforços em torno de pautas comuns.

Com o século XXI, vem com muita força dentre os movimentos feministas latinoamericanos a demanda por maior participação política nas esferas de decisão do Estado. As feministas da região passam a entender enquanto chave para a caminhada em direção a uma sociedade com equidade de gênero a participação paritária nos espaços institucionais. Importante mencionar, nesse ponto, que as novas configurações do Estado, observadas em meados da década de 1990 e no início do século XXI, permitiam que as reivindicações encontrassem canais de manifestação na esfera institucional e que fossem, em alguma medida, ouvidas - situação diversa daquela vista em décadas anteriores. Não deve ser ignorada a influência deste cenário no fato de que um número crescente de feministas tenha passado a ver nos partidos políticos e nos órgãos dos poderes Legislativo e Executivo, espaços a serem disputados e articulados pelo movimento feminista (MATOS, 2010).

O reconhecimento da pauta enquanto relevante dentro do escopo de atuação do Estado foi sendo percebido crescente ao longo dos primeiros anos do séc. XXI. Matos (2010), inclusive, diz que, com o governo Lula, o Brasil vinha se reestruturando enquanto uma sociedade pós-neoliberal e destaca a inclusão dos movimentos sociais. Nesse sentido, discorda de Fraser (2009) em seu argumento de que a difusão das ideias feministas teria levado a uma transformação da sociedade capitalista em uma direção oposta àquela desejada pelas feministas. Matos (2010) argumenta que o Sul global, reconstruindo a relação entre feminismos e Estado, mostra o contrário. Vale relacionar essa observação de Matos (2010), que leva em conta o cenário político que vinha se desenhando no país e na América Latina, à ideia de Estrutura de Oportunidades Políticas, supondo que reorganização do Estado Brasileiro pós regime militar e a onda progressista que passou pela América Latina nos primeiros anos do século XXI, favoreceram a relação do feminismo com o Estado. Aqui, ao mesmo tempo em que o movimento atuava em crítica ao Estado e ao sistema vigente, lutava pela formulação de políticas públicas que pudessem significar o avanço na questão de gênero - um repertório de atuação variado. A todo momento, deve-se ter em mente que Matos (2010) escreve em 2010, ano no qual a onda progressista latinoamericana ainda não havia passado.

Matos (2010), então, afirma que o feminismo, em muitos países da América Latina, nesse novo momento, foi transversalizado, tendo se estendido verticalmente atravessando os níveis de governo e o espectro político de modo

geral, se engajando e ocupando espaços em uma multiplicidade de arenas políticas tanto nacionais quanto internacionais. Ao mesmo tempo, se estendeu horizontalmente, ou seja, transitou horizontalmente entre classes sociais, comunidades étnico-raciais e rurais, espaços sociais e culturais e movimentos sociais paralelos. Nesse sentido afirma-se novamente uma difusão feminista.

Matos (2010) defende fortemente a existência de uma **quarta onda** do feminismo latinoamericano e brasileiro, que teria se iniciado a partir da terceira fase do feminismo, já elaborada neste trabalho, e caminhado para sua consolidação nos anos 2000, na construção de um momento pós-neoliberal em consonância com um movimento de profunda reorganização do Estado, que passa a se ocupar, com mais cuidado e com visão multidimensional, da justiça social. Segundo ela, ao tentar traçar relação do momento daqui com as considerações de Fraser (2009), a quarta onda se referiria ao período pós-neoliberal em direção ao qual o feminismo do Norte global ainda estaria caminhando.

Nesse sentido, a quarta onda

poderia, por sua vez, ser definida como um processo de “democratização de gênero no âmbito das instituições e da (re)formulação de políticas públicas”, assim como de revitalização da agenda clássica do feminismo na busca por direitos, desta vez a partir dos desafios colocados pelo movimento contemporâneo de transnacionalização do feminismo, de globalização das agendas locais das mulheres e de fermentação das estratégias feministas horizontais (MATOS, 2010, p. 83).

Inclusive, Matos (2010) vê uma tendência dos feminismos latinoamericanos de retomar a conexão entre pensamento e movimento feministas. Para compreender sua sugestão de nova onda, deve-se ter em mente que a autora pressupõe a presença de um momento pós-vestfaliano nas relações político-sociais; o reconhecimento de uma moldura transnacional robusta para os movimentos feministas ao redor do mundo; e a urgência de se construir o feminismo a partir de uma perspectiva solidária “sem fronteiras”, retomando as ideias de Mohanty (1984; 2003) de solidariedade transnacional e diferenças compartilhadas, e que intervenha em diferentes escalas.

Como forma de identificar a presença da quarta onda, Matos (2010) aponta para alguns fatores percebidos recentemente na região que corroboram com sua ideia. São eles a maior institucionalização das demandas feministas, muito por conta da entrada de muitas dessas mulheres nos espaços políticos institucionais; a

criação de órgãos executivos, principalmente a nível federal, de gestão de políticas públicas voltadas para os direitos das mulheres - no caso brasileiro deve-se mencionar a criação de órgãos dessa natureza também a nível estadual e municipal e, de especial relevância para este trabalho, lembrar que no Estado de Minas Gerais houve a criação do referido órgão; a consolidação das ongs e das redes feministas sob a influência do feminismo transnacional e da agenda internacional de instituições globais e regionais ligadas à pauta dos direitos das mulheres; uma nova moldura teórica para a atuação do feminismo agora transnacional e na qual identificam-se, com maior radicalidade, as lutas anticapitalistas e pelo encontro de feminismos e demais movimentos articulando no âmbito dos países do Sul global.

Se tem, nessa nova onda, uma renovada ênfase em fronteiras entre gênero, raça, sexualidade, classe e geração, e a necessidade de transversalizar conhecimento e demandas por direitos humanos e justiça social. Nesse sentido, a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) pode ser considerado um movimento emblemático da quarta onda (MATOS, 2010).

A inspiração para a criação da MMM veio das mulheres canadenses, do Quebec, quando, em 1995, marcharam 200 quilômetros pedindo “Pão e Rosas”, que simbolicamente representava um grito contra a pobreza e a violência. Buscando organizações de outros países, as mulheres do Quebec visavam a construção de uma campanha global de mulheres e, no Brasil, entraram em contato com as mulheres da Central Única dos Trabalhadores (CUT). O Brasil, então, contou com representantes no primeiro encontro internacional da MMM, em 1998, que contou com a participação de 145 mulheres de 65 países e territórios e onde foi elaborada uma plataforma com 17 reivindicações para a eliminação da pobreza e da violência contra as mulheres. Também neste encontro internacional foi convocada, para o ano 2000, a Marcha Mundial das Mulheres, uma grande campanha desenvolvida ao longo daquele ano e que mobilizou milhares de mulheres em torno de atividades de educação popular e manifestações públicas pautando as 17 reivindicações. Foi a convocatória para a campanha que deu origem à construção da MMM como um movimento internacional (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2019).

No dia de luta pela erradicação da pobreza, no ano 2000, elas denunciaram os efeitos devastadores do neoliberalismo em seus territórios e em suas vidas e realizaram marchas simultâneas em 40 países, além de atos em frente

à sede do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2019).

Entendendo a necessidade de superação do capitalismo, a MMM se coloca enquanto um movimento feminista anticapitalista e antirracista, buscando também enfrentar o conjunto das formas de opressão e discriminação que vivem as mulheres dos mais diversos países e territórios em relação à sexualidade e à idade (MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES, 2019).

Para isso, o movimento tem como princípio a construção de alianças com outros movimentos sociais. O Fórum Social Mundial é um espaço que articula os movimentos nesse sentido, e a Assembleia dos Movimentos Sociais impulsionou também lutas comuns, como contra a guerra e o livre comércio. Como consta no Caderno de Apresentação da Marcha Mundial das Mulheres (2019, p. 6), “nossas agendas vão se “contaminando” umas com as outras e, nessa mescla, as organizações se fortalecem e contribuem com as elaborações umas das outras”.

Além disso, é relevante sublinhar também que o movimento se organiza a partir de diversos níveis, locais, regionais, nacionais e transnacionais, entendendo as diferentes necessidades na forma de atuação em cada um dos níveis. A MMM forma, assim, uma rede global de feministas, além de articular outras redes com outros movimentos sociais.

A forma de atuação e organização da MMM, então, simbolizando muito bem esse novo momento do feminismo sugerido por Matos (2010), dialoga com a visão de Mohanty (1984; 2003) de um feminismo de solidariedade transnacional, que reconhece as diferenças de necessidades e dificuldades que se estabelecem nos diversos territórios e que busca, a partir desse entendimento, construir uma coalizão global para avançar na transformação da sociedade.

## 4 A ESTRUTURA ESTATAL E AS POLÍTICAS PARA AS MULHERES

### 4.1 O Governo Federal e as políticas para as mulheres

Conforme já apresentado anteriormente, datam da década de 1980 a criação de Conselhos da Condição Feminina ou dos Direitos das Mulheres, órgãos de consulta e proposição. Foi criado, mais especificamente no ano de 1985, o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), que atuou fortemente pela inserção dos direitos das mulheres na nova Carta Constitucional. Data também de 1985 a criação da primeira delegacia especializada de atendimento às mulheres do país (MACHADO, 2016).

Foi apenas em 2002, no final do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, que foi criada, dentro do organograma do Estado, a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, vinculada ao Ministério da Justiça. Em 2003, o governo Lula articulou e estabeleceu uma relação com os movimentos feministas em uma medida que nunca antes havia sido vista. Criou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) vinculada diretamente ao Gabinete Civil, com um *status* de ministério que

implicava autonomia orçamentária e reconhecia a necessidade de produção de políticas públicas específicas, e de coordenação e incentivo de ações nos demais órgãos governamentais, com vistas à transversalidade das questões sociais de gênero (MACHADO, 2016, p. 12 - 13).

Também em 2003, o presidente Lula alterou a composição do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres, de modo que as representantes feministas fossem então diretamente indicadas pelas redes às quais pertenciam, não mais indicações políticas partindo do governo (MACHADO, 2016).

Durante a primeira gestão Lula foram propostas as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, novo espaço público que favorecia o diálogo entre os movimentos feministas, articulações e adensamento de redes. A primeira delas aconteceu em 2004, a segunda em 2007, a terceira em 2011 e a quarta em 2016. As conferências nacionais são antecedidas por conferências estaduais e municipais, o que incentiva, nos níveis estadual e municipal de governo, a articulação dos movimentos feministas e a elaboração de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para as Mulheres, levando para a agenda desses governos, em alguma medida, o tema dos direitos das mulheres.

Segundo Machado (2016), como resultado das conferências e da atuação da SPM foram viabilizadas e incentivadas as adesões estaduais e municipais a Pactos Nacionais como o Pacto do Enfrentamento à Violência e o Pacto da Redução da Mortalidade Materna.

Tudo isso, além de ter aproximado o governo dos movimentos feministas, contribuiu para a aproximação entre movimentos diversos ao colocar, em espaços comuns de discussão e construção, militantes de origens distintas (MACHADO, 2016).

O trabalho desenvolvido pela SPM e o reconhecimento da pauta pelo governo, simbolizado pelo *status* de ministério concedido à Secretaria, possibilitaram a elaboração de políticas públicas transversais para mulheres nas diretrizes e ações dos diversos ministérios federais por incentivo e monitoramento da SPM e do CNDM. As resoluções tiradas a partir de todo o processo das Conferências de Políticas Para as Mulheres deveriam se fazer presentes nas políticas levadas à cabo pelo governo, e nesse sentido foi criado o Comitê de Articulação e Monitoramento dos Planos de Políticas para as Mulheres, com participantes dos ministérios parceiros (MACHADO, 2016).

A SPM e o CNDM levaram à frente o projeto de lei que resultou na promulgação, em 2006, da Lei Maria da Penha, assim como a criação de ampla rede de encaminhamento das mulheres em situação de violência doméstica. Mais recentemente, em março de 2015, a Lei do Femicídio foi sancionada pela Presidenta Dilma.

A relação extremamente amigável entre o Governo Federal e os movimentos feministas foi aos poucos se alterando. Nota-se já um início desse desgaste nos anos de 2005 e 2006, quando o governo, que vinha encaminhando a pauta da legalização do aborto, recuou frente às pressões das frentes conservadoras e religiosas que vinham se articulando no Congresso Nacional e que apenas cresceram desde então. Era um momento em que as notícias sobre o Mensalão estouraram e o governo precisava de apoio político (MACHADO, 2016).

As forças conservadoras e religiosas no Congresso vão pressionar cada vez mais o Executivo e fazê-lo se distanciar dos movimentos feministas. Os fundamentalistas colocam, durante os governos Dilma, outro tema em confronto: a educação pela igualdade de gênero e pelo respeito à diversidade sexual. O governo que vinha, de 2005 a 2013, mantendo uma política de apoio ao Programa de

Educação de Gênero e Diversidade Sexual, se viu frente às pressões para a retirada do objetivo relativo ao enfrentamento à discriminação de gênero nas escolas do Plano Nacional de Educação (MACHADO, 2016).

Em outubro de 2015, diante de agravada crise econômica, Dilma anunciou uma reforma ministerial do governo que, entre outras medidas, acabava com o *status* de ministério da SPM. Com esta reforma, a Secretaria passava a integrar o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH) (BRASIL, 2015).

Em maio de 2016, Temer, então presidente interino, extinguiu o MMIRDH e as pastas que integravam o Ministério passaram a estar submetidas ao Ministério da Justiça e Cidadania. Durante a gestão Temer, entretanto, a pasta das mulheres transitou entre órgãos até que o Decreto nº 9.417/2018 transferiu a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher da Secretaria de Governo da Presidência da República para o Ministério dos Direitos Humanos. O Ministério dos Direitos Humanos havia sido criado em 2017 por força da Medida Provisória nº 768/2017 (BRASIL, 2016; 2017; 2018).

Com a eleição de Jair Bolsonaro e a mudança na estrutura do governo, a SPM passou a ser um órgão do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) (BRASIL, 2019a).

A pasta vem sendo enfraquecida e avanços no sentido da elaboração e da implementação de políticas públicas para as mulheres fazem parte de um cenário cada vez mais distante. Essas políticas, que caminhavam num movimento crescente de desenvolvimento e ampliação até meados de 2015, passaram a ser mais fortemente ameaçadas pelo avanço de perspectivas conservadoras e fundamentalistas, que pregam discursos e práticas machistas e misóginas (MINAS GERAIS, 2018a).

No momento atual, se vê retrocesso e desarticulação com os movimentos feministas. Exemplo disso é a revogação do Comitê de Gênero, responsável, entre outras coisas, por propor diretrizes e dar subsídios para políticas educacionais que visem a promoção dos direitos relacionados às questões de gênero e o enfrentamento das diversas formas de preconceito, discriminação e violência. A portaria nº 2.046/2019 formalizou a revogação desse e de outros comitês, que já vinham inoperantes desde a publicação do Decreto nº 9.759/2019, que extinguiu e

estabeleceu diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal (BRASIL, 2019b; 2019c).

## **4.2 O Governo de Minas Gerais e as políticas para as mulheres**

Minas Gerais, de modo geral, não fica para trás dos demais Estados em termos de políticas para as mulheres. Seu Conselho Estadual da Mulher (CEM) foi um dos primeiros a serem criados no país e data de 1983, ou seja, é anterior ao Conselho Nacional da Condição da Mulher.

Em 2004, por demanda do CEM, instituiu-se o Centro Risoleta Neves de Atendimento, visando atender as mulheres em situação de violência e auxiliá-las na saída dessa situação. Em 2007, o Governo do Estado criou a Coordenadoria Especial de Políticas Públicas para Mulheres de Minas Gerais (CEPAM-MG) que, em 2015, daria origem à Subsecretaria Estadual de Políticas para Mulheres (SPM-MG), subordinada à Secretaria de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC), criada pela gestão Pimentel (MINAS GERAIS, 2017a).

Entre a criação da CEPAM-MG e alteração da posição da pasta na estrutura administrativa do Estado, elevando-a ao *status* de subsecretaria, têm-se alguns momentos marcantes para as políticas para as mulheres no Estado.

Em 2008, Minas Gerais assinou o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Em 2009, foi criado o Consórcio de Promoção da Cidadania Mulheres das Gerais que, segundo seu site oficial, se constituiu, a princípio, a partir da união de quatro municípios da Região Metropolitana de Minas Gerais em parceria com o Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria Especial de Política para as Mulheres do Governo Federal e com a colaboração da Universidade de British Columbia (UBC), do Canadá. Segundo sua página na internet, a finalidade desta autarquia, que segue vigente até então, é fomentar, planejar e executar políticas públicas regionais que possam promover o empoderamento e a cidadania das mulheres e enfrentar a violência de gênero nas localidades.

Em 2011, foi entregue à sociedade o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais (PEPM), construído a partir do relatório da III Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais (III CEPM), do Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2011-2030, do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2012-2015 e de questionários aplicados a diferentes

órgãos governamentais, por meio dos quais se buscava mapear as ações ligadas aos direitos das mulheres que vinham sendo desenvolvidas (MINAS GERAIS, 2011).

Em 2013, foi criado, por força do Decreto nº 46.242/2013, o Comitê Estadual de Gestão do Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual (CEAHVIS) (MINAS GERAIS, 2013).

A criação da SPM-MG, em 2015, atendeu uma demanda antiga do CEM e transformou a posição da pasta frente ao Estado. O maior reconhecimento da importância da pasta pela gestão Pimentel (2015-2018) se materializou em sua ampliação e elevação ao *status* de subsecretaria. Segundo o Relatório 2016, publicado em 2017 pela então SPM-MG,

A Subsecretaria de Políticas para Mulheres do Estado de Minas Gerais (SPM-MG) existe desde 2015 para construir políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres e de promoção da autonomia econômica destas, com base nas estratégias de articulação intersetorial, transversalidade de gênero, atenção à interseccionalidade, buscando a territorialização das políticas públicas (MINAS GERAIS, 2017a, p. 11).

Na esteira dos trabalhos da SPM-MG, estava a facilitação de espaços de discussão e articulação de atores diversos, o que atesta o papel que a SPM-MG vinha buscando desempenhar no sentido da composição e da dinamização de uma rede de promoção dos direitos da mulher no Estado. Entre esses espaços estavam a IV Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres, o Fórum Estadual de Enfrentamento à Violência contra Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas, o Observatório de Gênero e Raça, o Comitê de Transversalidade para Igualdade de Gênero e a Conferência Estadual de Saúde das Mulheres. Esses eventos e encontros aconteceram em Minas Gerais apesar da ruptura democrática vivida em nível federal e dos retrocessos que vinham sendo observados (MINAS GERAIS, 2018a).

Também em paralelo ao cenário de retrocessos percebido no Governo Federal no período, foi promulgada, em 2016, a Lei Estadual nº 22.256, instituindo a política de atendimento à mulher em situação de violência no Estado. Além disso, em 2017, foi aprovado na Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e publicado no Diário do Legislativo o Projeto de Resolução 49, que instituiu a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher na ALMG. Foi também aprovado, em 2018, o Projeto de Lei nº 5.203/2018, no formato da Lei nº

23.144/2018, que institui o dia 23 de agosto como o Dia Estadual de Combate ao Femicídio (MINAS GERAIS, 2016; 2017b; 2018b).

Deve-se mencionar também o Plano Decenal de Políticas para Mulheres do Estado de Minas Gerais, que vem guiando a atuação da pasta desde sua publicação, no final do ano de 2018. A elaboração do Plano se deu no final do ano de 2017 e ao longo do ano de 2018, e levou em conta o que foi sistematizado na IV Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres; na I Conferência Estadual de Saúde das Mulheres; na Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial; nas Conferências de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – ATER; na Carta da Articulação das Mulheres do Campo ao Governador Fernando Pimentel em 2015; nas Demandas dos Fóruns Regionais; no PMDI publicado em 2015 (MINAS GERAIS, 2018a).

O processo de elaboração do Plano Decenal constituiu, por si só, um espaço de interação e articulação entre Estado, movimentos sociais e entidades ligadas aos direitos da mulher, além de ter favorecido a construção de redes conectando, em alguma medida, esses atores. A lista de organizações da sociedade civil, órgãos públicos e outras entidades participantes conta, vale dizer, com 134 nomes (MINAS GERAIS, 2018a).

Com a eleição de Romeu Zema para o Governo do Estado e a nova reforma administrativa por ele levada a cabo, no ano de 2019 a SPM-MG deixou de ter um *status* de Subsecretaria e passou a ser uma Coordenadoria, agora inserida na Superintendência de Participação e Diálogos Sociais, submetida à Subsecretaria de Direitos Humanos que, por sua vez, está dentro da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE). O Plano Decenal segue guiando as ações da pasta (MINAS GERAIS, 2019).

## 5 METODOLOGIA

A análise proposta neste trabalho parte do apanhado teórico realizado nos tópicos anteriores, baseado em pesquisas bibliográficas relativas às teorias dos movimentos sociais, teorias democráticas e teorias políticas feministas, e das pesquisas documentais que permitiram o traçado da trajetória dos governos Federal e Estadual frente às políticas para as mulheres.

Tendo em vista toda a discussão teórica já explicitada, tem-se que para analisar a organização e a prática dos movimentos feministas que atuam em Minas Gerais à luz das críticas a perspectivas hegemônicas que partem do Norte Global (HOOKS, 2015; MATOS, 2010; MOHANTY, 1984; 2003), assim como o trabalho da pasta estadual de políticas para as mulheres e sua relação com os movimentos, deve-se ter em mente a centralidade da construção e do fortalecimento de vínculos entre os diferentes atores, atuantes, inclusive, em distintos contextos e escalas territoriais.

Cada ator social estabelece, a todo o momento, relações com outros atores sociais. Seja para trocar recursos econômicos ou sociais, não atuam de forma totalmente isolada. Pelo contrário, se inserem em sistemas de troca que influenciam positiva ou negativamente sua atuação (LAZEGA; HIGGINS, 2014).

Assim, entende-se rede social, metodologicamente, enquanto um conjunto de relações específicas (por exemplo, colaboração, suporte econômico, aconselhamento ou influência) entre um conjunto finito de atores, e é possível ter a compreensão de que as relações que os atores estabelecem são um dos fatores que os caracterizam. Os atores integrariam, então, “sistemas de interdependências”, as redes sociais (LAZEGA; HIGGINS, 2014; LEMIEUX; OUIMET, 2004).

Nesse sentido, vale dizer que as redes sociais das quais fazem parte os movimentos feministas atuantes em Minas Gerais são estudadas neste trabalho. Para a coleta de informações relativas tanto a essas redes quanto a demais características da organização e da atuação desses movimentos, assim como relativas à interação da pasta estadual de políticas para as mulheres com os movimentos, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com atrizes chave. Foram selecionadas para a entrevista representantes da burocracia pública e dos movimentos feministas, sendo que todas as entrevistadas assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCL).

As representantes da burocracia pública entrevistadas foram selecionadas por conta de suas posições estratégicas ocupadas na pasta em algum momento no tempo. São elas a atual Coordenadora de Políticas para as Mulheres do Estado de Minas Gerais, identificada nesta pesquisa por entrevistada A, e a anterior Subsecretária de Políticas para as Mulheres do Estado de Minas Gerais, identificada por entrevistada B. A entrevistada B, vale dizer, também integra a Rede de Mulheres Negras de Minas Gerais e, em alguns momentos de sua fala, diz desse lugar.

Para a escolha dos movimentos a serem consultados considerou-se a diversidade dos contextos nos quais as mulheres estão inseridas e, conseqüentemente, da organização e da atuação dos movimentos que as representam. Assim, realizou-se um esforço para abarcar movimentos que representassem a diversidade das mulheres. Ao mesmo tempo, para identificar quais os movimentos de atuação destacada no estado e selecionar aqueles a serem estudados, foi também usada a prática da amostragem em bola de neve.

Esse tipo de amostragem é não probabilístico e utiliza cadeias de referência: inicialmente, faz-se uso de documentos e/ou informantes-chave, nomeados como “sementes”, para localizar atores com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Em seguida, consulta-se os indicados pelas sementes e pede-se que indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada consulta realizada. Eventualmente, o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não há novos nomes oferecidos ou entende-se que os nomes encontrados não acrescentam novas informações à análise (VINUTO, 2014).

Por suas posições estratégicas, as entrevistadas A e B, representantes da pasta em algum momento, foram consideradas informantes-chave e, assim, sementes. Também foram consideradas informantes-chave as representantes da Marcha Mundial das Mulheres, por ser esse um movimento de mulheres tido, por Matos (2010), como emblemático da quarta onda. As sementes apontaram para movimentos com os quais interagem ou já interagiram, e que entendem ter atuação destacada no estado de Minas Gerais.

Assim, considerando tanto a diversidade das mulheres quanto o método da amostragem em bola de neve, foram entrevistadas duas representantes da

Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), identificadas por entrevistadas C e D; uma representante do Movimento de Mulheres Olga Benário, entrevistada E; uma representante do Movimento Graal, entrevistada F; duas representantes da Marcha Mundial das Mulheres, entrevistadas G e H, tendo a H atuado no movimento em Minas Gerais de 2006 até 2016; e a entrevistada I, em nome, sobretudo, da Rede de Mulheres Negras de Minas Gerais, da Rede Afro LGBT e da Rede de Mulheres Les e Bi de Minas Gerais (essa entrevistada, no passado, já atuou na Associação Lésbica de Minas Gerais, e segue ainda enquanto integrante também do Nzinga, coletivo de mulheres negras, da Articulação LBT e da Marcha Mundial das Mulheres). Além da atuação nesses espaços, a entrevistada I esteve também na Subsecretaria de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais enquanto Diretora de Articulação Institucional.

Com vistas a facilitar a leitura dos próximos capítulos deste trabalho, que trazem falas das entrevistadas, o quadro 1 localiza cada uma delas em um formato de visualização rápida.

Quadro 1: Relação de entrevistadas e lugares a partir dos quais falam

| Identificação da entrevistada | Movimento(s) que representa ou lugar a partir do qual fala       |
|-------------------------------|------------------------------------------------------------------|
| A                             | Atual Coordenadora de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais |
| B                             | Ex Subsecretária de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais   |
| C                             | Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da FETAEMG    |
| D                             | Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da FETAEMG    |
| E                             | Movimento de Mulheres Olga Benário                               |

F Movimento Graal

G Marcha Mundial das Mulheres

H Marcha Mundial das Mulheres

I Rede de Mulheres Negras de Minas  
Gerais, Rede Afro LGBT, Rede Les e Bi, ex  
Diretora de Articulação Institucional na  
SPM - MG

---

Fonte: Elaboração própria.

## 6 SOBRE OS MOVIMENTOS

Ao longo das análises realizadas neste capítulo e no seguinte, serão trazidos uma série de trechos das entrevistas realizadas. Em primeiro lugar, é importante que se compreenda de onde falam cada uma das representantes dos movimentos estudados, nesse sentido, este capítulo trará observações relativas ao surgimento dos movimentos estudados ou de sua chegada ao Brasil, no caso dos que se organizam internacionalmente; ao enquadramento que fazem ao debate de gênero e às condições e/ou causas que influem na posição ocupada pela mulher na sociedade; à organização e atuação de cada um dos movimentos por vez, buscando compreender sua capilaridade territorial e seu repertório de atuação, já dizendo da presença ou não de ações intrainstitucionais; e considerações relativas à relação estabelecida pelos movimentos estudados com demais movimentos sociais e o Estado, buscando compreender quais os vínculos existentes e os motivos que levam os movimentos a interagir com outros atores.

### 6.1 Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da FETAEMG e o movimento sindical rural

A Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da FETAEMG fala das necessidades e das vivências das mulheres sindicalistas do campo, busca organizá-las e dar visibilidade para as mulheres dentro do movimento sindical. A Comissão se difere de outros movimentos aqui estudados por ser um setor específico que compõe uma federação maior, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais que, por sua vez, é uma entidade sindical que compõe a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Assim, para compreender a organização, o enraizamento territorial e a atuação da Comissão Estadual de Mulheres, importa antes compreender como se relacionam essas entidades. A entrevistada C explica a organização dos trabalhadores rurais, CONTAG e FETAEMG:

Nós [CONTAG] somos um sistema confederativo e um movimento misto. Nós não somos só de mulheres, nós temos homens e mulheres participando com a gente. Ele é composto pelos trabalhadores, os trabalhadores lá da ponta que se organizam no sindicato, e o sindicato se organiza na Federação, que se organiza em uma Confederação. Trabalhadores rurais, tá? Então nós estamos de sistema desse jeito, **a gente consegue fazer a roda girar para cima e girar para baixo ao mesmo tempo**, né?! Que aí a gente

ouve os trabalhadores e as trabalhadoras, e ouvimos também as instâncias superiores [...]. Nosso sistema funciona desse jeito. (Entrevistada C, grifo nosso).

Observa-se que os trabalhadores rurais se articulam em diferentes níveis organizativos, o que já aponta para um enraizamento dessas entidades. A nível local, se tem os sindicatos, a nível estadual se tem as federações, e a nível nacional, a CONTAG, confederação que abarca essas federações. O trecho grifado colabora para o entendimento de que há uma troca de informações entre esses diferentes níveis organizativos, que não estão então isolados uns dos outros. Vale apontar a forte presença, no estado de Minas Gerais, de sindicatos organizados na FETAEMG:

A FETAEMG está enraizada no estado de Minas Gerais inteiro. Nós hoje temos 530 sindicatos no estado de Minas Gerais constituídos. E aí se a gente olhar as extensões de base, é um município que atende mais 2, 3 municípios próximos que ainda não se organizaram em sindicato, mas esse município atende os municípios próximos, então a gente tá em praticamente quase todo o estado de Minas Gerais. (Entrevistada C).

Quando se diz, então, da organização a nível local que se articula com o espaço estadual (FETAEMG), não se trata de uma dúzia de municípios que fazem, de alguma forma, esse diálogo, mas de quase a totalidade dos municípios do estado.

Dizendo do enraizamento, agora mais especificamente, da Comissão de Mulheres no estado de Minas Gerais, a presença de representantes da Comissão se dá sobretudo a nível regional, onde se tem coordenadoras eleitas para fazer essa articulação do nível local/regional com a Comissão Estadual de Mulheres:

A FETAEMG é dividida em 12 polos regionais, cada polo regional tem uma coordenadora regional eleita em plenária para fazer esse trabalho na região num período, num mandato de 4 anos. (Entrevistada C).

Hoje eu estou no cargo de diretora de coordenação estadual de mulheres trabalhadoras rurais, e eu coordeno os 12 polos regionais. A gente tem uma reunião periódica de 2 em 2 meses, reunimos todas essas 12 mulheres, as efetivas e suplentes, e todas as diretoras da federação, para fazermos uma reunião de avaliação dos trabalhos que vêm sendo feitos na região e de fazer uma formação política com essas mulheres. (Entrevistada C).

Ou seja, a Comissão Estadual não centra sua atuação em uma única região do estado ou se isola de compreender e atuar pela diversidade das trabalhadoras rurais de Minas Gerais. Quando conta com uma representante em

cada polo regional da FETAEMG, e não só isso, organiza espaços de reunião para interação e avaliação dos trabalhos feitos na região, possibilita que a micropolítica do contexto seja considerada nas análises e na prática da Comissão. Cada regional possui suas características próprias, suas demandas e seus desafios. É claro que as mulheres compartilham estruturalmente de uma série de opressões, entretanto a forma como incidem em suas vidas não é homogênea, e não deve partir de um entendimento universal a atuação. Nesse sentido, entretanto, ainda que haja a presença das representantes nos polos regionais, o enraizamento pode e deve ser ainda maior. Há um movimento das mulheres da Comissão para que se expanda esse enraizamento e que a presença de coordenadoras a nível municipal seja regra no estado:

[...] parece que a gente estagnou um pouco na regional... que aí às vezes se não tiver a comissão municipal, a gente não consegue fazer o enraizamento da organização das mulheres, então o principal objetivo das coordenadoras hoje, que é um desafio para cada uma é criar as comissões municipais de mulheres trabalhadoras rurais dentro dos sindicatos. (Entrevistada C).

Nós precisamos enraizar mais, nós precisamos fazer com que as mulheres lá na ponta tenham realmente conhecimento de tudo que a gente faz. (Entrevistada C).

É, então, uma percepção da Comissão que sem comissões municipais o alcance das mulheres da base, nos diversos, territórios do estado, é dificultado. Por mais que se tenham as coordenadoras regionais e que elas representem então contextos distintos, é impossível que elas tragam consigo, para as reuniões, uma síntese totalmente fiel da realidade de sua regional, visto que abarca um número altíssimo de municípios. Ao mesmo tempo, também pela grande região a qual devem responder, é impossível que consigam replicar a todas aquelas trabalhadoras rurais que estão base o que se debateu e se aprendeu nas reuniões estaduais. É feito, então, um trabalho no sentido de estimular a criação dessas comissões municipais, e a entrevistada aponta para avanços. Já há comissões municipais estabelecidas:

Em alguns municípios nós temos. No Norte de Minas nós temos bastante, um número significativo de sindicatos que já tem, no Jequitinhonha também tem, na região Mucuri também tem bastante sindicatos que já tem essa organização de mulheres. (Entrevistada C).

A FETAEMG conta, então, com representantes da Comissão Estadual de Mulheres em suas 12 regionais, e avança no sentido de expandir esse trabalho para

o nível municipal, dos sindicatos. Importante mencionar também, que a Comissão Estadual de Mulheres da FETAEMG não é a única da CONTAG. Pelo contrário, comissões estaduais de mulheres são presentes em todos os estados e suas representantes integram, ainda, a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da CONTAG. Na fala abaixo a entrevistada aponta para comissões a níveis territoriais maiores bem organizadas e mais atuantes, o que aponta novamente para o entendimento da centralidade que as comissões estaduais devem dar para o maior enraizamento nos níveis municipais:

Do mesmo jeito que nós somos um sistema confederativo dos sindicatos, que a gente tem trabalhador - sindicato - federação, a mesma coisa funciona a organização das mulheres. Só que hoje tá muito inverso, nós temos a comissão nacional, que está na CONTAG, e essa comissão nacional que faz todo esse processo de organização da Marcha das Margaridas [marcha das mulheres trabalhadoras rurais que acontece de 4 em 4 anos] e mais as outras pautas que nós pautamos para o governo e para o movimento, e é composta pelas secretárias estaduais de mulheres, de todos os 26 estados mais o DF. E nós temos, no estado, a comissão estadual, que é composta pelas regionais dos estados né, cada estado tem as suas regionais então Minas Gerais está nas duas coisas. Aí quando você traz esse parâmetro, parece que a gente estagnou um pouco na regional... (Entrevistada C).

Quando a entrevistada diz especificamente da organização da Comissão de Mulheres o diálogo entre os níveis fica mais explícito, com o apontamento de espaços feitos para proporcionar essa interação. Além das reuniões da Comissão Estadual já mencionadas, ela diz também de reuniões regulares da Comissão Nacional e dos fluxos de orientações entre os níveis:

Então a nível do Estado sempre tem orientação [do nível nacional], a CONTAG não é só a Marcha das Margaridas, fora da Marcha, de 2 em 2 meses temos uma reunião nacional. Que aí a gente vai pegando as orientações pra aquilo que a gente tem que trabalhar no estado, aí faz reunião no Estado pra dar orientações pras coordenadoras regionais daquilo que elas têm que trabalhar nas regiões. E as coordenadoras vão dando as orientações para os sindicatos daquilo que elas têm que trabalhar. (Entrevistada C).

Ou seja, confirma-se que representantes dos diferentes níveis organizativos se encontram e têm ambientes para que haja troca de informações quanto às atividades realizadas, podendo esses ambientes, essas reuniões, serem espaços para apresentação de sínteses das demandas das mulheres de cada território. Haver interação e fluxos transversais é o que dá sentido na ideia do enraizamento, o diálogo, a troca, a ação entre os níveis. Não há avanço

considerável se há enraizamento organizativo mas não há encontros para interação e novas sínteses com alguma regularidade. Observa-se na fala da entrevistada C um fluxo nítido de orientações do nível nacional até o local, porém não se mostra com tamanha clareza um fluxo de informações do nível local para o nível nacional. Claro, as reuniões estaduais, que unem as representantes regionais, podem ser espaços onde as informações locais chegam ao nível estadual, e as reuniões nacionais, momentos quando as informações estaduais chegam ao nível nacional, e supõe-se que sejam de fato. Entretanto, não é possível afirmar em que medida esses espaços são abertos a receber as demandas locais e construir novas sínteses ou são ambientes que dão maior centralidade para repassar orientações já formuladas.

Reforça-se, aqui, a importância do enraizamento e da compreensão das micropolíticas do contexto para o avanço real da pauta feminista, como apontam as autoras críticas às teorias universalizantes já mencionadas em capítulo anterior deste trabalho. Dizendo do caso da FETAEMG que se divide em comissões e pensando potencialidades desses enraizamentos, se tem que as comissões municipais poderiam se atentar e lutar para a conquista de avanços frente a demandas que se ligam a níveis mais baixos da administração pública, por exemplo. Ou podem, em alguns casos, dar conta de responder a necessidades imediatas das mulheres, ao mesmo tempo em que são capazes de observar e sintetizar quais as demandas específicas das mulheres daquela localidade, qual o contexto em que vivem, como as desigualdades incidem sobre a vida daquelas mulheres. E pensando idealmente, com uma futura expansão das comissões municipais por todo o território do estado, representantes dessas comissões poderiam levar essas informações a espaços de encontro regionais, onde poderiam apresentá-las e ouvir sobre as demandas e o contexto das mulheres de outros municípios. Em conjunto, poderiam sintetizar quais as diferenças compartilhadas entre as mulheres daqueles municípios que compõem a regional, e a coordenadora regional apresentaria essa síntese na reunião estadual. A nível estadual, então, essa discussão deve se dar da mesma forma, porém com a interação, como já acontece, entre as coordenadoras regionais, e a coordenadora estadual levando então a síntese da percepção e da demanda das mulheres daquele estado, construída a partir de uma série de espaços e discussões municipais e regionais, para as reuniões nacionais. Assim, a compreensão do movimento sobre as demandas e as necessidades das mulheres trabalhadoras

rurais se aperfeiçoa, possibilitando uma atuação que contemple melhor as diferentes territorialidades e uma análise materialista.

A Comissão existe dentro desse espaço do movimento sindical rural brasileiro há mais de 30 anos, porém pôde se originar a partir dos resultados positivos de uma luta política reivindicativa das mulheres trabalhadoras rurais frente ao Estado: essas mulheres trabalhadoras não possuíam o direito à sindicalização, e o conquistaram. Explica a entrevistada C sobre a conquista de espaço pelas mulheres dentro do sindicalismo e sobre a formação da Comissão:

[...] mais de 30 anos já que nós temos essa organização de mulheres dentro do movimento sindical. Isso se deu porque as mulheres fizeram todo uma movimentação para ter o direito de se sindicalizar... Por que as mulheres não se sindicalizavam, as mulheres trabalhadoras rurais. Quem se sindicalizava era o homem. O homem se sindicalizava e ela se tornava dependente do pai, do marido, do irmão, seja lá quem for que se sindicalizasse na família, ela se tornava dependente. Então foi feita uma movimentação, as mulheres conquistaram o direito de sindicalizar e em 1988 teve o reconhecimento da trabalhadora rural dentro da Constituição e garantiu a política da aposentadoria da mulher trabalhadora rural. Então a partir daí a gente começou a fazer toda uma movimentação de organização e de visibilidade realmente das mulheres trabalhadoras rurais. (Entrevistada C).

Nos anos 90 que a gente começou a organização das mulheres aqui dentro da FETAEMG. Começou-se a participação das mulheres, um pequeno número de mulheres que já vinham discutindo, que já participavam da diretoria de algum sindicato, algumas trabalhadoras que tem um espírito feminista e que começou a fazer essa movimentação. Criou-se a comissão, que foi criada em 1989, a comissão de mulheres trabalhadoras rurais, e a gente foi construindo de que cada região nossa do Estado tivesse uma mulher para poder fazer articulação com as mulheres da região. (Entrevistada C).

Observa-se, a partir da fala da entrevistada, que o processo de elaboração da Carta Constitucional de 1988 foi uma oportunidade política para as mulheres trabalhadoras rurais. Foi um contexto, pode-se dizer, favorável, que levou essas mulheres a agirem coletivamente visando o reconhecimento de direitos por parte do Estado. Essa Estrutura de Oportunidades Políticas as levou então para uma interação com setores institucionais, interação essa de natureza reivindicativa. Assim, teria sido a partir dos resultados dessa interação, como com o reconhecimento do direito à sindicalização, que aquelas mulheres passaram a ter espaço dentro das entidades sindicais. E foi só aí que o espaço organizado das mulheres dentro do movimento sindical rural pode, de fato, se formar, dando origem à Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da FETAEMG.

Quanto ao repertório de atuação da Comissão de Mulheres, se observa uma variedade de ações, de naturezas distintas. Em trecho já citado anteriormente, a entrevistada aponta para processos de formação política levados a cabo nas reuniões estaduais, formações essas que deveriam ser replicadas a nível regional pelas coordenadoras regionais. Segundo a entrevistada C, as coordenadoras tentam replicar, mas encontram dificuldades por conta de um baixo enraizamento nos sindicatos a nível municipal. A entrevistada aponta para a grande necessidade da formação política para as mulheres do meio rural, e aponta para a importância dessas mulheres ingressarem na política:

Formar as mulheres no debate, elas terem consciência do porquê que elas estão no sindicato. Das mulheres se reconhecerem como trabalhadoras rurais, é muito comum as mulheres, se a gente perguntar “qual é sua profissão?”, elas responderem “eu ajudo meu marido”... “eu ajudo meu marido”... não se entende enquanto trabalhadora, então isso tem que chegar até lá, as mulheres tem que se reconhecer enquanto trabalhadoras rurais, elas são sujeitos que produzem, e que produzem com quantidade e qualidade, que elas não são ajudantes, que elas têm uma profissão que é trabalhadora rural. Isso tem que ficar muito claro. A gente tem que fazer delas estarem nesses espaços com isso, o desafio hoje que a gente tem é das mulheres se ingressarem na política, terem consciência política realmente, numa política consolidada, não de uma política “politiqueira” né, “politicagem”, mas uma política que faça política social, que faça o desenvolvimento do nosso país e da sociedade. (Entrevistada C).

Nesse sentido, então, a formação política é feita para que se reconheçam enquanto trabalhadoras e enquanto cidadãos que podem e devem ocupar espaços políticos. Aponta para o incentivo a candidaturas de mulheres trabalhadoras rurais para as câmaras de vereadores como uma pauta que será central daqui para frente na Marcha das Margaridas, o que sugere o entendimento de uma importância, por parte do movimento, da atuação também no espaço institucional (Entrevistada C).

A entrevistada C menciona também reivindicações do movimento frente a órgãos públicos, além da participação da Comissão em espaços facilitados pelo Estado ou que possuam algum vínculo institucional, como o Fórum de Enfrentamento à Violência das Mulheres do Campo e da Floresta, a construção do Plano Decenal de Políticas para as Mulheres e o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRAF). A participação nesses espaços configura uma atuação intrainstitucional.

Fazem parte do repertório de atuação da Comissão então ações intra e extrainstitucionais, e dessas últimas, além dos processos de formação política, é importante dizer da construção e realização da Marcha das Margaridas, mobilização que reúne, de tempos em tempos, milhares de mulheres trabalhadoras rurais marchando por determinadas pautas.

A entrevistada, aponta, vale dizer, para o lançamento da Marcha das Margaridas, movimentação das mulheres trabalhadoras rurais, no ano de 2000, como um momento importante para dar visibilidade às mulheres do movimento sindical rural:

No ano de 2000, lança-se a Marcha das Margaridas... Um desafio muito grande dentro do movimento né, marchar para quê? Trazer mulheres para Brasília para quê? Para quê marchar? Por que marchar? Mas aí fomos, pauta a questão da violência, contra a miséria e a fome, aquele monte de situações que principalmente as mulheres do Norte e Nordeste passam mais por isso... e trouxe essa pauta e que deslançou né. (Entrevistada C).

A realização da Marcha das Margaridas é tida então como uma forma de pautar com maior força o tema dentro do movimento sindical, oportunidade para colocar a discussão na roda e reposicionar as mulheres no movimento. Desde então, sua construção e realização seguem fazendo parte do repertório de atuação das mulheres organizadas da CONTAG, com uma periodicidade de 4 em 4 anos:

Realizar a Marcha todo ano é inviável, a gente não tem como realizar uma Marcha das Margaridas, movimentar, fazer todo um processo de movimentação, que não é só ir para Brasília, mas de fazer um processo onde que as mulheres tenham conhecimento da Marcha, da gente ouvir, saber o quê que cada mulher quer realmente com a Marcha... então a gente não consegue fazer isso todo ano. Se criou um calendário da Marcha se realizar de 4 em 4 anos. Em 2019 a gente consegue realizar a 6ª edição da Marcha das Margaridas. (Entrevistada C).

É o período de construção da Marcha das Margaridas, dito como um processo longo e trabalhoso, quando tanto a Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da FETAEMG quanto as demais Comissões de Mulheres da CONTAG interagem em maior intensidade com outros movimentos. Segundo a entrevistada C, o movimento interage inclusive com organizações de outros países e menciona que a Marcha das Margaridas de 2019 contou com a presença de 23 países. Ao dizer dos movimentos com os quais construíram nacionalmente a Marcha, menciona a Marcha Mundial das Mulheres, a União Brasileira de Mulheres, o Miqcb (Mulheres Quebradeiras de Coco), do Nordeste, o MAMA (Mulheres da

Amazônia), o GT de Mulheres ANA, a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, a Confederación de Organizaciones de Productores Familiares del Mercosur Ampliado, que é uma cooperativa internacional à qual a CONTAG é filiada, a Confederação dos Trabalhadores Assalariados, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ao dizer da organização em Minas Gerais ela traz mais alguns nomes e aponta:

Aqui em Minas Gerais, esse ano a gente conseguiu fazer um processo muito bacana, bacana mesmo. A gente chamou várias entidades que compõem a organização nacional e chamamos pra uma conversa pra gente construir a Marcha das Margaridas aqui, e foi bacana que a gente construiu a panfletagem, construímos a audiência pública na Assembleia Legislativa, a gente conseguiu avançar nessa questão... e pela primeira vez a gente conseguiu fazer uma audiência pública na Assembleia Legislativa de Minas Gerais para fazer o lançamento da Marcha e discutir a Marcha das Margaridas. Então a gente conseguiu com a Marcha Mundial, com o MAB [Movimentos dos Atingidos por Barragens], com o MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra], com a CTB, com a CUT, conseguiu fazer essa articulação também aqui em Minas Gerais. E acabou que cada movimento desse fez uma mobilização e foi pra Marcha em Brasília também. (Entrevista C).

Tem-se, então, que a construção da Marcha das Margaridas, espaço extrainstitucional, é um período de notável atuação em rede dos movimentos que constroem as lutas populares em Minas Gerais e no Brasil. Momento de fortalecimento de vínculos e potencial criação de novos. Vale notar que a Marcha Mundial das Mulheres, movimento também estudado nesta pesquisa, é uma das organizações parceiras citadas pela entrevistada, tanto nas articulações realizadas nacionalmente quanto estadualmente, o que já permite que se vislumbre as interações entre os movimentos feministas atuantes no estado de Minas Gerais.

Importante perceber também que a realização da audiência pública na Assembleia Legislativa para lançamento da Marcha das Margaridas aponta para uma interação com setores da institucionalidade nessa mobilização.

É possível afirmar, então, que os vínculos estabelecidos pelo movimento com outros movimentos se dão fundamentalmente para a construção de projetos em conjunto, projetos que unem movimentos de diversas naturezas que concordam e atuam na luta pelos direitos das mulheres. Ao mesmo tempo, os vínculos

estabelecidos com setores da institucionalidade se dão tanto para a realização de demandas quanto para a cooperação em espaços e projetos facilitados pelo Estado.

Sobre a visão do movimento quanto às discriminações por gênero, raça, classe e sexualidade e suas inter-relações, observa-se que não são tidas enquanto fruto de um mesmo sistema que articula as várias discriminações e que deve ser enfrentado também articulando as várias discriminações. Quando perguntada sobre a visão do movimento sobre esses debates, a entrevistada C diz sobre a FETAEMG e a CONTAG:

Essa pauta vem sempre pra secretaria de mulheres, isso não só aqui na Federação, mas também na CONTAG. Por exemplo, a questão das mulheres negras, aí vem sempre pra pasta das mulheres, a questão LGBT, vem sempre pra questão das mulheres. E a gente tem que tentar pelo menos fazer uma conversa de abrir mais o leque, de ser pauta comum pra dentro do movimento, mas ainda é desafio ainda. (Entrevistada C).

Essa fala sugere que essas pautas são entendidas, por grande parte do movimento sindical, enquanto pautas identitárias a serem discutidas apenas por seus grupos específicos. E são colocadas sob a responsabilidade das mulheres, “grupo minoritário” organizado dentro do movimento, as pautas dos demais “grupos minoritários”. É o setor de mulheres que lida com as questões de raça, etnia e sexualidade na FETAEMG e que tenta pautar esses debates também dentro do movimento. Observa-se que o movimento sindical ainda enxerga a questão de classe como isolada das demais, e com maior importância. A entrevistada D afirma:

Não tem acúmulo no debate... é como se isso fosse menor, e não faz uma junção né?! Então assim, é a luta dos trabalhadores. É só isso, como se ela não viesse com suas especificidades, com suas questões específicas, isso não aparece... e é do acúmulo, quem tem sempre puxado esses novos temas pra dentro do movimento sindical são as mulheres, as mulheres que entraram nesse mesmo lugar de liderança no movimento sindical, elas é que introduziram novas pautas pra dentro do movimento. Aí ao introduzir essas novas pautas meio que ficou responsabilidade das mulheres vir discutir lgbt, vir discutir questão indígena... a questão ligada a gênero vem sempre para a pauta das mulheres, e não se pauta no conjunto do movimento sindical. (Entrevistada D).

O movimento sindical não trata da discussão de classe - que aparece com centralidade por se tratar de um ambiente ligado à categoria profissional - levando em conta as demais formas de discriminação que o sistema articula. Frente a isso, a Comissão Estadual de Mulheres enxerga a necessidade de se ampliar o debate sobre essas diversas formas de discriminação e vivências, ainda nem dizendo

necessariamente de um debate que as tire das “caixinhas” e trate desses entrecruzamentos, mas busca ampliar o debate e dar maior visibilidade para essas pautas na organização. Ainda assim, encontra resistências por parte dos companheiros e, até mesmo, de algumas companheiras. Explica a entrevistada D sobre o lugar de que se trata:

Olha, tem uma necessidade de a gente aprofundar nessa questão do feminismo. É pra gente compreender, porque ainda tem um entendimento de que o feminismo é o contrário de machismo, né, trata desse lugar ainda. E nós somos fruto do movimento sindical, então isso tá na gente também, então desconstruir isso, mesmo sendo as mulheres percebendo a necessidade de avançar, desconstruir isso também nas mulheres do movimento sindical rural é algo que precisa... a gente vai levar um tempo. (Entrevistada D).

Observa-se que o debate não se encontra só na esfera do identitarismo ou não, há inclusive resistência de alguns do movimento em perceber a relevância dessas pautas, preferindo não trazer à tona. Nesse caso, é impossível dissociar isso do ambiente de socialização desses sujeitos, o movimento sindical rural extremamente masculinizado. A Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais se insere em um movimento que tem como central a questão da categoria de trabalho, de modo que não necessariamente as mulheres que o integram se identificam com o debate do feminismo. O conjunto do movimento sindical hoje não é ainda feminista, nem o conjunto das mulheres, então é um desafio. Percebe-se que a FETAEMG não é um movimento essencialmente feminista, mas a Comissão Estadual de Mulheres que integra a FETAEMG o é e busca transformar o movimento sindical nesse sentido.

Não é que o movimento sindical conduza o debate dessas pautas separadamente. O que se percebe é que o movimento não debate essas pautas com alguma frequência em seus espaços ampliados. A Comissão de Mulheres é quem lida com todas essas discussões e segue lutando para ampliar a discussão no movimento. Avanços vêm sendo conquistados, e deve-se mencionar aqui novamente a Marcha das Margaridas como uma mobilização que fortalece a pauta dentro do movimento sindical.

## **6.2 Movimento de Mulheres Olga Benário**

O Movimento de Mulheres Olga Benário, por sua vez, não é um movimento que articula especificamente uma determinada categoria de

trabalhadoras. O movimento não é vinculado a categorias profissionais e se propõe a organizar mulheres diversas. Sobre suas pautas, diz a entrevistada E:

Bom, a gente luta pela emancipação das mulheres, e aí envolve muita coisa, né?! Então desde a questão da libertação contra a violência, até o acesso à renda, até a questão do machismo, do patriarcado de modo geral, que isso perpassa todas as nossas relações, de modo geral. (Entrevistada E).

Com essa fala, já é possível observar notas de uma perspectiva transversalizada quanto à discussão de gênero, que será percebida com maior força nas demais falas da entrevistada, como quando ela diz da forma como o movimento entende que as desigualdades se manifestam na opressão das mulheres. De perspectiva marxista, o movimento insere esse debate em uma discussão antissistêmica e ampliada, e assim busca travar sua luta:

A gente tem uma perspectiva classista, né, marxista. Então a gente entende que a opressão, por exemplo, as mulheres negras, não é somada uma opressão de raça, de classe... não. É uma opressão que perpassa isso tudo. E aí então a gente entende que a emancipação das mulheres, de todas as mulheres, e aí das mulheres trabalhadoras, das mulheres negras, das mulheres indígenas, das mulheres quilombolas, das mulheres trans, ela não vai se constituir nesse sistema. Nesse sistema de produção e reprodução de mercadoria que a gente tem hoje que é o capitalismo. Então a gente acredita que é preciso superar esse sistema, esse Estado de coisas que utiliza de todas essas opressões pra se reproduzir... E aí a gente acredita, por isso, que a gente tem que construir o poder popular, um poder que é o poder do povo, construído em outras relações. Não nessas relações individualistas e de exclusão que a gente tem hoje consolidadas. Então por isso que a gente constrói vários espaços, mas espaços dentro de uma outra lógica de funcionamento. (Entrevistada E).

Quando o movimento discute esse sistema de produção e reprodução de mercadorias coloca na mesa a macropolítica das estruturas econômicas e políticas transnacionais. Segundo a entrevistada E, o antipatriarcalismo, o antiracismo e o anticapitalismo estão essencialmente conectados. Ou seja, a emancipação da mulher passa, necessariamente, pela superação do capitalismo. Quando ela diz que por isso constroem vários espaços a partir de uma outra perspectiva, dentro de uma outra lógica de funcionamento, aponta para a centralidade da ideologia na condução das ações do movimento. E novamente sobre essa visão se expressar na atuação cotidiana do movimento:

A gente tem esse entendimento de coisas que a gente tá inserido em um contexto determinado, que a gente tem uma atuação local, mas a gente enxerga pra além, então assim, que a gente precisa estar

fazendo aqui, mas também conversando com diversas pessoas e atuando em diversos espaços. Porque a todo momento a gente tá disputando, né?! É uma disputa ideológica pra gente conseguir ter uma atuação concreta e forte. (Entrevistada E).

Observa-se, com isso, que a crença ocupa um lugar central no movimento, que traz a disputa ideológica como constante.

A perspectiva anticapitalista de luta leva em conta, fundamentalmente, o contexto macropolítico em sua mobilização. E dizendo de uma perspectiva materialista de análise e prática, também a micropolítica do contexto além da macropolítica - direção apontada como necessária por Matos (2010) e Mohanty (1984; 2003) e que conversa com a críticas de hooks (2015). A entrevistada aponta para a consideração da micropolítica quando diz no trecho acima transcrito que o movimento tem o entendimento de estão inseridos em um contexto determinado e diz de suas atuações locais, que se ligam com as necessidades daqueles espaços específicos.

O repertório de movimento se baseia fundamentalmente em duas linhas de ação: a formação política e a atuação prática, que faz inclusive o enfrentamento. A entrevistada explica:

A gente tem duas linhas. Desde a formação política, do entendimento teórico, de como que constituem essas relações de dominação, do machismo, do patriarcado. E aí então a gente tem núcleos de formação das mulheres, os núcleos do Olga, que acontecem em diversos espaços, e nós também temos a atuação prática. E aí a atuação prática vai da nossa luta quando a gente faz o enfrentamento, por exemplo, manifestações... quando a gente faz ocupações... a gente ocupou ano passado a Previdência, contra a Reforma da Previdência e tudo o mais, pela aposentadoria das mulheres; a gente também tem a questão da Casa de Referência da Mulher, que é um trabalho bem consolidado, que a gente tá atuando já tem 3 anos nessa frente de violência, que a Tina é mais do que isso, né?! A gente também constrói uma creche, em ocupação, a gente também apoia os movimentos de ocupações urbanas e entende que essa questão de acesso à moradia também perpassa as mulheres. Então assim, a gente tem muitas frentes de atuação. Também no movimento estudantil, a gente tem uma atuação aí com os CA's, os DCE's, né. A gente entende que é importante também a questão das mulheres universitárias... acho que em Minas Gerais seria mais isso. (Entrevistada E).

Se observa nesse trecho que o movimento atua em espaços muito diversos e dentro dessa frente de atuação prática se realizam atividades também diversas, desde a ocupação de prédios do Estado como forma de pressionar e enfrentar contra determinadas políticas, até a construção de creche em ocupações

de moradia, passando pela participação em espaços do movimento estudantil, construindo gestões de centros acadêmicos e diretórios acadêmicos em universidades. Essa diversidade da atuação aponta para a consideração da micropolítica do contexto em sua prática, que toma formas diferentes a depender do espaço. Vale chamar a atenção para a construção da Casa Tina Martins por parte do movimento, espaço que preenche uma lacuna deixada pelo Estado no atendimento à mulheres em situação de violência e que é organizado sobre as bases ideológicas do movimento, levando a uma lógica diversa daquela que se veria caso fosse um serviço oferecido diretamente pelo Estado.

A entrevistada aponta para pautas que tomam centralidade para o movimento quando se trata em reivindicar frente ao Estado:

A gente constrói a Casa de Referência da Mulher Tina Martins, então a luta contra a violência, por Casa Abrigo, delegacia 24h, por mais aparelhos e políticas públicas que consigam atender essa demanda de... infelizmente, de violência que é a situação das mulheres hoje. E aí também entra a questão da luta por creche, que aí já é uma questão do direito a ter uma vida, trabalhar e tudo, e não relegar só à mulher o papel de cuidar das crianças, então a gente também faz essa luta. (Entrevistada E).

O movimento então se relaciona com setores da institucionalidade em alguns momentos quando reivindica determinadas políticas públicas e a ampliação da atuação do Estado em certas áreas. O movimento faz essas reivindicações, vale dizer, de forma incisiva e crítica, com embate frente à negativa do Estado em muitas dessas demandas. A entrevistada afirma que a atuação frente ao Estado do Olga Benário se dá majoritariamente pelo embate, porém não só, dado que o movimento conta com parceria com alguns aparelhos institucionais:

Acho que a maioria é [de embate], porque é a gente reivindicando alguma coisa, é fazer com que o Estado cumpra com as obrigações constitucionais, legais dele. Então a gente tem essa questão de... a gente já fez ocupações na Cidade Administrativa, por exemplo, reivindicando que o Estado faça os repasses que a gente, por exemplo, recebeu de emendas parlamentares. A gente teve muita dificuldade de executar esse recurso, por uma série de fatores, né, e aí também por negligência e omissão da administração... a gente passou por isso. Então assim, tem muito isso, mas também a gente tá na Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. E aí a gente tem outros aparelhos, outras políticas, né, que a gente tem uma parceria. Então assim, por exemplo, o CERNA [Centro Risoleta Neves de Atendimento], o Benvinda, que são órgãos do Estado que a gente tem uma parceria maior assim... não seria tanto enfrentamento, mas a gente também acaba reivindicando que eles tenham amplitude maior de atuação, porque hoje os aparelhos tão,

assim, péssimas estruturas, tão acabando, né. Então a gente tem que fazer esses dois lados. (Entrevistada E).

Observa-se, então que o movimento se relaciona com o Estado muito fortemente por um enfrentamento frente à necessidade de se fazer certas reivindicações. Entretanto, o movimento é também parceiro de algumas políticas do Estado, foram citados o CERNA e o Benvinda, nesses momentos pode-se dizer que há uma cooperação entre o movimento e a institucionalidade. Pontua a entrevistada, porém, que mesmo nesses momentos o movimento acaba também realizando reivindicações, mas não na mesma forma de embate como se dá fora desses espaços. Ela diz também da participação do movimento em espaços com participação social facilitados pelo Estado e no processo de construção do Plano Decenal de Políticas para as Mulheres, o que aponta também para interações com natureza de cooperação. Além disso, o Movimento Olga Benário esteve representado no Fórum de Mulheres do Jequitinhonha, espaço de encontro de várias mulheres e apoiado por prefeitura local.

Ao tratar da atuação do movimento, pode-se perceber um pouco dos diferentes espaços nos quais a movimento atua, como em ocupações de moradia e em universidades. Sobre os diferentes espaços de atuação na RMBH (Região Metropolitana de Belo Horizonte) a entrevistada diz:

Bom, no território a gente tá em... tem a Casa, que é um grande ponto nosso de consolidação do nosso movimento, porque agora é associação, né, a gente conseguiu CNPJ, isso foi uma conquista muito grande pra gente como movimento social. E ali, assim, a Casa é um marco pra gente. Territorialmente, pra gente estar naquele espaço, que é um espaço nobre da cidade, é muito significativo, sabe?! E pra além disso, a gente também tá na periferia, a gente tá nas ocupações, ali no Barreiro, principalmente, que tem ocupações urbanas, aí a gente tá na Eliana Silva, na ocupação Paulo Freire. A gente também tá na ocupação Maria Carolina de Jesus, que fica no centro, a gente constrói junto com essas mulheres também essa questão do feminismo, da libertação. E também nas universidades, então a gente tem atuação no CEFET, na PUC, na UNA, na UFMG... (Entrevistada E).

Nota-se, então, um enraizamento do movimento e de sua atuação na RMBH. Para além dessa região, a entrevistada aponta:

A gente também tá pra além de Belo Horizonte, a gente atua em outros municípios: Ouro Preto, Mariana, Juiz de Fora, acho que Uberlândia, não tenho certeza, mas a gente tem uma atuação no interior de Minas. E estamos em outros Estados do Brasil também com outras Casas de Referência, tem uma em São Paulo e uma no

Sul, e fazemos também esse trabalho amplo, nessa mesma pegada, com universitárias, com ocupações também... (Entrevistada E).

Percebe-se então que há uma capilaridade do movimento no país, ainda que não esteja em todos os estados brasileiros e em apenas alguns municípios do interior. A entrevistada não aponta para a organização do movimento nesses mesmos moldes em outros países, mas diz de uma atuação internacional a partir da presença do movimento em espaços internacionais e de vínculos com mulheres latinoamericanas:

A gente também tá no Fórum Latinoamericano das Mulheres. (Entrevistada E).

E aí a gente tem um contato muito forte com mulheres do Peru, da Bolívia, da Venezuela, de Cuba, e de outros países, também... então a gente tem uma atuação internacional também... (Entrevistada E)

Inclusive, ao dizer de espaços internacionais diz ainda da formação do movimento a partir da presença de companheiras em um desses espaços:

[...] a gente nasceu foi depois que a gente esteve numa conferência internacional na América Latina [...], e aí a gente viu “não, a gente precisa se organizar, precisa de um movimento de mulheres firme”. E aí quando as companheiras voltaram foi consolidado o Olga [...]. (Entrevistada E).

Tem-se, assim, que foi a experiência em um espaço de conferência internacional, voltado para países da América Latina, que mobilizou aquelas mulheres em torno da formação do Movimento de Mulheres Olga Benário enquanto um movimento organizado. Um espaço extrainstitucional, de interação e troca, com a presença de mulheres de países distintos dizendo de realidades distintas, teria levado aquelas mulheres que já se encontravam naquele momento em contato, ao entendimento da necessidade de se constituir um movimento. E assim o fizeram.

Para além de vínculos internacionais, o movimento interage também com diversos outros a nível local, não só movimentos feministas. Ela diz:

Então, a gente também constrói um partido político, a Unidade Popular pelo Socialismo, a UP, e aí a UP também tem uma série de movimentos parceiros nossos. Por exemplo, o MLB, que é o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, tem a atuação dos DCE's, o Correnteza, que é uma frente que a gente também constrói, que têm mulheres do OLGa que constroem o Correnteza. Tem o MLC, que é uma corrente sindical, que é o Movimento Luta de Classes. Temos também, deixa eu pensar... tem a frente dos evangélicos daqui de BH, que a gente constrói junto com eles muita coisa. Tem a Gabinetona, A Partida, que a gente também constrói algumas coisas juntas... Nossa, é muita coisa... São muitos, muitos mesmo! (Entrevistada E).

O movimento, então, além de se relacionar com organizações de mulheres (ela cita A Partida, por exemplo) tem uma interface direta com movimento de moradia, mov. estudantil, sindical, religioso, entre outros, de modo que sua visão transversal da pauta se expressa também nesses vínculos que mantém. Chama a atenção nesse trecho a fala que se refere à Unidade Popular pelo Socialismo, partido que as militantes do Olga Benário constroem e onde interagem com outros movimentos parceiros, o que aponta para o espaço partidário como um ambiente de interação e fortalecimento de vínculos entre atores. Quando constroem um outro espaço, de um partido político, apontam, novamente, para uma atuação que não pretende ser, de todo, fora da institucionalidade, ainda que hoje a relação com o Estado passe majoritariamente pelo enfrentamento. Viu-se, mais acima na análise, uma relação com a institucionalidade em alguns momentos. A construção de um partido político vem somando nessa relação com a institucionalidade.

Voltando aos vínculos estabelecidos pelo movimento com outros atores, observa-se que as interações se dão em momentos diversos, com intencionalidades diversas, a depender do contexto. A entrevistada diz dessa variedade e aponta para as atuações locais:

É uma luta muito diversa, então depende. Ah, no 08 de março pra construir a questão do feminismo, então a gente vai dialogar com os movimentos feministas da cidade. Ah, pra construir a questão da moradia, então a gente dialoga com os movimentos de ocupações... (Entrevistada E).

Principalmente nas nossas atuações locais, a gente sabe que sozinhas a gente não faz, né... Então, por exemplo, a gente constrói o 08 de março todo ano. Então a gente dialoga com os diversos movimentos feministas que tem aqui em Belo Horizonte, e em outros Estados também, em outros municípios. A gente constrói junto. A gente tem que estar junto daquelas que nos fortalecem, a nível local e a nível internacional também. (Entrevistada E).

O momento do 08 de março é, então, apontado mais de uma vez como um momento de interação com outros movimentos feministas. Sua construção, então, pode ser entendida como um espaço extrainstitucional que fortalece os vínculos entre as organizações feministas. Além disso, observa-se no segundo trecho que a entrevistada associa o estar junto a um fortalecimento dos movimentos, tanto a nível local quanto internacional. Para além dessa perspectiva de um fortalecimento mútuo pela criação e pelo estreitamento de vínculos, os movimentos com os quais o Olga interage vão depender da pauta que está sendo debatida e

essa interação se dá tanto em momentos de embate, fazendo reivindicações frente ao Estado, quanto para construir projetos em conjunto. Nesse sentido, ela diz do Tina Martins como um ambiente que elas constroem onde interações com grupos diversos são muito frequentes:

A gente tem uma gama muito diversa de projetos sendo desenvolvidos na Tina. Tem muitas universidades de constroem com a gente, algumas oficinas pras mulheres, a gente tem... é muita coisa, tô pensando aqui pelo menos umas 15. A gente tem lá também uma parte mais pedagógica, a gente tem uma parte com as psicólogas, a gente tem com as advogadas, que são as advogadas do Olga, que a gente constrói, por exemplo, a gente tá construindo uma cartilha informativa sobre a Lei Maria da Penha e outras questões aqui no município que as mulheres podem procurar. Então, nossa é muita coisa, com muita gente. Dialoga com muita gente diferente, várias pautas. (Entrevista E).

As oficinas que acontecem na Casa Tina trazem grupos diversos que se organizam na cidade para dialogar, e as atividades que a Casa realiza, a depender de sua natureza, levam à interação com diferentes organizações.

### **6.3 Movimento Graal**

O Movimento Graal é um movimento internacional de mulheres fundado em 1921 pelo P.e jesuíta Jacques van Ginneken. A entrevistada F diz da chegada ao Brasil do movimento e de suas principais pautas:

O movimento é um movimento internacional de mulheres, né, nasceu na Holanda. Vai estar completando 100 anos agora em 2021. No Brasil, nós estamos há 70 anos. Teve uma interrupção num dado momento, mas retomou com mulheres jovens. E a nossa principal pauta é o empoderamento das mulheres, independente de classe social, mas a nossa atuação se dá especificamente com mulheres da base, né, em trabalhos comunitários com comunidades rurais e urbanas... O nosso trabalho no Brasil, ele se inicia muito voltado para a questão da saúde, e com o tempo ele vai se ampliando e chega muito nessa questão social, né, porque um sempre remete ao outro quando se trata do empoderamento das mulheres. E aí hoje nós fazemos esse trabalho envolvendo a questão da saúde, nos direitos reprodutivos, saúde e sexualidade, e também no empoderamento social, econômico e no enfrentamento à violência contra mulheres e meninas. (Entrevistada F).

O movimento dá centralidade para o empoderamento das mulheres, e como é possível notar no trecho acima, trata do empoderamento dizendo das diversas áreas da vida da mulher, sem se restringir a um ponto específico. Para dizer desse empoderamento e trabalhá-lo, há então a compreensão do

entrecruzamento das diversas áreas da vida da mulher, por exemplo, do efeito de sua vida econômica sobre sua saúde e da relação de sua permanência em sua situação de violência com uma dependência financeira frente ao agressor. Ela aponta para essa atuação ampla do movimento, mas que não se dava dessa mesma forma no país no momento em que aterrissou aqui.

Ainda sobre o empoderamento das mulheres no movimento, a entrevistada diz de um processo de empoderamento tanto das ativistas do movimento quanto das mulheres externas ao movimento e com as quais realizam atividades. Também aponta para a questão racial e étnica, que deve ser levada em conta. Além disso, ao dizer desse processo de empoderamento menciona a importância do conhecimento do direito, relacionando-o com a cobrança por políticas públicas efetivas:

E vamos empoderando tanto as mulheres com quem a gente trabalha, mas nós também. Nós somos um movimento de mulheres e nós também estamos na roda, né? Na questão da saúde, da nossa vulnerabilidade econômica, social, a questão racial e étnica, né... Tudo isso perpassa pela questão do fortalecimento das mulheres no sentido de que ao empoderar do conhecimento do direito, isso fica mais fácil para solicitar a eficiência e a efetividade da política pública, mas também a gente se compreende no lugar que está. Eu posso acessar tal política, mas eu também tenho um compromisso e uma responsabilidade de fazer com que, ao fazer uso dessa política, eu compreenda que é um direito mas que eu também tenho responsabilidade nesse processo. (Entrevistada F).

Esse trecho já aponta para uma visão, por parte do movimento, da importância da atuação do Estado para mudar a vida das mulheres, que será trazida à tona novamente alguma vez durante esta análise.

Fundado por um padre jesuíta, o movimento tem uma crença cristã, mas segundo a entrevistada agrega mulheres de diversos credos religiosos e, quanto a dogmas, ela afirma:

O movimento ele tem uma crença cristã, mas ele não se apega a dogmas. Nós não precisamos de, vamos dizer assim “ah, nós vamos perguntar lá na diocese se a gente pode fazer tal seminário, vamos pedir a permissão se nós podemos participar de uma mesa de diálogo que tá discutindo um tema que possivelmente os dogmas cristãos podem dizer isso pode isso não pode”. Nós trabalhamos com a consciência coletiva das mulheres no sentido de que empoderar as mulheres é dar a elas, ou melhor, não é nem dar a elas, é fazer uma tratativa de forma que elas dêem conta de dizer “sim” ou “não” em determinados momentos de suas vidas. Porque, por exemplo, esse momento de um “sim” meu pode ser um “não” amanhã. Então os dogmas religiosos, como todas as regras de qualquer instituição, ele

diz “isso sim, isso não”, e independente da sua crença religiosa, você tem o direito de dizer “sim” ou “não”. Pra nós o mais importante é que as pessoas consigam dizer “sim” ou “não” com consciência mas que também elas tenham o direito de “eu disse sim ontem, mas hoje é não”. (Entrevistada F).

O movimento atua, então, entendendo que, para trabalhar o empoderamento das mulheres, o apego a dogmas religiosos não é o caminho.

Dizendo da atuação do movimento em termos de repertório e interação com o Estado, a entrevistada afirma:

O nosso trabalho é pautado sempre na organização de oficinas, palestras, seminários, audiências públicas... E aí tem a presença do Estado, né? O Estado é um parceiro. E constantemente nós estamos envolvidos em projetos junto com o Estado, porque a gente entende que a nossa atuação enquanto movimento social, nós podemos discutir o fortalecimento dessas políticas, mas quem é o provedor dessa política é o Estado. Então no diálogo que se dá entre os pares, movimento social e Estado, cada um cumpre o seu papel, né? (Entrevistada F).

Este trecho aponta para uma atuação tanto extrainstitucional do movimento, com atividades de discussão e oficinas com mulheres diversas sem necessariamente se vincular ao Estado em alguma medida, quanto para uma atuação intrainstitucional de cooperação com o Estado. Neste trecho, o papel do Estado é reforçado.

Para compreender mais a fundo a atuação do movimento, deve-se dizer não só de repertório, mas de organização territorial. Ainda que seja um movimento internacional, cada país em que se organiza tem sua autonomia, compreendendo que cada um deles tem seu próprio contexto e suas especificidades. A entrevistada F explica essa organização territorial:

Embora sejamos um movimento internacional, nós temos autonomia. Cada país se organiza de acordo com a sua realidade. E isso é muito importante, porque nós estamos na África, nós estamos na América do Norte, nós estamos na Ásia, nós estamos na Austrália, então é importante, a gente compreende isso, que cada país tem as suas especificidades, suas realidades, suas demandas, né, também seus ônus e bônus a partir de onde está. Quando a questão do plano local, no Brasil nós temos uma atuação bem mais forte em Minas Gerais, né, nós temos a nossa sede aqui, temos uma subsede no interior, no Norte de Minas, mas nós temos também a atuação no DF, né, em Brasília, temos atuação em Angra, temos associadas lá, temos atuação aqui também em Minas em Bom Jardim, e nós estamos alargando nossos trabalhos agora para o Norte e o Nordeste do país. (Entrevistada F).

Esse trecho é de grande importância para a análise, pois tanto traz consigo a capilaridade do movimento territorialmente, quanto aponta para o fato de que o movimento considera em sua prática a micropolítica do contexto. Dizendo do primeiro ponto - capilaridade -, observa-se que o movimento se organiza amplamente ao redor do globo, estando presente em uma variedade de contextos. A nível nacional, dizendo de sua presença no Brasil, nota-se que, ainda que tenham atuação em territórios para além de Minas Gerais, é nesse estado que sua atuação é mais forte. Ainda assim, estão em outros estados e vêm alargando essa presença. Dizendo do segundo ponto - micropolítica do contexto -, a percepção sobre a importância da autonomia das regiões em suas práticas vai muito de encontro com o que se vê como relevante pelas autoras estudadas, de se levar em conta na análise e na prática feminista as especificidades contextuais de cada território e consequentemente da vida das mulheres que nele vivem.

Espaços de encontro, troca de experiências e produção de novas sínteses são valiosos movimentos, principalmente por lhes permitirem tirar proveito dessa capilaridade e dos aprendizados que se dão localmente, e para aqueles que se organizam internacionalmente essa importância se reforça. No caso do Graal, os espaços de troca a nível internacional acontecem de tempos em tempos, fazendo parte também do repertório do movimento a nível internacional. A entrevistada conta:

Essa interação se dá a partir de encontros, programas, né, de tempo em tempo nós temos programas voltados pra determinados temas. De acordo com os temas, os grupos em seus países reúnem, definem quem deseja, mas a gente estuda também o perfil, a atuação da pessoa, porque quem participa desses encontros internacionais tem a responsabilidade da participação, da replicação, e do fortalecimento da temática em seu país. (Entrevistada F).

Por exemplo, agora, recentemente, nós tivemos um encontro na África do Sul. Esse encontro na África do Sul foi um encontro das lideranças dos países, né, porque nós temos uma organização que se dá numa composição de um colegiado internacional. Então teve um encontro desse colegiado e as nossas conselheiras nacionais, cada país tem a sua conselheira, e que ela participa e que ela retorna também com muitas responsabilidades a serem discutidas com seus grupos locais. (Entrevistada F).

[...] há 2 anos nós tivemos em Moçambique um encontro de mulheres jovens onde também se discutiu como que é a atuação dessas mulheres jovens em seus países, como que elas animam outras mulheres a estar participando dos movimentos, independente de ser o nosso movimento, pode ser outro, mas é importante que as mulheres participem, que contribuam. E, todo ano, tem programas. É

discutindo a questão climática, é discutindo a questão da terra, é discutindo mesmo a situação das mulheres, por exemplo, o Brasil ele se despona aí com um índice altíssimo de feminicídio, né?! (Entrevistada F).

O movimento organiza, então, encontros tanto de seu colegiado internacional, onde se encontram as lideranças dos países, como também encontros voltados para temas específicos, nos quais participam pessoas selecionadas por cada país de acordo com o perfil que o tema demanda. Importante notar que as participantes desses encontros internacionais voltam para seus países encarregadas de replicar aquilo que foi discutido.

Vale dizer que, segundo a entrevistada F, a espiritualidade é um eixo central do movimento. Porém, ainda que ele tenha sido fundado por um padre jesuíta, quando trata da espiritualidade como eixo ela vai dizer do cuidado, e isso não se restringe a determinado credo religioso, pelo contrário, dele independe. Nesse sentido, a entrevistada traz também a presença do movimento em uma rede que discute questões climáticas, a Rede Terra - já se tem aqui, então, uma rede na qual o movimento se articula e estabelece vínculos com outras organizações -, e aponta para a perspectiva de que os encontros fortalecem as mulheres do movimento, por serem espaços em que pensam novos caminhos em conjunto e trazem discussões considerando o cuidado no planeta terra em sua totalidade, levando em conta a relação e a influência entre os países:

Por exemplo, nós temos redes, né, Rede Terra, a gente tem uma discussão muito forte nesse momento das questões climáticas. A gente traz isso também num eixo, que o nosso eixo central pro movimento é espiritualidade, independente de credo religioso, a gente busca muito essa relação com a terra de uma forma harmoniosa, de uma forma onde precisa desse cuidado, né, quem cuida da terra cuida do planeta, né?! A gente tem uma relação muito interessante com as florestas... E dentro dessa perspectiva do cuidado, esses encontros internacionais também, também os nacionais, eles nos fortalecem no sentido de que, embora nós estejamos separadas por limites geográficos, nós entendemos que todas somos cidadãs do mundo. E o que a gente faz aqui no Brasil, por exemplo, pode repercutir positivamente ou negativamente em outras partes do planeta Terra (Entrevistada F).

Nesse sentido, pode-se dizer de uma perspectiva macropolítica que o movimento carrega. Com alguma ousadia, é possível sugerir, inclusive, que dialogam de uma perspectiva pós-vestfaliana, considerando dinâmicas para além dos limites geográficos estabelecidos pela organização dos Estados-Nações.

Ainda sobre a atuação do movimento, a entrevistada vincula a importância de uma atuação em rede, com interação e parcerias com outras organizações, a uma visão transversal sobre o tema:

Nosso cotidiano é sempre em rede. Alguns parceiros são em momentos específicos, mas nós temos parceiros constantemente. Por que? Porque a gente leva uma temática específica, mas a gente transita em todas as outras, e no momento que a gente tá discutindo, por exemplo, a questão da violação de direito das mulheres, a violência doméstica, por exemplo, nós precisamos discutir também como que está a questão econômica da vida dessa mulher, né? Então a gente pega o eixo, por exemplo, da violência doméstica, mas precisamos compreender e dar visibilidade ao que acontece na nossa sociedade que influencia e até deixa essa mulher nessa situação por tanto tempo, né. Quais são os elementos que estão aí cerceando essa situação e que ela se sente... ela é vítima, mas ela também está presa nessa situação? E é fundamental discutir a questão econômica, é fundamental discutir a questão da informação, é fundamental discutir se essa mulher é uma mulher com filhos ou não, é fundamental discutir também a questão de raça e etnia, então a gente traz todos esses elementos. E pra dar conta de fazer essas abordagens, nós estamos constantemente com nossos parceiros e parceiras, inclusive com o próprio Estado, onde também contribui com essa temática de forma a empoderar essa mulher. (Entrevistada F).

Nota-se que há aí novamente um entendimento de compreender as demandas de cada mulher entendendo do lugar do qual ela se posiciona, entendendo que seu contexto altera a forma como seus direitos são violados.

Apreende-se também que vínculos com outras organizações são uma constante para o movimento. Com alguns atores interagindo de momentos específicos e com outros mais constantemente. Novamente, surge o Estado como parceiro. A entrevistada não aponta, vale dizer, para enfrentamentos ao Estado e à pasta de políticas para as mulheres.

Entrando mais a fundo nesses vínculos, a entrevistada nomeia organizações da sociedade civil e institucionais:

Olha, nós temos as parcerias aí com a Rede Feminista, né, nós temos uma parceria muito boa também com a Cáritas, temos parcerias com os CRAS [Centro de Referência de Assistência Social], CREAS [Centro de Referência Especializado de Assistência Social], que é a representação do Estado, que é a porta de entrada das mulheres, né, os CRAS e os CREAS. O próprio Estado de Minas Gerais tem sido parceiro constante... (Entrevistada F).

Interessante perceber a menção aos CRAS e CREAS. A entrevistada F foi a única das representantes de movimentos sociais que disse do vínculo com

esses equipamentos públicos. Deve-se ter em mente que a interação que se estabelece com esses equipamentos pode ser diferente daquela que se estabelece com secretarias ou coordenadorias, pela natureza da atividade exercida em cada local. Além disso, ela cita o Estado e organizações internacionais como parceiros também em momentos que buscam financiamento.

A entrevistada F menciona, também, a discussão em torno da agroecologia e da soberania alimentar, que o movimento vem fazendo. Em torno dessa discussão, ela cita como parceiros tanto secretarias do Estado que trabalham a questão da mulher trabalhadora rural, quanto o GT de Mulheres da Economia Solidária de Minas Gerais, organização da sociedade civil. Esses são parceiros que cooperam na realização de projetos visando as mulheres da economia solidária.

Ainda em torno da mulher trabalhadora rural, a FETAEMG é colocada como uma parceira. A entrevistada afirma, inclusive, que estiveram na última Marcha das Margaridas, realizada em agosto de 2019, assim como na mesa de lançamento da Marcha na Assembleia Legislativa. Ela diz da construção de eventos, grandes ou pequenos, como momentos que possibilitam a integração, a criação e o fortalecimento de vínculos com outras organizações.

Aponta também, como espaços com representantes de movimentos sociais e sociedade civil onde estabelecem vínculos, para a Comissão de Mulheres do Norte de Minas, para o Fórum de Mulheres do Jequitinhonha e para o Fórum de Enfrentamento à Violência.

Mudando o foco, sobre anticapitalismos, vale pontuar que o movimento não fala de uma posição anticapitalista ou antissistêmica, nesses termos. Quando perguntada sobre algum posicionamento nesse sentido, a entrevistada afirmou:

Na verdade, a gente não entra nessa seara de dizer “nós somos isso, nós somos aquilo”. Essa é uma discussão que exige muito estudo... essa não é uma discussão que diz assim “ah, eu sou a favor, ou eu sou contra”, essa é uma discussão que exige que tenhamos uma compreensão maior de todo o processo que viveu esse país desde o seu processo de colônia até hoje, né, onde foi que nós começamos a nos perder dentro desse processo, ou onde foi que a gente se encontrou? É preciso mais do que dizer “eu sou contra”, “eu sou anti”, “eu sou depois”, “eu sou...”, sabe? Nós fazemos sim essas discussões e a gente vem construindo onde é que a gente está, onde é que a gente não está, onde a gente pode estar, onde é que não nos cabe, onde é que nos cabe e devemos estar, como que a gente faz luta para estar, né, enquanto movimento eu não posso estar dizendo “eu sou anti”, “eu sou depois”... (Entrevistada F)

Ou seja, o movimento não traz como essencial ao debate o anticapitalismo ou a construção de um outro modelo econômico de produção e reprodução. Ela diz disso não integrar uma diretriz do movimento, mas que é uma diretriz “[...] a inclusão de todos e que todos tenham acesso a tudo que é de direito” (Entrevistada F). Sugere-se, então, que o movimento discute amplamente as condições de vida da mulher em seus diversos contextos, compreendendo as diferentes demandas que se apresentam e a manutenção das opressões a nível transnacional, inclusive articulando a discussão a nível internacional. Entretanto, parece que sem dizer de uma estrutura patriarcal que se atrela ao sistema capitalista em suas opressões.

Ela diz da sociedade que as mulheres do movimento buscam, apontando para a inclusão e para a liberdade:

A gente busca uma sociedade saudável, uma sociedade respeitosa, uma sociedade onde a sua população esteja consciente dos seus direitos mas também das suas responsabilidades e deveres, nós buscamos que a gente amenize, já que a gente não pode dizer que não vai acabar 100%, esse quadro de violação de direitos, que a gente saia desse quadro de feminicídio, que a gente tenha acesso à educação, que as crianças possam estudar e os jovens possam ter acesso à universidade, que as mulheres possam dar conta de dizer “sim” e de dizer “não” como um direito, e nós buscamos isso. Essa harmonização, esse empoderamento e essa capacidade de que mulheres e homens sejam livres, livres o suficiente para compreender que são sujeitos de direitos e de responsabilidades. (Entrevistada F).

Ainda que ela não diga de uma reestruturação do sistema econômico, há sim a busca por uma sociedade diferente da que se tem hoje, pautada em outros termos e que considere mais dignamente o ser humano. Entretanto, essa outra sociedade não vem, no debate do movimento, atrelada fundamentalmente à superação do sistema capitalista. Sugere a crença na possibilidade de uma mudança na sociedade dentro desse sistema econômico.

#### **6.4 Marcha Mundial das Mulheres**

Além do Movimento Graal, o outro movimento estudado que se organiza internacionalmente (enquanto esse mesmo movimento, não dizendo aqui sobre possuir ou não vínculos com movimentos de outros países) é a Marcha Mundial das Mulheres.

Ao final do capítulo 4 deste trabalho, mais especificamente ao final do subcapítulo 4.3, já se discorreu sobre a chegada da Marcha Mundial das Mulheres (MMM) no Brasil. Vale lembrar aqui, que a mobilização para a organização de uma campanha global de mulheres, que deu origem à MMM, veio das mulheres do Quebec inspiradas pela marcha, realizada em 1995, em que lutavam contra a pobreza e a violência. Foi essa ação extrainstitucional que as incitou a convidar mulheres de diversas partes do mundo a participarem de um primeiro encontro internacional, onde convocaram, para o ano 2000, a Marcha Mundial das Mulheres, uma grande campanha que marcou o início da construção da MMM internacionalmente. Vemos aqui, novamente, espaços internacionais de interação de mulheres de origens distintas enquanto mobilizadores de novas ações coletivas - como visto no caso do Olga, que ainda que não seja um movimento internacional, teve sua formação inspirada por uma conferência internacional.

As principais pautas da MMM já foram também abordadas anteriormente neste trabalho. Para completar, acrescenta-se a fala das entrevistadas G e H, quando perguntadas sobre as principais pautas do movimento:

A principal pauta da Marcha é a questão da autonomia das mulheres. E dizer, assim, da construção de uma sociedade que se organiza economicamente de forma diferente a partir da luz da economia feminista. E pautas que originaram, inclusive, a Marcha, é a questão do enfrentamento à violência, o combate à pobreza das mulheres, e essa ideia de que a gente precisa mudar a vida das mulheres para mudar o mundo, e a gente só muda o mundo se mudar a vida das mulheres. Essa é a ideia central da Marcha. (Entrevistada G).

Então assim, nesses dez anos a gente tentou organizar uma ação feminista que articulasse aquilo que a Marcha prega desde a sua fundação, que é pensar as causas da pobreza e da violência. E tanto uma crítica à economia, quanto uma crítica aos valores, ao patriarcado e justamente tentando vincular a violência à essa crítica mais sistêmica, né? Do sistema que a gente vive. (Entrevistada H).

Nota-se que a natureza anticapitalista do movimento já se faz notar nas falas das entrevistadas, que já dizem da construção de um novo modelo de sociedade, articulando a crítica feminista que constroem enquanto uma crítica antissistêmica. A entrevistada H traz isso em sua fala também quando critica o feminismo liberal, diz de como o sistema opera articulando as desigualdades na vida das mulheres e explica a opção política da MMM por construir um movimento de massas:

Na verdade antes mesmo de toda essa discussão, desse conceito de interseccionalidade, que isso hoje tá muito em voga, a Marcha sempre pensou que... sempre combateu uma ideia de feminismo liberal, ou seja, uma ideia de que bastava a gente incluir as mulheres nas instituições, nos espaços vigentes que a gente ia conseguir então um mundo mais igualitário, né? Que, na verdade, a gente parte de uma premissa de que esse sistema que a gente vive, o sistema de exploração do trabalho das mulheres, de exploração dos corpos, de exploração dos trabalhadores de uma maneira geral, dos negros, dos indígenas, que esse sistema atinge os trabalhadores de uma maneira geral e as mulheres de uma maneira muito específica, que é articulando trabalho e corpo. Então exploração sobre nosso trabalho e violência sobre os nossos corpos. De uma maneira geral, a gente percebe, desde o início, que as diferenças entre nós mulheres... Que nós não somos iguais, né? No sentido de que nós temos mulheres que são do campo, da cidade, mulheres indígenas, mulheres trabalhadoras rurais, negras, brancas, universitárias, de classe média e de classes populares. Então a Marcha sempre fez uma opção por não desconhecer essas desigualdades e essas diferenças, entender que essas diferenças são produto do racismo, do patriarcado e do capitalismo, mas fazer uma opção de um movimento de massas. E quando a gente diz um movimento de massas significa que, com todas essas especificidades, a gente dá a chance de construir um movimento entre todas nós. É uma opção política, nem sempre essa é a opção política de outros movimentos, outros movimentos vão dizer: “olha, não dá pra gente construir coletivamente entre mulheres tão diversas, nós precisamos construir entre nós mesmas”. Mas essa não é a opção da Marcha, a opção da Marcha é, portanto, construir um movimento amplo, de massas, que articula a crítica feminista como central pra pensar o problema do racismo, o problema do capitalismo, da exploração do trabalho, da violência, da pobreza, enfim, e a partir das diversas realidades das mulheres. (Entrevistada H).

A entrevistada G, por sua vez, traz exemplos de como devem se dar as lutas ao reforçar essa perspectiva anticapitalista:

A gente tem essa visão de que a gente precisa fazer um enfrentamento ao sistema como um todo. A gente precisa mudar o mundo. Não adianta você só... por exemplo, se a gente faz políticas só contra a violência, a gente não resolve o problema. Se a gente conquista educação em tempo integral, a gente não resolve o problema. A luta precisa ser imbricada contra o sistema capitalista. Porque enquanto a gente não superar o sistema capitalista, a gente não supera as desigualdades sociais pras mulheres. A gente compreende que se a gente rompe com todos os processos de opressão que as mulheres vivem, o sistema capitalista desaba. Porque ele só se sustenta porque tem um processo de superexploração das mulheres, inclusive através da invisibilidade do trabalho doméstico. (Entrevistada G).

Os trechos das entrevistas acima transcritos reforçam a perspectiva antipatriarcal, antirracista e anticapitalista do movimento. Trazem também a ideia de que a MMM considera as diferenças que se apresentam nas opressões vividas pelas

mulheres pertencentes a variados contextos, entendendo que essas opressões são produto de uma mesma estrutura. Quando a MMM, enxergando as especificidades das mulheres, faz a opção política de construir um movimento de massas, ou seja, de articular as mulheres, com toda sua diversidade em torno de uma construção comum, aproxima-se da perspectiva das diferenças compartilhadas, elaboração teórica já abordada nesta pesquisa.

A partir de então, é importante entender como isso se expressa na prática do movimento. Para isso, serão analisados em seguida a organização territorial do movimento e seu repertório de atuação.

Quanto à organização territorial e a dinâmica da MMM a entrevistada G explica:

A Marcha se organiza internacionalmente né, então assim, dentro de Belo Horizonte a gente se organiza por núcleos que vão territorialmente ou por, digamos assim, afinidade, as universitárias por exemplo... a CUT também participa da Marcha, então as sindicalistas que fazem parte da Marcha se reúnem, então, a gente faz essa organização então por território e por temática. A gente faz esses dois tipos de organização. A gente se organiza em várias cidades de Minas Gerais, mas a Marcha também tem uma organização nacional, ela tem uma executiva nacional que discute as coisas do país como um todo e a Marcha tá organizada na maioria dos estados do Brasil né, e a Marcha também tem uma organização internacional, ela tem um secretariado. Esse secretariado é composto de uma pequena executiva e de uma representação por continente, que você tem, então, duas mulheres, que representam cada continente, e essas mulheres se reúnem e articulam atividades internacionais e fazem discussões, formações internacionais. Então a Marcha tem essa dinâmica, e sempre buscando um processo mais horizontal, sabe? De uma construção mais horizontal, que é um processo novo né, as organizações estão muito acostumadas com uma estrutura vertical. Então essa estrutura horizontal... a gente vai fazendo e experimentando, vê o que que dá certo, o que que não dá certo, então tá num processo de experimentação. (Entrevistada G).

Por esse trecho, apreende-se que, localmente, a MMM se organiza em núcleos segundo características que podem se referir tanto à região em que vivem, quanto ao espaço social no qual estão inseridas – são características da vivência das mulheres que, em alguma medida, as aproximam em termos de necessidades e experiências. Isso que aponta para o entendimento de que, mesmo enquanto movimento de massas, as especificidades das demandas das mulheres são levadas em conta.

Organizada em vários municípios do estado de Minas Gerais e na maioria dos estados brasileiros, mostra um enraizamento de sua presença e atuação no

país. Importante mencionar também a existência da executiva nacional para discutir o país como um todo e a paridade da representação dos continentes no secretariado internacional, espaços em que novas sínteses podem surgir. Além disso, a busca pela horizontalização dos processos chama a atenção e combina com a luta por uma nova forma de organização da sociedade defendida pelo movimento.

A entrevistada H completa, dizendo de uma organização também da MMM em nível continental e de espaços de encontro regionais e internacionais:

Aqui nas Américas a gente tem a Marcha Américas, que também tem uma composição representativa dos países em que a Marcha se organiza. Então a gente tem bastante articulação e espaços de construção e de deliberação regionais e internacionais da Marcha. A gente tem, de vez em quando, algumas atividades, como Encontro Internacional da Marcha. O penúltimo encontro foi no Brasil, em São Paulo, nós fizemos um evento enorme. (Entrevistada H).

Essa organização do movimento em diferentes níveis, com espaços de construção e deliberação também nesses diferentes níveis, contribui para que suas militantes possam refinar suas sínteses quanto às reais demandas das mulheres de cada região e, levando-as para os ambientes de encontro relativos a maiores escalas territoriais, vão compreendendo em escala ampliada os pontos em que essas demandas se encontram.

Sobre a atuação prática da MMM nos espaços em que se organiza, a entrevistada G diz:

Então, a Marcha atua de forma a fazer um processo de auto-organização das mulheres, para que elas se fortaleçam enquanto coletivo e façam disputas políticas de forma a melhorar a vida das mulheres, lutando para que as bandeiras do feminismo sejam incorporadas pelo conjunto da sociedade, e assim se mude vida das mulheres. E aí têm ações de disputa ideológica, e tem ações de disputa concreta, por políticas públicas. (Entrevistada G).

Observa-se, nesse trecho, a centralidade da auto-organização de mulheres na atuação do movimento. A entrevistada divide as ações do movimento em dois grupos: as de disputa ideológica e aquelas que ela chama de “disputa concreta”, por políticas públicas. A todo momento, se vê nas falas das entrevistadas que a ideologia guia toda a atuação e organização do movimento.

Quando o movimento tem como parte de seu repertório ações voltadas para reivindicar políticas públicas, mostra uma importância que atribui para a atuação do Estado enquanto ator na transformação da vida das mulheres. A entrevistada G dá alguns exemplos quanto a essas disputas por políticas públicas:

A gente reivindicou muito as políticas públicas, a gente reivindicou as creches, a educação em horário integral, reivindicou um processo de valorização do salário mínimo e de ampliar os direitos de aposentadoria para vários segmentos das mulheres que não tinham. A luta pela questão da valorização do salário mínimo foi uma luta muito forte da Marcha, porque a gente compreende que se você valoriza o salário mínimo, você valoriza todo os processos de trabalho que as mulheres estão envolvidas né. Porque as diaristas cobram um valor maior, a manicure, a pedicure, várias profissões nas quais as mulheres são “autônomas”, também são valorizadas nesse processo quando você valoriza o salário mínimo, e maioria das mulheres estão nessa faixa salarial. Então uma política de valorização do salário mínimo, ela é importante, impacta na vida econômica das mulheres, então a Marcha lutou muito por isso. Também a questão das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, a Marcha fez parte do processo de luta pela criação da Lei Maria da Penha, como faz parte do processo de luta para que o Estado cumpra o que a lei determina, né. Para que ele tenha, realmente, políticas públicas de enfrentamento à violência, e várias outras políticas públicas que a gente... no campo teve muita coisa né, a questão da documentação das trabalhadoras rurais, o apoio a questão da agroecologia, então a Marcha está sempre nesses processos de lutar por políticas públicas. (Entrevistada G).

O movimento, então, tem uma forte atuação no sentido de fazer reivindicações ao Estado. Essas reivindicações, entretanto, se dão por diferentes vias de ação. São incluídas tanto ações de natureza extrainstitucional, pressionando o estado por fora, quanto ações intrainstitucionais, com a presença de representantes do movimento em espaços articulados pelo próprio estado. Nesse sentido, a entrevistada G explica os lugares em que estão e onde conduzem reivindicações:

Eu acho que a gente tem nas manifestações de rua uma das nossas principais estratégias. Quando a gente pensa, a gente faz 08 de março massivos, isso pressiona o governo, e a articulação também com o conjunto do movimento de mulheres, de forma a pressionar o poder executivo a fazer as políticas públicas. Então assim, esse processo das manifestações de rua é importante. Então é um processo, acho que quando você faz rodas de conversa com as mulheres nas diversas regiões, as mulheres vão se organizando no sentido de pressionar o poder público. Então são essas duas estratégias. Mas também, lógico, assim, a gente faz articulação no... quando tem os órgãos específicos de mulheres, aqui no caso de Minas a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres, a gente fez um processo de articulação, a gente participou do processo de construção do Plano Decenal... a gente participou também no processo de acompanhamento... de fóruns específicos das mulheres do campo, a gente participa também de uma pressão por dentro, nos órgãos que têm participação social a gente participa também. (Entrevistada G).

Como ações extrainstitucionais que levam, de alguma forma, a pressões no governo por políticas que melhorem a vida das mulheres, figuram as manifestações de rua como uma das principais estratégias, ao lado de uma articulação com o conjunto do movimento de mulheres e de rodas de conversa para organizar as mulheres em suas regiões. Aparecem as ações intrainstitucionais também, como a articulação direta com a pasta de políticas para mulheres do estado e a participação do movimento em espaços institucionais onde se tem participação social. A entrevistada G diz de espaços vinculados ao Estado ou com a participação do Estado nos quais representantes do movimento estiveram presentes, como o Fórum de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas, a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, na qual estão também o Ministério Público, a Promotoria de Justiça, a Polícia Militar, a Polícia Civil, entre outras instituições do Estado e movimentos sociais, e a construção do Plano Decenal de Políticas para as Mulheres do Estado de Minas Gerais. Nesse sentido, observa-se que o movimento faz um enfrentamento ao Estado em suas ações extrainstitucionais, entretanto em outros espaços estabelece vínculos de cooperação, mais exatamente nos espaços intrainstitucionais.

Segundo a entrevistada H, entretanto, a ação do movimento se dá majoritariamente nos espaços extrainstitucionais:

A gente nunca priorizou muito esses espaços institucionais, não quer dizer que a gente não participou deles, a gente participou muito das conferências, não participamos dos conselhos, mas participamos desses espaços da Assembleia [Legislativa] e tudo. Mas não com peso, esse não era o maior peso que a gente tinha. Então nosso repertório fundamental sempre foi as rodas de conversa de consciência feminista, as atividades de rua, a batucada que em alguns momentos teve mais vigorando e em outros não. (Entrevistada H).

Fazem parte do repertório de ações extrainstitucionais do movimento rodas de conversa, que podem ser entendidas também enquanto momentos de formação política, atividades de rua e uma batucada de mulheres.

Perguntadas sobre os vínculos do movimento com outras organizações, as entrevistadas afirmam que a MMM interage tanto com outros movimentos feministas quanto com demais movimentos do campo popular. Essas alianças que não se dão unicamente pelo laço feminista se inserem na perspectiva do movimento de que a luta pela transformação da vida das mulheres passa pela superação do capitalismo e pela construção de uma alternativa ao sistema vigente. Nesse sentido,

a entrevistada H argumenta sobre essa construção semelhante de uma alternativa ao sistema como um fator que une movimentos distintos em articulações conjuntas.

Ela diz sobre as alianças da MMM:

A gente faz uma opção dentro da Marcha de fazer alianças com setores progressistas, não necessariamente só setores de mulheres. Isso é algo que, às vezes, a gente é, inclusive, de certa forma criticada dentro do movimento feminista. Muitas vezes a gente tem uma prioridade por articulação com movimentos mistos, por exemplo, MST, o MAB, a Via Campesina, a Amigos da Terra, a Aliança Continental, são todos movimentos mistos que têm organizadas mulheres, setores de mulheres bastante organizados, mas que a gente acredita que são esses os movimentos que constroem uma alternativa ao sistema que a gente vive, né? Não necessariamente a nossa aliança é só pelo ponto de vista do feminismo, mas do feminismo dentro de uma aliança mais geral de combate ao capitalismo. Nesse sentido as redes são importantes. Por exemplo, ao longo da história do Fórum Social Mundial, a Marcha foi muito importante para construir as posições feministas dentro dessas articulações mais gerais. Então essa também é uma responsabilidade que a gente acaba tomando pra nós, de fazer com que essas articulações anticapitalistas sejam de fato feminista (Entrevistada H).

Além de mencionar alguns movimentos mistos com os quais a MMM constrói, a entrevistada diz da responsabilidade que a MMM toma para si em levar e fortalecer o debate feminista dentro dos espaços que pensam e articulam a construção de uma nova forma de organização, produção e reprodução da sociedade. Já diz do entendimento sobre a importância das redes, trazendo como objetivo, no estabelecimento desses vínculos, a construção anticapitalista feminista. Ou seja, de modo mais geral, pode-se dizer que os vínculos que dão para a efetivação de propostas, construções e projetos comuns.

Aparece, então, o Fórum Social Mundial como um espaço de articulação importante na história da MMM. Ela diz também de outros espaços internacionais de articulação importantes:

A Marcha tem encontros internacionais que vão ser espaços também de articulação, e tem esses espaços pra além da Marcha que são a Jornada Contra o Neoliberalismo, que é um espaço de articulação que a gente tem contribuído muito, que agora vai ter o encontro em Cuba; na CLOC [Confederação Latinoamericana de Organizações Camponesas], a coisa da soberania alimentar e energética que a gente também articula com outros movimentos, é bastante articulado. (Entrevistada H).

O movimento, então, está presente em espaços que reúnem organizações vindas de diversos países, de diversos contextos, e que se articulam a

partir de uma ideologia semelhante, de um entendimento semelhante sobre o capitalismo.

Para além desses espaços internacionais de articulação, há também os espaços em que a MMM articula localmente. Segundo a entrevistada G, essas interações se dão cotidianamente, e despertada por pautas que vêm com demandas diversas. Ela diz:

Eu acho que é um processo permanente, ela se dá tanto nas lutas que a gente pode dizer “gerais”, como nas lutas que a gente chama de “específicas” das mulheres. Ela se dá tanto num processo de luta contra a Reforma da Previdência, como ela se dá em um processo de luta contra a violência contra a mulher, em um processo de luta pela redução da jornada de trabalho, pela educação em tempo integral... então assim, ela vai se dando em diversos momentos, é um processo cotidiano. Inclusive a gente tem avançado no sentido de incorporar... por exemplo, a gente incorporou o 08 de Março no calendário de luta geral dos movimentos sociais. A gente tem incorporado o 25 de novembro. Então a gente tem incorporado várias datas, que são do movimento de mulheres, no calendário geral. Então é um processo de integração, de compartilhamento de luta, de estar junto no cotidiano. (Entrevistada G).

Essa fala sugere, novamente, a visão transversal que o movimento tem sobre os processos que atravessam e marcam a vida das mulheres. Se luta em várias frentes, por não ser suficiente, para a transformação que se faz necessária na vida das mulheres e na sociedade, articular em apenas uma direção - o que remete ao repertório do movimento, que contém tanto ações extrainstitucionais, quanto intrainstitucionais.

Nesse processo de incorporar a luta feminista à luta dos demais movimentos sociais do campo progressista, já mencionado pela entrevistada H, a entrevistada G aponta então para a incorporação das datas de luta do calendário feminista no calendário desses outros grupos. As datas do calendário feminista aparecem, ainda, como importantes momentos de construção conjunta, de criação e fortalecimento de vínculos. A entrevistada H diz sobre a articulação em algumas dessas datas, dizendo de sua experiência em anos anteriores (lembrando que ela esteve ativamente na Marcha Mundial das Mulheres em Minas Gerais de 2006 a 2016):

O 25 de novembro, né, que é o dia de combate à violência sempre foi um dia que foi muito articulado entre os movimentos. O 08 de março e o 25 de novembro realmente foram espaços importantes de articulação dos vários movimentos, que aí era o que? Os vários movimentos que eu tô falando eram: as mulheres do PCdoB, que

têm uma entidade, o MPM, Movimento Popular de Mulheres; a Cáritas, que articularam bastante; a Coordenadoria de Política para as Mulheres de Belo Horizonte, na época que o PT [Partido dos Trabalhadores] estava na Prefeitura, também era um espaço de articulação; as jovens, o movimento estudantil... Que eu me lembre são esses. (Entrevistada H).

Ao mesmo tempo, ela coloca que os vínculos que se dão para a construção de ações em torno do 08 de Março, data central do calendário feminista, não são todos eles necessariamente vínculos harmônicos, dado que esse é um momento também de disputa política entre os diversos grupos de mulheres:

O calendário feminista costuma ser um espaço de articulação interessante, sem necessariamente ser só um lugar harmônico, né? Na verdade o 08 de Março, desses dez anos que eu estou te falando [2006 - 2016], o 08 de Março foi se tornando, cada vez mais, disputado. Então o 08 de Março era um espaço de mais desgaste do que construção, na minha opinião muito particular. Mas quando tinha alguma coisa mais institucional acabava que os movimentos se organizavam de maneira mais colaborativa, porque era uma demanda do Estado. (Entrevistada H).

Nessa perspectiva de que a construção do 08 de Março, ainda que seja um espaço de articulação, é um espaço de muita disputa, se tem que os movimentos nem sempre estão em interações harmônicas. Entretanto, importante ressaltar que frente a demandas institucionais, mesmo os movimentos que disputam em alguns momentos, tendem a colaborar em torno de um projeto mais comum. Nesse sentido, ela aponta o processo de construção da Conferência de Políticas para as Mulheres, realizada pela CEPAM, como um espaço que ela esteve e viu essa colaboração entre atores da sociedade civil. Mais à frente nesta pesquisa, a visão dos atores sobre as conferências será retomada e a discussão quanto ao Estado mais aprofundada.

Um outro espaço extrainstitucional tido como importante para a criação e o fortalecimento de vínculos entre a Marcha e outros movimentos é a Frente Brasil Popular (FBP). A entrevistada G explica o que é a FBP:

Frente Brasil Popular é uma frente de vários movimentos e partidos centrais do campo da esquerda né, que defendem uma nova sociedade, e que se organizou em um processo pra defender a manutenção dos direitos já conquistados e que estão permanentemente sob ameaças nesses últimos governos, do Temer e do Bolsonaro. Então a Frente ela se organizou nesse processo. É uma experiência extrainstitucional importante (Entrevistada G).

Nota-se, então, que essa Frente se formou como reação a um cenário político de constrangimentos, tido pelos movimentos como extremamente negativo para a classe trabalhadora.

A entrevistada G também comenta da construção, em conjunto com outros movimentos, da Frente Nacional pela Legalização do Aborto, na qual também ocorre o fortalecimento dos vínculos e da rede de movimentos feministas. Vale dizer que a Marcha das Margaridas surge, novamente, como um espaço importante para a articulação de movimentos populares.

Além disso, a entrevistada H menciona o Grito dos Excluídos, ato que acontece todo 07 de setembro, como um espaço que já foi de articulação importante para o movimento:

Um espaço também muito importante pra nossa articulação da Marcha, não necessariamente pra articulação de todo o movimento feminista, mas pra nós da Marcha, foram os 07 de setembro, que era o Grito dos Excluídos, que agora o povo eu acho que nem constrói mais, ou se constrói é muito pouco. Mas de 2006 a 2016, nós construímos muito o Grito dos Excluídos, a gente organizava. Eu lembro de um dos Gritos, que das mulheres contra a violência, era: se é violência contra a mulher, a gente mete a colher. Deve ter sido 2009, 2010, que nós fizemos umas colheres de pau e levamos, fizemos uma ala. Então assim, a gente organizava uma ala do Grito dos Excluídos porque isso era muito importante pra nossa organização, também. (Entrevistada H).

Além do Grito dos Excluídos, que é uma construção extrainstitucional, dizendo de espaços que foram, em um momento anterior, importantes para a MMM, ela conta da participação da MMM na CPI da Violência contra a Mulher - espaço intrainstitucional -, levada a cabo no ano de 2012, que articulou organizações em torno do tema:

A CPI da Violência foi instituída pelo STF, junto com o legislativo nacional, junto com a Câmara, e cada Assembleia Legislativa estadual fez o seu trabalho pra enviar para a CPI nacional, e os movimentos foram demandados de fazer um diagnóstico sobre como estava acontecendo o atendimento às mulheres vítimas de violência. Eu lembro que a gente foi atrás das notícias de feminicídio, na época. Então assim, eles juntaram esse material todo e levaram para a nacional[...]. (Entrevistada H).

Nós tivemos, nessa coisa da violência, nós estivemos participando da CPI da Violência na Assembleia Legislativa. Foi um processo interessante, a gente construiu um parecer junto com vários outros movimentos que construíram seus pareceres e isso deu embasamento pro Relatório Final da CPI, que eu acho que é um espaço importante de articulação do movimento com a Assembleia Legislativa... (Entrevistada H).

Essa participação na construção de um parecer para a CPI aponta, mais uma vez, para um reconhecimento, por parte do movimento, da importância de atuação em espaços do Estado em alguns momentos. Nesse sentido, a entrevistada G sustenta, em sua fala, que alguns espaços institucionais nos quais se tem diálogo dos movimentos com o governo são importantes para o fortalecimento de vínculos, mesmo entre os próprios movimentos. Em seção posterior deste trabalho a discussão sobre os espaços institucionais será retomada e aprofundada, tanto trazendo novamente a visão dos movimentos sobre suas potencialidades e reais feitos, quanto abordando a percepção da gestão pública.

### **6.5 Rede de Mulheres Negras de Minas Gerais, Rede AFRO LGBT e Rede Les e Bi**

Por responder tanto pela Rede de Mulheres Negras, quanto pela Rede Afro LGBT e pela Rede Les e Bi em uma mesma entrevista, em determinados momentos, a entrevistada I se delonga mais sobre a experiência de uma ou de outra, a depender da pergunta. Muitas de suas falas serão usadas para dizer, em um mesmo tempo, das três redes, visto que ela responde a partir de sua posição de interseção entre as redes, por isso elas estão sendo apresentadas em um mesmo subcapítulo. Em alguns momentos, ela diz também de outros movimentos os quais integra, como a Articulação LBT. São todas considerações importantes para a pesquisa, visto que são todos movimentos feministas, por isso serão trazidas aqui também.

Sobre seus trânsitos entre os movimentos e suas pautas, de modo geral, ela diz:

A gente tenta transitar nesses espaços todos, Nzinga, Marcha [Mundial das Mulheres], Rede de Mulheres Negras, Rede Afro, Articulação LBT e Rede de Les e Bi do Estado, porque a gente se entende, se vê como mulher, como mulher preta, e como mulher lésbica, então esses lugares todos dialogam com as pautas que eu trabalho, que é o feminismo, que é o feminismo negro, e também né os direitos da população LGBT, com foco maior para as LBTs. (Entrevistada I).

Nota-se uma visão muito clara por parte da entrevistada de que todos esses espaços constituem formas de ação coletiva que a contemplam e que se

complementam, se baseiam em identidades coletivas que não só não são excludentes entre si, mas que dialogam e interagem umas com as outras.

Ao ser perguntada sobre a forma como entende que as desigualdades se interagem, a entrevistada I aponta para o racismo enquanto basilar nesses processos de exclusão. A partir desse entendimento, a luta contra o racismo é essencial para a transformação do lugar social ocupado pelos diversos grupos:

Eu acho que tudo parte do racismo, o racismo ele é estrutural, ele tá nesses lugares todos. Então a gente entende que se não houver uma mudança do lugar da mulher negra na pirâmide social nada vai mudar na sociedade, então não é, assim como no caso dos LGBTs, não é que a gente quer ter mais direitos que as pessoas não negras, ou os LGBTs mais direitos que os héteros, a gente precisa ter direitos! A gente precisa ser atendido no posto de saúde, a gente precisa ter certa tranquilidade pra transitar na cidade, ocupar espaços, então eu acho que é isso, se as mulheres negras não saírem desse lugar de subalternidade e de feminicídio, e do racismo diário, que eu acho que corta e atravessa tudo isso, não vai ter mudança nem pra LGBT, não vai ter mudança nem pra mulher hétero, nem pra mulher branca... Enquanto as pessoas não negras não reconhecerem que ali também há privilégios... as pessoas brancas, de que há privilégio, de que é preciso ouvir, de que é preciso usar esse lugar de privilégio pra poder caminhar junto, pra poder executar algo, pra poder acolher... (Entrevistada I).

Ela traz a discussão da raça em uma ótica então antissistêmica, haja visto que entende o racismo enquanto parte estruturante do sistema social que se tem hoje. Ela não aponta para uma relação do racismo com o capitalismo e o patriarcado em sua fala nesses termos exatos, porém, ao elaborar uma crítica ao racismo institucional dizendo da posição social ocupada por uma pessoa com determinadas características e inserida em determinado contexto, agrega uma percepção de interação dessas desigualdades:

[...] militante da Rede Afro, mulher trans, preta, mora no Morro das Pedras, periferia total, dia desses eu tava lá e é polícia passando em cima o tempo inteiro com helicóptero, enfim, essa mulher preta, gorda, trans, de periferia e favelada que não tá dentro do padrão, que lugar é essa que ela tá na sociedade? Lugar nenhum! Então, fazer essa quebra do racismo, do racismo institucional, mudar isso, as mulheres negras saírem desse lugar de subalternidade começa a mudar um pouco a realidade de todo mundo, assim... (Entrevistada I).

Quando ela caracteriza essa pessoa específica, construindo, em sua fala, seu contexto social, denota uma percepção da atuação conjunta de discriminações quanto a gênero, classe social, raça e sexualidade, no posicionamento dos indivíduos na sociedade. A entrevistada I tem presença e atuação marcante na Rede

Afro LGBT, na Rede Les e Bi e na Rede de Mulheres Negras de Minas Gerais, de modo que podemos sugerir uma aproximação, em algum nível, de sua percepção sobre as desigualdades à percepção dos movimentos.

Dizendo, agora, da formação da Rede Afro LGBT e da Articulação LBT:

A Rede Afro nasce por causa da necessidade de fazer a discussão racial e das orientações nos espaços, a Articulação LBT nasceu pra ajudar a fortalecer as mulheres LBTs para fora no estado, porque você tem vários grupos LGBTs, mas culturalmente nos grupos LGBTs as mulheres continuam invisíveis, as mulheres não são lideranças, elas não têm espaço, elas ainda sofrem o machismo, né?! (Entrevistada I).

[...] a Rede Afro nasceu porque dentro do movimento negro não discutia a questão da orientação sexual, e dentro do movimento LGBT também não discutia a questão de raça, né, [...] quando a gente chega é pra poder mudar um pouco disso. (Entrevistada I).

Tem-se, então, que a Rede Afro LGBT se articula frente à necessidade de inserir debates articulados de raça e sexualidade nos espaços, e que a Articulação LBT se forma visando maior ocupação de espaços e reconhecimento. De modo geral, essa fala remete às lutas por representação nos espaços da sociedade e por reconhecimento, mudança de valores culturais.

Ainda sobre a formação da Rede Afro LGBT, e também sobre a formação da Rede Les e Bi e da Rede de Mulheres Negras:

[...] com essa questão da Associação Lésbica de Minas ter ficado muito tempo parada, praticamente fechou, né, de 2012 pra cá, quando a Rede Afro nasce em 2013, a gente faz essa puxada de organização da Rede de Les e Bi no estado [...]. Então a Rede Afro nasceu em dezembro de 2013, em agosto de 2015 a Rede Les e Bi, em maio de 2015 a gente coloca a Rede de Negras na rua, né, porque aí a gente começou esse processo de organização das marchas e a gente entendeu que o Nzinga, coletivo de mulheres negras, precisava puxar outras companheiras pra poder criar esse lugar, e aí vem então a Rede de Mulheres Negras. (Entrevistada I).

Observa-se que a organização das redes mencionadas se dá em períodos de tempo muito próximos, e é possível supor, pelo frequente uso do termo “a gente” e pela forma como a entrevistada encadeia as ideias, a presença de atores que atuam em mais de uma das redes. Não só isso, mas a organização das redes por atores que já vinham compondo outras. Isto já acende a ideia de que a interação entre atores desses movimentos os leva a novas compreensões e sínteses e que, a partir da formulação e reformulação de identidades coletivas, leva também à formação de novos atores coletivos. Essa ideia deve seguir sendo observada

durante a análise. Esse pequeno trecho é já uma amostra dos que ainda virão, que atestam os vínculos existentes entre esses movimentos.

As entrevistadas B e I dizem da Rede de Mulheres Negras, especificamente, enquanto nascida da organização de uma atividade de rua, a Marcha de Mulheres Negras de Minas Gerais e, segundo a entrevistada I, puxada também por um outro movimento que organiza mulheres negras - o Nzinga. Tem-se, em dado momento, a compreensão de que a organização das mulheres negras precisava se intensificar, ampliar sua atuação e chegar a outras companheiras, construindo novos espaços. A entrevistada B relaciona essa compreensão por parte de muitas mulheres com a morte de Marielle Franco, mulher negra, defensora dos direitos humanos, e cruelmente assassinada quando vereadora pela cidade do Rio de Janeiro. Esse fato político teria sido, então, um fator de mobilização para essas mulheres.

Vale dizer que a construção da Rede de Mulheres Negras a partir da organização da Marcha de Mulheres Negras é muito emblemática quando se entende espaços de marcha enquanto espaços públicos amplos, onde se tem a interação de pessoas diversas construindo aquela ação conjuntamente por partilharem de uma identidade coletiva comum. A organização desses espaços pode, potencialmente, conjugar diálogo, a criação de novos vínculos e o fortalecimento daqueles que já existem, abrindo caminho para novas ações coletivas, e a organização da Rede de Mulheres Negras a partir de um espaço como esse, contribui para o argumento.

A Rede de Mulheres Negras se organiza, então, em 2015, mas tem uma redução em suas atividades por um certo período, redução essa que a entrevistada I atribui à conjuntura política do país, e retoma suas atividades com maior força em 2018. A entrevistada I explica essa questão conjuntural e, logo em seguida, diz das atividades que o grupo realiza:

A Rede de Mulheres Negras de Minas Gerais ficou um pouco parada no período de 2016, mais ou menos, porque foi um ano muito cabuloso, né, ano de golpe, saída da Dilma, o fascismo e o neoliberalismo chegando com força total, e aí a gente volta com força total mesmo em 2018, que a gente começa as mobilizações de roda de conversa, de atividades de autocuidado, de fazer caminhada de rua, de fazer seminário, de fazer shows com mulheres negras, a gente teve em julho de 2018 o Vozes Mulheres Negras, que foi lá no Tambor Mineiro, então a gente vai mês a mês fazendo reuniões presenciais e também fazendo essas intervenções na cidade e

puxando pra outras regiões do estado, que são intervenções que dialogam né com o território. Tem território que cê vai conseguir fazer um determinado tipo de ação, em outro lugar cê vai conseguir trabalhar de forma diferenciada, então respeitando isso também, por isso que a gente teve, em setembro, o Encontro Estadual de Mulheres Negras, que a Rede de Mulheres Negras puxou, com inscrições de 210 mulheres de várias partes do estado, aí cê tinha mulheres indígenas, mulheres quilombolas, as mulheres jovens, as mulheres LBTs, a gente teve 25 mulheres LBTs no Encontro Estadual de Mulheres Negras. (Entrevistada I).

Atividades extrainstitucionais são citadas, e fazem parte do repertório rodas de conversa, atividades em espaços públicos, seminários, entre outras. Em sua fala, a entrevistada já comenta de intervenções em outras regiões do estado de Minas Gerais para além da capital, e aponta para a consideração das especificidades de cada território nas atividades realizadas. Nota-se aí, então, um entendimento da heterogeneidade dos contextos nos quais as mulheres estão inseridas e uma consideração disso na atuação do movimento, apontando para uma perspectiva materialista. A entrevistada B diz da presença de uma linha de atuação também voltada para o bem-viver, e diz de uma busca pela troca de saberes entre as mulheres diversas:

[...] também com a questão da cooperação, vamos supor: eu aqui em Belo Horizonte, eu dou aula de capoeira, aí as mulheres lá do Vale do Jequitinhonha querem uma aula de capoeira. Eu posso ir lá e dar essa aula de capoeira e a gente vai trocando, então a gente tem estimulado muito isso, em tentar uma construção bem fluida, nesse sentido. Permite muitas incidências, porque é isso, somos diversas, né? As mulheres negras são diversas entre si. Então entre nós têm mulheres que são extremamente acadêmicas, que gostam mesmo da produção científica, formal, e outras que estão, por exemplo, cuidando da espiritualidade, mãe de santo, ou filha de santo, alguma coisa que aparentemente é num outro extremo, né? E a gente tem mulheres que estão fazendo essas duas coisas. (Entrevistada B)

O trecho acima aponta não só para a presença dessa troca de saberes entre as integrantes da rede como parte de sua forma de atuar, como também mostra que essa troca de saberes pode levar a rede para outros territórios, fortalecendo sua capilaridade.

Importante comentar também da realização, mencionada pela entrevistada I, do Encontro Estadual de Mulheres Negras, espaço que reuniu mulheres diversas, vindas de diferentes contextos e realidades, que permite então que trocas aconteçam. O número de mulheres LBT nesse espaço indica, inclusive, uma crescente organização dessas mulheres:

Quando você tem 25 mulheres LBTs e 25 mulheres LBTs negras dentro de um Encontro Estadual de Mulheres Negras, é histórico isso! Não dá pra deixar passar despercebido, isso mostra que há uma organização acontecendo, que há uma força movendo essas mulheres também dentro dos seus recortes, dos seus lugares. (Entrevistada I)

Os encontros realizados pela Rede Les e Bi vão no sentido dessa crescente organização das mulheres negras LBT, têm um papel agregador e organizativo nesse processo. A entrevistada I diz da realização desses eventos como parte do repertório da Rede Les e Bi no estado:

No campo, por exemplo, das LBTs, dentro da Rede de Les e Bi do estado a gente resgatou em 2016, setembro de 2016, o Encontro de Mulheres Les e Bi. Fizemos o 4º Encontro Estadual de Les e Bi. A gente [enquanto Associação Lésbica de Minas] já tinha feito em... eu tô falando a gente porque eu participei dessa construção também... então, a gente já tinha feito em Cataguazes, em 2009, o 3º Encontro Mineiro de Les e Bi. [...] e a gente [Rede de Les e Bi] realiza em 2016 esse 4º Encontro de Les e Bi, que foi em Ipatinga. E lá em Ipatinga a gente fez a primeira Caminhada de Les e Bi do Vale do Aço, que como Ipatinga tá nessa região de Timóteo, Governador Valadares, essa região do Vale do Aço, a gente resolveu colocar assim "1ª Caminhada de Les e Bi do Vale do Aço". (Entrevistada I)

O trecho acima transcrito, além de indicar a realização de encontros de mulheres como parte do repertório de atuação da Rede Les e Bi, aponta também para as interações do movimento para fora da RMBH. Tem sido realizada também a Caminhada de Les e Bi em Belo Horizonte, com diversos movimentos colaborando em sua construção. Segundo a entrevistada, também a Rede Afro é uma colaboradora, apoiando, divulgando e incentivando a realização da Caminhada.

Para além disso, a entrevistada I diz do repertório de atuação da Rede Afro LGBT:

Rede Afro LGBT a gente desenvolve ações como essa que a gente tá fazendo aqui hoje, nesse dia 06 de outubro, no Parque Municipal. A gente faz piqueniques abertos, a gente faz marcha de rua, como a gente teve no dia 20 de julho a primeira marcha de negros e negras lgbt do estado... como a Rede Afro tem essa atuação nacional, existe em outras capitais, né, Brasília, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, São Luís, Belém, e nesses lugares todos a gente tem uma perspectiva de trabalhar de forma voluntária, de forma aberta e horizontal, no caso da Rede Afro. Então, você tem os seminários, a gente fez no dia 20 também, 20 de julho, um seminário de negras e negros pensando estratégias políticas não só no campo da resistência, considerando o cenário atual, mas também pensando nas eleições de 2020... então não é muito diferente a roda não. A Rede Afro trabalha muito essa perspectiva das conversas, o olho no olho. No campo virtual, como a gente tem representação em outras

idades também a gente desenvolve ações locais e reuniões e conversas virtuais. Sempre que tem um evento no campo estadual ou nacional, principalmente no nacional, a gente procura se reunir pra ali conversar com os nossos pares. (Entrevistada I).

Esse trecho diz da realização de atividades extrainstitucionais em espaços públicos, abertos à população, como parte do repertório, além de apontar para a capilaridade da Rede Afro nacionalmente, organizada em diversas capitais. Ao mesmo tempo, já sugere também uma não negação do espaço institucional de atuação quando comenta de uma reflexão, por parte da Rede, voltada para estratégias políticas eleitorais. O fortalecimento de candidaturas para as eleições de 2020 aparece como uma discussão que vem sendo feita na Rede Afro e que vem se iniciando também na Rede de Mulheres Negras. Interessante destacar a fala da entrevistada em que diz da presença na Rede Afro de militantes vinculados a diversos partidos políticos, de modo que a discussão sobre estratégia eleitoral é feita com a presença de representantes de diversos campos políticos, alinhados naquele momento e espaço por uma identidade coletiva que os coloca na posição de pensar candidaturas em conjunto:

[...] 2020, a gente tá construindo o fortalecimento da candidatura de mulheres negras, de LGBTs e de mulheres negras, então, em 20 de julho, no Seminário Estadual de Negras e Negros da Rede Afro a gente falou disso, a gente teve mulheres vindas de lugares diversos, Júlia Santos, do Psol, Valquíria, mulher trans que é secretária do PT, Gustavo, que foi candidato a deputado também, o Tiago Santos, que é da UJS, que é linha do PCdoB, que tá na Rede Afro também... A Rede Afro é uma beleza, você tem gente do Psol, gente do PT, gente do PCdoB, e é isso! Isso é rede, isso é conexão! Ela leva e traz, leva e traz, a gente vai fortalecendo. Então, nesse seminário, a gente conversou sobre a entrada, a permanência e candidatura de pessoas LGBTs negras nas eleições de 2020 [...]. (Entrevistada I).

Essa interação na Rede Afro LGBT entre indivíduos vindos de diferentes partidos políticos, e que possivelmente compõem também outros movimentos sociais, aponta para a Rede como um espaço extrainstitucional que, por si só, leva à criação e ao fortalecimento de vínculos entre diferentes atores políticos.

A entrevistada I explica a opção dessas redes pela ocupação da política institucional:

[...] a gente precisa se ver em condição de estar em outros lugares, ocupar esses lugares, não esperar que o outro, que não sabe o que é o racismo, que o outro que não sabe o que é LGBTfobia, esperar com que esse outro faça por mim. É óbvio, as parcerias elas acontecem. Erika Kokay é deputada federal branca, grande parceira dos LGBTs, Luiza Erundina, que é branca, a Benedita da Silva, que é

preta mas que é hétero. Essas parcerias existem e são necessárias, mas é importante que eu esteja lá, falando por mim e falando pelos outros, né, que eu conheço. É importante ter as parcerias com os não negros, é importante ter parceria com não LGBT, mas é importante também que a gente tenha condição de ir lá e fazer. (Entrevistada I).

A luta pela representação aparece, então, novamente em sua fala. Além da disputa por cargos eletivos, entende-se também como importante a ocupação de comissões, conselhos, fóruns, comitês, e de demais espaços institucionais nos quais a diversidade de sujeitos possa estar representada (Entrevistada I).

Sobre a presença de representantes das redes nesses espaços, a entrevistada I diz:

Na Rede Afro, por exemplo, a gente tem 3 eixos de trabalho, resumidamente: controle social; informação; e mobilização e rede de solidariedade. Na parte do controle social a gente tem ocupado alguns lugares que discutem a política que dá orientações, mas que também não é espaço de orçamento. Nós estamos no Conselho Municipal da Igualdade Racial de Belo Horizonte, com a cadeira titular e suplente, no Conselho Estadual da Saúde Integral da População LGBT e no Conselho Estadual de Saúde da População Negra. A gente também fazia parte do Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT, que é o CNCD, mas aí com esses golpes todos aí da direita, vários dos mais de 600 conselhos que existem, né, no Brasil, conselhos nacionais, esse também caiu, praticamente não existe mais. Conselho Estadual da Diversidade Religiosa, a gente também faz parte dele. E a nível de Brasil, vários outros lugares também, Conselho da Juventude e tal. A Rede de Mulheres Negras está no COMPIR [Conselho Municipal da Igualdade Racial de Belo Horizonte] também, a gente tem uma representação no COMPIR, e mulheres que fazem parte do Conselho Estadual de Saúde LGBT, que eu já falei aqui, também estão na Rede de Mulheres Les e Bi. (Entrevistada I)

Além desses espaços, ela menciona a presença de militante da Rede Afro na Conferência de Assistência Social, e de outras militantes das redes nas conferências tanto estadual quanto nacional da mulher, e nas conferências estadual e nacional LGBT. Fica clara, então, que a atuação intrainstitucional não é uma forma de ação que ocupa uma posição marginal no movimento. A presença nesses espaços mostra um vínculo com o Estado, nesses momentos, de natureza cooperativa. A entrevistada I afirma que também entendem como necessário fazer críticas, cobranças e reivindicações quando estão nesses espaços.

A entrevistada I ainda defende ser necessária a atuação dos movimentos no sentido de cobrar e de realizar um controle social - o que se observa no repertório das redes estudadas neste subcapítulo, que atuam inclusive com representações

em ambientes institucionais de participação social - por ser o Estado quem tem o poder de execução da política pública.

Para além dos vínculos com o Estado, dizendo agora dos vínculos com outros movimentos sociais e os momentos em que essas interações se dão, a entrevistada I menciona a interação em “momentos de pensar algumas coisas maiores pra fora”, e que vão se conectando seja com outros movimentos ou com pessoas, personalidades defensoras dos direitos humanos, a depender da pauta que se coloca à frente em dado momento. Ela cita como parceiros sindicatos, entre eles o sindicato dos petroleiros (Sindipetro - MG), o sindicato dos eletricitários (Sindieletro - MG), o sindicatos dos trabalhadores da educação (Sind-UTE - MG) e a CUT. Além dos sindicatos, segundo ela são parceiras nas lutas comissões da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Conselho Regional de Psicologia (CRP) (Entrevistada I).

Além disso, a entrevistada I dá o exemplo da troca que se deu no evento do dia 20 de julho, Seminário Estadual de Negras e Negros da Rede Afro, do movimento com o Teatro Espanca, dizendo de um processo de “aquilombamento” que o movimento vem fazendo, ou seja, de buscar, nos ancestrais, formas de resistência e de fortalecimento mútuo dos grupos marginalizados. Ela diz:

Teatro Espanca é um projeto independente, com pessoas negras à frente, que também precisa de apoio, que também precisa de ajuda, mas que também consegue ajudar, né, a gente pagou lá uma ajuda de custo, um valor ridículo assim, pra poder usar a estrutura, pra poder ficar lá durante todo o dia, e tal. E são essas caminhadas que a gente vai fazendo, assim, meio que num processo de “aquilombamento”, né. Como é que Zumbi e como é que Dandara conseguiram criar um quilombo com mais de 30 mil pessoas dentro de um processo totalmente opressor, de escravidão? É olhar pros nossos antepassados e ver como é que a gente constrói uma nova forma de fazer política e de caminhar junto fazendo o que precisa ser feito, né? Que é tentando sair desse lugar da subalternidade, de ocupar lugares de maior protagonismo, de liberdade. (Entrevistada I)

O movimento negro, dizem as entrevistadas B e I, está se “aquilombando”, e essa forma de lidar com o que está colocado vem se mostrando cada vez mais presente em suas práticas e discussões. Em capítulo posterior, quando as perspectivas de articulação e o entendimento de estratégias frente à conjuntura forem discutidos, a noção de uma retomada da ancestralidade será retomada, assim como a experiência do movimento de mulheres negras nesse sentido.

Perguntada da organização territorial das redes Afro LGBT, de Mulheres Negras e Les e Bi, a entrevistada I responde dizendo muito da interação dessas redes com outras redes semelhantes que se organizam nacionalmente e com outros movimentos do campo, comentando da participação em espaços de encontro. Da Rede Les e Bi, ela diz:

A Rede de Les e Bi ela se conecta muito com o movimento nacional, a exemplo, a gente participa já, desde 2014, enquanto conexão de Rede, do Seminário Nacional de Les e Bi, que é o SENALE, que agora é SENALESBI, desde 2014 foi aprovado lá em Porto Alegre, não lembro se era o nono SENALE, mas lá foi aprovado a mudança do nome pra que as mulheres bissexuais fossem incluídas de forma visível na luta. [...] Então a Rede de Les e Bi de Minas Gerais ela tá muito conectada com isso. (Entrevistada I).

Ela diz também da proposta, que está sendo articulada, de um SENALE Negras:

A gente tá organizando agora o SENALE Negras, que é o Seminário Nacional de Negras, que vai acontecer no Rio Grande do Norte, e aí a gente vai transitando nesses lugares. (Entrevistada I)

O SENALESBI surge na conversa, então, e o SENALE Negras pode vir com a mesma proposta, como um espaço que, em alguma medida, organiza a rede nacionalmente, articulando-a com outras organizações que participam do seminário. A entrevistada I não elabora em sua fala, então, a presença organizada dessa mesma Rede Les e Bi em territórios específicos do estado de Minas Gerais ou em outros estados do país, porém isso não significa que ela não articule com esses espaços. Vale dizer que suas falas sugerem que o funcionamento e a proposta da rede não se dão em torno de um formato de organização rígida, mas, de fato, de uma rede que integra indivíduos em torno do tema, indivíduos esses que também integram, muitas vezes, espaços de outros movimentos sociais. Isso sugere que essas redes, então, possam se fazer presentes em outros territórios, em alguma medida, por manter vínculos ali ou por grupos integrantes da rede atuarem ali em dado momento, mas não por se organizarem ali exatamente com uma mesma estrutura que se organizam na RMBH.

Já a Rede Afro LGBT, segundo a entrevistada I, é organizada em outras capitais e interage em espaços internacionais de articulação:

A Rede Afro ela já tem uma inserção, ela já existe em várias outras capitais, ela participa das conversas com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, com a OEA [Organização dos Estados Americanos], participou da criação da Rede Afro LGBT da América

Latina, então também a gente tá nesse campo internacional, nesse espaço. Já fizemos apresentação de pesquisa que a gente realizou aqui, aqui em Belo Horizonte, aqui em Minas Gerais, Salvador, Recife, Brasília, essa pesquisa já foi apresentada em Washington, a partir dessas articulações internacionais que a gente faz, então a gente tem uma cadeira dentro da OEA. A Rede Afro tá lá, o César, que é de Campinas, é gay, preto, representando a Rede Afro Brasil. Aí a gente fala muito assim “Rede Afro Brasil a gente tá falando de todas as Rede Afros, e a Rede Afro Minas Gerais a gente tá falando da gente aqui em Minas” [...]. (Entrevistada I).

A Rede Afro LGBT Brasil, forma como a entrevistada I chama a organização a nível nacional da Rede, conta com representante de outro estado em organismos internacionais, ou seja, o movimento a nível nacional tem esses espaços como ambientes de articulação. Houve esse vínculo também com a Rede de Minas para apresentação de pesquisa.

Dizendo ainda da Rede Afro e dos espaços em que está, a entrevistada I afirma que no dia anterior ao desta entrevista, a Rede Afro LGBT foi aceita oficialmente na Articulação de Mulheres Negras do Brasil (AMNB), que traz consigo mulheres negras de lugares diversos para interagir, trocar experiências e produzir novas sínteses. E ela aponta para a importância de se estar nesse lugar e de reforçar, também ali, o debate da sexualidade:

[...] é muito importante porque é um outro lugar que você vai poder dialogar com outras mulheres do movimento sobre a questão da diversidade sexual, a própria Benilda e a própria Valdeci, eu sempre denuncio elas nas minhas conversas, elas são mulheres lésbicas, né, então pra poder ficar registrado que à frente do movimento feminista, à frente do movimento negro, você tem uma série de mulheres que são lésbicas ou que são bi. (Entrevistada I)

Assim como é a participação no SENALESBI para a Rede Les e Bi, a participação na AMNB para a Rede Afro LGBT a permite que ela se fortaleça para além do seu próprio núcleo, aumentando seus vínculos com outros grupos e outras mulheres e, nesse sentido, também expandindo e fortalecendo suas redes mais ampliadas. Um outro espaço que permite articulações semelhantes a essas é o Fórum Permanente de Promoção de Igualdade Racial (FOPIR), e a ele estão conectadas não só a Rede Afro LGBT, como também a Rede de Mulheres Negras. A entrevistada I comenta que uma das fundadoras da Rede de Mulheres Negras faz parte, inclusive, da executiva do FOPIR. Esta entrevistada ainda menciona a realização do Encontro Nacional do FOPIR, em Belo Horizonte, em outubro de 2019.

Além disso, vale dizer que frente à dificuldade na obtenção de recursos e na falta de uma sede, a entrevistada coloca o campo virtual como um espaço muito utilizado pela Articulação LBT, pela Rede Afro LGBT, pela Rede Les e Bi e pela Rede de Mulheres Negras para reuniões e para atingir mulheres em outros territórios. São usados, por exemplo, ferramentas virtuais como o Facebook e o Whatsapp para essa articulação. Vale mencionar, inclusive, o uso de estrutura do Estado para a realização de videoconferências, indicando um vínculo, naquele momento, de cooperação entre movimento e institucionalidade:

[...] a Rede de Negras por exemplo já fez duas videoconferências utilizando a estrutura de UaiTec do Estado, usamos essa estrutura pra dialogar com mais de 500 mulheres, pra poder divulgar o Encontro Estadual de Negras e o Encontro Nacional Negras. (Entrevistada I).

As videoconferências mencionadas foram formas encontradas para conseguir levar a mensagem que precisavam a outros territórios. Em certos momentos, diz a entrevistada I, é possível captar algum recurso, possibilitando por exemplo a impressão de panfletos e a produção de outros materiais para divulgação. Esta entrevistada coloca a interação com outros atores visando captação de recursos, ou mesmo a execução e a prestação de contas em conjunto, como lugares novos que os movimentos vêm descobrindo e passando a estar.

Nesse sentido, a entrevistada I afirma que as redes funcionam muito a partir do estabelecimento de parcerias, pelos grupos terem entendido não ser possível “andarem sozinhos” (Entrevistada I). Essa ideia se mostra, em algum nível, presente na noção das três redes que se apresentam neste subcapítulo. Elas se fazem presentes em outros territórios por meio de parcerias, por meio de outros grupos com os quais dialogam ou personalidades que apostam também naquela pauta e conseguem atingir outros locais. A entrevistada I diz um pouco desse funcionamento, trazendo a centralidade da ideia de rede e a conectando com a perspectiva de resgate dos saberes ancestrais, de valorização da ancestralidade:

[...] seria lindo se tivesse uma grande teia, né, depois cê entra lá no Facebook da Rede de Mulheres Les e Bi, nosso logo é uma grande teia. Não é uma teia de aranha, é uma teia que faz várias conexões, seria massa se a gente tivesse essa grande rede formada. Mas existem as redes. Minas dialoga com Bahia, BH dialoga com outras cidades, o meu movimento dialoga com outro, por exemplo, quem fez a defesa de entrada da Rede Afro na AMNB lá em São Paulo ontem foi uma companheira de Minas Gerais, que mora na Bahia, que atua nacionalmente, então isso é rede, né. De alguma forma isso é rede.

Porque eu falei pra ela “olha, a gente não foi mas cê tá aí, representa a gente! Faz a defesa da Rede Afro, cê conhece a Rede Afro” e isso também é rede. Então assim, um negócio muito organizado, muito certinho, muito redondinho não há, mas a gente tá dialogando. Nego Bispo tá lá em Teresina, no Piauí, veio aqui uns dois meses atrás, não sei, dialogou com os quilombolas daqui, dialogou com a deputada preta daqui, que é a Andréia de Jesus, eu trabalho com a Andréia, e aí então já é conexão, de rede, é ele conectado com os quilombolas daqui, que já tá num processo né de produção, de tentar escoar sua produção... então é isso, acho que são pequenas redes dentro de uma rede maior, uma conexão ancestral. Eu tô falando da ancestralidade porque é isso, confiar naquele que veio antes de você, aprender com ele, com ela, fazer essa transferência. (Entrevistada I)

Essa conexão, comentada pela entrevistada no trecho acima, essa grande rede que vai se formando a partir das pequenas redes, é possibilitada por identidades coletivas que dão sentido àquelas interações. No caso da Rede Afro LGBT, por exemplo, faz parte dessa identidade a luta do povo negro LGBT, o que os faz interagir tanto com movimentos negros quanto com movimentos LGBT, por compartilharem de diversos entendimentos, pautas e reivindicações. E nesse processo, então, há interação tanto com a Rede de Mulheres Negras quanto com a Rede Les e Bi. E ainda que a Rede Les e Bi se proponha a discutir sexualidade e a Rede de Mulheres Negras a raça, isso não as impede de estabelecer vínculos. Muito pelo contrário. Quando se têm um espaço de mulheres negras, é muito possível que se tenha mulheres lésbicas e bissexuais também, e a entrevistada I faz questão de afirmar que se tem sim um grande número de mulheres lésbicas e bissexuais no movimento feminista negro. Ao mesmo tempo, dentro do movimento LGBT se tem, naturalmente, um grande número de pessoas negras também. As discussões não devem ser segmentadas, assim como a vivência dos indivíduos não o é. As situações que vivem e as opressões que sofrem não podem ser tratadas em caixinhas separadas. A mulher negra LBT não é, em dado momento, apenas negra ou apenas LBT. O indivíduo é inteiro. As experiências que uma mulher vive estão fundamentalmente atreladas a todas as marcas sociais que ela carrega. Assim, dizem da posição que ela ocupa na sociedade sua raça, sexualidade, classe, entre outros, infelizmente, marcadores de lugar.

Dessa forma, não se tratam de redes fundamentalmente separadas. Além de serem observadas militantes transitando nos dois espaços e colaborando para esse vínculo, as redes podem também buscar umas às outras e construir projetos conjuntos. A entrevistada I diz que, muitas vezes, não se vê o debate racial nos

espaços de luta LGBT e vice-versa, e aponta, como já dito, para a criação da Rede Afro LGBT justamente na contramão desse costume. Entendendo que a percepção dos integrantes da Rede Afro LGBT diz da necessidade de não segmentalizar esses debates, e entendendo também que militantes dessa rede participam da Rede de Mulheres Negras e da Rede Les e Bi - a entrevistada I é um exemplo disso -, pode-se considerar que as duas últimas redes citadas tendem a não ignorar, então, a importância de todos esses debates nos diversos espaços.

## 7 SOBRE O ESTADO, A ONU E AS REDES

Neste capítulo, o foco da análise recairá sobre aspectos que ultrapassam o funcionamento individual de cada movimento e dizem de outros fatores. Assim, trazendo também as percepções das entrevistadas A e B, respondendo por suas atuações enquanto gestoras públicas, serão explorados o papel da pasta estadual de políticas para as mulheres e dos espaços que facilitou e facilita; a percepção das entrevistadas quanto à presença de militantes no Estado e o papel desse ativismo institucional; o papel da Organização das Nações Unidas (ONU); a percepção sobre as redes de movimentos sociais existentes hoje em Minas Gerais; a influência da conjuntura política nas redes e a percepção das entrevistadas sobre o futuro das lutas.

### 7.1 A pasta de políticas para as mulheres de Minas Gerais, os espaços de participação social e o ativismo institucional

A percepção das representantes dos movimentos feministas quanto à atuação do Estado na pauta dos direitos das mulheres é, de modo geral, negativa e diz da insatisfação dessas mulheres quanto às políticas públicas realizadas (ou melhor, não realizadas). A entrevistada E (representante do Movimento de Mulheres Olga Benário) crítica a omissão do Estado frente à crescente violência contra as mulheres:

Não há [atuação], né?! É ausência, é omissão. E isso é muito grave, porque a gente tá vendo o índice de feminicídio aumentando. E aí, por outro lado, na Tina [Casa Tina Martins] tá sendo mais requisitado. Porque não tem. Não tem política, não tem pra onde essas mulheres irem. Só que aí a gente também não dá conta de atender, porque a gente tem uma estrutura muito reduzida, a gente não tem uma estrutura estatal, que deveria existir. Cadê a Casa da Mulher Brasileira? Que que virou? Que era pra ser a estrutura pra atender as mulheres? Virou um estacionamento da ROTAM. Entendeu? Então, assim, não é interesse, não é prioridade desse governo. Ponto. É isso. Não existe nada. (Entrevistada E)

Nessa fala, se vê um reforço do argumento que diz da atuação da Casa Tina Martins enquanto espaço que fornece um serviço para mulheres em situação de violência que deveria estar sendo fornecido pelo Estado, que, por sua vez, não tem dado conta ou, como apontado pela entrevistada E se referindo ao atual governo, não tem tido interesse. Há então uma percepção quanto à insuficiência das políticas públicas tocantes às mulheres.

Notam-se, entretanto, algumas nuances nas considerações feitas pelas entrevistadas quando perguntadas sobre os diferentes períodos pelos quais a pasta de políticas para as mulheres do Estado de Minas Gerais passou.

Perguntada sobre a atuação do Estado na pasta, a entrevistada C (FETAEMG) se mostra desesperançosa e crítica ao atual governo:

Não consigo enxergar nada... na realidade é isso. A gente não vê nada, não vê uma discussão dentro do governo do Estado atual, a gente não vê uma discussão com relação às mulheres. Você não vê nada publicado, não vê nada divulgado. Até nosso Conselho tá desativado, agora que tá começando a sair os editais pra reestruturar o Conselho da Mulher. Então não consigo enxergar nada de Políticas para as Mulheres nesse governo. (Entrevistada C)

Essa visão que a representante da Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais tem sobre o período mais recente se difere, em alguma medida, de suas considerações sobre a atuação da pasta de políticas para as mulheres no período em que era CEPAM e SPM – MG:

Quando era Coordenadoria [CEPAM], inclusive que era Eliane Piola que era a Coordenadora na época, assim, recebia, você dava uma pauta até recebia, mas a gente via pouca atuação... pouca atuação mesmo, e sempre trabalho focando muito naquilo que tava proposto. Por exemplo, realizar uma Conferência Estadual da Mulher, tirar delegados, ir pra Conferência Nacional, um pouco nessa linha assim, sem muita atuação... Quando veio pro Governo Pimentel aí veio pra uma Subsecretaria, até começou a fazer algum trabalho que desse visibilidade um pouco às mulheres, mas acho que houve um pouco de disputa dentro da própria pasta e que dificultou um pouco o avanço, realmente, das políticas que poderiam ter sido traçadas. (Entrevistada C)

Enquanto a entrevistada C não vê nenhuma atuação recente por parte do Estado, ao dizer do período SPM – MG (anterior) ela considera que houve uma atuação e que essa atuação teria dado alguma visibilidade às mulheres. Entretanto, ela coloca a disputa interna como uma dificultadora de um maior avanço do trabalho da pasta e aponta para uma maior interlocução do movimento com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SEDA) do que com a Subsecretaria de Políticas para as Mulheres, por receber da SEDA respostas mais efetivas quanto a suas demandas. Ao dizer do período CEPAM, mais anterior, ela considera ter havido alguma atuação, entretanto teria sido uma atuação muito precária, pouca.

Além disso, também incerta quanto a atual orientação da pasta, vale dizer que a entrevistada F (representante do Movimento Graal) relaciona a mudança do *status* da pasta, no período recente, de Subsecretaria para Coordenadoria, com uma

provável redução dos investimentos estatais nas políticas para as mulheres. Ela, entretanto, coloca a necessidade de questionar o Estado nesse sentido e ouvir o que seus representantes têm a dizer sobre essa escolha política:

Porque que isso aconteceu? O estado entende que não tem necessidade dessa Secretaria? Com base em que? Se a gente percebe que os dados de sofrimento, de violação de direitos das mulheres têm crescido, como que a gente diminui a capacidade, capilaridade desse setor? O que é que o estado tá pensando? Porque a gente precisa entender, de repente ele tem uma proposta que pode ser, talvez, num entendimento dessa política, possa ser melhor e nós precisamos conhecer o que é que o estado está pensando a respeito disso. E pra gente conhecer é preciso dialogar. [...] se ela entende que se ela se reduz, ela atende, a gente precisa ouvir. E se ao ouvir, a gente entender que pode ser que o estado esteja equivocado ao atingir essas pessoas, a gente pode dialogar [...] (Entrevistada F)

A entrevistada F, então, aponta para a necessidade de um diálogo entre movimento social e Estado para que se compreenda a alteração na pasta. Entretanto, não menciona a realização desse diálogo ou um movimento, por parte do Estado, para explicar à sociedade essa alteração.

Com o objetivo de entender mais a fundo as diferenças observadas na pasta nos diversos períodos pelos quais passou, foram realizadas perguntas às entrevistadas quanto aos vínculos dos movimentos com a pasta nos períodos estudados. As respostas possibilitam que sejam tecidas observações quanto à abertura para participação da CEPAM, da SPM – MG e da atual Coordenadoria.

Tendo em vista que os vínculos mencionados têm se dado, em sua grande maioria, por meio da participação em espaços por eles facilitados, como Conferências e Comitês, e tendo em vista a potencialidade já mencionada desses espaços em fortalecer vínculos entre diferentes atores, também foram realizadas perguntas quanto às percepções sobre a participação nesses locais e sobre o fortalecimento ou não de outros vínculos.

Quanto aos vínculos dos movimentos estudados com a CEPAM, observa-se que não eram muitos em quantidade ou eram fortalecidos. A entrevistada E, respondendo pelo Movimento de Mulheres Olga Benário, diz não se lembrar de vínculos com a antiga CEPAM e que a relação devia ser bem pouca. Já as entrevistadas C e G, respondendo pela Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da FETAEMG e pela Marcha Mundial das Mulheres,

respectivamente, dizem de vínculos, em torno das conferências e, em alguma medida, da reivindicação de pautas e políticas públicas:

A gente até tentava... mas não avançou muito não. A gente sempre reunia muito próximo das Conferências, quando chegava as conferências chamava a gente pras reuniões, a gente chegou até a apresentar algumas pautas, mas nunca foi atendido não, sabe? (Entrevistada C)

A gente participou das Conferências. Que foi o único espaço aberto assim, que teve participação dos movimentos sociais quando era CEPAM. Então a gente participou das comissões organizadoras da Conferências. A gente participou de alguns debates que elas fizeram, e a gente reivindicava políticas públicas, né, esse espaço da reivindicação a gente participava. Mas era um espaço mais limitado, tinha menos espaço de participação. (Entrevistada G)

Os espaços de construção das conferências no período da CEPAM são colocados como aqueles abertos para a participação de movimentos sociais. Quando aos vínculos para reivindicação de pautas e políticas públicas, as duas entrevistadas acima os mencionam enquanto vínculos mais limitados. Ressalta-se o trecho da fala da entrevistada C em que diz que as reivindicações de seu movimento nunca foram atendidas, de modo que se pode dizer do estabelecimento, nesta relação específica de realização de demandas, de um fluxo unidirecional, pelo qual o movimento apresentava demandas e o Estado não as respondia.

Quanto aos vínculos dos movimentos com a SPM – MG, percebe-se pelas falas das entrevistadas que houve um maior número de espaços de participação social facilitados. A representante do Movimento de Mulheres Olga Benário diz da presença do movimento nesses espaços, comentando que a SPM sempre teria buscado convidá-lo, também a representante da Marcha Mundial das Mulheres diz da participação no processo de construção do Plano Decenal de Políticas para as Mulheres e no Fórum de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas. Comenta da participação nesses dois espaços também a representante da Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da FETAEMG. Além disso, se observa que integrantes da Rede de Mulheres Negras participaram de muitos desses espaços, seja na figura da anterior Subsecretária, que integra a rede, seja na figura da entrevistada E, anterior Diretora de Articulação Institucional da SPM – MG. A participação da entrevistada E diz ainda da presença de integrante da Rede Afro LGBT e da Rede Les e Bi, ainda que não estivesse ali na posição específica de representante daqueles movimentos, mas como gestora

pública. Quanto à participação do Movimento Graal nesses espaços, a entrevistada F não soube afirmar, por ter chegado recentemente no cargo que hoje ocupa. Porém, a entrevistada C afirma que o Movimento Graal tinha sempre representante no Fórum de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas. Vale dizer que, ainda que a entrevistada em nome do Movimento Graal não tenha respondido sobre a participação do movimento em espaços facilitados pelo Estado nos períodos CEPAM e SPM – MG, ela afirma que a relação do movimento com o Estado sempre foi muito tranquila e baseada no diálogo, o que reafirma o entendimento de que as interações do Mov. Graal com o Estado são de natureza cooperativa.

Espaços facilitados ou apoiados pelo Estado para além das conferências são citados, apontando para uma maior variedade de ambientes passíveis de participação social, entretanto segue notável nas falas das representantes dos movimentos a necessidade ainda de um aprofundamento da participação e do acolhimento das demandas. De modo geral, apontam para uma maior aproximação da pasta com os movimentos nesse período, porém ainda aquém da necessária. A entrevistada E reconhece um esforço por parte da equipe que integrava a pasta quando SPM – MG e alguma iniciativa do governo:

Pelo menos no último governo houve iniciativa. Assim, bem precária a atuação, tinham uma dificuldade de conseguir implementar as coisas, fazer, mas assim, havia um esforço. Tinha pessoas ali que estavam comprometidas. (Entrevistada E)

Nessa linha, a entrevistada E, crítica à ausência do Estado quando se trata de políticas públicas para as mulheres, vê no período em que a pasta foi uma subsecretaria, o de maior força e articulação da pauta:

A SPM que foi a mais forte, tanto que foi a SPM que, quando a gente ocupou lá na Guaicurus reivindicando abrigo, e na época dela, delegacia [de atendimento à mulher] não atuava 24h, era horário comercial, e a gente ali reivindicando, a SPM entrou, entrou na mesa de diálogo, pra discutir a situação, e aí a gente conseguiu a cessão do espaço. Mas também não foi fácil. A gente teve que sensibilizar, teve que articular, teve que discutir muito com eles e mostram que não dava pra continuar assim. (Entrevistada E)

Importante notar nessa sua fala que o processo mencionado, de cessão do espaço para a Casa Abrigo que veio a ser organizada pelo movimento, não foi simples e que, ainda com a SPM – MG, careceu de muito esforço de sensibilização e articulação por parte do Movimento de Mulheres Olga Benário.

Voltando a dizer dos espaços facilitados pela pasta, agora trazendo as percepções das entrevistadas quanto à participação nesses ambientes mencionados, sobre o Fórum de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas a representante da FETAEMG e da Marcha Mundial das Mulheres mostram insatisfações:

Foi criado o Fórum de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas, mas era um Fórum que reunia de vez em quando, mas quando reunia era sempre a mesma pauta, sempre a mesma coisa que a gente não conseguiu avançar muito. (Entrevistada C) FETAEMG

O Fórum de Enfrentamento teve muito pouca atuação... você tinha mais relação, mas muito pouco espaço mesmo de participação. (Entrevistada G)

As falas das entrevistadas convergem no sentido de o avanço, a partir do Fórum, ter sido pequeno. A atuação não era vista como forte e os encontros não aconteciam com a frequência que desejavam. A entrevistada C ainda afirma que uma série de movimentos tinham assento nesse Fórum, como o MST e o MAB, mas que eram a FETAEMG e o Movimento Graal os que iam e participavam ativamente das reuniões.

A entrevistada C e a G expõem diferentes percepções, vale dizer, quanto ao fortalecimento de vínculos por meio do Fórum de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas. Enquanto a entrevistada G vê esse e outros fóruns como momentos importantes para o fortalecimento dos vínculos, argumentando que isso acontece mesmo entre os próprios movimentos sociais quando se põem em diálogo com o governo, a entrevistada C não enxerga esse espaço como um que tenha fortalecido os vínculos. Ela, inclusive, reforça seu descontentamento com o Fórum que, segundo ela, também não teria funcionado para articular, de fato, as políticas da pasta para aquele público. Entretanto, sabe-se, também por suas falas na entrevista, que o espaço colocava em contato, de uma forma ou de outra, FETAEMG, Movimento Graal e representantes do Estado, o que nos indica que reforçava esses vínculos, ainda que pouco ou fracamente.

Essas duas entrevistadas (C e G) dizem de um mesmo entendimento no sentido de que esse e outros espaços facilitados pelo Estado acabaram colocando em contato atores sociais que já se conheciam, que já estabeleciam entre si algum tipo de vínculo. A entrevistada C ainda argumenta que os atores se repetem, que não vê muitos novos movimentos surgindo e ocupando esses espaços. Já a

entrevistada G diz da possibilidade de uma triangulação nesses vínculos, que poderiam colocar em contato movimentos que não interagiam. Porém, reafirma a perspectiva de esses espaços reforçarem os vínculos já existentes:

Eu acho que ela acabou fortalecendo os vínculos que de alguma forma já se davam... às vezes tem aqueles processos de triangulação né, tem um movimento que tem mais vínculo com um outro, e ele acaba entrando na roda e se fortalecendo com todos os outros movimentos, mas eu acho que acaba fortalecendo pra algo que já existe. Falando das experiências que a gente viveu, né [...]. Eu acho que as experiências dos Conselhos de Saúde acabam fortalecendo vínculos com movimentos que você não tinha antes, tem uma dinâmica mais diferente... mas no que a gente teve de experiência na organização específica das mulheres, fortaleceu os vínculos já existentes. (Entrevistada G)

Também trabalhadora da área da saúde, a entrevistada aponta para os Conselhos de Saúde como exemplos de experiências que levam à criação de novos vínculos, e aponta para uma diferença nesse sentido se tratando das experiências dos espaços específicos de debate da pauta das mulheres. E ela entende que são as experiências concretas as que fortalecem a articulação entre movimentos e entre movimentos e governo. Ela menciona como um espaço para isso também a Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, citada também pela entrevistada E, representante do Movimento de Mulheres Olga Benário.

A entrevistada H (também representante da Marcha Mundial das Mulheres) traz ainda a visão de que esses espaços dão novos motivos, ou novas razões, para a interação entre atores que já se contactavam e já interagiam em outros momentos.

A entrevistada E já percebe essa relação desses espaços com os vínculos de modo um pouco diferente: entende que essas experiências tanto levam à criação de novos vínculos quanto ao fortalecimento dos já existentes. Pode-se supor que o Olga Benário, por ser um movimento mais recente que a Marcha Mundial das Mulheres e a Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da FETAEMG, segue encontrando nesses espaços atores com os quais ainda não estabelecia relações e trocas, enquanto os outros dois movimentos não mais, por já os contemplarem em sua rede de relações.

Quanto ao processo de construção do Plano Decenal de Políticas para as Mulheres, mais especificamente, se nota que as considerações de quase todas as entrevistadas são muito positivas. A entrevistada G aponta a construção do plano

como tendo sido uma demanda de movimentos sociais atendida pelo governo. E na visão da entrevistada E:

[...] foi, assim, um espaço interessante pra movimentos de mulheres de Minas Gerais poderem dialogar e discutir, definir junto diretrizes pras políticas. Esse, por exemplo, foi um espaço interessante. (Entrevistada E)

A entrevistada E o vê, então, como um espaço de diálogo e de participação real. A entrevistada I, que responde pela Rede de Mulheres Negras, Rede Afro LGBT e Rede Les e Bi, e importante destacar para essa observação, esteve enquanto gestora pública na pasta no período da SPM – MG, enxerga a necessidade, dizendo de políticas para as mulheres, de se aproveitar aquilo que já foi feito e debatido e sustenta que não há necessidade de se “reinventar a roda” quando se pensa em construir novos planos. Pelo contrário, não há sentido em se construir orientativo sobre orientativo, enquanto a maior parte das políticas indicadas não são levadas a cabo:

A gente já sabe o que precisa ser feito, a gente já sabe das demandas, a gente sabe o que perpassa no campo da saúde, no campo do trabalho, no campo da autonomia, no campo dos direitos reprodutivos, a gente já sabe! A gente só precisa pegar aquele orientativo e fazer! (Entrevistada I)

Nesse sentido, ela vê a construção do Plano Decenal não como um retrabalho, mas como um processo de atualização das pautas e das diretrizes que aproveitou aquilo que já havia sido debatido em outros espaços, inclusive no período CEPAM, e destaca a importância da participação social de mulheres diversas na representatividade desse plano:

A exemplo, a gente teve em 2014 o lançamento do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais, que era CEPAM ainda na época. Ano passado, eu ainda estava como Diretora de Articulação Institucional dentro da SPM, dentro da SEDPAC, e a gente fez o lançamento do segundo Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, em dezembro salvo engano. Nós não inventamos a roda, a gente avaliou, a gente sugou do primeiro plano o que já tinha ali, do plano que foi lançado em 2014, a gente fez algumas conversas com... a gente fez três conversas na época, agora falando enquanto servidora do estado, né, a gente fez três conversas com a sociedade civil, a gente teve mulheres gestoras e militantes de várias partes do estado, e depois a gente fez mais duas conversas com mulheres LBTs, e aí a gente foi agregando, e a própria Fundação João Pinheiro, a partir da Ana Paula Salej, da Letícia Godinho, né, nos ajudou muito nesse processo de construção. Mas ainda assim, tendo ali uma organização já anterior, de pontos e de políticas e diretrizes importantes para as mulheres, foi muito difícil também

concluir o trabalho porque a gente ficou muito pensativa na atualização disso. Então, por exemplo, se no primeiro Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, de 2014, você tinha a citação uma ou duas vezes da palavra “lésbica”, nesse momento a gente tem, não só a palavra “lésbica”, mas a gente tem a palavra “bissexual” e a palavra “transsexual”. Porque aí você faz um processo de atualização das pautas, dos pontos... (Entrevistada I)

Nessa fala, além de a entrevistada apontar para os diversos atores que participaram da construção do plano, ela explica brevemente como se deu o processo de discussão. Ao final dessa fala, reforça que o Plano Decenal teria vindo como uma forma também de atualizar as pautas e os orientativos do Estado.

Essa atualização, que passa a enxergar mulheres que antes eram, em alguma medida, invisíveis nas elaborações do Estado ou que tinham suas especificidades desconsideradas, tem relação direta com a participação social no processo de elaboração do plano, segundo a entrevistada I:

Se não tivesse mulheres, e mulheres negras, e mulheres LBTs pra poder falar “olha, precisa fazer esse recorte, não acontece mais assim... assim tá pior, vamos melhorar isso”, não tinha acontecido. Então, o plano que tem hoje é um plano super atualizado, ele não tem valores mas eles tem objetivos, diretrizes, ações, coisas muito importantes que se... nossa, se 10% daquilo fosse executado já muda muito a vida das mulheres, né. (Entrevistada I)

Nesse sentido, ela ainda aponta para a importância desses espaços de encontro, de conferências, de seminários, de diálogo de modo geral, para que mulheres diversas e de origens distintas se encontrem e articulem suas demandas.

É importante e interessante notar a percepção diferenciada das representantes da Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da FETAEMG quanto ao plano e sua representatividade. Segundo a entrevistada D, ainda que elas tenham participado da construção, não se veem no produto final. Ela percebe o plano enquanto muito geral, e entende que, assim, ele se afasta de necessidades específicas de certas mulheres. Ela diz:

Traz questões, se você for olhar, pensar o conjunto das mulheres... mas eu acho que um Plano tem que pensar o que é geral, mas tem que pensar o que é específico também. Por exemplo, as quilombolas... como estão as indígenas aqui? O que a gente tá falando delas? Por exemplo, pra nós, a gente tem uma proximidade com as quilombolas porque parte das quilombolas também são trabalhadoras rurais, elas são filiadas ao sindicato. Elas têm uma cultura, uma forma de vida, vive no território de uma forma diferente como uma trabalhadora rural, mas ela é trabalhadora, ela mexe na terra, ela planta, pra ela vender ela precisa da DAP, ela precisa daquilo que o conjunto do movimento sindical busca enquanto

política pública, mas também não tem essa aproximação assim não.  
(Entrevistada D)

Pode-se supor, então, uma sub-representação das mulheres desses grupos citados – quilombolas e indígenas. Mas entendendo que muitas delas, como mencionado pela entrevistada D, são trabalhadoras rurais e são representadas pelas integrantes da Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da FETAEMG no processo de construção do plano, pode ser que tenha havido uma incompreensão das demandas das representantes da FETAEMG ou a impossibilidade de serem abarcadas da forma como gostariam. A entrevistada D ainda menciona que teria sido interessante um retorno por parte da Subsecretaria no sentido de explicar o porquê do atendimento ou não de determinadas demandas, ela diz:

A gente participou, mas aí entram outras questões que a gente fica sem saber. Ou é a nossa demanda que não está clara o suficiente? Até esse retorno pra gente repensar a nossa estratégia, né. Ou o que que é... (Entrevistada D)

Além dessa crítica à falta de retorno quanto à incorporação ou não das demandas, a entrevistada D e, fazendo coro a ela, a entrevistada C, comentam de uma não sustentação daquele vínculo em torno do plano após seu lançamento. Diz a entrevistada C:

[...] foi naquele momento só. A gente foi convidado a pensar naquele momento, e depois “já construímos não preciso mais de você”.  
(Entrevistada C)

Essa consideração por parte da entrevistada sugere que os vínculos entre o Estado e os movimentos motivados pelo processo de construção do plano, se perderam depois da entrega do produto. Ela sugere que não vê, por exemplo, vínculos para a implementação do plano serem reforçados no cotidiano do trabalho da pasta.

Ao pontuar também essa percepção, entretanto, deve-se mencionar que a entrevistada D a expõe criticamente, argumentando não poder afirmar ao certo as razões para essa quebra nos vínculos, visto que a mudança de governo pode ter interferido na forma como isso seria conduzido:

É uma percepção, que a gente tem que avaliar se é isso mesmo também. Eu não afirmo que foi isso porque também isso se deu em um processo de troca de gestão, então assim... precisava entregar um negócio também. Tem toda essa conjuntura que pode ter favorecido pra que fosse dessa forma, ou pode ter sido uma

intencionalidade política também. A gente precisava de tempo pra debater isso assim, que a gente não teve. Então passou um processo de transição que a gente não se despediu de quem estava lá e não foi acolhido por quem está chegando, então nós estamos num limbo aqui. (Entrevistada D)

Ela diz de uma possível intencionalidade na quebra desses laços em dado momento, mas a discussão que faz quanto a provável interferência do processo de troca de gestão na continuidade da construção e dos vínculos acende o debate que relaciona conjuntura política e os vínculos entre movimentos e entre movimentos e Estado. Esse debate será aprofundado posteriormente neste trabalho, portanto não se delongará sobre este assunto neste momento em específico.

Vale dizer também que, na esteira dessa crítica, a entrevistada D critica a descontinuidade das políticas públicas em trocas de governo, e critica um não aproveitamento de materiais já consolidados por gestões anteriores. Nesse sentido, traz a necessidade, assim como a entrevistada I, de se fazer uso do que já foi elaborado. Entretanto, diferentemente da entrevistada I, vê a construção do Plano Decenal como um possível problema de descontinuidade política dada a existência de plano elaborado pela gestão da CEPAM.

Nota-se, então, que a visão das entrevistadas C e D, representantes da Comissão de Mulheres da FETAEMG, sobre o processo de construção do plano e sobre o plano de modo geral é distante daquela expressa pelas demais entrevistadas.

É interessante mencionar ainda a perspectiva das entrevistadas C e D quanto à participação no CEDRAF, Conselho Estadual do Desenvolvimento Rural Sustentável. Ainda que não seja um conselho inserido na pasta de políticas para as mulheres do Estado, mas que, no período por elas mencionado, estava inserido na Secretaria de Desenvolvimento Agrário, é um espaço de interação por elas muito valorizado e por meio do qual tiveram demandas atendidas. Elas dizem também da participação no Conselho Estadual da Mulher. E sobre o fortalecimento de vínculos em torno dos espaços de conselhos, a entrevistada C diz:

[...] se fortalecem muito. Porque, na realidade, a sociedade civil acaba se reunindo, reunindo em volta de uma pauta. Vai ter reunião do conselho a gente reúne antes pra poder debater aquilo que a gente vai defender lá na reunião, então acaba criando um vínculo. E a gente assim, acaba cedendo, “não, a minha ideia não tá boa, a do outro tá boa”, é assim, de construir realmente algo em comum que faz com que dê visibilidade realmente a todo esse movimento. (Entrevistada C)

Ou seja, na visão dela, os conselhos não fortalecem os vínculos apenas nos momentos de suas reuniões oficiais, mas leva a uma articulação entre os movimentos sociais em torno do que será ali discutido, o que fortalece a rede de movimentos que ali atuam. É percebido, ainda, um processo de aprendizado e trocas entre os movimentos em interação, que constroem propostas comuns que os contemplem e que fortalecem suas demandas, feitas, então, coletivamente.

Ainda para dizer sobre o período de atuação da SPM – MG, trazer-se-á as considerações feitas pela então Subsecretária quanto à participação social naqueles anos da pasta e quanto a outros aspectos pertinentes relativos àquela gestão.

Ela aponta, a todo momento, para a centralidade do diálogo nos trabalhos da SPM – MG, de modo que é possível supor alguma abertura da pasta para a participação social:

Então, naquele momento da SPM a gente buscava esse diálogo como princípio, né? Assim, não dá pra você fazer política para, tem que fazer política com. (Entrevistada B)

Perguntada sobre movimentos com os quais teve contato quando gestora na pasta, a entrevistada B aponta para uma diversidade tanto de organizações quanto de mulheres vinculadas a alguma luta em específico, mas que não integram organizações. Ela diz de uma tentativa de dialogar com todas e menciona, entre outras, as mulheres do campo, as quilombolas, as mulheres negras, as mulheres da cultura (do hip hop, do samba, de produções culturais diversas) e as trabalhadoras do sexo, e aponta para essa interação, sobretudo, nos momentos de organização para conferência e de configuração do Conselho Estadual da Mulher.

A entrevistada A, que por mais que não fosse a representante da pasta naquele período, já trabalhava ali como gestora, menciona, além desses grupos acima citados, as mulheres LBTs e o Movimento de Mulheres Olga Benário.

Além disso, quando perguntada sobre os movimentos que tem chamado mais sua atenção por uma atuação marcante no estado de Minas Gerais, a entrevistada B menciona o Movimento de Mulheres Olga Benário, por seu trabalho tanto nas ocupações quanto na Casa Tina Martins, e a Rede de Mulheres Negras de Minas Gerais, que vem aglutinando força e organizações ao seu entorno. A entrevistada A também menciona o Movimento de Mulheres Olga Benário diante da mesma pergunta.

Dizendo daqueles grupos que observa que têm se organizado de forma crescente nesses últimos períodos, a entrevistada B cita as mulheres transsexuais, que têm se organizado e se articulado para pautar suas demandas; as organizações de mulheres trabalhadoras do sexo; as mulheres que discutem e lutam pelo parto humanizado, movimentação que tem reverberado na cidade de Belo Horizonte, a entrevistada B diz; e as mães que choram, e nesse grupo podem estar tanto as mães que perderam seus filhos em decorrência da violência do Estado, quanto as mães que têm filhos no sistema prisional ou socioeducativo.

Voltando para a participação social na pasta, entre todos os grupos da sociedade civil com os quais houve interação, a entrevistada B dá destaque para as mulheres negras, as mulheres do campo e as mulheres trabalhadoras do sexo.

Em seu ponto de vista, os principais espaços de diálogo da pasta com esses grupos foram a Conferência de Política para as Mulheres e o processo de construção do Plano Decenal de Políticas para as Mulheres. Porém, ela menciona também uma série de outras atividades realizadas pela SPM – MG que permitiam diálogo e troca com organizações parceiras e com as mulheres da Rede de Atenção às Mulheres: os processos de formação e as videoconferências voltados para as trabalhadoras e os trabalhadores da gestão pública.

Ela explica como essas atividades eram construídas e a interação do Estado com outros atores:

Então, a gente sempre tinha gente da equipe, gente dos movimentos e gente da universidade. Às vezes da Fundação João Pinheiro, às vezes da UFMG, a gente sempre chamava algum parceiro pra ajudar, e vamos supor, se a gente ia fazer uma formação pros agentes comunitários de saúde, aí a gente chamava algum agente comunitário de saúde pra nos ajudar a pensar essa formação. Se a gente ia fazer uma formação com o pessoal do CRAS, do CREAS, a gente também chamava alguém dessas políticas pra nos ajudar a pensar, junto com gente do movimento e junto com gente da universidade. E sempre era processo voluntário, porque a gente não tinha dotação orçamentária, mas a gente tinha uma boa articulação, então a gente chamou os parceiros e ia fazendo nesse sentido. A gente divulgava as formações com uma certa antecedência e sempre de uma a gente tirava temas e pautas pras próximas, então assim, pessoal sempre dava sugestões, a gente sempre sistematizava o processo todo e a partir dessas sugestões a gente ia produzindo outras coisas. (Entrevistada B)

As atividades formativas voltadas para as várias trabalhadoras e os vários trabalhadores da gestão pública eram, então, construídas a muitas mãos, articulando atores de lugares distintos. Nesse sentido, é possível ver esses

momentos como fortalecedores de vínculos entre o Estado, os movimentos, as universidades e os agentes públicos de determinada área. A fala da entrevistada B de que era um processo voluntário, dada a falta de recursos financeiros, sugere uma centralidade da articulação com outros atores para a realização dos trabalhos da pasta. Além disso, ao dizer da construção da formação seguinte com base naquilo que foi sugerido na formação anterior pelos participantes, ela aponta para uma escuta de demandas, por parte da equipe da pasta, e para um esforço visando uma construção colaborativa.

A entrevistada A, atual coordenadora da pasta e então integrante do corpo de servidoras da SPM – MG, chega a mencionar essas atividades formativas naquele período e menciona as realizadas em torno das temáticas racial, LBT e quilombola. Chama a atenção, entretanto, que nenhum dos movimentos consultados tenha dado destaque para a participação social por meio dessas atividades.

Uma outra política da SPM – MG que possibilitava e favorecia a participação social e que, além disso, buscava capilarizar a atuação da pasta no estado, foi a do Ônibus Lilás, veículo doado pelo governo federal que ia nas comunidades rurais e quilombolas, por meio de uma parceria com os municípios, levando informações, rodas de conversa, e até mesmo serviços que a comunidade estivesse precisando (Entrevistada A; Entrevistada B). A entrevistada A conta um pouco mais sobre esse trabalho:

[...] nessa oportunidade a gente fazia esse diálogo com as mulheres com relação, não só ao enfrentamento da violência, mas de falar da autonomia, de ser mulher, de ser mulher negra, do espaço que ocupa [...] (Entrevistada A)

É, a proposta é que o Estado leve aos municípios, principalmente na Zona Rural, a informação né [...] é um grande movimento do Estado com o município pra organizar as políticas públicas locais, pra levar o serviço que aquela mulher precisa lá no campo. Por exemplo, [...] um exemplo da Assistência, que é a questão do Cadastro Único pra benefícios. Às vezes, tem mulheres que ficam tão distantes que elas não conseguem nem ir ao centro do município pra recadastrar o seu benefício. Então essa demanda a gente leva até a roça. Por exemplo, se ela vai fazer uma mamografia ou marcar um exame, então a gente leva o pessoal da área da saúde até esse local pra que a mulher faça o atendimento ou faça a marcação lá. A mesma coisa com relação à educação, ao trabalho, ao esporte... então, todas as políticas públicas do município a gente acionava, com o líder comunitário pra poder participar desse processo de produção. Porque a gente não chegava lá e falava “ó, é isso aqui que a gente vai fazer”. Não, era chamando esses grupos de mulheres, chamando os líderes comunitários, chamando os próprios movimentos sociais

do município pra tratar da ida do ônibus. Então é uma estratégia legal pra gente conhecer eles... (Entrevistada A)

As atividades a serem desenvolvidas no município eram, então, acertadas coletivamente, com grupos de mulheres da região, com líderes comunitárias – grande parte das comunidades tradicionais tem suas matriarcas –, com movimentos sociais que atuam na região e com os agentes públicos locais, articulando também os serviços que a prefeitura daquele município tem a oferecer. Tem-se, então, que ainda que a ida do ônibus fosse um acerto entre o Estado e a Prefeitura, as ações colocavam em contato e articulavam todos os atores da região que lidavam, em alguma medida, com os direitos das mulheres. A explicação que a entrevistada B dá quanto ao trabalho que se realizava com o ônibus reforça essa afirmação:

Aí gente estabeleceu a metodologia, que é pra fortalecer a rede local. E fortalecer a rede local inclui dialogar com as organizações locais ou estimular a criação de organizações locais, porque tem município que não tem grupo de mulheres, que não tem nenhuma organização feminista, então a ida do ônibus também era pra estimular isso. Então a gente fazia essas duas coisas, porque a partir da compreensão de que se tem uma rede forte no município e a rede não é só governo, é governo e sociedade civil, as coisas têm mais chance de avançar. Então a gente desenvolveu uma metodologia que buscava isso de estimular o fortalecimento da rede interna do Estado, na gestão pública, mas também de fortalecer os movimentos, a criação, o fortalecimento de movimentos de mulheres nos lugares. E deu super certo, assim. As experiências que a gente teve com o ônibus foram muito massa. (Entrevistada B)

É interessante notar que se buscou fortalecer tanto a rede interna ao Estado, ou seja, a articulação dentre as instituições, dentre os serviços estatais, quanto as organizações de mulheres da sociedade civil, os movimentos sociais. Reunindo esses grupos em determinadas atividades, as ações levadas a cabo pelo Ônibus Lilás puderam fortalecer a rede como um todo. Ou seja, é possível dizer que as ações do Ônibus Lilás contribuíram para o fortalecimento da rede de atores e organizações que lidavam, nas regiões em que realizou atividades, com os direitos das mulheres.

Além disso, suas atividades podem ser lidas como espaços de participação para grupos e movimentos sociais organizados no interior do estado.

Na visão da entrevistada A, a participação social foi se intensificando ao longo dos trabalhos da SPM – MG:

Quando a gente começou, lá em 2015, a gente não tinha muito a participação de movimentos sociais, né, tava muito voltado para ações do governo. Mas com o andar da própria subsecretaria, dela

se construindo, dela se formando, a gente viu sim a necessidade de chamar pra dentro esses movimentos sociais para colaborar conosco. Porque, na verdade, a política pública não é para o Estado, ela é para a pessoa né, pro indivíduo... então era super bacana. A gente foi entendendo que foi crescendo, a participação foi maior, até os pedidos, as demandas de informação, de ligações querendo saber como é que tava. (Entrevistada A)

Sua percepção de que, no começo do trabalho da SPM – MG, não se tinha tanta participação como ao final, pode indicar um entendimento de que foram criados, ao longo desse período, novos canais de participação que até então não existiam. Em alguma medida isso foi observado ao longo das falas de um modo geral, espaços de participação para além daqueles vistos na CEPAM.

No entendimento da entrevistada I, a CEPAM, em termos de participação, fez o que estava ao seu alcance dentro daquele seu enquadramento político e contextual e das condições que se estabeleceram. A SPM teria dado um outro lugar para a participação e para as pautas que dizem da diversidade da vida das mulheres também por conta de seu enquadramento político e contextual. Ela argumenta:

Eu acho que a CEPAM trabalhou, na época, com o que se tinha. Eu acho que agora, quando a SPM chegou, ela chegou trazendo mais referências, mais referências de organização de movimento, o movimento LGBTs já existe há mais de 40 anos, o movimento feminista também, o movimento negro também, só que uma coisa é você ter um governo fechado, um governo branco de direita, outra coisa é você ter um governo que é de esquerda, com mulheres negras puxando o rolê, com mais pessoas do movimento social fazendo o rolê acontecer... obviamente você vai ter mais abertura, né. Você nunca teve, por exemplo, dentro dos governos anteriores, mulheres negras à frente de políticas. Então o governo passado era um governo que mais tinha pessoas negras, isso faz toda a diferença. Você ter ali um lugar que vai trabalhar a pauta indígena, a pauta das negras, que cê vai tentar transversalizar isso, isso é muito importante. (Entrevistada I)

Ela entende, portanto, que as condições governamentais do período da SPM – MG possibilitaram maior abertura. Deve-se ter em mente, entretanto, que essas condições vêm a partir de escolhas políticas feitas pelas gestões. Não se ter mulheres negras à frente de políticas pode ser um dificultador da abertura daquele espaço para o debate das diversas pautas e para o fortalecimento da política, entretanto não se ter mulheres negras à frente de políticas, principalmente se tratando de uma pasta de políticas para as mulheres é, por si só, uma escolha política que denota, em alguma medida, o caminho que aquele governo pretende para aquela pasta.

Na visão da então Subsecretária, seu posicionamento enquanto representante da pasta influenciou a predisposição de alguns movimentos ao diálogo com o Estado. Seu contexto social, marcado por sua vivência enquanto mulher preta e periférica e por sua trajetória nos movimentos sociais, teria gerado sentimento de confiança e representatividade em várias pessoas e organizações. Entretanto, segundo ela, essa visão positiva não era única, e encontrava visões negativas, desconfiadas, em outros espaços.

A entrevistada B comenta um pouco mais sobre esses aspectos que teriam favorecido ou dificultado o diálogo dos demais atores com a pasta, a depender do ator:

E por ter uma trajetória de movimento social, eu acho que, eu contei com um voto de confiança de muitos movimentos, então assim, tinham movimentos que não dialogaram em outras instâncias mas que vinham dialogar com a gente por ter uma relação de confiança, de confiar, de saber dos trabalhos anteriores... E pela confiança que a gente estabeleceu também no processo, né? Então eu acho que essa história compartilhada, essa trajetória... Acho que muitas mulheres também se identificaram, né? Era uma Secretária preta, periférica, então isso dá uma diferença também. Assim como muitos gestores passaram a desconfiar, muita gente da sociedade civil se sentiu mais próximo, mais representado, mais legítimo. E a gente foi tentando fazer esse diálogo. Teve também uma certa resistência de movimentos feministas tradicionais, de pessoas de movimentos feministas mais eurocentrados e de outras gerações que não se identificavam, né? Mas a gente também respeitou e tentou dialogar. O exercício do diálogo é sempre desafiador, né? Porque uma coisa que você fala, a outra que o outro entende... e conseguir, às vezes, trazer os diferentes atores, as diferentes atrizes para o espaço de diálogo já é uma vitória. (Entrevistada B)

A entrevistada B atribui à sua trajetória nos movimentos sociais o voto de confiança que lhe teria sido dado por organizações desse campo, que teria então facilitado o diálogo dos movimentos com a pasta. Essa fala vai muito de encontro com comentários da entrevistada D, da FETAEMG, no sentido de que a presença, na burocracia pública, de pessoas vindas de movimentos sociais, traz confiança ao movimento e maior sentimento de segurança para que trate com a institucionalidade. Ela diz sobre importância de se ter pessoas com trajetória nos movimentos sociais ocupando esses espaços, e destaca essa importância para o movimento sindical rural:

[...] pro movimento isso é importante, eu posso chegar e dizer, eu tenho confiança em tratar, em lidar, não vou ser só cooptado, ou vão querer que eu seja cooptado [...] sobretudo nos períodos eleitorais

né, que vai muito em cima, sobretudo do movimento sindical, que ele tem um poder de mobilização grande ainda né, o movimento sindical tem, rural tem isso. Então ele é muito visado por isso também, então tendo essas pessoas que fazem a diferença, essa ponte, traz pro movimento o “nós vão poder construir ali”. (Entrevistada D)

A entrevistada D indica, nessa fala, essa sensação de maior confiança e segurança que o movimento sente ao ver algum dos seus, ou alguém com quem já esteve ao lado nas lutas sociais, ocupando cargos públicos. Frente a esse sentimento, ações que envolvem o Estado passam a ocupar mais espaço no repertório de atuação dos movimentos.

Vale ressaltar que não só a então Subsecretária vinha desse lugar, mas boa parte da equipe da SPM – MG. A entrevistada I, então Diretora de Articulação Institucional, é outro exemplo.

Além desse sentimento de confiança que vinha pela Subsecretária ter uma trajetória nos movimentos sociais e de uma confiança que foi construída e fortalecida ao longo do processo de trabalho da pasta, ela menciona também enquanto fator que favoreceu o diálogo de muitos grupos com a pasta a identificação que teriam sentido com ela, mulher preta e periférica.

Sua presença ali, entretanto, não gerava identificação para todos. Ela menciona certa resistência por parte dos movimentos feministas tradicionais, eurocentrados e que não se sentiam ali tão bem representados. Outra dificuldade para o diálogo que ela coloca é a dificuldade que se tem, de modo geral, no processo comunicativo, para se fazer ouvir, compreender, e para escutar. Apesar disso, ela reafirma a importância e a centralidade do esforço em se construir diálogos com os diversos atores.

Realizar os trabalhos da SPM – MG partindo de um entendimento da centralidade do diálogo, reforçado pelas falas das gestoras que trabalhavam na pasta à época, não era, de todo, uma tarefa fácil. Ainda que alguns fatores favorecessem esse diálogo, outros dificultavam, como já mencionado. Aprofundando na discussão dessas dificuldades que se tem no diálogo entre Estado e movimento, a entrevistada B o adjetiva como desafiador e aponta para as diferentes dinâmicas desses espaços como um outro fator que leva a incompreensões e desentendimentos entre esses atores, ponderando que ainda que esses dois campos tenham tempos diferentes, a interação é enriquecedora:

Mas assim, eu acho que o diálogo dos movimentos com o setor governamental é muito desafiador porque a dinâmica da organização, a dinâmica da vida das mulheres tem um ritmo que o Estado não necessariamente consegue acolher e às vezes o tempo em que o Estado vai dar uma resposta, o movimento já se organizou e já se virou. Então, nem sempre há tempo para aguardar o retorno do Estado, né? Então o movimento já vai se virando. Mas esses movimentos tanto pautaram... Por exemplo, o resultado da Conferência, o processo de organização da Conferência, a própria produção do Plano Decenal de Políticas para as Mulheres, eles tiveram presentes o tempo inteiro, né? E faz uma diferença sim, porque uma coisa é o que um gestor, uma gestora, um trabalhador do Estado percebe enquanto uma política pública e a outra coisa é o que a pessoa que vai viver essa política pública demanda e como que ela acha que deve funcionar... Daí a gente ficou o tempo inteiro tentando conciliar esses dois universos, né? Que não necessariamente dialogam, né? Até então. E aí o nosso exercício o tempo inteiro foi isso, de tentar fazer junto, de tentar tornar esse conhecimento técnico aliado dessa demanda política da população. Mas é um desafio, um desafio muito grande. (Entrevistada B)

O espaço no qual atua o movimento social e a forma como ele pode se organizar e atuar é muito distinta do espaço em que atua a pasta, espaço institucional onde se deve seguir uma série de ritos processuais legais e burocráticos para a execução do trabalho proposto. Nesse sentido, combinar as vontades, os tempos e as possibilidades desses lugares distintos é um desafio, e a entrevistada aponta para um reconhecimento desse desafio pela SPM – MG e para uma busca por uma interação cada vez maior.

Na visão da entrevistada A, atual representante da pasta e não pertencente a determinado movimento social, a presença de militantes na burocracia pública possibilitou um aprendizado conjunto para a equipe e fez com que quem vinha dos movimentos compreendesse um pouco mais do funcionamento da burocracia pública, dos diferentes tempos do Estado e das dificuldades que se colocam para os gestores públicos. Tendo em vista a já comentada dificuldade que a conciliação dos diferentes tempos coloca para o diálogo entre movimentos e Estado e a perspectiva de um aprendizado conjunto, pode-se dizer que, de alguma forma, a presença de pessoas que atuam em movimentos sociais em cargos da burocracia pública favorece essa interação.

A entrevistada B, a entrevistada I e a entrevistada H vão reforçar o argumento de que não há inconsistência fundamental na ocupação da burocracia pública por ativistas. A entrevistada H aponta para um forte trânsito entre esses espaços dentre as militantes da Marcha Mundial das Mulheres e dentre as militantes

feministas de modo geral, e vai contra a visão que estanca essas pessoas em um lugar ou em outro, dizendo que seria uma ideia purista que não se confirmaria na realidade. Ela argumenta, ainda, que esse trânsito teria se fortalecido principalmente após o estabelecimento das coordenadorias e dos conselhos voltados para as políticas para as mulheres.

A entrevistada B, ao dizer da importância da ocupação do Estado por essas pessoas, aponta tanto para esse aprendizado do qual comenta a entrevistada A, quanto para a necessidade de se defender determinadas pautas intrainstitucionalmente. E ela critica a dificuldade que muitos movimentos têm em enxergar e reconhecer a importância da atuação nesse espaço:

Se a gente não ocupa, a gente não vai ter a dimensão do que é fazer a política pública e de porquê que às vezes a gente faz uma demanda lá na conferência e ela não vira realidade. E, ao mesmo tempo, se a gente não ocupa, a gente não vai ter gente que tá de fato defendendo as nossas pautas. Então, assim, defender a nossa pauta feminista dentro do Estado é desafiador. É um negócio assim que, em alguma medida, é até adoecedor. E aí é por isso que a gente não pode fazer esse enfrentamento sozinha, tem que ter outras irmãs, outras mulheres, dentro e fora, pra ajudar. E aí a relação do movimento com o Estado é isso, é bem ambígua porque os movimentos nem sempre têm uma compreensão da importância do Estado. Os empresários hoje no Brasil têm uma compreensão muito nítida da importância do Estado e eles tão ocupando o Estado [...] São muito organizados pra ocupar o Estado porque, além de tudo, eles ganham muito lucro nessa ocupação do Estado, né? E muitas vezes a gente não se sente, enquanto sociedade civil, legítima pra usufruir do nosso próprio direito, que o Estado deve garantir, né? Então a gente precisa ampliar, qualificar nossa visão sobre o que que é o Estado e entrar na disputa, né? (Entrevistada B)

Observa-se que ela aponta para a necessidade de os movimentos se organizarem mais e melhor para a ocupação do Estado, para disputar esse espaço com os outros grupos que buscam ocupá-lo e conduzir as políticas públicas segundo seus interesses. Os grupos empresariais, ela diz, estão à frente dos movimentos sociais nessa organização e nessa disputa, e é preciso que haja uma mudança nesse cenário.

O ponto que ela coloca sobre a defesa de determinadas pautas nesse espaço, que talvez não seria feita com tanta força caso os movimentos não ocupassem esse lugar, é mencionado também por outras entrevistadas. A entrevistada I reforça esse ponto de vista ao dizer da necessidade da ocupação desse espaço por indivíduos que representam a diversidade de vivências que se tem

na sociedade. O corpo burocrático do Estado é, em geral, distante dessa representação, o que dificulta para que sejam levantadas determinadas bandeiras e construídas políticas públicas que correspondam, de fato, às diversas demandas da população. Nesse sentido, a entrevistada I constrói seu argumento de que é importante que as pessoas que vivem os diversos contextos sociais ocupem esses espaços. Quando os movimentos se articulam em torno da luta de grupos historicamente oprimidos na dinâmica social e, portanto, muitas vezes distantes da ocupação dos espaços de poder e de tomada de decisão, devem buscar mudar esse quadro e ocupar os espaços político institucionais. Ela pontua, vale dizer, da importância de, nesse processo, o movimento social não ficar esvaziado, desprovido de militantes e se desarticular no campo extra institucional. A entrevistada I diz de sua contribuição enquanto mulher negra e lésbica, vinda de movimentos sociais, no espaço institucional:

Se eu, aí eu falo por mim, se eu não estivesse lá como mulher negra e como mulher lésbica, não teriam ocorrido esses momentos de conversa com essas mulheres LBTs. Porque quando você está lá você pauta “olha, é importante chamar as mulheres LBTs pra conversar, é importante que você tenha ali a maioria negra, é importante que isso seja público, é importante que a gente olhe pro que já foi feito e que haja crítica em cima disso, e que você construa algo mais atual”. (Entrevistada I)

Nesse sentido, certos debates e demandas passariam então a ser pautados ou mais fortemente pautados.

Na esteira do debate sobre a entrada de militantes de movimentos sociais na burocracia pública, dizendo desse ativismo institucional e também da participação de representantes do movimento em certos espaços institucionais, a entrevistada H pondera que não se trata da ocupação do espaço pela ocupação do espaço, mas de um entendimento estratégico de como aquele espaço pode contribuir para transformar a vida das mulheres. Ela pontua que essa consideração do contexto político para que se decida pelo ativismo institucional ou não, ou para que se decida até onde vai a atuação intrainstitucional do movimento em dado período, é presente na Marcha Mundial das Mulheres. Ela diz:

Uma política que eu acho que é importante na Marcha é que não é ocupar o espaço por ocupar, e nem vai ocupar o espaço de um governo que não é considerado um governo progressista. Uma crítica que tem, por exemplo, no governo FHC várias feministas ficavam lutando pra ter recurso, e tal. É uma coisa que... A gente jamais vai lutar pra que tenha um Conselho de Política para as

Mulheres no governo Bolsonaro, não faz sentido, não é a instituição pela instituição, não é porque tem que ter. Qual que é o sentido estratégico? Aquilo é um instrumento pra gente construir uma coisa mais ampla, então nunca é o espaço pelo espaço. (Entrevistada H)

É interessante essa ponderação pois traz a ideia de que o repertório de atuação do movimento se dá baseado em estratégias políticas, que levam em conta contextos políticos institucionais. Aponta para a consideração de que a participação do movimento em dado governo, ou o diálogo que o movimento vai estabelecer com a institucionalidade não se justifica em si mesmo, mas dentro de uma racionalidade analítica que leva em conta algum cálculo estratégico quanto às possibilidades daquela interação para o avanço da luta pautada pelo movimento.

Seguindo na linha das ponderações e críticas ao ativismo institucional, é colocado em questão por algumas das entrevistadas o papel a ser exercido pela pessoa que passa do espaço do movimento social para o espaço institucional, da burocracia pública. A entrevistada B diz de disputar o espaço sem misturar os papéis, sem perder de vista o que cabe ao movimento e o que cabe ao Estado:

Tá em disputa, e eu acho que os movimentos precisam ocupar sim esse espaço sem misturar os papéis. Enquanto gestora eu vou ter que encaminhar as demandas que vêm do movimento a partir dessa dinâmica que é a gestão pública, então vai ter que mandar ofício, vai ter que fazer licitação, vai ter que cumprir uma série de procedimentos, mas a orientação de trabalho, a orientação do horizonte político que a gente tem que materializar, ela vem do movimento, vem da demanda real da vida das mulheres. E aí o movimento precisa tá lá pressionando e lutando, né? Então, por exemplo, na coisa da Tina Martins, elas conseguiram uma emenda parlamentar na Comissão de Participação Popular. Mas se elas não tivessem ido lá e sentado na porta e ocupado a sala do secretário e ocupado não sei aonde, o dinheiro não teria saído. Por mais que a gente tivesse feito todo o trâmite burocrático que foi estabelecido. (Entrevistada B)

Ela aponta para as atribuições e os processos burocráticos que envolvem a atuação de uma gestora pública, e diz da importância da atuação do movimento, que se dá para além daquele espaço, para a orientação do trabalho da gestão e a efetivação de conquistas.

A entrevistada G aponta, ainda, para uma confusão que se dá quanto ao que cabe ao indivíduo enquanto gestor público e ao que cabe ao indivíduo fora daquele espaço, enquanto militante. A postura adotada em cada posição deve ser diferente, e ela vê essa dificuldade se dando na militância que ocupava a SPM – MG:

E eu acho que tem uma coisa também que é assim, tem uma confusão que as pessoas às vezes fazem, do que que é o movimento e do que que é o governo, e as pessoas que tão nesses cargos elas não sabem se elas são movimento, se elas são governo, elas fazem uma confusão. Aí o que que acontece, nem faz movimento e nem faz política pública, entendeu? Então essa contradição, ela também acontece. Muito poucas pessoas conseguem fazer essa separação: neste momento eu estou governo, então a minha postura é essa. Eu acredito naquelas pautas que o movimento coloca, então como que eu vou fazer, enquanto governo, para que elas sejam efetivadas? Muita gente não consegue fazer essa divisão, então acaba transformando, também, aquela instância, como se fosse uma coisa reivindicativa, eles não conseguem perceber que ali eles são gestores. Eles que têm que fazer a política, eles não têm que ficar reivindicando. Eles têm que pensar em canais em que eles façam a política, então eu acho que a militância que tava no governo viveu essa contradição o tempo todo. (Entrevistada G)

Reforçando a crítica feita pela entrevistada G, a fala da entrevistada H diz ver nessas pessoas atuação de militantes ao invés de atuação de gestores públicos, e relaciona isso com o trabalho que considera ter sido feito pela pasta nos períodos tanto da CEPAM quanto da SPM (ela não chega a comentar sobre a gestão atual): um trabalho de movimento social e não de construção de política pública. Em sua fala, critica fortemente o rumo que a pasta toma, trazendo, em contraposição, a experiência do Rio Grande do Norte como exemplo a ser seguido:

[...] o âmbito de atuação dessas instituições é fazer campanha, é produzir panfleto e ir na rua no dia da violência, coisas que são tarefa do movimento social e não do Estado. O Estado mesmo teria que construir política pública, articular com o centro do governo. Essas instituições ficam sem grana... Elas são um cala a boca do movimento feminista dos partidos e também porque essa pauta é importante hoje, então não tem como eles não construírem um órgão, que tem muito pouca capacidade de atuação e que fica muito na lógica de que... como essas pessoas que vão para estes espaços são do movimento, se organizaram, muitas, a maior parte, se legitimaram no movimento, elas chegam no espaço e vão militar ao invés de construir política pública. Eu tenho uma visão muito crítica a isso. Na época que o PT estava no governo do Rio Grande do Norte, antes do golpe, [...] a Secretaria de Política para as Mulheres era ocupada pelo PT e eu fui convidada a fazer uma fala lá pras mulheres e elas estavam com uma ideia de uma política de criar subsídio pra pensar... sei lá, eletrodomésticos que as pessoas não tinham, porque elas foram ver que no Rio Grande do Norte ninguém tinha máquina de lavar roupa em casa, por exemplo, e que isso significava que as mulheres ficavam o dia inteiro lavando roupa e tal, então assim... Ir pensando essas coisas, que tipo de política que desafia a divisão sexual do trabalho no Rio Grande do Norte? Isso era uma coisa que elas estavam pensando. Eu via pouco isso no

governo de Minas, não via uma visão estratégica do que que deveriam ser as pautas prioritárias de combate. (Entrevistada H)

Ela reforça que o Estado e os movimentos têm e devem exercer papéis diferentes na dinâmica da luta das mulheres, e aponta para uma falta de visão estratégica pela pasta em Minas Gerais, que aproxima sua atuação a ações realizadas, de modo geral, por movimentos sociais. Mais à frente em sua fala afirma que não pretende desmerecer a militância, que é de extrema importância e integra sua trajetória, mas aponta para um outro lugar como o do Estado. A entrevistada H, entretanto, pondera que a falta ou os poucos recursos orçamentários dos quais dispõe a pasta faz com que ela caminhe nesse sentido, já que as gestoras não dispõem de recursos para elaborar projetos maiores e políticas públicas de maior escala e complexidade.

Nesse sentido, é possível compreender a fala da entrevistada quando diz que as pastas acabam sendo um “cala boca dos movimentos”. Ela enxerga a criação dessas pastas não sendo acompanhada pelo montante de recursos que deveria, de modo que sua atuação fica extremamente limitada. Ela questiona, então, a criação de uma pasta para dar conta das diversas demandas das mulheres mineiras, em um contexto de uma sociedade misógina e patriarcal, sem dar a ela todo o aparato orçamentário e patrocínio político necessário para uma atuação que transforme, de fato, a vida das mulheres.

Não só a entrevistada H, outras entrevistadas também criticaram a falta de um real patrocínio político por parte dos governos, dizendo desse problema como um grande dificultador para o avanço da pauta. As críticas feitas levam ao entendimento de que para conduzir políticas públicas com real capacidade de desafiar as estruturas do patriarcado, são necessários recursos e reconhecimento por parte dos governos, é necessário patrocínio político. Não se vê um esforço político por parte dos governos para que a política avance, de modo que mesmo as políticas públicas articuladas pela pasta careciam de recursos para que funcionassem com sustentabilidade. O Ônibus Lilás carecia do montante de recursos necessários para que funcionasse como planejado, o que dificultava a saída do ônibus (dificuldade na obtenção de verba para o combustível) e o acompanhamento posterior, por parte da equipe da pasta, dos municípios os quais o ônibus visitava e conduzia suas ações (Entrevistada B).

A entrevistada G relaciona sua percepção de que a atuação do Estado na pauta dos direitos das mulheres é tímida, com essa posição de pouca importância que a pasta ocupa nos governos:

Eu acho que o Estado de Minas Gerais sempre teve uma atuação muito tímida na pauta das mulheres, no estabelecimento de políticas públicas para as mulheres. Ele fez, participou de todas as conferências de políticas para as mulheres, mas ele não colocou na agenda política do Estado essa discussão. Era mais uma coisa assim “vamos por as feministas lá e vamos dizer que estamos fazendo e vamos fazer”, então assim, em termos de poder político, não tem muita diferença da Coordenadoria, da Subsecretaria, do que tá hoje. (Entrevistada G)

É possível notar, mais uma vez, essa percepção de que a pasta teve sempre pouca força política dentro do organismo geral do Estado. Nesse sentido, ela aponta que por mais que a pasta tenha sido, em dado momento, coordenadoria e, em outro momento, subsecretaria, a pauta das mulheres segue não integrando a agenda política prioritária dos governos. A entrevistada D também percebe uma pouca força política da pasta para fazer intervenção.

A entrevistada B, dizendo de ações realizadas pela SPM – MG que buscaram levar formações políticas sobre as desigualdades aos diversos grupos com os quais realizou atividades, argumenta que a experiência da SPM demonstra que é possível fazer com pouco, porém que com pouco, o resultado também é muito limitado. E ela problematiza essa falta de patrocínio político, relacionando-a com um desejo de que as relações de poder não sejam, de fato, alteradas:

Com recurso de verdade, com patrocínio político de verdade a gente muda a relação de poder. Aí tem gente que não quer, né? [risos] (Entrevistada B)

Dizendo desse patrocínio político, a entrevistada B ainda o relaciona a um incentivo para que todas as áreas do Estado desenhem e executem políticas públicas pensando nas desigualdades de gênero e nas demandas que os diferentes contextos colocam para a vida das mulheres. Ela diz:

Agora, vamos supor, se a governadora falasse: “Olha, política para as mulheres é prioridade do nosso governo, vamos todo mundo trabalhar para superar as desigualdades de gênero no Estado”. A conversa era outra. (Entrevistada B)

A entrevistada B sustenta em seus argumentos que é possível e necessário fazer políticas para as mulheres em qualquer pasta, desde que se tenha verba e patrocínio político que a sustente. Da mesma forma que é extremamente

limitado se ter uma pasta voltada para essas políticas em específico e que não recebe verba em níveis suficientes para formular e implementar as políticas necessárias. Ela argumenta, acrescentando a importância da representação e da democratização na ocupação da gestão pública:

Hoje eu tenho a compreensão de que você pode fazer política para as mulheres independente do órgão, da estrutura, pode ser uma coordenadoria, pode ser um ministério, pode ser uma secretaria, é possível fazer política. Mas fazer política para as mulheres que atendam o conjunto das mulheres, as especificidades das mulheres, com dignidade, você precisa de um patrocínio político real. Um patrocínio político à altura, e a gente tem pelo menos 50% da população feminina. Então pra fazer política pra 50% da população, você precisa de pelo menos 50% do orçamento, não é não? Pelo menos 50% das principais lideranças da gestão precisam ser mulheres, né? E depois a gente vem também com aquela conversa dos 50/50 da ONU, né? Pelo menos 50% do povo tem que ser preto e tem que mulher, senão não resolve, né? E é possível fazer? É. A gente faz muita coisa, mas fazer coisas que, de fato, vão alterar, impactar na desconstrução das desigualdades de gênero, tem que ter esse patrocínio político, porque senão não avança. Mesmo, às vezes, sendo num ministério, se não tem patrocínio político, não vai avançar, né? Então, assim, a gente precisa desse comprometimento. E aí eu acho que tem que ter mulher na gestão. Tem que ter mulher. Nos lugares que a gente avançou mais é porque a gestora era mulher, era feminista. Então assim, essa compreensão do que que é a construção do patriarcado, do racismo na vida da gente faz toda a diferença onde quer que a gente vá atuar. (Entrevistada B)

Em sua fala, a entrevistada B reforça, então, a importância da presença das mulheres e dos negros na gestão pública como uma forma de fortalecer o debate nesses espaços e favorecer o avanço da pauta. Segue, também, reforçando que o patrocínio político é fundamental.

Nessa compreensão de que se pode fazer políticas para as mulheres nas diferentes áreas, a discussão da transversalização do entendimento da pauta se aproxima.

A tentativa de transversalizar o debate é mencionada pela entrevistada I e aparece também na fala da entrevistada B, então Subsecretária da pasta:

A gente achou muito importante essa construção da transversalidade e da diversidade, da interseccionalidade, de pensar que a pauta de mulheres, a de mulheres negras, de mulheres indígenas, de mulher quilombola, de mulher hétero, de mulher trans, de mulher lésbica, de mulher bi, de trabalhadora do sexo, de todas. Então a gente sempre trazia muito enfaticamente a importância de quando a gente pensar em política pra mulher, a gente pensar em política pra mulheres diversas, em diversos contextos, e isso era nosso mantra. (Entrevistada B)

Pensar a política para as mulheres a partir da diversidade de experiências e de demandas das mulheres assume, então, lugar de diretriz para as ações da equipe e da pasta como um todo. As formações sobre as temáticas racial, LBT e quilombola voltadas para a equipe da SPM – MG, que chegam a ser diretamente mencionadas pela entrevistada A, vão de encontro a essa orientação de se construir políticas públicas levando em conta a diversidade das mulheres mineiras.

Essa visão quanto à transversalidade é afirmada pela entrevistada B também no sentido de um entendimento de que perpassa a vivência da mulher necessidades de várias ordens e, nessa medida, todas as pastas precisam pensar suas políticas para as mulheres, não só a pasta específica de políticas para as mulheres. Ela diz:

Outro mantra era: todo mundo tem que fazer política pras mulheres, não é só a Secretaria de Mulheres. A Secretaria de Cultura tem que fazer política pras mulheres, a Secretaria de Educação tem que fazer política pra mulher, a Secretaria de Governo tem que fazer política pra mulher. Todo mundo tem que se implicar porque as mulheres são parte fundamental da sociedade, e no Estado de Minas a gente é mais de 56% da população. Então a gente é maioria, então mais da metade de tudo tem que ser pra nós em alguma medida, e a gente precisa participar dessa política, da decisão do dinheiro com mais autonomia. (Entrevistada B)

Para estimular a criação e o fortalecimento de políticas para as mulheres nas diversas pastas estatais, a SPM – MG criou um comitê que reunia e segue reunindo, em suas reuniões, representantes de diferentes órgãos. A entrevistada B diz dos trabalhos do Comitê:

A gente configurou um Comitê de Transversalidade para Igualdade de Gênero, e no comitê a gente tinha gente de todas as áreas, foi convidado gente de todas as áreas pra que a gente pudesse ir pensando em cada área o que que era possível fazer, o que que já tava sendo feito que poderia ser potencializado, um trabalho constante de estímulo à transversalidade. (Entrevistada B)

Ela atribui uma importância a esse comitê, e acrescenta comentário sobre a dificuldade da formalização desse espaço, dada a pouca autonomia da pasta, que naquela época se configurava como Subsecretaria:

E teve dificuldades e barreiras porque a Subsecretaria de Política para as Mulheres era subsecretaria, né? Era subsecretaria e agora nem isso, né? Mas algumas coisas a gente não tinha autonomia pra fazer. Então, por exemplo, estabelecer a configuração desse comitê com um decreto, pra gente era uma prioridade, a gente pediu isso os três anos de governo, os três anos que eu estive lá a gente teve com

o papelzinho prontinho pedindo isso e eu não sei nem se o papel saiu da SEDPAC, pra você ter uma ideia. (Entrevistada B)

Observa-se que ainda que a SPM – MG estivesse inserida em um governo progressista e que se propunha a fortalecer as políticas para as mulheres, encontrou dificuldades na formalização do Comitê de Transversalidade para Igualdade de Gênero – talvez por, ainda que em um governo progressista, não ter havido o patrocínio político necessário. Sem a formalização por decreto, as pessoas participavam das reuniões do Comitê por se sensibilizarem com a pauta e não tinham um vínculo formal com aquele espaço, de modo que, muitas vezes, não eram pessoas que tinham poder de decisão em suas áreas de atuação.

Ainda que a SPM – MG tenha realizado o esforço da composição desse Comitê, a efetiva transversalidade na elaboração e execução de políticas para as mulheres no Estado é muito precária. A entrevistada D expressa insatisfação nesse sentido, dizendo de uma atuação ainda muito segmentalizada das pastas. A entrevistada C reforça o argumento de uma transversalidade das demandas das mulheres e problematiza a atuação da pasta e do Estado como um todo:

A gente pauta muito a questão da violência porque a violência é forte, mas a gente tem muitas mulheres ainda que são analfabetas, o que esse departamento pode fazer junto com a Secretaria de Educação pra erradicar essa questão do analfabetismo das mulheres? Nós temos muitas mulheres que não têm formação nenhuma e que elas precisam trabalhar, o que que o Estado faz pra tirar elas dessa situação? E mulheres ainda muito na questão assim também de, achar que é mulher, que não precisa assinar uma carteira, que não precisa pagar direitos, aí com isso vai crescendo cada vez mais a questão da pobreza, das mulheres ficando cada vez mais na periferia sem recurso nenhum, sem um atendimento básico de saúde... então o que precisa ser feito realmente é que essas pastas do governo assumam, mas assumam com carinho mesmo, com olhar específico, com gente que tem notório saber com relação às mulheres. Que não é uma pasta pra ocupar só pra ter status. É uma pasta de trabalho. (Entrevistada C)

Nota-se uma percepção de que não há uma ampla articulação das áreas no sentido de pensar a complexidade da vida das mulheres e todas as políticas públicas necessárias para uma alteração do lugar que ocupa na sociedade. A criação do Comitê mencionado pela entrevistada B pode vir na contramão dessa tendência, porém deve-se ainda dar destaque à fala da entrevistada B no sentido de que é necessário patrocínio político para que as diferentes áreas incorporem, de fato, o olhar do combate às desigualdades de gênero em sua atuação.

Além disso, como uma crítica perpassando todos os períodos pelos quais a pasta passou, a entrevistada C também entende haver uma falha muito grande por parte da pasta estadual em retornar aos movimentos notícias sobre o andamento das políticas conquistadas, e diz ainda de uma fragilidade na implementação dessas políticas:

A gente tem dentro do Estado de Minas Gerais, que foi conquista da Marcha das Margaridas de 2011, 3 unidades móveis de atendimento às mulheres vítimas de violência, e que a gente não sabe onde elas estão, o que está acontecendo com essas unidades. Chegou no Governo do Anastasia ainda, ficou parada, depois no Governo do Pimentel começou a fazer algumas atuações, mas pro fim nem recurso pra abastecer essas unidades móveis pra atender as mulheres lá nas comunidades rurais não avançou. E agora, pra falar verdade nem sei onde estão essas unidades móveis agora. A gente sabe que tinha uma aqui em Belo Horizonte, que tinha uma em Ponte Nova, que tinha uma lá no Jequitinhonha. Mas não tem ação nenhuma ultimamente. Então quando você vê, você conquista até, a gente faz o tempo todo mobilização, conquista alguma coisa, mas na hora da implementação, na prática mesmo, que é dever do Estado ou do município, a gente não consegue avançar. (Entrevistada C)

A insatisfação da entrevistada quanto à comunicação e à implementação das políticas atravessa as gestões e, pelo que se vê, prossegue na gestão atual.

Dizendo, então, da atual coordenadoria, o que se percebe nas falas dos movimentos é que não mantém ainda nenhum vínculo específico com a pasta nesse momento, ou mantém muito pouco.

A entrevistada F não menciona nenhum espaço de participação para o qual teriam sido convocadas pela atual gestão, a entrevistada G também não, e completa:

A gente nunca foi chamado pra nenhum espaço de conversa, de diálogo, pelo contrário. O que a gente tá vendo é um desmonte do mínimo de políticas públicas que tinham sido construídas. (Entrevistada G)

A entrevistada G, representante da Marcha Mundial das Mulheres, traz uma percepção negativa sobre o atual governo, apontando para retrocessos. A entrevistada E, representante do Movimento de Mulheres Olga Benário, também o critica, relacionando a ocorrida redução da equipe da pasta à falta de interesse ao avanço da pauta. A entrevistada E, entretanto, é a única que aponta para reuniões do movimento com a pasta:

A gente acho que teve uma reunião ou duas, mas não discutimos políticas pras mulheres, não discutimos atuação do Estado. (Entrevistada E)

Ainda que o movimento tenha se reunido com a atual equipe, a reunião teria pautado o funcionamento da Casa Tina Martins, e não discutido mais amplamente as políticas realizadas ou a serem realizadas pela coordenadoria.

## 7.2 A ONU e a luta pelos direitos das mulheres

No capítulo 3 deste trabalho foi dito um pouco sobre o trabalho da ONU em torno da pauta das políticas para as mulheres, e em seguida, foram apresentadas algumas considerações críticas de Federici (2000) sobre a organização, e de Fraser (2009) sobre os espaços de articulação e encontros internacionais. Federici (2000), principalmente, aponta para uma série de contradições no trabalho realizado pela organização, desde apontando para suas inconsistências ao apoiar medidas econômicas neoliberais ao mesmo tempo em que se propõe a pensar avanços para a igualdade de gênero, até dizendo de uma tentativa, por parte da ONU, de retirar a radicalidade do movimento. Federici (2000), entretanto, reconhece que as atividades facilitadas pela organização favoreceram o internacionalismo do movimento e uma melhor compreensão, por parte de mulheres de diferentes origens, das variadas realidades que se apresentam às mulheres nas diferentes partes do mundo, ou seja, auxiliou na expansão do horizonte internacional de análise e atuação do movimento.

Muitas das falas das entrevistadas vão de encontro a algumas das críticas elaboradas por Federici (2000). Nas falas das entrevistadas E, H, G e I fica visível algum nível de crítica à ONU, ainda que todas as quatro tragam, junto com a crítica, outras ponderações positivas. As críticas mais incisivas vêm das entrevistadas E, H e G, que apontam para um viés mantenedor do *status quo* ou para a ocupação pela ONU de um lugar que ainda integra o sistema e não busca sua ruptura.

A entrevistada G diz:

Bom, eu acho que a atuação da ONU é uma tentativa de manter o feminismo dentro do *status quo*. É colocar a questão das mulheres até o ponto em que elas não mexam com a estrutura do sistema. Por exemplo, mais mulher na política é importante, mas não mexe com a estrutura do sistema. Não mexe com as bases econômicas do sistema de opressão. Por exemplo, a ONU joga o debate da violência como se fosse uma questão individual, sem discutir o quanto que ela estrutura a sociedade. Então eu acho que o papel da ONU é esse, é

conseguir fazer... é inclusive cooptar parte dos movimentos de mulheres, para que os movimentos de mulheres percam a sua capacidade revolucionária. Para que ele consiga ser um processo de luta contra as desigualdades, mas sem mexer com a estrutura do sistema. Eu acho que a ONU faz esse papel. Como o movimento feminista é um movimento que vem sendo muito forte, então ela vai tentando enquadrar, assim, o movimento, pra que ele fique dentro das estruturas do sistema. (Entrevistada G)

Em sua fala, a entrevistada G é incisiva em suas críticas, apontando, inclusive, para uma cooptação de muitos dos movimentos de mulheres pelas Nações Unidas. Ela argumenta que a ONU não faz um debate estrutural sobre as desigualdades, e não o faz por não ter a intencionalidade de transformar, de fato, as estruturas econômicas e sociais sobre as quais a sociedade se constrói cotidianamente. A entrevistada E afirma também que a ONU não seria antissistêmica, e completa:

É aquela coisa, a gente sabe que não vai mexer na estrutura. Então é uma coisa, assim, paliativa. Não é esse o objetivo deles. (Entrevistada E)

Essa visão da ONU que a coloca enquanto uma instituição que integra e, em alguma medida, atua na reprodução do sistema, se repete na fala da entrevistada H, que complementa caracterizando o discurso da ONU enquanto liberal:

[...] a leitura geral da Marcha [Mundial das Mulheres] é que o discurso de gênero da ONU é uma tecnocracia, um discurso tecnocrático, bastante liberal no sentido de que basta incluir as mulheres nas instituições. E essas campanhas todas deles têm um sentido pouco crítico, a gente sabe que a ONU é uma organização que é financiada pelos Estados, então os interesses da ONU não são divergentes dos interesses dos grandes Estados, então isso reflete um pouco na discussão. (Entrevistada H)

Com essa fala, observa-se que a Marcha Mundial das Mulheres faz essa discussão e construiu um entendimento a respeito. Essa mesma entrevistada pontua, entretanto, que ainda que esse seja o entendimento geral do movimento, há polêmicas a partir do que já apresentado por companheiras de outros territórios:

Essa é uma discussão até meio polêmica dentro da Marcha porque, por exemplo, as mulheres de Moçambique, as companheiras de África, elas têm um relato de que às vezes a ONU ajuda elas a pressionarem os Estados, os governos, do ponto de vista de algumas violações. (Entrevistada H)

As militantes da Marcha Mundial das Mulheres que atuam no território africano reconhecem, então, que a ONU as auxilia no sentido de pressionar as

instituições locais sobre certas violações. Esse já é, então, um ponto de ponderação apesar da crítica já feita.

Deve-se destacar, entretanto, que a entrevistada H completa sua fala acrescentando mais uma crítica, a de que a ONU atuaria nos territórios sob uma lógica colonizadora que não parte das alternativas e construções locais, mas leva até lá propostas e debates vindos de um outro local. Ela faz essa consideração a partir de contribuições também de companheiras que militam na África:

Por exemplo, a mesma companheira de Moçambique vai mostrando que nesse desastre natural que aconteceu, dos furacões em Moçambique, as mulheres vão criando as alternativas para as privações que elas têm, muitas vezes coletivamente, e elas vão dando nomes também a essas coisas. E a ONU chega com um discurso que não veio delas, não veio das próprias mulheres, que foi formulado em outras instituições, em outros espaços, e vem muito no sentido de enquadrar aquelas situações a partir desse vocabulário que é externo ao vocabulário que as mulheres têm. (Entrevistada H)

Essa percepção corrobora com o argumento de que a ONU não atuaria em uma lógica antissistêmica ou buscando construir as relações sobre outras bases. A entrevistada H ainda comenta a adesão acrítica de muitos movimentos feministas brasileiros às atividades conduzidas pela ONU, porém mencionando que, mesmo criticamente, a MMM participou dos espaços facilitados pela organização:

[...] eu acho que, no Brasil, a relação com a ONU sempre foi um ponto crítico entre os vários movimentos feministas, porque a maior parte dos movimentos feministas embarcou muito acríticamente às instituições e às organizações da ONU e às atividades da ONU. E a Marcha sempre teve uma discussão muito crítica a essas instituições e a como que elas tratavam as pautas das mulheres, que retiravam a radicalidade das pautas das mulheres. Isso não quer dizer que a Marcha não colaborou, que a Marcha não participou de espaços da ONU, meio que nos anos 1990, início dos anos 2000, nenhum movimento ficou à parte dos eventos, das atividades da ONU, mas a gente sempre teve essa crítica. (Entrevistada H)

É em torno desses eventos, dos quais muitos movimentos participaram, que vêm muitas das ponderações positivas sobre o trabalho realizado pela organização.

A entrevistada E vai dizer de uma maior vocalização que se dá, nesses espaços de Conferências, por exemplo, para situações vividas pelas mulheres nos diferentes territórios. Passa-se a conhecer pautas específicas que, até então, não eram tão amplamente conhecidas. Muda-se o olhar:

Outros vários países, que às vezes não conheciam algumas pautas específicas, dando um exemplo aqui muito rápido, da questão da mutilação genital nos países africanos que acontece muito, a gente tem um outro olhar. Então assim, aquilo cria uma plataforma, um palco pras outras pessoas verem, entenderem o que é que tá acontecendo ali, naquela especificidade, naquele país. (Entrevistada E)

Ela complementa sua fala dizendo que é muito bom que se tenha essa troca, e aponta para um fortalecimento das relações e para uma maior sensibilidade que se gera dos indivíduos com os demais.

Nesse sentido de que os espaços de atividades da ONU, reunindo representantes de diferentes territórios, possibilitam um debate a partir de um olhar tanto que escuta as demandas específicas de cada região, quanto que une atores de diversas partes do mundo para pensar caminhos e propostas globais, de campanhas e políticas a serem sugeridas, a entrevistada F defende a importância desses espaços:

Nos ajuda a compreender que um problema que eu penso que é só meu, ele é mundial. E a ONU ela vem pautando caminhos de direitos humanos que ajudam a gente a perceber que nós precisamos trabalhar pela cultura da paz. A ONU, simbolicamente, ela nos apresenta essas possibilidades e concretamente, existe um espaço concreto onde isso acontece, onde as discussões se dão, e ali é tanto um lugar dos governantes, mas é um lugar também da sociedade civil, onde essa constrói, onde essa apresenta, onde essa discute, mas é também um espaço de decisões do poder público, representativo de cada país, ou pelo menos dos que participam, né, dessa organização. E nós acreditamos que a ONU ela é esse elo entre os países, que nos coloca também para refletir acerca das nossas ações locais e como que nós podemos contribuir globalmente a partir da nossa atuação em cada território. (Entrevistada F)

Ela coloca a ONU, então, como um elo entre os países, seriam um espaço de fortalecimento desses vínculos. Ajudaria também a ampliar a perspectiva global de enxergar as opressões e a fortalecer o entendimento de que elas perpassam as fronteiras dos países, nesse sentido, também apontando para a reflexão quanto ao impacto global da ação local.

Vale ressaltar que a entrevistada F, representante do Movimento Graal, discorre sobre a visão do movimento quanto à ONU com falas muito positivas, no sentido de que não elabora crítica à ONU por não ser antissistêmica. Isso pode se explicar, em alguma medida, pelo movimento não se colocar enquanto anticapitalista, como já visto anteriormente neste trabalho.

A entrevistada F aponta, inclusive, para o fato de o movimento ter cadeira consultiva na ONU, e a vê enquanto parceira. Acrescenta, ainda, uma outra consideração importante sobre as Nações Unidas, um outro ponto que enxerga como positivo:

[...] pra nós, a ONU tem esse poder de nos ajudar a refletir a nossa caminhada, conferir, porque as conferências nos ajudam a isso também, conferir o nosso processo, a nossa caminhada, o nosso fazer, os nossos entendimentos, e reorganizar para que numa próxima conferência, não só na ONU mas nas nossas conferências internas também, a gente possa estar fazendo esse ato de conferir e fortalecendo essa política que é pautada na ONU, como recomendação para todos os países né. (Entrevistada F)

Essa fala mostra que o movimento segue muito a linha de debates feita pela ONU, de modo que vê nas conferências espaços para conferir e reorganizar seus entendimentos, seguindo o que é colocado ali. O movimento não só vê a ONU como parceira, como pauta sua política tendo em vista as recomendações tiradas naqueles espaços.

A entrevistada G, da Marcha Mundial das Mulheres, comenta sobre os debates e as recomendações resultantes das conferências reconhecendo sua importância no sentido de dar luz a muitas opressões, desnaturalizar violências e orientar a produção de políticas públicas. Entretanto, diz dessa importância ainda com um olhar crítico, apontando novamente para uma limitação dessas recomendações, que não se proporiam a alterar as estruturas do sistema e que também não são, na prática, implementadas pelos Estados:

[...] são construções de políticas públicas que não vão mexer na estrutura do sistema. Vão aliviar um pouco a vida das mulheres, mas não vão mexer na estrutura do sistema. E ao mesmo tempo, os países implantaram muito pouco do que foi discutido, ou quase nada do que foi discutido nessas conferências. As questões discutidas ali acabaram mais virando bandeiras de luta dos movimentos, porque os Estados implantaram pouquíssimas coisas do que foi discutido nessas conferências... (Entrevistada G)

Ela comenta então de uma maior incorporação daquelas discussões e demandas pelos movimentos sociais do que pelos próprios governos dos países.

A incorporação de muitas das discussões por movimentos sociais faz sentido também quando se tem que a entrevistada H disse de uma ampla participação dos movimentos nesses espaços, e que, muitas vezes, se trata de uma participação acrítica.

A entrevistada H ainda aponta para a Conferência de 1995 como uma na qual os movimentos tiveram forte presença e espaço para articulação, e diz da sua visão sobre essas conferências terem mobilizado ou não os movimentos sociais:

A Conferência de 95 meio que teve uma tenda dos movimentos sociais, então ao mesmo tempo que tinha a programação oficial tinha a programação dos movimentos, e que, de alguma forma, praticamente todos os movimentos de mulheres participaram desses espaços. Foi realmente muito articulado, inclusive a AMB, a Articulação de Mulheres Brasileiras nasceu nesse sentido, de ser uma articulação que vai participar do espaço da ONU e que depois ela se torna um movimento perene. De fato, sim [esse espaço teria favorecido a mobilização dos movimentos], mas por outro lado, na América Latina, vai ficar muito forte uma polêmica entre o que se chamou “institucionalizadas” versus “autônomas”. As que apostaram nos espaços institucionais da ONU eram tidas como as institucionalizadas, e teve toda uma gama do movimento feminista, que eram as consideradas ou ditas as autônomas, que achavam que a ação feminista, o espaço feminista, a atuação feminista tinha que se dar para além disso ou fora das instituições. A Nalu se localiza e localiza a Marcha nem de um lado nem de outro, mas, certamente, a gente viveu essas polêmicas também. (Entrevistada H)

Se observa, então, a formação a AMB em torno desse espaço, o que aponta para uma potencialidade desse espaço para a mobilização dos grupos feministas realmente efetivada. Entretanto, deve-se mencionar também as disputas que passaram a surgir no movimento ou a se intensificar a partir daquele espaço, polemizando a crença naquela institucionalidade.

A entrevistada G vai dizer também de um gasto de energia por parte dos movimentos em torno daquele espaço que teria desviado a energia que deveria ter sido gasta, segundo ela, com a organização das mulheres nos territórios. A entrevistada B reconhece também esse gasto de energia em torno desses processos, porém afirmando a importância disso sem, ao mesmo tempo, enfraquecer a atuação do movimento em seus outros espaços:

[...] o nosso universo não pode girar só em torno da ONU. Eu acho que, às vezes, em ano de conferência ou em momentos de atividades específicas, a gente gasta muita energia nessas construções, nesses processos. Eu acho que precisa pôr energia nesse processo, mas não pode tirar energia de outros processos, né? (Entrevistada B)

A entrevistada B traz a discussão da ONU também sob uma ótica que a enxerga de modo muito positivo. Ela tem o entendimento de que essas conferências são marcos estratégicos importantes para o avanço das pautas racial e de gênero.

Ela aponta para a relevância, na atuação da pasta, da chancela da ONU em certas pautas, debates ou espaços, porém diz de alguma dificuldade no acesso a esse sistema ONU – quando ela diz da atuação da ONU nessa luta, diz mais especificamente da ONU Mulheres:

Às vezes é um pouco difícil a gente acessar porque é uma equipe muito pequena, a equipe da ONU Mulheres é uma equipe pequena, ela poderia ser uma equipe maior e com mais recursos. Porque fazer coisas com a chancela da ONU abre muitas portas. Por exemplo, quando a Nadine teve aqui e fez atividade com a gente na Assembleia, assinou um 50/50 com o Prefeito, pra gente foi muito bom, né? E eu acho que ela poderia ser um pouco mais incisiva se na ONU também ela tivesse esse patrocínio político. A gente vê que assim como a gente aqui enfrenta situações da gestão pública de racismo institucional e machismo institucional, o sistema ONU também é perpassado por isso, né? E ele precisa ser aprimorado, é um parceiro importante, mas que precisa também se aprimorar. (Entrevistada B)

Parte da dificuldade, então, de se acessar a ONU Mulheres vêm do que a entrevistada coloca como uma falta de patrocínio político, dentro do sistema ONU, para a luta contra as desigualdades de gênero. Ela então traz a importância desse espaço e de sua relevância também no âmbito local, entretanto argumenta que o racismo e o machismo institucionais estão também lá. As Organizações das Nações Unidas ainda teriam, nesse sentido, muito o que aprimorar.

A entrevistada I diz também das campanhas da ONU enquanto importantes para o debate e para o avanço das pautas, além de considerar o espaço da ONU, que tem ampla visibilidade internacional, como importante, inclusive, para a realização de denúncias quanto ao que ocorre localmente:

Ah, eu acho que é importante, assim, às vezes a gente pode até achar que é meio dormindo com o inimigo, mas é importante, porque você tem... o próprio... você tem a campanha Livres & Iguais, você tem a campanha, dentro da ONU né, a campanha dos afrodescendentes, que tem aí, salvo engano, até 2024, uma meta de fechar esses 10 anos de discussão sobre a pauta racial... eu acho que é importante, porque é um lugar importante. É importante dialogar, é importante denunciar, é importante ter isso como um referencial sim. Não dá pra desconsiderar a possibilidade de fazer como mulheres negras fizeram alguns meses atrás, que foram até a ONU denunciar o pacote anticrime do Moro. A gente não pode desconsiderar a importância desse lugar.

Apontando para a ONU com um tom crítico no início de sua fala, ela afirma a importância das ações que leva à cabo e do diálogo que esse espaço permite.

Se observa que a ONU, sua atuação e os espaços que facilita, são bastante controversos e suscitam debates em torno do que, de fato, são, ou ao que contribuem. Essas polêmicas, algumas vezes, estão mesmo dentro dos movimentos sociais, ainda que tenham entendimentos gerais construídos, ou dentre os diferentes movimentos sociais. De modo geral, entretanto, ela é vista como um espaço de importante diálogo e onde se dão importantes interações, porém muitos dos movimentos não veem em sua atuação uma potencialidade de, realmente, transformar as estruturas sociais que produzem e reproduzem as opressões vividas pelas mulheres ao redor do mundo.

### **7.3 As redes de movimentos sociais, a influência dos contextos político e econômico e perspectivas**

De modo geral, todas as entrevistadas veem grande relevância na criação e no fortalecimento de vínculos entre os diversos atores sociais e, nesse sentido, na formação e no fortalecimento das redes sociais. Algumas falas que dizem dessa visão quanto às articulações, integrações entre movimentos e formação e fortalecimento de redes, apontando para aspectos positivos que veem nisso:

Isso é crucial pra gente conseguir avanços. E aí pensando numa superação maior do sistema, a gente precisa estar construindo com as várias frentes de atuação. Então a gente precisa sim dialogar e construir junto, sei lá, na pauta ambiental... E é uma coisa assim, a questão da mulher perpassa tudo! Não é uma coisa isolada, a gente não consegue ver a gente como um ser isolado ali. Não, a gente permeia todas as relações. Então a gente tem que construir isso de uma maneira ampla mesmo. (Entrevistada E)

Eu acho que essa coisa de a gente fortalecer a unidade da classe trabalhadora. A gente fortalecer a unidade da esquerda pra gente enfrentar... acho que é um fortalecimento mesmo da luta de classes, entendendo que o feminismo é parte integrante. Então o objetivo, a gente faz isso tudo junto, o objetivo é isso, que a gente precisa mudar o mundo pra mudar a vida das mulheres, e mudar a vida das mulheres pra mudar o mundo. E a gente só vai conseguir isso se tiver uma integração dos diversos movimentos. (Entrevistada G)

Isso é super fundamental! Quando os movimentos estão em rede, se juntam, a gente se fortalece muito. A gente potencializa muito a ação. É totalmente diferente você trabalhar junto, em rede, do que você trabalhar individualmente. Então fortalece muito a atuação dos movimentos esse processo de trabalho em rede. (Entrevistada G)

É benéfica, com certeza. E a gente aprende, né. Esse vínculo ensina pra gente. A expertise do outro ensina pra gente, contribui, "a gente não tinha pensado nisso, não tinha visto esse olhar, não tinha

percebido isso”, então estar próximo de outras organizações, de outras entidades, é muito importante né. (Entrevistada D)

Os trechos acima destacados apresentam alguns benefícios, sob o ponto de vista das entrevistadas, de se atuar em parceria com outros atores e em rede. Os dois primeiros trechos destacados apontam muito no sentido de que a transformação da sociedade e vida das mulheres passa por uma atuação integrada, tendo em vista que perpassam a vivência do indivíduo os diversos aspectos que dão razão às lutas sociais. O entendimento, por parte das entrevistadas G e E, da importância das redes passa, então, por uma perspectiva ideológica antissistêmica, que vê a necessidade da articulação para a superação de opressões. Logo, não se trata simplesmente de um cálculo matemático que contabiliza recursos e força para pressionar autoridades. Os dois trechos seguintes dizem, respectivamente, de uma atuação potencializada e fortalecida quando em conjunto, e de um processo de aprendizado que se dá nesse diálogo.

As entrevistadas G e H apontam para disputas dentre os movimentos ou como um fator que, muitas vezes, dificulta a sustentabilidade dos vínculos. A entrevistada G diz de uma disputa de micropoderes:

Eu acho que tem um processo de disputa de micropoder que dificulta muito essa permanência dessa aproximação, e que a gente precisa perceber como que a gente lida com essas coisas. Porque acaba que, às vezes, as pessoas... porque os movimentos são feitos de pessoas, né. Acaba que as pessoas priorizam a disputa dos micropoderes em vez de pensar o todo. Às vezes isso atrapalha um pouco, tanto a construção das redes, como a interação entre os diversos movimentos. (Entrevistada G)

Enquanto a entrevistada G menciona a dificuldade de muitos dos integrantes dos movimentos sociais em colocar de lado a disputa dos micropoderes, como ela mesma diz, a entrevistada H, diz da disputa de poder entre os próprios movimentos no sentido de posição a ocupar, visibilidade, força, etc, e aponta para a os espaços institucionais como locais em que cooperam apesar de suas disputas:

E aí eu acho que esses espaços institucionais ajudam sim a articular porque, eu acho que assim, nesses espaços institucionais os movimentos estão ali como sociedade civil, ou seja, estão ali no mesmo barco de sociedade civil querendo garantir uma pauta ampla que é a do direito das mulheres, e isso leva a mais convergência. Agora, a gente sabe também que a política é uma disputa de poder, então, por exemplo, há uma disputa muito forte de quais os movimentos que vão falar em nome da sociedade civil, quais são as atrizes, as atoras, que vão ter mais protagonismo nesses espaços institucionais, então eu me lembro que, por exemplo, na época que

era o governo do Aécio no governo do estado, era muito visível quem eram os movimentos mais visíveis, que tinham mais acesso a recursos, acesso aos espaços políticos e tudo, que eram justamente quem flertava ou quem tinha mais relação... aquela coisa das ONGs também, então assim, era mais isso. E eu acho que assim, mais recentemente isso foi mudando também, quem eram os atores e as atrizes com mais destaque. Então sempre tem uma disputa nesses espaços. Mas, de uma maneira geral, é um espaço importante, foi um espaço importante de articulação no movimento feminista mineiro. (Entrevistada H)

É interessante perceber em sua fala que os movimentos que ocupam posição de maior destaque e maior acesso a recursos variam segundo as gestões, ou seja, há algum alinhamento político ou ideológico entre movimento e governo que os posiciona, melhor ou pior, a depender do contexto. O acesso a recursos e a capacidade de pressão, então, estariam, por esse viés, vinculados, em alguma medida, à estrutura de oportunidades políticas.

Ao dizer da situação atual do movimento feminista de Minas Gerais em termos de redes e interações, as visões apresentadas pelas entrevistadas trazem muito do contexto político e econômico para explicar uma não linearidade nesse processo. Apontam para uma vontade de maior integração, mas vontade essa que é, várias vezes, interrompida por fatores externos que dificultam sua operacionalização.

A entrevistada F diz de Minas Gerais como um estado reconhecido pelo protagonismo dos seus movimentos sociais e diz de vínculos fortes. Ela é a única que traz um entendimento desses vínculos enquanto realmente fortes. As demais vão dizer, de modo geral, de um processo de fortalecimento não linear. Entretanto, em sua fala, a entrevistada F diz uma vulnerabilidade dos movimentos no período atual que combina com as falas das demais quanto às dificuldades impostas pela conjuntura.

Ela coloca a questão econômica como dificultadora da participação social, organização e da mobilização. Porém, já diz dessa dificuldade apontando para um encorajamento e para novas saídas, visando a manutenção das lutas e dos vínculos:

As crises econômicas, né, o empobrecimento da população também faz isso. Porque de repente alguém que contribuía de alguma forma tem um momento em que não pode. Isso não quer dizer que é porque ele deixou de acreditar, mas é porque nesse momento não pode. Então quem tá lá na ponta sente isso, né. (Entrevistada F)

A gente admite que nós estamos um tanto vulneráveis nesse momento. E essa vulnerabilidade não é nem desejo de. É mesmo

pela dificuldade de estar junto. Nós temos uma questão econômica que ela é séria. Mas isso também de certo modo nos encoraja, né “olha, nós precisamos avançar, como que podemos fazer isso? Três não podem ir no evento? Vai duas. Se não pode duas, vai uma. Mas a representatividade ela é importante que aconteça porque o nosso papel é de replicadoras”. Se uma vai, ela volta, ela repassa para o seu grupo de origem, esse grupo vai conversar com os quais ele tá conversando nas bases, e isso nos dá a certeza de que os vínculos permanecem, ora mais fortes, ora mais fracos. Mas eles existem, são importantes, e Minas tá sempre à frente com seus movimentos. (Entrevistada F)

Ou seja, a entrevistada F, nessa e em outras falas, coloca a crise econômica como dificultadora e ao mesmo tempo como impulsionadora para a formulação de novas estratégias.

Também a entrevistada I, quando reforça a visão de entendimento geral da necessidade de atuação conjunta, aponta para as dificuldades econômicas afetando a mobilização dos movimentos e a participação social. Ela inclusive trata dessas dificuldades econômicas como estratégicas para o governo que não vê com bons olhos a força popular, o que traz a dimensão política imbricada na discussão:

Todo mundo sabe que precisa unificar, todo mundo sabe que é importante caminhar junto, transversalizar a pauta, dividir forças, não fazer sozinho... vamos fazer uma Parada LGBT na Serra? Vamos chamar os pares! Vamos fazer uma marcha de rua, vamos fazer um seminário, vamos fazer uma conversa sobre autocuidado e matança? É bom que seja junto, né. Só que, eu acho que essa... há uma luta muito grande para a sobrevivência. É estratégico para o governo fascista não ter emprego pra população. Porque quem é que sofre com a ausência do trabalho, do dinheiro pra poder pagar o aluguel, pagar o transporte pra poder ir estudar? Quem sofre são os trabalhadores, quem sofre são as pessoas negras, quem sofre é a juventude e as mulheres negras. Então isso é estratégico, porque no momento em que você tem que optar “olha, eu tenho que fazer escolhas, ou eu vou dormir, porque eu tô muito cansado, já trabalhei muito essa semana, então não vou no Parque Municipal militar; eu não vou no Parque Municipal militar porque eu preciso dessa grana pra pagar o transporte pra estudar no decorrer da semana; ah, cara, não dá pra poder militar, pra participar de reunião durante a semana, ou reuniões diversas, ou lugares diversos, porque eu não tenho grana pra pagar o aluguel!” Então assim, acho que essa conjuntura ausência de recursos, de ausência de emprego, de ausência de possibilidades, também faz com que a gente não consiga esse processo da unidade, esse processo de fazer junto, né. Porque a gente tá numa luta pela sobrevivência, principalmente o povo preto, né. (Entrevistada I)

A entrevistada I então trata do contexto de governos fascistas e avessos à participação social, que têm levado a cabo política neoliberais de empobrecimento da população, como barreiras para o avanço das mobilizações. Não apenas,

expressa sua descrença nos espaços institucionais organizados por esses governos, de modo que espaços que poderiam servir para organizar os atores sociais em torno da pauta, mobilizar e articular as políticas públicas conforme as demandas sociais, se tornam apenas cumprimento de protocolo:

Eu não tô acreditando muito nas chamadas que tão acontecendo agora, por que? Por dois motivos: porque eu acho que em um governo de direita fascista, o que ele chamar, o que acontecer de conferência agora é só pra inglês ver. (Entrevistada I)

Ao dizer dessas chamadas que podem vir a ser feitas, ela considera tanto os governos federal quanto estadual, o que aponta para uma descrença na realização de políticas para mulheres potentes sob essas gestões. Ou seja, sob seu ponto de vista, mesmo os espaços institucionais que fortaleceriam redes e articulações, perdem o sentido nos atuais governos.

Ainda sobre dificultadores para a construção e para o fortalecimento de redes, a falta de recursos é citada numerosas vezes nas entrevistas. A entrevistada I menciona a dificuldade na obtenção de recursos como uma dificultadora para o avanço e para a ampliação da Rede Afro LGBT, e diz de seu entendimento de que, de modo geral, o estado ainda está deficiente na perspectiva das redes, visto que, mesmo que se tenha uma estrutura mais institucionalizada em torno de uma rede, como é o caso da Rede de Enfrentamento à Violência do estado de Minas Gerais, se fazem extremamente necessários recursos para que a rede avance, que não têm sido suficientes. Deve-se pontuar que aqui, a entrevistada não aponta a questão dos recursos como formadora e mobilizadora fundamental da ação coletiva, mas como importante para uma maior projeção e ampliação da ação.

Esse argumento vai de encontro ao que as entrevistadas C e D relatam sobre a Articulação de Mulheres do Campo. Essa articulação teria sido criada no contexto do governo Pimentel - momento que pode ser entendido como favorável a esse tipo de mobilização, dadas suas falas – e teria juntado em si várias organizações de mulheres do campo, da floresta e das águas, visando pautar e dialogar com o governo políticas que as contemplassem. Segundo elas, foi uma articulação que atuou por aproximadamente 3 anos e gerou frutos positivos, tendo favorecido, de fato, a relação dos movimentos envolvidos com o Estado naquele período.

De acordo com a entrevistada D, a desarticulação desse grupo se relaciona diretamente com dificuldades financeiras – ou seja, tem-se aqui a falta de

recursos comprometendo a sustentabilidade de redes e mobilizações populares - e com um desestímulo frente ao atual momento político brasileiro:

Essa articulação também ficou desarticulada muito com essa eleição agora né. Porque por mais que a gente tivesse uma dificuldade de reunir, quando a gente reunia era algo bem produtivo, propositivo, no sentido de olhar pra frente, de ver o que é possível, o que nós vamos articular e tal. Mas a gente tinha essa questão, que era a questão financeira. Então isso é uma questão, as representantes das meninas apanhadoras de flores lá de Diamantina, que vinham para essa articulação, a Federação Quilombola, o CTA, o pessoal do MAB, MST. Todas nós com muita dificuldade de locomoção por causa de questão financeira mesmo, com pouco projeto já, mudando né, nas entidades. Então ficava muito difícil a gente manter essas reuniões permanentes. E com a mudança do governo é que ele, de fato... que aí eu acho que todo mundo está vivendo essa ressaca, essa coisa né, do que virou a sociedade brasileira. (Entrevistada D)

Há então essa desarticulação da Articulação de Mulheres do Campo frente ao contexto político e a dificuldades financeiras, porém a entrevistada D ainda aponta para uma vontade de rearticulação, que pode se concretizar com a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Agroecologia, Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Com essa Frente, podem se dar oportunidades de encontro de pessoas de diferentes territórios em um mesmo espaço, de modo a possibilitar o encontro também de mulheres que integravam a Articulação de Mulheres do Campo e, quem sabe, uma reorganização da Articulação. Esse espaço da institucionalidade, então, por ter a potencialidade de reunir pessoas de fora da RMBH em um mesmo local, dá às mulheres do campo uma maneira de driblar a falta de recursos para o transporte para encontros próprios.

Segundo a entrevistada D, então, a conjuntura leva, em alguns momentos, à fragilização dos laços entre organizações. Porém, frente a possibilidades favoráveis, esses laços são retomados e voltam a ser fortalecidos. Nesse sentido, dialoga com a teoria das Estruturas de Oportunidades Políticas da TPP, que diz das oportunidades e constrangimentos atuando sobre a mobilização e a ação coletiva.

Vale lembrar, nesse ponto, um recuo na atuação da Rede de Mulheres Negras que se deu em torno do ano de 2016. Segundo a entrevistada I, recuo esse ligado aos conflitos políticos que se deram naquele ano. Ela menciona o golpe contra a ex presidenta Dilma Rousseff e a aproximação do fascismo.

Voltando a dizer do entendimento das entrevistadas sobre as articulações entre os movimentos, sobretudo entre os movimentos feministas, a entrevistada H

traz uma perspectiva de um momento do contexto político brasileiro que não foi aprofundado, dessa mesma forma, por outras entrevistadas. Ela aponta para a conjuntura do golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff como uma que expôs problemas que os movimentos tinham e têm quanto a sua capacidade de organização e articulação. Naquela conjuntura se viu a criação da Frente Povo Sem Medo e a Frente Brasil Popular, espaços importantes de interação entre os movimentos, que tinham consenso quanto ao pedido por “Fora Temer”. Porém a entrevistada H diz de uma grande dificuldade dessas duas frentes em construir um consenso quanto à alternativa política desejada. Nesse ponto, os movimentos, compondo as frentes, não souberam dar uma resposta em conjunto, não foram capazes de construir conjuntamente uma proposta alternativa alinhada. Além disso, não cooperavam umas com as outras como poderiam, e ela diz da ausência de uma frente nos eventos da outra, vice e versa. Esse momento teria, então, exposto fragilidades ainda não completamente superadas quanto à articulação dos movimentos. Ela diz, ainda, de sua percepção quanto à integração dos movimentos feministas nos 8 de Março: ela entende que, nos últimos anos, a unificação da construção não tem se dado na medida em que se dava até o ano de 2016. Voltar-se-á a essa dificuldade de unificação das construções mais à frente neste capítulo.

Sobre a dificuldade em mobilizar e articular as mulheres em torno de organizações e redes conformadas por vínculos entre essas organizações, a entrevistada H diz:

Acho que dentro do campo do feminismo, um setor muito forte de mulheres que não são articuladas em movimentos e organizações foi crescendo muito nessa onda do feminismo, com a horizontalização do feminismo muito forte, e isso fez com que também seja mais difícil articular, quando você não tem organizações que têm linha política, que tem lideranças, que tem esse formato, né? Fica mais difícil de articular.

Ela diz, então, de uma ampliação do número de mulheres feministas que atuam fora de organizações estabelecidas, de modo que se torna mais difícil a construção conjunta e a criação de redes com essas mulheres.

A entrevistada B reforça, em sua fala, a importância da atuação a partir do entendimento, por parte dos movimentos, de um horizonte político comum, que daria sentido para vínculos entre os movimentos e atuações mais integradas. Porém, já diz disso mencionando algumas das dificuldades que os movimentos têm de agir

dessa forma e, nesse sentido, argumentando que a busca por esse horizonte político comum não tem ocupado posição central nos movimentos:

Então eu sinto que muitas organizações, elas têm suas dinâmicas próprias e elas têm uma... eu não sei como que eu te digo isso sem parecer uma coisa preconceituosa, mas é assim: eu crio minha organização e aí eu tenho uma fantasia sobre o que é a sua organização. Que às vezes parte de algum dado da realidade, mas nem sempre é a realidade toda. E, às vezes, essa minha percepção, essa minha fantasia ou essa minha compreensão, ela me impede de me relacionar com você e entender qual que é sua real condição de também desenvolvimento, ou então, assim... Eu acho que os movimentos poderiam ser muito mais parceiros e muito mais aliados do que são. Porque, às vezes, essa coisa mesmo de não conhecer o outro... também nem sempre dá tempo, né? Então, cada organização tem sua dinâmica, tem suas pautas, mas de ter um horizonte político comum, sabe? (Entrevistada B)

Segundo a entrevistada, as organizações criam imagens umas das outras que as dificultam ou as impedem de construir uma maior aproximação. Ela entende que ainda que os movimentos tenham suas diferenças em termos de atuação e dinâmica, e que essas diferenças podem os afastar em alguma medida, a luta por um horizonte político comum daria razão para que, em certos momentos, esses movimentos atuassem em uma mesma direção ou mesmo articulados. Ela vê ainda a necessidade de se fortalecer essa perspectiva do horizonte político comum, que estaria muito fragilizada, e aponta para os primeiros Fóruns Sociais Mundiais como momentos em que trabalharam juntos “por um outro mundo possível”. Ela relaciona a perda ou a fragilização desse horizonte político comum à conjuntura política que teria levado a desilusões, e sustenta seu entendimento de que é preciso solidariedade entre os movimentos:

E eu acho que não tem problema cada um fazer uma coisa. E mesmo dentro de pautas muito parecidas há estratégias diferentes, mas não tem problema se a gente tem um horizonte comum. Mas eu acho que nos últimos anos, essa coisa do horizonte político comum, ele tá muito fragilizado, assim, e eu acho que os próprios movimentos andaram perdendo a esperança... Andaram, assim, cansando um pouco, ficando meio amuado, vamos dizer assim, com todo o cenário político. E é compreensível porque a gente acabou entrando num cenário de profundas desilusões, mas não dá pra gente parar na desilusão, né? Acho que a tônica do movimento social é inventar mesmo outras realidades. O que não tem a gente tem que criar. E eu acho que a criação principal dos movimentos agora é isso, é criar solidariedade entre os movimentos, que é uma coisa que nunca deixou de existir, mas que nos últimos anos perdeu força, perdeu centralidade. (Entrevistada B)

Nesse sentido, nota-se, então, uma visão que relaciona Estrutura de Oportunidades Políticas ao fortalecimento ou, no caso em questão, ao enfraquecimento dos vínculos relacionais que os movimentos mantinham, visando, em alguma medida, um horizonte político comum. É central para esta pesquisa se atentar para o uso da palavra “solidariedade” por parte da entrevistada quando ela diz de uma resposta dos movimentos a esse período de seguidas decepções no campo das lutas sociais. Quando ela traz a importância de a solidariedade entre os movimentos adquirir uma posição de maior centralidade, e sustenta essa solidariedade na construção de um horizonte político comum, é inevitável pensar na discussão feita por Mohanty (1984; 2003) da necessidade de os movimentos feministas atuarem a partir de uma solidariedade transnacional, que se daria entendendo as diferenças compartilhadas entre as mulheres dos diversos contextos socioeconômicos e político territoriais. A entrevistada B não menciona, nesta fala, uma atuação transnacional, porém a forma como constrói seu argumento remete à ideia de uma atuação solidária que se faz possível a partir do que se compartilha em termos de sonhos, demandas e necessidades que se entrecruzam. Diz, inclusive, da potência que é e do quão desafiadora é a construção a partir do encontro de mulheres que experimentam vivências distintas:

[...] muito recentemente a gente consegue dizer que os feminismos são diversos, que as lutas das mulheres são várias, que elas podem ocorrer de várias formas e que isso não é um problema, pelo contrário, é uma potência, né? E aí na prática, viver isso, essa comunhão é desafiador. (Entrevistada B)

A entrevistada B, então, vê enquanto enriquecedora para a luta a troca de saberes e perspectivas de diferentes lugares. É sobre compreender e viver a diversidade das mulheres, sobre organizar os movimentos feministas, suas articulações e ações integradas compreendendo e valorizando essa diversidade, tanto em termos de uma melhor compreensão das maneiras pelas quais o sistema opera, quanto em termos de uma maior potencialidade das estratégias de luta, já que cada mulher pode contribuir de uma forma diferente, influenciada pelo contexto no qual se insere.

A entrevistada H, quando aponta para a diversidade das mulheres e de suas demandas, diz também da necessidade de construir articulações pela diversidade, e não segmentadas.

A percepção que relaciona o contexto atual com a necessidade de construção conjunta a partir de valores compartilhados se apresenta em falas de outras entrevistadas também, muito no sentido do que já foi anteriormente mencionado, de fortalecimento da luta e dos próprios movimentos.

A entrevistada E vê um processo não linear de aproximação, que têm como barreira dificultadora a opção que alguns movimentos fazem por seguir atuando isoladamente:

Aí a gente entra numa discussão da fragmentação que, infelizmente, muitas vezes acaba sendo ruim. É uma questão também de maturidade dos movimentos, então tem alguns que acreditam que a atuação sozinha é melhor, tem outros que já entendem que é preciso ter uma construção de uma unidade maior pra gente evocar mais, né, ter mais amplitude de ação. Mas pra isso também ter que ser feitas concessões, então assim... e é bem complexo, porque em certo momento você também não vai... a gente tem uma linha política pra gente muito clara, o Movimento de Mulheres Olga Benário, então tem certas coisas que não dá, e a gente não vai fazer, porque a gente não acredita, a gente não acha que é esse caminho. E da mesma forma que os outros movimentos pensam assim, então é difícil fazer esse diálogo, é muito difícil. (Entrevistada E)

Ela relaciona esse entendimento com uma maturidade por parte dos movimentos e quando diz da necessidade de, para efetivar uma maior unidade, fazer certas concessões, dialoga um pouco com a perspectiva das diferenças compartilhadas e com a fala da entrevistada B no sentido da construção de um horizonte político comum.

A entrevistada E, entretanto, vê avanço nesse sentido. Novamente se tem uma fala no sentido da necessidade de uma atuação conjunta relacionada à conjuntura política de retrocessos e perda de direitos já conquistados:

Eu acho que, de uns tempos pra cá, a gente tá conseguindo melhorar. A gente avança, retrocede um pouquinho, avança, retrocede um pouquinho... Tô falando de modo geral. Principalmente por conta da conjuntura, então assim, hoje não dá mais pra gente se isolar. A gente movimentos sociais. A gente tem essa consciência que não dá pra ser uma atuação isolada. Estamos todos sofrendo ataques, e se a gente não deixar algumas diferenças de lado, todo mundo perde, e perde muito. E a gente sabe que a construção, onde a gente chegou, a gente ainda tem muito o que lutar, muito o que construir ainda, só que a gente tem que conseguir garantir o que a gente tem hoje. Pra isso a gente precisa dos outros movimentos tarem juntos, somando, fazendo força, e essa questão, por exemplo, contra um Governo Federal, né, a gente sofre muitos ataques todos os dias, perda de direitos, a gente tá indo pra rua, e a gente tá vendo muita gente que antes não tava somando tanto, que não tava indo pra rua, somando... e isso é muito bom, porque o povo na rua, os

movimentos se organizando, isso mostra pro governo, mostra pra quem tá deferindo esses ataques, que nós não vamos nos calar. Então assim, é uma questão de consciência mesmo. (Entrevistada E)

Ao mesmo tempo, as entrevistadas C e D, que apontam para o contexto político e para as dificuldades econômicas como desmobilizadoras em algum nível, dada a desilusão em que se encontram os militantes, reforçam o argumento de que esse contexto político desfavorável às lutas sociais também traz consigo a necessidade de um trabalho conjunto, na medida em que entende ser isso necessário para fazer frente a políticas governamentais que vão contra os interesses dos movimentos sociais:

[...] hoje tem um desmorte, né, dos movimentos sociais, então quem tiver sozinho pra desmontar é muito mais fácil, mas se a gente tiver junto, um vai protegendo o outro né. Então nesse momento, tudo que a gente se juntar, tudo que a gente tiver junto, favorece, favorece muito a nossa resistência. (Entrevistada C)

A entrevistada E também aponta a necessidade do fortalecimento dos vínculos entre os movimentos no contexto de embrutecimento do Estado frente às ações dos movimentos:

Se você não tiver ali com uma rede forte pra te sustentar, você vai morrer, você vai sumir, a tendência a essa. Você vai enfraquecer, e aí se perde. Então assim, acho que, de certa forma, ajuda nesse sentido... Porque não tem o que fazer, ou você faz isso ou você não faz nada, e você só fica ali sofrendo sozinho. Então assim, aquela coisa da Tereza, “Ninguém Solta a Mão de Ninguém”. Tem que ser, porque se não for assim, a gente se unindo, a gente estabelecendo estratégia de atuação conjunta, a gente tende a perder a batalha mesmo. (Entrevistada E)

Ela reforça a perspectiva de que, em contextos políticos desfavoráveis para as mobilizações sociais e para a luta dos movimentos, é preciso atuação conjunta e é fundamental uma rede fortalecida, mesmo para que os movimentos deem suporte uns aos outros em momentos que recebem ataques.

Pensando também a atual conjuntura, a entrevistada H menciona a alguma possibilidade de uma maior articulação dos diferentes grupos contra o governo, dizendo de uma visão da conjuntura influenciando as alianças que são estabelecidas. Entretanto, pondera novamente quanto à dificuldade que os movimentos têm em construir bandeiras em conjunto, em compreender quais os pontos passíveis de unificação da luta e quais as agendas a serem priorizadas. Ela dá especial relevo para o entendimento de que possuir um inimigo comum não leva necessariamente a maiores articulações e a redes mais fortes, visto que as

divergências quanto aos caminhos e aos instrumentos para enfrentar esse inimigo são grandes dificultadoras para ações conjuntas.

Essas divergências podem ser entendidas também como dificultadoras para a construção de horizontes políticos comuns, dos quais falou a entrevistada B.

Sobre a influência dessas divergências, a entrevistada H elabora:

Eu acho que, hoje, essa ideia de que nós temos um inimigo em comum e que, portanto, temos mais capacidade de articulação, eu acho que é muito furada, porque o fato da gente ter um inimigo em comum não quer dizer em nada que a gente tenha uma convergência de quais são os instrumentos para lidar com esse inimigo. O que eu vejo hoje é que esse inimigo em comum tem deteriorado, inclusive, a nossa capacidade de responder a ele, entendeu? Eu não vejo que automaticamente o fato de a gente ter um inimigo em comum signifique mais redes, mais articulação, depende muito de qual vai ser a nossa capacidade de enfrentar e, principalmente, qual a capacidade que a gente vai ter de enfrentar também as rugas e as divergências que essa situação leva os movimentos a ter. (Entrevistada H)

Ela não nega a potência desse momento em termos de articulação, nem a importância da articulação, porém não a entende enquanto dada.

Perguntadas sobre a relação da criação e do fortalecimento de redes com governos abertos à participação e ao diálogo, ou fechados à participação e ao diálogo, observa-se algumas ponderações. A entrevistada G, ao mesmo tempo em que aponta para um favorecimento dessas redes nos momentos em que governos abrem espaços para participação popular e se colocam a ouvir as demandas dos movimentos, assim como foi percebido em determinados espaços facilitados pela SPM – MG, por exemplo, aponta para a luta pelo enfrentamento à governos fechados à participação e antidemocráticos como um processo, também, que pode levar a uma maior articulação dos movimentos como reação. Sobre essas possibilidades outras entrevistadas também trataram e tiveram suas falas já transcritas nesta pesquisa. Frente a um entendimento de uma extrema necessidade de união entre os movimentos e de formação de uma rede de apoio e fortalecimento para realizar demandas e resistir conjuntamente, pode ser visto um esforço maior por parte dos movimentos para superar divergências e construir ações conjuntas. A Marcha das Margaridas é apontada como uma que se deu, no ano de 2019, em torno de uma luta de enfrentamento e que articulou uma série de movimentos (entrevistada G).

A entrevistada H traz o exemplo do governo Lula como um que possibilitou espaços de interação que fortaleceram as articulações dos movimentos de modo geral. Nota-se que ela ainda chama a atenção para a articulação que se deu na América Latina, naquele mesmo período, em torno da ALBA (Alternativa Bolivariana), como também importante para que se compreenda o fortalecimento do campo dos movimentos populares naquele período:

Particularmente, do que passou dá para perceber que o governo Lula, com essas instituições de participação, as conferências, os conselhos, essa coisa toda, a política toda participativa, evidentemente ela possibilitou novas articulações, o fortalecimento de articulações e tudo. Esse campo progressista da América Latina, pensando na Marcha, nós estamos vinculadas à ALBA, que é a Alternativa Bolivariana, os movimentos na ALBA foram muito fortes. Então teve a ver com uma conjuntura da América Latina, não só brasileira. Que isso realmente propiciou a articulação entre os movimentos, redes e tudo, e fortaleceu esse campo do movimento. (Entrevistada H)

Percebe-se, mais uma vez vinda de uma representante da Marcha Mundial das Mulheres, uma visão sobre as redes, a conjuntura e o favorecimento do vínculo entre os movimentos, que ultrapassa as fronteiras nacionais.

Dizendo sobre os períodos em que se teve governos de esquerda a nível federal, a entrevistada I traz uma visão diversa da apresentada pela entrevistada H. Ela percebe uma certa acomodação por parte dos movimentos e uma leitura que não teria percebido a ascensão de forças que os reprimiriam:

Eu acho que, de alguma forma, pensando nessa conjuntura, desse período, acho que o movimento pode ter, de alguma forma, se acomodado. E o próprio governo também ter se acomodado. Porque aí foram acontecendo alguns fortalecimentos de forças neoliberais, fascistas e racistas, e isso não foi sendo muito percebido, né. Então teve alguns momentos, assim, que a gente esqueceu que a gente podia perder essa perspectiva de diálogo, de política, né, dentro do próprio momento da esquerda, assim, acho que foi perdido. (Entrevistada I)

Esse comentário feito pela entrevistada I dialoga com outro feito pela entrevistada D, em que diz da importância de os movimentos seguirem atentos ao fortalecimento das redes ainda que estejam em governos favoráveis à participação:

Porque movimento é movimento, governo é governo. Então, não é porque é um governo... de repente a gente tá num governo nosso, que dialoga com a gente, que a gente vai ter que estar separado. A gente não pode estar separado, ou nós fazemos isso pra nos fortalecer... porque os governos passam, os movimentos não

passam. Os governos passam... Tanto é que nós estamos passando por um momento difícil. (Entrevistada D)

Ela aborda em sua fala a transitoriedade dos governos e a permanência das lutas dos movimentos, que devem atravessar períodos diversos. Deve-se notar que a entrevista fala dos vínculos a partir de um entendimento de fortalecimento dos próprios movimentos, de apoio e resistência. Não diz da atuação articulada enquanto fundamental para as transformações desejadas, em termos de crença ou ideológicos.

A entrevistada B reforçou, em sua fala, a relevância dos espaços de encontro possibilitados por governos abertos ao diálogo, ponderando também que as articulações não se restringem a esses momentos:

Eu acho que quando você tem uma gestão, um governo mais disposto ao diálogo, ele possibilita inclusive, espaços de encontro. Então por exemplo, quando a gente faz uma conferência estadual com etapas municipais, então a gente já tá provocando que os movimentos se encontrem nos espaços da conferência, nos espaços do conselho... E às vezes a gente pode possibilitar um espaço saudável de encontro. E isso é uma potência. Acho que a aliança entre os movimentos, ela deve acontecer e ela pode acontecer independente da gestão pública e independente do cenário, né? (Entrevistada B)

Ela, então, valoriza os espaços facilitados pelos governos que se abrem à participação social, mas apontando para a consideração de que os vínculos entre os movimentos podem atravessar governos abertos ou fechados, e podem se fortalecer nos diferentes momentos, a depender não só de como se porta o governo frente a isso e os influencia, mas também, segundo a entrevistada B, da forma como cada movimento avalia e entende o cenário político a curto e longo prazo. Olhar para além da sobrevivência da organização em dada conjuntura, mas manter em vista o horizonte da luta, a transformação pretendida, pode fazer com que os vínculos atravessem períodos políticos desfavoráveis (entrevistada B).

Para a entrevistada I, os espaços de participação social promovidos pela institucionalidade são também espaços de construção de redes, entretanto, em sua visão, o que, de fato, impulsiona esses vínculos é a centralidade que os grupos devem dar para isso, que não percam a perspectiva dessa construção de foco e que se expandam para além da capital. Ela afirma muito incisivamente a necessidade de se expandir o enraizamento para além das capitais e chegar e articular em outros territórios.

A entrevistada B, que, como já mencionado, defende a construção de um horizonte político comum pelos movimentos, percebe uma desilusão da militância frente ao contexto político mais recente, desfavorável aos movimentos sociais e a conquista por direitos. Frente a essa desilusão ela reforça a necessidade de uma intensa solidariedade entre os movimentos, e diz na necessidade de os movimentos sociais inventarem e reinventarem, para que enfrentem esse período e avancem em suas lutas.

Ela explica como o contexto está desorganizando os movimentos sociais e os obrigando a repensar e reinventar suas táticas e estratégias para que sobrevivam e barrem retrocessos:

Se reinventam muito [os movimentos sociais] e eu acho que na conjuntura que a gente tá vivendo hoje, é uma conjuntura de... o improvável, o impossível pode acontecer e ele acontece três vezes ao dia, então isso deixa as pessoas muito desorganizadas, e o próprio estabelecimento das estratégias e da tática, mesmo, de atuação cotidiana, ele acaba sendo abalado por essa coisa toda, né? Por essa avalanche de novidades absurdas, tipo, ontem parece que o avião do governador atirou numa comunidade no Rio de Janeiro, e aí, como assim? E é desse nível de violência que a gente tá falando, né? Então, assim, essa coisa da urgência da vida também, né? É um elemento que tá na nossa conjuntura, na criminalização dos movimentos sociais que tá aí na nossa conjuntura trazendo uma urgência um pouco diferente, né? Essa coisa mesmo do próprio judiciário que não... muitas vezes os movimentos partem do pressuposto de que a justiça... lutam por justiça, e essa justiça não necessariamente tem cooperado no nosso sistema judiciário e o reconhecimento disso pra muitos movimentos é recente, né? As pessoas acreditavam no sistema judiciário, tirando o povo preto que já tá sendo ferrado pelo sistema judiciário desde não sei quanto pela política, parte dos movimentos sociais acreditavam muito nesse sistema de justiça, né? Então, assim, a gente tá num momento que a gente não tá tendo pra onde correr, né? E aí a gente vai ter que se reinventar e talvez essa, seja um tempo de parar... (Entrevistada B)

A entrevistada B, então, relaciona acontecimentos diários improváveis, que mudam o cenário em que as disputas se dão, a escalada da violência, que trazem aos militantes a preocupação primeira com a sobrevivência, e a necessidade de os movimentos sociais se reinventarem frente a esse novo cenário que se desenha e que se redesenha a todo momento.

Deve-se questionar, tendo em vista as urgências que a conjuntura tem colocado, o quanto os movimentos têm se pautado para responder a essa conjuntura e o quanto isso afeta a construção de um projeto político mais amplo, ou a construção desse horizonte político comum. Dialogando um pouco com esse

questionamento, a entrevistada B afirma que a conjuntura deve importar na definição da tática e da estratégia de um movimento, mas que não pode ser tudo. Ela explica essa visão já trazendo o exemplo das organizações das mulheres negras:

Porque a conjuntura muda muito, então se eu for me reorganizar toda hora que a conjuntura reorganizou, eu nunca vou acabar de me organizar. A gente tem que estar de olho na conjuntura, mas a gente tem que ter raiz em alguma coisa. E no nosso caso, do movimento de mulheres negras, a gente tem buscado esse enraizamento na ancestralidade, porque essa conjuntura, ó... até essa coisa de ficar mudando a conjuntura a toda hora, nos parece uma estratégia desse sistema branco para nos desorganizar. Então a gente tem olhado pra essas coisas, as bombas que estouram todo dia, com uma certa desconfiança. Pra que que serve essa bomba de hoje? Pra que que serve tal e tal coisa? O que eles querem nos comunicar com isso, né? Porque senão a gente fica sendo pautado o tempo inteiro, né? (Entrevistada B)

Quando a entrevistada B defende que para se organizar e pensar tática e estratégia os movimentos devem tanto observar o que a conjuntura coloca como necessidade, como oportunidade ou como constrangimento, quanto ter raiz em alguma coisa, ela como que conjuga a ideia das Estruturas de Oportunidades Políticas, que vem da TPP, e a ideia das crenças, valores e ideologias guiando a ação coletiva, que se assemelha, em alguma medida, ao que se discute na TNMS.

Dizendo ainda dessa conjuntura violenta e de crescentes ataques, a entrevistada I reforça a importância de que os movimentos e seus militantes sigam atentos à conjuntura e às mudanças de cenário, tendo em vista que os colocam em risco, principalmente o povo preto. Ao seu ver, então, deve-se pensar a organização e os caminhos de atuação tendo em vista a conjuntura e as limitações que se colocam, para que se possa seguir caminhando:

Cada vez mais, agora, escrever a nossa história, registrar isso, publicar isso, e publicar pra fora também, porque a nossa memória, a nossa história, e nós estamos sendo apagados e mortos. A juventude negra continua morrendo, o povo preto continua tendo violados os direitos, continua morrendo, então o que é que significa também pra frente a gente se perder nesse processo? A gente não pode se perder. Mas também a gente não é máquina de militar, e a gente não tem dinheiro pra poder fazer o que eles fazem, e a gente não tem a mídia, a gente tem poucos veículos de comunicação, a gente tem poucos veículos de esquerda, não é todo mundo que tem acesso à internet, e os que têm às vezes não conseguem alcançar... então, uma série de discussões, né, que, de alguma forma, sim, a conjuntura direciona isso e a gente tem que estar atento. (Entrevistada I)

Ela reforça a importância de se criar parcerias, inclusive com atores estrangeiros, porém traz, tendo em vista a repressão operada contra movimentos sociais e militantes políticos, além do genocídio contra a juventude negra, a necessidade de dar passos cautelosos e atentos. Menciona a importância primeiro da sobrevivência e do autocuidado, pauta que defende dever fazer parte das discussões e atividades dos movimentos sociais, e diz do adoecimento provocado pela conjuntura de retrocessos na militância dos movimentos sociais:

Então eu acho que a gente vai caminhar, assim, a conjuntura ela já adoeceu muita gente, a pauta do autocuidado é uma pauta que tem sido muito trazida pelo movimento negro, pelas mulheres negras, e também pelo movimento LGBT, mas sobretudo pelas mulheres negras. Porque essa conjuntura já matou muita gente, né, o racismo já matou muita gente, o racismo matou Neusa Santos, né, já matou vários estudantes negros de psicologia da UFMG, já adoeceu muitas outras pessoas... Então essa mesma conjuntura que, às vezes, vai também nos adoecer e nos colocar em um momento de recolhimento, que o recolhimento também ele é necessário pra você não morrer, ou pra você se cuidar, também a conjuntura vai nos impulsionar pra um outro lugar, né. (Entrevistada I)

A preocupação com o autocuidado trazida pela entrevistada I está também na fala da entrevistada B, que se delonga sobre o exemplo do movimento das mulheres negras frente à atual conjuntura:

Que que as mulheres têm feito no movimento das mulheres negras? A gente tem pensado muito e atuado muito nessa perspectiva do autocuidado porque a gente tem visto muito militante em todas as áreas surtar, deprimir, ter câncer e outras coisas, assim, que têm a ver com a somatização desse cenário de absurdos. Então a gente tem apostado muito nessa coisa do autocuidado. Questão do tempo, a gente tem pensado, porque também tem uma perspectiva afro centrada, de uma ancestralidade, que o tempo é um orixá que nos orienta de uma outra forma. Então assim, se essa conjuntura exige uma aceleração absurda, a gente fala: “vamos respirar e vamos devagar, vamos devagar porque aí a gente consegue ver essa zona toda desse movimento de um outro lugar”. Então a gente não tá topando mais essa urgência do cenário. “Tem que resolver agora”, “não, pera aí, a quem tá servido esse desespero todo?”. Então a gente tem tentado ir devagar. E nesse devagar tentado pensar no restabelecimento, no fortalecimento de um horizonte político que seja de fato um horizonte político. Da construção de um projeto de sociedade, da construção de um projeto de país que tá pra além de resolver um problema agora, um problema da próxima eleição. (Entrevistada B)

A entrevistada aponta, assim, para o autocuidado, para a lida com o tempo em um ritmo desacelerado e atento, retomando perspectiva ancestrais e afro

centradas, e para a reflexão e busca pela construção, nesse outro tempo, de um outro projeto de sociedade.

Quando ela diz dessa construção de um horizonte político que aponte para uma outra sociedade, uma sociedade transformada, ela traz a ancestralidade como referência para as reflexões, os caminhos a serem seguidos e as construções de sociabilidades resistentes e alternativas em meio ao capitalismo.

A gente tá entendendo que o capitalismo tá se reorganizando, porque do jeito que tá esse sistema mundo não tem mais saída, então a gente tá pensando: “olha, como é que a gente constrói outra coisa?” porque pelo menos a população negra não vai conseguir ir pra outro planeta, se descobrir outro planeta agora com condições de vida, que é o que parte da população mais rica do mundo deve estar tentando fazer, a gente não vai ter acesso a isso, né? É aqui que a gente vai ter que transformar, é aqui que a gente vai ter que viver, e aí isso pra gente tem tido muito... uma inspiração dessa ancestralidade, do Sankofa que é um símbolo da cultura Adinkra que fala que pra gente ir pro futuro, a gente tem que firmar o presente e olhar pro passado, então, buscar no passado elementos que nos nutram agora e nos projetem pro futuro. E aí se a gente pensa a forma como o povo negro lida com a água, lida com o plantio, com a mineração, com as relações... isso nos dá uma inspiração do que a gente acha que deve ser de fato o desenvolvimento, né? Não é só tecnologia, mas é formas de vida que possibilitam o bem-viver pra todos e não é só da gente, né? Todas as formas de vida. (Entrevistada B)

Notar o lugar do qual fala, lugar de uma mulher negra que traz uma perspectiva das resistências, ações e construções coletivas do povo negro, é importante na compreensão do que ela diz. É muito necessária a abordagem que ela traz, que busca retomar e ouvir a ancestralidade, uma ancestralidade que diz de um povo que precisou resistir, reagir e lutar em condições extremamente opressivas, sem dispor de instrumentos institucionais a seu favor. A entrevistada I também diz sobre a busca por aprendizados e pela construção a partir da retomada de experiências e saberes ancestrais e afro centrados, sobre buscar no passado inspirações para projetar e construir o futuro:

Acho que todo mundo tem consciência de que não precisa inventar a roda, eu tô muito nesse processo de pensar o como que a gente consegue avançar, como que a gente consegue caminhar, como que a gente consegue continuar com o pouco que a gente teve em momentos de perdas, em momentos de total escassez. Então assim, a gente tem algumas possibilidades. A gente sabe que a gente tem que olhar pra trás, tem que olhar pros nossos antepassados, tem que ver como que eles construíram com nada, né, como que eles sobreviveram sem comida, como que foi feito isso. (Entrevistada I)

Quando a entrevistada I diz que o caminho não precisa passar por “inventar a roda”, ela diz da busca de caminhos e respostas em experiências anteriores, e fala também da construção de novas formas de sociabilidade a partir de experiências que já vêm se dando e que mostram ser possível criar formas alternativas de gerar renda, de se alimentar, sem matar e poluir, etc. Ela cita como exemplos experiências conduzidas pelo MST com a agroecologia e produções de quilombolas.

Para finalizar a análise das entrevistas, é de extrema relevância que se traga, aqui, a perspectiva da entrevistada B sobre o que teóricas entendem enquanto a “quarta onda do feminismo”. Ainda abordando, então, uma perspectiva das mulheres negras, a entrevistada B critica essa ideia. Para ela, características que são entendidas como recentes no movimento feminista, que dariam corpo a esse entendimento de uma quarta onda, já eram realidade para a vivência e a sociabilidade das mulheres negras e indígenas há muitos anos, porém essas mulheres sempre tiveram suas experiências de luta invisibilizadas e, portanto, se compreenderia essa quarta onda a partir de uma perspectiva branca. Ela argumenta:

Então, eu acho que as mulheres brancas tão percebendo isso que elas tão chamando de quarta onda agora porque elas tomaram um caldo [risos] mas eu sinto que as mulheres negras e as mulheres indígenas já vinham trabalhando nessa perspectiva desde o período colonial. Então assim, já há experiências de profunda solidariedade, de compartilhamento, de enraizamento, de trabalho inter e transnacional há muito tempo [...] e elas têm sido historicamente invisibilizadas. Então assim, o que é a novidade da quarta onda pras mulheres, pras feministas brancas mais tradicionais já tava na nossa realidade de mulher preta e favelada desde o período colonial, então a forma como a gente conta a história e a forma como a gente reconhece a história que a gente vive, né? Mas que bom que a gente tá conseguindo tornar essa possibilidade de organização e de vivência visível para mais gente agora, né? E eu acho que não tem saída, é isso mesmo, ou a gente se junta e aprende a fazer junto, e aprende a trocar de lugar, e aprende a abrir mão de privilégio, e aprende a desconstruir a branquitude, aprende que há outros centros além da Europa, né? Muito além. Ou a gente aprende isso agora ou não vai ter saída. (Entrevistada B)

Ela diz para experiências de solidariedade, de compartilhamento, de enraizamento e de trabalho transnacional ligadas a essas mulheres muito anteriores ao período que se entende enquanto da “quarta onda”, argumentando que isso diz sobre quem está contando a história, que estaria ainda sendo narrada por mulheres brancas. Vale destacar, entretanto, que ainda com a crítica, ela celebra o fato de que

as demais mulheres estejam enxergando e colocando em prática essas formas de organização e atuação. Ela sustenta ser a única saída para os movimentos feministas o reconhecimento dessas práticas, dessa forma de organização, das experiências concretas e das diferentes especificidades que se apresentam na vida das mulheres a depender do contexto no qual está inserida:

E eu acho que não tem outra saída porque se, por um lado, a construção que a gente chama mais formalmente de feminismo vem de uma construção, a princípio, intelectual e acadêmica, a vivência de feminismo de outras mulheres que... no caso das mulheres negras, nós somos 27% da população, né? É 1/3 da população brasileira... vem de uma vivência orgânica, vem de uma vivência cotidiana. Essa vivência das mulheres negras e indígenas, ela é muito orgânica e vem desse cotidiano, né? E aí, estando ou não sistematizada em textos acadêmicos, ela é real, ela é concreta, né? Então a gente precisa reconhecer isso, a gente já tem saídas, a gente já tem tecnologia social suficiente pra viver uma outra realidade. Mas aí a gente vai ter que descer do salto e reconhecer isso, não estamos inventando a roda, a roda já tava inventada e a gente tá enxergando ela agora. (Entrevistada B)

Nesse sentido, um feminismo que não contempla as diferentes vivências, as diversas demandas e contextos, e que não enxerga as práticas políticas e as sociabilidades alternativas já experienciadas pelas mulheres negras e indígenas, além de ser altamente excludente, perde em potência de luta e na construção de caminhos para um outro mundo possível. Formas de resistir, lutar, seguir vivendo, se relacionando e construindo sociabilidades baseadas em valores diversos àqueles capitalistas podem ser observadas no passado, e mesmo hoje. É preciso reconhecê-las e aprender com o que elas têm a ensinar.

Faz-se imperativo compreender que a construção da sociedade anticapitalista, antipatriarcal e antirracista almejada é feita, cotidianamente, pelas diferentes mulheres; que as mulheres brancas valorizem, reconheçam e aprendam com as experiências das mulheres negras e indígenas; que as mulheres do Norte global enxerguem a heterogeneidade da incidência do capitalismo, do patriarcado e do racismo sobre a vida das mulheres dos diferentes territórios e contextos, e reconheçam as variadas formas de resistência e luta cotidianas; que as mulheres latinoamericanas enxerguem umas às outras, enxerguem o que compartilham em suas histórias e construam formas de resistência e luta vinculadas, tendo em vista suas especificidades compartilhadas enquanto mulheres latinoamericanas; que as mulheres de todo o mundo se unam em uma solidariedade feminista transnacional não colonizadora, compreendendo, para isso, suas diferenças e o que é

compartilhado em suas opressões; que as análises e a atuação das mulheres levem em conta tanto a micropolítica do cotidiano, que as faz enfrentar e experimentar o sistema capitalista, patriarcal e racista cada uma a sua maneira, quanto a macropolítica das estruturas econômicas e políticas transnacionais, que sustentam um sistema que as mantém sob contínua opressão e exploração.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir os movimentos feministas atuantes em Minas Gerais à luz da teoria política feminista crítica à concepção homogeneizadora do Norte global, considerando, ao longo do debate, as teorias dos movimentos sociais, é buscar enxergar o movimento a partir de diversas faces.

Ao longo deste trabalho foi possível notar, em todas as entrevistas, que a crença ocupa um lugar central nos movimentos. Seja nas formações políticas muito citadas ou nas próprias descrições dos movimentos elaboradas por suas representantes a disputa ideológica se mostra constante. Essa perspectiva os distancia da ideia da Teoria da Mobilização de Recursos, que nega relevância às ideologias e aos valores na mobilização da ação coletiva. Ao mesmo tempo, tendo em vista que alguns dos movimentos se declaram expressamente anticapitalistas – a Marcha Mundial das Mulheres e o Movimento de Mulheres Olga Benário -, e os que não o fazem conduzem debates e ações antissistêmicas e dizem de uma sociedade almejada construída sobre bases diversas das que fundamentam o capitalismo, pensar esses movimentos feministas estritamente sob o entendimento da Teoria dos Novos Movimentos Sociais seria errôneo. Isso porque a TNMS traz a ideia de que os chamados novos movimentos sociais não se organizam para combater o Estado, mas para mudar a orientação cultural e valorativa da sociedade. Os movimentos feministas podem sim trazer, e trazem, um debate de gênero com críticas aos padrões culturalmente dominantes na sociedade e lutam para a transformação desses padrões. Alguns, de fato, se restringem a essa atuação. Porém, outros não só extrapolam a questão valorativa, como entrelaçam em toda sua argumentação e prática a disputa das estruturas da sociedade para a construção de novas sociabilidades. Reforça-se que alguns deles se auto intitulam anticapitalistas, expressando em suas falas a centralidade do combate às estruturas que organizam hoje o Estado.

Esse ponto da análise dialoga com o entendimento da centralidade da luta anticapitalista pelas teóricas estudadas. Vale repetir, então, que dentre os sete movimentos que atuam em Minas Gerais estudados, apenas dois trazem expressamente em suas descrições a luta anticapitalista enquanto central e imbricada na luta antipatriarcal e, importante completar, na luta antirracista. A entrevistada que responde pela Rede de Mulheres Negras, pela Rede Afro LGBT e

pela Rede Les e Bi traz em suas falas, entretanto, uma série de considerações e dizeres sobre a atuação do movimento e sobre seu entendimento político que expressam uma luta antissistêmica, e um entendimento das desigualdades de gênero, raça, classe e sexualidade enquanto imbricadas. Quanto à Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais da FETAEMG, o debate ainda não se dá nesse lugar, visto que se insere no movimento sindical, espaço muito masculinizado onde o debate se dá com maiores dificuldades. Entretanto, visando formações políticas ou a construção da Marcha das Margaridas, mantém vínculos, por exemplo, com a Marcha Mundial das Mulheres, que é um movimento que direciona sua atuação a partir do anticapitalismo. O Movimento Graal, ligado a uma perspectiva religiosa, opta por não se situar em algum espectro político nesse sentido, se afastando do debate quanto às estruturas econômicas e políticas capitalistas. Ainda assim, ao dizer da sociedade almejada, desenha uma diferente da que se tem hoje.

Observa-se, então, que a maioria dos movimentos estudados não conduzem suas ações a partir do entendimento expresso de que a luta antipatriarcal é necessariamente anticapitalista. Entretanto, é importante destacar que, apesar de suas diferenças, a atuação desses grupos converge em muitos momentos. Todos eles mencionam atuações extrainstitucionais e intrainstitucionais, o que vai de encontro com a perspectiva da RMS de que essas atuações não são essencialmente dicotômicas e podem estar presentes no repertório de atuação de um mesmo movimento social. A Marcha das Margaridas, o 8 de Março e os espaços institucionais de participação social, por exemplo, são momentos e ambientes extra e intrainstitucionais de encontro para esses atores. Nesses locais e nesses momentos dialogam, fortalecem seus vínculos já existentes e suas redes.

Tendo em vista que todos os movimentos estudados têm em seu repertório ações intrainstitucionais, compreende-se que se relacionam com o Estado. As interações que se dão nesses espaços são interações, pode-se dizer, de cooperação, já que dialogam, debatem e pensam em conjunto políticas públicas, a atuação do Estado e a vida das mulheres. As interações com o Estado, entretanto, não são apenas de natureza cooperativa. A maioria das entrevistadas também dizem de uma relação de enfrentamento ao Estado. Esse tipo de vínculo se dá em torno de reivindicações por novas políticas públicas, pela ação do Estado em determinada área, ou para barrar determinado projeto. Pode se dar em protestos

públicos ou na ocupação de prédios do governo, por exemplo. Tudo isso atesta a elaboração de McAdam, Tarrow e Tilly (2009) quanto a não haver uma descontinuidade fundamental entre movimentos sociais e política institucional.

Importante mencionar também que as relações que se estabelecem entre os próprios movimentos não são sempre de cooperação, a disputa também existe, o que dialoga com ideias da TMR nesse sentido. A disputa se dá tanto no âmbito da mobilização de recursos de poder, quanto no âmbito da perspectiva política e ideológica – é muito mencionada a dificuldade dos movimentos em acordar sobre bandeiras e agendas políticas prioritárias, por exemplo. Já a cooperação se dá tanto na perspectiva de fortalecimento do grupo frente aos constrangimentos e oportunidades da conjuntura, porém se dá também quando os movimentos enxergam a necessidade de atuar em conjunto com outros movimentos pelo caráter transversal da pauta e antissistêmico, o que estaria mais no sentido de guiar a estratégia a partir das crenças do movimento, de seu entendimento político e ideológico.

Entende-se a importância de uma análise e uma atuação locais, conjugadas à uma análise e uma atuação que extrapolam os limites de cada território, de modo a articular a micropolítica do contexto e a macropolítica das estruturas econômica e política transnacionais. Nesse sentido, importa a organização territorial dos movimentos feministas. Sobre isso, nota-se que todos eles têm alguma capilaridade nos territórios, e a maioria menciona espaços de troca e produção de novas sínteses em diferentes escalas territoriais, ainda que esses espaços não sejam, no caso de alguns dos movimentos estudados, ambientes compostos unicamente por integrantes daquela organização. Esse processo de enraizamento, entretanto, ainda pode se intensificar muito e o entendimento da importância disso perpassa as falas das entrevistadas. Já há um enraizamento e, mais importante, também há uma busca para que ele se expanda.

Dois dos movimentos entrevistados se organizam internacionalmente e ambos partem do entendimento de que as mulheres de cada território têm suas demandas e necessidades específicas, que variam com o contexto em que estão inseridas. Esse entendimento é observado também no demais movimentos estudados. Os que não se organizam internacionalmente mantêm vínculos com outros movimentos ou organizações estrangeiras, o que expressa uma visão

compartilhada quanto à importância de um debate ou de uma atuação que transborde os limites nacionais.

Quanto à atuação do Estado na pauta, o que se observa é uma insatisfação por parte dos movimentos feministas, que a veem como extremamente insuficiente e limitada. Mesmo na fala das gestoras é possível notar um desejo de maior atuação, entretanto alguns aspectos são colocados como dificultadores da ampliação das políticas públicas para as mulheres mineiras. Um aspecto central, que se relaciona diretamente aos demais e perpassa todos os períodos estudados, é a falta ou o pouco patrocínio político da pauta no Estado. Por não adquirir a centralidade necessária na agenda governamental, tanto carece dos recursos humanos e financeiros nos montantes que seriam necessários para a ampliação e o fortalecimento do trabalho da pasta, quanto ocupa lugar marginal nas discussões conduzidas nas demais pastas do Estado.

Foi possível notar, entretanto, diferenças nas percepções quanto ao trabalho conduzido pela pasta considerando CEPAM, SPM - MG e a atual coordenadoria. As considerações sobre a CEPAM dizem de pouca atuação e os espaços de participação social mencionados são aqueles voltados à construção de conferências. Alguns dos movimentos estudados contavam com representantes nesses espaços, mas nem todos. Há um entendimento de que, naquele governo, a CEPAM não possuía muita liberdade ou espaço para atuar.

Ao discutir a época da SPM – MG, o que se percebe é um incentivo um pouco maior por parte do governo, ainda insuficiente, mas que levou a uma maior atuação e à facilitação de um maior número de espaços de participação social. Todos os movimentos mencionaram a participação, em algum momento, em espaços facilitados pela SPM – MG e, de modo geral, principalmente quanto à construção do Plano Decenal de Políticas para as Mulheres, as memórias são bastante positivas e apontam esses espaços como de encontro, diálogo e fortalecimento de laços. Nesse período da pasta, a busca por mais participação social e diálogo conduziram muitos dos trabalhos realizados pelas gestoras, e houve a tentativa de levar o debate para outras áreas do Estado. A política do Ônibus Lilás tem especial relevância por incentivar a criação e buscar fortalecer as redes de atores que atuam pelos direitos das mulheres no interior do estado de Minas Gerais, atingindo regiões rurais e, muitas vezes, carentes de políticas públicas ou distantes de debates políticos que trazem a dimensão de gênero. Além disso, vale lembrar

da menção às disputas internas como dificultadoras do avanço dos trabalhos da pasta.

No período da SPM – MG era notável um forte ativismo institucional. As entrevistadas discutem a ampla presença de militantes vindos de movimentos sociais na pasta apontando para pontos positivos e para problemáticas em torno do que se passou. A presença de militantes que, ali, estavam como gestoras e gestores das políticas para as mulheres, teria favorecido a participação social por gerar nos movimentos sociais e nas demais organizações da sociedade civil maiores níveis de confiança. Além disso, teria havido também um aprendizado conjunto a partir das trocas entre as gestoras e os gestores que não tinham trajetórias militantes e aquelas e aqueles que as tinham. Ao mesmo tempo, dois importantes apontamentos são feitos. O primeiro deles diz da importância de não se esvaziar os movimentos quando alguns de seus militantes vão para espaços institucionais. O segundo deles diz respeito à necessidade e à importância de o militante que vai trabalhar na institucionalidade saber diferenciar seu papel enquanto militante do seu papel enquanto gestor público.

As entrevistadas não se delongaram muito ao dizer da atual coordenação, visto que, fora um dos movimentos estudados, os demais não se reuniram ou foram convidados para participar de espaços institucionais. Nesse sentido, as representantes dos movimentos, de modo geral, se mostraram desesperançosas quanto ao fortalecimento das políticas para as mulheres na atual gestão. Compreendem que a pasta se insere, nesse momento, em um governo que incentiva ainda menos o avanço da pauta.

Já dizendo da percepção das entrevistadas sobre a atuação das Nações Unidas no campo das políticas para as mulheres e sobre os espaços de encontro por ela facilitados, tem-se que ela não é homogênea entre as consultadas, apontando para uma atuação controversa. Há o entendimento de que os espaços que a ONU organiza possibilitam o debate entre mulheres diversas, o aprendizado e favorecem o internacionalismo do movimento, além de auxiliar os movimentos a pautarem certas políticas públicas frente aos seus Estados. Ao mesmo tempo, algumas entrevistadas são incisivas ao dizer que sua atuação é paliativa e não transforma, de fato, a vida das mulheres, já que não faz um debate nem uma atuação anticapitalista, além de cooptar alguns dos movimentos.

Tanto os espaços de encontro institucionais quanto extrainstitucionais, então, têm criado e fortalecido vínculos entre os movimentos sociais e, assim, fortalecido suas redes. A percepção de que essas redes são de extrema importância perpassa a fala de todas as entrevistadas, que afirmam que o futuro da luta das mulheres e do feminismo deve passar, apesar das divergências, pelo fortalecimento dos laços e pela construção de ações conjuntas. Nota-se que a rede de movimentos feministas que atuam em Minas Gerais, olhando a partir de uma perspectiva temporal mais ampla, tem crescido e se fortalecido, entretanto esse processo não é linear e varia muito com os contextos político e econômico.

Crises econômicas são mencionadas como dificultadoras da mobilização e da participação de pessoas preocupadas e atentas com a pauta, além de dificultadora da realização de certas ações pelos movimentos, que enfrentam maiores dificuldades para arrecadar recursos.

Contextos políticos de governos avessos à participação social e de criminalização de movimentos sociais, quando esvaziam, fecham ou enfraquecem os espaços de participação, reduzem os lugares em que os vínculos e as redes podem se fortalecer, o que prejudica esse processo. Ao mesmo tempo, nesses contextos de ameaça, os movimentos veem com mais clareza a urgência da ação integrada, unida ou vinculada. Veem na ação conjunta tanto a possibilidade de sobrevivência quanto a de conquistar direitos ou de barrar a retirada deles. Entretanto, como pontuado pela entrevistada H, um inimigo comum não necessariamente significa um entendimento comum dos movimentos sobre as estratégias ou sobre os instrumentos para enfrentá-lo. O quanto eles fortalecem suas redes nesse processo depende da capacidade dos movimentos de construir bandeiras e agendas, em alguma medida, unitárias ou em uma mesma direção.

Contextos de governos abertos ao diálogo com os movimentos, ao facilitarem espaços de participação e encontros, podem ser entendidos como favoráveis ao fortalecimento das redes e ao avanço de políticas que representem as mulheres e transformem suas vidas. Entretanto, pelos movimentos não se verem frente a grandes ameaças, perde força o motivo para se relacionarem e construírem em conjunto que diz da sobrevivência àquele período. Entrevistadas mencionam, entretanto, que os movimentos não podem se acomodar e perder de vista o fato de que os governos são transitórios e que o quadro político pode mudar a qualquer momento, o que reforça a importância desse apoio mútuo.

Não apenas, reforça-se ao longo de todo este trabalho a centralidade das redes não somente por uma questão de sobrevivência da ação coletiva ou pela soma de esforços para que se conquiste determinada demanda. Pode-se dizer que o feminismo de solidariedade transnacional não colonizadora e das “diferenças compartilhadas”, inserido em uma moldura pós-vestfaliana, se baseia na ampliação e no fortalecimento das redes de movimentos feministas ao redor do mundo e em uma compreensão e atuação dos feminismos com maior capilaridade nos territórios. Se baseia em uma maior integração, em mais e melhores vínculos e associações entre atores, entendendo que esses vínculos possibilitam novas sínteses, entendimentos a partir de diversas óticas e compreensões mais aprofundadas quanto à incidência do capitalismo sobre a vida das diversas mulheres. Construir sínteses e lutas tendo em vista a micropolítica do cotidiano e a macropolítica das estruturas econômicas e políticas transnacionais demanda os vínculos e as redes.

Nesse sentido, retomando o argumento de Fung (2003) de que associações qualificam a democracia em vários níveis, seja na perspectiva da democracia liberal, representativa ou participativa, mas com maior ênfase para a qualificação da democracia participativa, essa construção e mobilização feminista de valorização dos vínculos, das redes e das conexões por si só colabora para o aprofundamento da democracia.

Além disso, lembrando também que esse feminismo se baseia em interações que levam a aprendizados e novas sínteses, a construções conjuntas e trocas contínuas, os movimentos feministas passam a formar e integrar novas redes e, na busca de sair dos lugares-comuns, estão sempre se movendo. Nesse sentido, está em consonância com a abordagem de Diani (2003), que entende os movimentos sociais enquanto redes e sistematiza o conceito de Rede de Movimento Social.

## REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca N.; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: A Experiência na Era Lula. *Dados*, 57(2), pp.325-357, 2014.
- ABERS, Rebecca N.; VON BÜLOW, Marisa. Movimentos Sociais na Teoria e na Prática: Como Estudar o Ativismo Através Da Fronteira Entre Estado e Sociedade? *Sociologias* 13 (28) (Dez.), p. 52–84, 2011.
- ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ALVAREZ, Sonia E.. Feminismos Latinoamericanos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 265, 1998.
- ALVAREZ, Sonia E. Advocating feminism: The Latin American Feminist NGO 'Boom', *International Feminist Journal of Politics*, 1:2, p. 181-209, 1999.
- BEZERRA, Carla de Paiva. Movimento Feminista Brasileiro: Repertórios e estratégia de ação. *Revista Feminismos*, Vol.2, N.1, 2014.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Feminismo e política: uma introdução. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, Londrina, 2015.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. The New Spirit of Capitalism. *International Journal of Politics, Culture, and Society*. Vol. 18, No. 3/4, *The New Sociological Imagination*, p. 161-188, 2005.
- BOSI, Lorenzo; UBA, Katrin. Introduction: The outcomes of social movements. *Mobilization*, 14(4), pp.409-415, 2009.
- BRASIL. Medida Provisória nº 696, de 02 de outubro de 2015. Extingue e transforma cargos públicos e altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília. 2015.
- BRASIL. Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília. 2016.
- BRASIL. Medida Provisória nº 768, de 2 de fevereiro de 2017. Cria a Secretaria-Geral da Presidência da República e o Ministério dos Direitos Humanos, altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília. 2017.
- BRASIL. Decreto nº 9.417, de 20 de junho de 2018. Transfere a Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher da Secretaria de Governo da Presidência da República para o Ministério dos Direitos Humanos. Brasília. 2018.

BRASIL. Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília. 2019a.

BRASIL. Portaria nº 2.046, de 15 de agosto de 2019. Declara a revogação, para fins do disposto no art. 9º do Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, de atos normativos. 2019b.

BRASIL. Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. 2019c.

CAETANO, Ivone Ferreira. O feminismo brasileiro: uma análise a partir das três ondas do movimento feminista e a perspectiva da interseccionalidade. Revista do Curso de Especialização em Gênero e Direito. n. 1. 2017.

CARLOS, Euzineia. Das teorias de movimentos sociais à análise de redes sociais. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

CARLOS, Euzineia. Movimentos Sociais e Sistema Político nas Teorias dos Movimentos Sociais. *Interseções* [Rio de Janeiro] v. 17 n. 1, p. 15-53, 2015.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo Alves. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas - Balanço do debate e proposições analíticas *Civitas*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 360-378, maio-ago, 2017.

CASTANHEIRA, Manoela Almeida Bazán. As Políticas Para As Mulheres No Estado de Minas Gerais: O Trabalho Desenvolvido Pela Subsecretaria de Políticas Para as Mulheres de Minas Gerais (SPM-MG) (2015-2015). Trabalho de Conclusão de Curso. Graduação em Administração Pública. Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, 2018.

COHEN, J; ROGERS, J. *Associations and Democracy*. London: Verso, 1995.

DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. *Social Movements: an introduction*. 2 Ed. Oxford/Cambridge, MA: Blackwell, 2006.

DIANI, Mario. The concept of social movement. *The Sociological Review*, vol. 40, n.1, 1992.

DIANI, Mario. Networks and social movements: a research programme. In: Diani, M.; McAdam, D. (eds.). *Social movements and networks. Relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press. 2003.

FEDERICI, Silvia. Rumo a Pequim: Como a ONU colonizou o movimento feminista. In: FEDERICI, Silvia. *O ponto zero a revolução: trabalho doméstico, revolução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019 [2012].

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Rev. Estud. Fem.*, vol.15, n.2, pp.291-308, 2007.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, jul./dez. 2009.

FUNG, Archon. Associations and Democracy: Between Theories, Hopes, and Realities. *Annual Review of Sociology* 29, p. 515-39, 2003.

GOMIDE, Márcia; SCHÜTZ, Gabriel Eduardo. Análise de Redes Sociais e práticas avaliativas: desafios à vista. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 819-842, set. 2015.

GUIMARÃES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. Violência contra a Mulher: Problematizando Definições Teóricas, Filosóficas e Jurídicas. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 256-266, ago. 2015.

HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, no16. Brasília, pp. 193-210, janeiro - abril de 2015.

IPEA. Políticas Sociais: acompanhamento e análise. N. 19, cap. 9, p. 364, 2011.

LAZEGA, Emmanuel; HIGGINS, Sílvio Salej. Redes sociais e estruturas relacionais. *Fino Traço*, Belo Horizonte, 2014.

LEMIEUX, Vincent; OUIMET, Mathieu. Análise Estrutural das Redes Sociais. Lisboa: Instituto Piaget, 2004.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismos brasileiros nas relações com o Estado. Contextos e incertezas. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 47, e16471, 2016.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES. Caderno de Apresentação da Marcha Mundial das Mulheres. Sempre Viva Organização Feminista. São Paulo, abril de 2019.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global?. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Dynamics of Contention*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, n.76, pp.11-48, 2009.

MELUCCI, Alberto. *Getting involved: identity and mobilization in social movements*. *International Social Movements Research*, vol. 1, 1988.

MIGUEL, Luis Felipe. Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 100, p. 83-118, 2017.

MINAS GERAIS. Plano Estadual de Políticas para as Mulheres de Minas Gerais. 2011.

MINAS GERAIS. Decreto nº 46.242, de 15 de maio de 2013. Dispõe sobre o atendimento humanizado às vítimas de violência sexual e cria o Comitê Estadual de Gestão do Atendimento Humanizado às Vítimas de Violência Sexual – CEAHVIS. 2013.

MINAS GERAIS. Lei nº 22.256, de 26 de julho de 2016. Institui a política de atendimento à mulher vítima de violência no Estado. 2016.

MINAS GERAIS. Relatório 2016. 2017a.

MINAS GERAIS. Projeto de Resolução 49. Altera a Resolução 5176, de 6 de novembro de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. (Cria a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Mulher.). 2017b.

MINAS GERAIS. Plano Decenal de Políticas para as Mulheres. 2018a.

MINAS GERAIS. Lei nº 23.144, de 14 de dezembro de 2018. Institui o Dia Estadual de Combate ao Femicídio. 2018b.

MINAS GERAIS. Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019. Estabelece a estrutura orgânica do Poder Executivo do Estado e dá outras providências. 2019.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under Westerns Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. *Boundary 2*, Durham, v. 12, n. 3, p. 333-358, 1984.

MOHANTY, Chandra Talpade. *Feminism Without Borders: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity*. Durham: Duke University, 2003.

OLIVEIRA, Daniela Rosa de. As interações entre o movimento feminista e o Estado: uma proposta de análise. II Seminário de Ciências Sociais - PGCS UFES, Vitória-ES, 2017.

ONU. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. Pequim, China. 1995.

PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. São Paulo: Paz e Terra. 1992 [1970].

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2003.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

PUTNAM, R. *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. New York: Simon & Schuster. 2000.

SWIDLER, Ann. Culture in Action: Symbols and Strategies. *American Sociological Review*, Vol. 51, No. 2., pp. 273-286, 1986.

TARROW, Sidney. The new transnational activism. New York: Cambridge University Press, 2005.

TILLY, Charles. From mobilization to revolution. Newberry Award Records, 1978.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, v. 22, (44), p. 203-220, 2014.